

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil

EXEMPLAR ÚNICO

EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

NO L - Nº 012

QUINTA-FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 1995

BRASÍLIA - DF

MESA
Presidente
José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente
Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente
Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário
Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário
Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário
Levy Dias – PPR – MS

4º Secretário
Emandes Amorim – RO

Suplentes de Secretário
Antônio Carlos Valadares – PP – SE
José Eduardo Dutra – PT – SE
Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR
Ney Suassuna – PMDB – PB

CORREGEDOR
(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – SP

CORREGEDORES SUBSTITUTOS
(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS
2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE
3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

LIDERANÇA DO GOVERNO
Líder
Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes
José Roberto Arruda – PSDB – DF
Vilson Kleinübing – PFL – SC
Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB

Líder
Jáder Barbalho

Vice-Líderes
Ronaldo Cunha Lima
Nabor Júnior
Gerson Camata
Carlos Bezerra
Ney Suassuna
Gilvan Borges
Fernando Bezerra
Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL

Líder
Hugo Napoleão

Vice-Líderes
Edison Lobão
Francelino Pereira

LIDERANÇA DO PSDB

Líder
Sérgio Machado

Vice-Líderes
Geraldo Melo
José Ignácio Ferreira
Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPR

Líder
Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes
Leomar Quintanilha
Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDT

Líder
Júnia Marise

LIDERANÇA DO PP

Líder
Bernardo Cabral

Vice-Líder
João França

LIDERANÇA DO PT

Líder
Eduardo Suplicy

Vice-Líder
Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB

Líder
Valmir Campelo

Vice-Líderes
Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PPS

Líder
Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB

Líder
Ademir Andrade

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES
Diretor Executivo do Cegraf

JÚLIO WERNER PEDROSA
Diretor Industrial do Cegraf

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA
Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 171ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 18 DE OUTUBRO DE 1995

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Avisos de Ministro de Estado

Nº 916, de 1995, de 10 do corrente, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 1.114, de 1995, de informações, do Senador Gilberto Miranda..... 01183

Nº 917, de 1995, de 10 do corrente, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 946, de 1995, de informações, do Senador Gilberto Miranda..... 01183

1.2.2 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 60, de 1995, de autoria do Senador José Eduardo Dutra e outros Srs. Senadores, que altera o artigo 243 da Constituição Federal... 01183

1.2.3 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 114, de 1995, de autoria do Senador Lauro Campos, que altera artigo da Resolução nº 11, de 1994, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências..... 01186

1.2.4 – Requerimentos

Nº 1.339, de 1995, de autoria do Senador Lauro Campos, solicitando ao Ministro da Fazenda informações que menciona..... 01189

Nº 1.340, de 1995, de autoria do Senador Lauro Campos, solicitando ao Ministro da Fazenda informações sobre administradoras de consórcios..... 01190

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Ofício nº 858, de 1995, de 17 do corrente, da Senadora Emília Fernandes, encaminhando cópia de convite formulado pela Assembléia Popular Suprema da República Popular Democrática da Coreia, através do Embaixador da República Popular Democrática da Coreia no Peru, a fim de, integrando comitiva de parlamentares, visitar aquele país. (Diversos s/n, de 1995) 01191

1.2.6 – Ofício

Nº 999, de 1995, do Deputado Inocêncio Oliveira, Líder do Bloco Parlamentar na Câmara

dos Deputados, referente à substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 01191

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR BERNARDO CABRAL – Preocupação do Governador Amazonino Mendes com a situação financeira do Amazonas. Apoio daquele Governador ao Fundo Social de Emergência..... 01191

SENADOR MAURO MIRANDA – Paralisação de 319 prefeituras goianas, por 24 horas, em protesto contra a penúria financeira em que se encontram..... 01193

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Lançamento, pelo Governo Federal, do Plano de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Salientando a necessidade de assegurar não só aos professores, mas também aos pais dos alunos um nível mínimo de rendimento, como ocorre no Alasca e na Espanha..... 01193

SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Dia do Médico..... 01196

SENADOR ADEMIR ANDRADE, como Líder – Falta de verbas para a recuperação das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá. Necessidade de aprovação urgente do Projeto de Lei nº 32, de 1995-CN, que trata de créditos suplementares para obras públicas..... 01197

SENADORA BENEDITA DA SILVA – Velório do Deputado Amaral Netto. Dia do Médico. Defesa da implantação da medicina preventiva no País..... 01198

SENADOR JONAS PINHEIRO – Dia do Engenheiro Agrônomo..... 01198

1.2.8 – Diversos

S/nº, de 1995-CN, do Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Luís Eduardo, propondo a transformação da homenagem constante do requerimento do Deputado Paes Landim em sessão solene do Congresso Nacional, comemorativa dos 100 anos das relações entre Brasil e Japão. Aprovado..... 01200

1.2.9 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional comemorativa dos 100 anos das relações Brasil-Japão, a realizar-se dia 21 de novembro, às 11 horas, no plenário da Câmara dos Deputados..... 01200

1.2.10 – Requerimento

Nº 1.341, de 1995, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando ao Ministro da Agricultura informações que menciona. 01200

1.2.11 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 1.334, de 1995, do Senador Artur da Távola e outros Senadores, lido em sessão anterior, solicitando que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do dia 21 de novembro próximo seja dedicado à comemoração do centenário de fundação do Clube de Regatás Flamengo, que transcorrerá no dia 15 do referido mês. **Aprovado**. 01201

1.3 – ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 1995 (nº 6/95, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que altera o § 1º do artigo 177 da Constituição Federal. **Aprovada, em 1º turno**, após usarem da palavra os Srs. Josaphat Marinho, Antônio Carlos Valadares, Júnia Marise, José Eduardo Dutra, Emília Fernandes, Jefferson Péres, Romero Jucá, Ramez Tebet, Benedita da Silva, Jader Barbalho, Bernardo Cabral, Ademir Andrade, Pedro Simon, Lauro Campos, Eduardo Suplicy, Roberto Freire, Darcy Ribeiro e Ronaldo Cunha Lima, sendo rejeitadas as Emendas nºs 1 a 3-PLN, tendo o Sr. Humberto Lucena encaminhado declaração de voto. 01201

Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 1995, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares e outros Senadores, que dispõe sobre a instituição de contribuição social para o financiamento das ações e serviços de saúde (tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1995). **Aprovado o substitutivo** oferecido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, após usarem da palavra os Srs. Josaphat Marinho, Roberto Freire, Vilson Kleinübing, Jader Barbalho, Esperidião Amin, Pedro Piva, Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Valadares, Levy Dias, Lauro Campos, Pedro Simon, Sebastião Rocha, Valmir Campelo, José Eduardo Dutra e Lúcio Alcântara, ficando prejudicadas a proposta e as emendas a ela oferecidas. 01225

Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1995, de autoria do Senador Vilson Kleinübing e outros Senadores, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, facultando à União instituir imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, de vigência temporária. **Prejudicada** em virtude da aprovação de Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 1995, item anterior, com a qual tramitava em conjunto. Ao Arquivo. 01225

Requerimento nº 1.118, de 1995, do Senador Renan Calheiros, solicitando, nos termos regimentais, a criação de uma Comissão Temporária, composta de nove Senadores titulares e nove suplentes para estudar a reforma tributária durante um período de sessenta dias. **Apreciação adlada**. 01239

Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1995 (nº 10/95, na Casa de origem), que institui o ano de 1995 como o "Ano Zumbi dos Palmares", em homenagem ao tricentenário de sua morte. **Apreciação adlada**. 01239

Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1995, que extingue disposições legais que asseguram a prisão especial. **Apreciação adlada**. 01239

1.3.1 – Comunicações da Presidência

Proposta referente à convite do Senhor Presidente da República para que o Senado Federal se faça representar na inauguração da Alunorte. **Aprovada**. 01239

Designação do Senador Jader Barbalho para representar o Senado Federal no evento mencionado acima. 01239

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa. 01239

1.3.2 – Parecer

Sobre o Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 1995, que outorga competência à União, para instituir contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira. (Redação final) 01239

1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR ESPERIDIÃO AMIN – Homenagem póstuma ao político e líder empresarial, Ingo Wolfgang Hering. Contrário à proposta de suprimir a contribuição compulsória às entidades de serviço mantidas pela indústria nacional – SESI, SENAI, SESC e SENAC. 01240

SENADOR ARTUR DA TÁVOLA – Homenagem à empresa jornalística Folha Dirigida, do Rio de Janeiro, pelo transcurso de seus 10 anos de atuação no mercado editorial brasileiro. 01242

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Transcurso do Dia do Médico. 01242

SENADOR ODACIR SOARES – Favorável à integração Brasil/Bolívia/Chile/Peru, a ser obtida através da ligação rodoviária Atlântico/Pacífico, denominada "Transoceânica". 01243

SENADOR JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA – Abordando o aspecto social da intervenção no Banco Econômico, em defesa do patrimônio dos seus depositantes. 01247

1.3.4 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

De autoria do Senador Lúcio Alcântara, apresentadas perante a Comissão Especial destinada a examinar o Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1984, que institui o Código Civil (Republicadas por incorreções na numeração)..... 01249

3 – ATA DE COMISSÃO

36ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 17 de outubro de 1995..... 01250

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 761 e 762, de 1995..... 01283

5 – MESA DIRETORA

**6 – CORREGEDOR E CORREGEDORES
SUBSTITUTOS**

7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 171ª Sessão deliberativa ordinária em 18 de outubro de 1995

1ª Sessão Legislativa ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Teotônio Vilela Filho e Jefferson Peres

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Antônio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valladares – Artur da Távola – Belo Parga – Benedita da Silva – Bení Veras – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Coutinho Jorge – Darcy Ribeiro – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Elcio Álvares – Emília Fernandes – Epitácio Cafeteira – Ernandes Amorim – Esperidião Amin – Fernando Bezerra – Flaviano Melo – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Íris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Bianco – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Ignácio Ferreira – José Roberto Arruda – José Sarney – Júlio Campos – Júlia Marise – Lauro Campos – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Alberto de Oliveira – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Odacir Soares – Onofre Quinan – Osmar Dias – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Roberto Freire – Roberto Requião – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo – Vilson Kleinübing – Waldeck Ornelas

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) - A lista de presença acusa o comparecimento de 76 Srs.

Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE**AVISOS****DE MINISTRO DE ESTADO**

Nº 916/95, de 10 do corrente, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 1.144, de 1995, de informações, do Senador Gilberto Miranda.

Nº 917/95, de 10 do corrente, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 946, de 1995, de informações, do Senador Gilberto Miranda.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) - O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

É lida a seguinte

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 60, DE 1995

Altera o artigo 243 da Constituição Federal

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º – O art. 243 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 243 – As glebas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou for constatada a existência de trabalho escravo ou em condição análoga, serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em Lei."

Parágrafo único –

Justificação

A questão agrária no Brasil continua a suscitar inquietações. A indefinição de uma política efetiva que priorize a reforma agrária parece ser o epicentro de toda a instabilidade no campo. A acumulação de largas extensões de terras ociosas utilizadas como simples valor especulativo, bem como a ausência de assistência técnica e infra-estrutura que viabilizem os escassos assentamentos de famílias de colonos até então realizados, obstaculizam um aproveitamento agrícola eficiente e uma ordem social mais justa. Esta conjuntura é agravada por uma excessiva concentração de renda e de terra, além de condições insuficientes de sobrevivência. Em razão proporcionalmente direta, os conflitos no campo se acirram e o número de trabalhadores sem-terra torna-se preocupante. É neste contexto que homens, mulheres e crianças são submetidos a condições aviltantes de trabalho.

Decorridos 107 anos desde a proclamação da Lei Áurea, constata-se o crescimento de ocorrências no campo de "trabalho degradante, forçado ou análogo ao escravo". Vislumbra-se o século XXI e essas novas formas de escravismo continuam a sujeitar o homem à mais ignóbil exploração econômica e a condições miseráveis de existência. Essas relações de trabalho constituem, ainda, uma pungente mácula às pretensões de inserir o País no mundo desenvolvido. À margem da economia de mercado, despontam como grande contradição às injunções de uma economia global e moderna.

Várias iniciativas de organismos nacionais e internacionais foram feitas com intuito de chamar a

atenção da sociedade e das autoridades do Brasil. Estas esbarram sempre na impunidade, no não-en-caminhamento de soluções e na omissão de órgãos públicos. Um fato ilustrativo ocorreu na Região Norte. A Delegacia Regional do Trabalho (DRT) do Pará, estado recordista em denúncias de trabalho escravo, elaborou em 1993 um relatório sobre as apurações de ocorrência de trabalho escravo em que conclui a "Inexistência deste tipo de trabalho". A conclusão das apurações, no entanto, colide frontalmente com os depoimentos prestados por seis trabalhadores fugitivos ao Delegado de Xinguara em que relatam os maus-tratos sofridos. A tibieza das ações da polícia e da justiça, por outro lado, entrava as investigações, consolidando o sentimento de impunidade.

A rota da escravidão tem seu início em lugares distantes das sedes das propriedades rurais, frequentemente em outros estados. Recrutados em regiões pobres ou atingidas por seca, esses trabalhadores têm e vêem na terra a garantia de sobrevivência da própria família. Sem serviço e sem perspectivas no local de origem, homens, e em muitos casos mulheres e crianças, tomam-se vulneráveis a todos os tipos de investidas. Emigram geralmente iludidos pelas "excelentes" propostas apresentadas pelos "gatos" – prepostos de administradores e proprietários rurais. Os "gatos" aliciam com promessas de salários, na maioria das vezes não cumpridas. Muitas vezes arrendam as terras e recebem parte do faturamento.

Ao chegar ao destino, os salários atraentes que lhe haviam sido prometidos são reduzidos e depois confiscados para pagar o custo de transporte, de alimentação e até dos instrumentos de trabalho. É gerado, então, um endividamento, nada restando a título de remuneração no final do mês. Cria-se, deste modo, um sistema fraudulento de dívida para escravizar os trabalhadores recrutados. As leis trabalhistas, conseqüentemente, são reiteradamente desrespeitadas: as jornadas de trabalho a que são submetidos superam a 12 horas diárias, sem pagamento de horas extras; trabalhadores sem carteira de trabalho ou carteiras não assinadas; descumprimento dos benefícios sociais; não-pagamento de 13º salário; inexistência de férias ou folgas semanais. As fazendas assomam, então, como senzalas anacrônicas, onde os trabalhadores enfrentam péssimas condições de alojamento e alimentação, falta de higiene e assistência médica.

Classificar de "trabalho escravo" esta categoria de trabalho não é um recurso retórico ou uma hipér-

bole fátua e impertinente. O desrespeito, nestas propriedades, ao direito fundamental de ir e vir, assegurado pela Constituição Federal, é indício dramático do grau de exploração existente. Ademais, aos trabalhadores que não se submetem ao trabalho forçado – ato intolerável de violência – são aplicadas várias outras modalidades de violência. A truculência grassa o meio rural. Como forma de impedir as fugas, jagunços armados são mantidos nos campos de trabalho. À noite, confinados nos alojamentos, há casos de trabalhadores mantidos em cárcere privado. Histórias de agressão, ameaças de morte, tentativas de homicídio, assassinatos e desaparecimentos pontuam relatórios de entidades ligadas à terra.

Não obstante todas as denúncias, aumenta a exploração de trabalhadores adultos. Segundo relatório da Comissão Pastoral da Terra, o número de pessoas escravizadas cresce de 4.883, em 1991, para 25.193, em 1994. Números divulgados, porém, pela Subcomissão de Trabalho Escravo e Condições de Trabalho na Câmara dos Deputados estimam em 60 mil trabalhadores escravizados. Fazendas no interior dos Estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia lideram este torpe quadro. Já os números relativos ao trabalho de crianças em atividade no campo foi o fato mais alarmante registrado. Em dados gerais sobre a exploração de mão-de-obra infantil urbana e rural, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que "há 7,5 milhões de crianças exploradas – 11,6% da população ativa que trabalha no Brasil, grande parte em condições degradantes, perigosas ou análogas à de escravo".

A pobreza em que vivem as famílias destas crianças representam uma grande dificuldade para o cumprimento da lei que regulamenta o trabalho de menores, pois estes ajudam a reforçar o orçamento da família. De forma que estas crianças, involuntariamente, têm seu universo lúdico ceifado por uma realidade atroz marcada por instrumentos de trabalho e exploração desumana.

Outrossim, é duvidosa a eficácia das políticas de distribuição pura e simples de terras. Espalhados pelo Brasil existem 4,8 milhões de agricultores sem-terra esperando pela reforma agrária. Apenas 135 mil foram assentados nos últimos 10 anos, o que nos causa espanto, visto que não podemos deixar de citar as grandes extensões de terra utilizadas apenas como especulação. Como contraponto, o "Brasil explora apenas 10% de sua área cultivável, enquanto a média mundial é de 51%", segundo técnico do BNDES. As pequenas quantidades de terras cultiváveis em relação ao potencial agrícola do País,

vão de encontro à importância dada à reforma agrária por vários países do mundo que atingiram o desenvolvimento.

A presente proposta de emenda ao texto constitucional tem como escopo não solucionar a grave crise agrária por que passamos, haja vista a complexidade desta problemática e a necessidade de uma mudança na estrutura fundiária do País, mas sim amenizar os conflitos rurais oriundos da luta pela terra, e especificamente punir aqueles proprietários que, mesmo nos limiares do século XXI, continuam com a velha cultura escravocrata que em nada contribui para o desenvolvimento da Nação.

Tendo como fulcro estes dados e certo de que a proposta merecerá a melhor acolhida dos ilustres Pares, tendo em vista o alcance da medida, encarecemos pela sua aprovação.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1995. –
José Eduardo Dutra (1ª signatário) – **Humberto Lucena** – **Epitácio Cafeteira** – **Bernardo Cabral** – **Benedita da Silva** – **Nabor Júnior** – **Joel de Holanda** – **Roberto Requião** – **Valmir Campelo** – **Júlio Campos** – **Jefferson Peres** – **Josaphat Marinho** – **Mauro Miranda** – **Jonas Pinheiro** – **João França** – **Francelino Pereira** – **Waldeck Ornelas** – **José Bianco** – **José Fogaça** – **Beni Veras** – **Lúcio Alcântara** – **Emília Fernandes** – **Renan Calheiros** – **Eduardo Suplicy** – **Sebastião Rocha** – **Carlos Wilson** – **Lauro Campos** – **Pedro Simon** – **Geraldo Mello** – **Júnia Marise** – **Marina Silva**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- I – a forma federativa de Estado;
- II – o voto direto, secreto, universal e periódico;
- III – a separação dos Poderes;
- IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Art. 243. As glebas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentos, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá em benefício de instituições e pessoal especializados no tratamento e recuperação de viciados e no aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão do crime de tráfico dessas substâncias.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) - A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições específicas constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

É lido o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 114, DE 1995

Altera artigo da Resolução nº 11, de 1994, que "dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências".

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O inciso VII, alínea a, do art. 13 da Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13.....

VII.....

a) cumprimento do disposto nos arts. 27, § 2º, 29 incisos VI e VII e 32, § 3º, e 212 da Constituição Federal e no art. 38, parágrafo único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A imprensa nacional falada e escrita tem noticiado, reiteradas vezes, que, em alguns estados brasileiros, deputados estaduais, distritais e vereadores percebem, por suas atividades legislativas, remunerações acima dos limites fixados nos arts. 27, § 2º, 29, incisos VI e VII e 32, § 3º, inciso XI, da Constituição Federal; não é sem razão que os atuais prefeitos e vereadores reclamam das poucas verbas orçamentárias que lhes são destinadas.

Lamentavelmente, em contrapartida, não se tem conhecimento de que a Justiça esteja coibindo efetivamente esta prática – quer pela complexidade do problema, quer pelo desaparecimento de toda sorte dos nossos tribunais de contas, responsáveis em última instância pela glosa das contas públicas.

Ocorreu-nos, originariamente, a apresentação de um requerimento para a criação de uma Comissão Mista Parlamentar de Inquérito no sentido de que este flagrante desrespeito aos dispositivos constitucionais fosse apurado. Entretanto, a própria dificuldade de, em atendimento ao preceito regimental, reunir os elementos que caracterizam tal fato, e os frustrantes resultados em que na maioria das vezes tem-se redundado uma tal empreitada, desaconselharam-nos a trilhar este caminho.

Outra alternativa a nosso alcance talvez fosse a de provocar o Ministério Público para que tomasse as providências cabíveis, mas isto poderia culminar em intervenções federais aqui e acolá, geográfica e temporalmente esparsas, que certamente se restringiriam a uma repercussão momentânea na imprensa, ou seja, em nada contribuiria para uma ação consistente em favor da moralidade no trato da coisa pública, razão pela qual, também, não nos pareceu a solução adequada para questão.

Assim sendo, considerando-se as prerrogativas do Senado Federal, expressas no art. 52 da Constituição Federal, cabe a esta Casa zelar não só pela saúde financeira das unidades federadas, mas inclusive pelos compromissos firmados entre elas e a União que dizem respeito ao erário. Nestes termos, faz-se absolutamente necessário que figure dentre as exigências para que sejam autorizadas operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas autarquias, a comprovação de que estão sendo respeitados os dispositivos constitucionais que tratam da remuneração de deputados estaduais, distritais e vereadores.

Por todo o exposto, tenho a honra de submeter aos meus ilustres pares o presente Projeto de Resolução, ciente de que o mesmo engendrará, e assim espero, um acalorado debate que resultará em seu aprimoramento e na consecução de seus objetivos.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 1995. – Senador **Lauro Campos**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 27. O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

§ 2º A remuneração dos Deputados Estaduais será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela Assembléia Legislativa, observado o que dispõe em os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os Deputados Federais.

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

VI – a remuneração dos Vereadores corresponderá a, no máximo, setenta e cinco por cento da-

quela estabelecida, em espécie, para os Deputados Estaduais, ressalvado o que dispõe o art. 37, XI;

VII – o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município;

Art. 32. O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 3º Aos Deputados Distritais e à Câmara Legislativa aplica-se o disposto no art. 27.

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I – processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

II – processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

a) magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;

c) Governador de Território;

d) presidente e diretores do banco central;

e) Procurador-Geral da República;

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

IV – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

V – autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

VI – fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII – dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal;

VIII – dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

IX – estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

X – suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

XI – aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

XII – elaborar seu regimento interno;

XIII – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

XIV – eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente e do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito de cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no **caput** deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de

contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida, na forma da lei, pelas empresas, que dela poderão deduzir a aplicação realizada no ensino fundamental de seus empregados e dependentes.

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 38. Até a promulgação da lei complementar referida no art. 169, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão despender com pessoal mais do que sessenta e cinco por cento do valor das respectivas receitas correntes.

Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, quando a respectiva despesa de pessoal exceder o limite previsto neste artigo, deverão retornar àquele limite, reduzindo o percentual excedente à razão de um quinto por ano.

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 1994

Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

Art. 13. Os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas autarquias encaminharão ao Senado Federal, por intermédio do Banco Central do Brasil, os pedidos de autorização para a realização das operações de crédito interno, que exijam elevação temporária de limites, e externo, de natureza financeira, de seu interesse, inclusive de concessão de garantias, instruídos com:

VII – demonstrativo da execução orçamentária do último exercício, ou, caso não disponível, do imediatamente anterior, para comprovação de:

a) cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e no art. 38, parágrafo único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) - O projeto será publicado e remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 1.339, DE 1995

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, sejam prestadas pelo Ministro da Fazenda as seguintes informações:

1. Se o Governo estabelece como um dos objetivos do Programa Nacional de Desestatização a amortização da dívida federal, quais as razões que determinaram a publicação da Resolução nº 2.223 do Banco Central, de 28 de setembro de 1995, que permite a conversão em investimentos estrangeiros no Brasil de créditos e títulos da dívida externa brasileira no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, tendo-se em conta que esta dívida está financiada em prazos mais longos e custos significativamente mais baixos com relação à dívida mobiliária interna, que poderia ser amortizadas com a captação de dinheiro em espécie nas privatizações?

2. Qual o diferencial de custo de rolagem da dívida externa com relação à dívida interna, tendo como parâmetro as condições de financiamento atuais?

3. Tendo em vista que o Governo Federal encaminhou Mensagem do Presidente da República, recentemente, solicitando autorização do Senado para a antecipação das garantias relativas aos títulos da dívida externa, sob a justificativa de possibilitar a compra dos títulos brasileiros no mercado secundário a custo mais baixo, qual a razão para aceitá-los, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, pelo valor de face? Por qual valor tais títulos poderiam ser adquiridos no mercado secundário pelo Governo brasileiro?

4. Tendo em vista que o Governo Federal encaminhou Mensagem do Presidente da República nº 667, de 1995, solicitando autorização para a emissão e colocação de títulos no exterior "destinando-se os recursos à substituição da dívida mobiliária interna por dívida externa a menores custos e maiores prazos", conforme justificado na própria Mensagem, qual a razão para permitir o uso dos títulos da dívida externa, recentemente renegociados a longo prazo e custos baixos, segundo justificativa do próprio Governo à época da aprovação da renegociação pelo

Senado, no âmbito do PND? Não estaria o Governo autorizando uma conversão que se choca com os objetivos definidos pelo próprio Governo com relação à administração da dívida federal? Qual o diferencial de custo de rolagem dos títulos colocados pelo Tesouro Nacional no mercado internacional no início do ano, decorrente da Resolução nº 87, de 19 de dezembro de 1994, do Senado Federal, com relação à média dos custos de rolagem dos títulos a que se refere a Resolução nº 2.223, de 28 de setembro de 1995, do Banco Central do Brasil?

5. Quais as razões, sob o ponto de vista do Ministério da Fazenda, para a elevação de 11,4% do valor dos títulos da dívida externa brasileira no mercado secundário ocorrido ao longo do período de 24 a 28 de setembro? O Ministério tem analisado a possibilidade de vazamento de informações relativas à publicação da Resolução nº 2.223, de 1995, do Banco Central?

Justificação

O Banco Central publicou Resolução, 28 de setembro último, que acaba com o desconto prévio sobre o valor de 7 modalidades de títulos da dívida externa quando usados como moeda na compra de ações de empresas estatais. Com esta medida, a parcela de títulos da dívida que podem ser usados nas privatizações pelo valor de face se eleva de US\$ 18 bilhões para US\$ 41,8 bilhões.

Além da crítica à privatização em si, temos criticado fortemente o modelo de privatização que o Governo tem adotado, permitindo o uso de "moedas podres" de maneira indiscriminada. Enquanto o discurso do Governo procura justificar as privatizações pela necessidade de se abater parte da dívida mobiliária, suas ações não condizem com as palavras.

Das privatizações realizadas até o final de 1994, a captação de recursos em dinheiro foi de pouco mais de 4% do valor total das ações leiloadas. O restante foi pago em títulos de dívidas de empresas estatais extintas (Siberbrás, principalmente) e TDA's (Títulos da Dívida Agrária), sendo que parte significativa destes títulos encontravam-se na carteira do BNDES e foram financiados às empresas adquirentes nas seguintes condições: prazo de 20 anos e juros iguais a TJLP mais spread de 12% a.a.

O BNDES alega que tais condições não representam favorecimento, pois esta é a remuneração prevista para os títulos em questão, que seria pago pelo Tesouro de qualquer maneira. Novamente aqui, o Tesouro deixa de receber dinheiro "vivo", com o qual poderia abater parte de sua dívida mobiliária de custo elevado, para antecipar o recolhimento de divi-

das de longo prazo e custos baixos. Se não bastasse este fato, o BNDES negocia estas "moedas-podres" através de corretoras que tem quotas junto ao Banco. Temos, então, um leilão nada democrático, onde as corretoras assumem o papel real de "leiloeiros" e não o estado.

Este aspecto pouco democrático dos leilões de privatização acentuam-se nos casos de privatização de empresas do setor petroquímico. Estas empresas foram criadas ao longo da década de 70, através da participação tripartite do Estado, empresas nacionais e multinacionais. Entre as cláusulas constantes dos contratos iniciais, uma dá preferência aos demais integrantes do controle acionário no caso de venda de ações por um deles. É o que ocorre nos casos presentes de privatização e que tem permitido à Odebrecht tornar-se, paulatinamente, a maior empresa neste oligopólio que está se formando no setor.

Nas privatizações realizadas durante o Governo Itamar Franco, a obrigatoriedade de uso de dinheiro em espécie foi reforçada, exigindo-se percentuais mais elevados do que vinha sendo exigido anteriormente. Mas, quando se tratava do setor petroquímico, esta exigência se atenuava. Mudou-se o Governo, mas a boa vontade com este setor específico permaneceu. Agora que as ditas "moedas-podres" estão se esgotando, o Bacen publica esta Portaria dando novo fôlego aos favorecimentos, mas a Diretora do BNDES para a área de desestatização, Sr^a Elena Landau, precipitou-se em afirmar que nas privatizações do setor elétrico e da Vale do Rio Doce os títulos da dívida externa não poderão ser utilizados, exigindo-se dinheiro vivo. Já quanto às empresas do setor petroquímico, será decidido caso a caso.

Apesar de não estar clara a possibilidade de uso dos títulos neste setor, as duas privatizações ocorridas no dia 05 do corrente mês nos dão uma mostra de como serão os estudos "caso a caso". Poucos dias depois da resolução do Bacen, decidiu-se que os títulos poderiam ser usados nas privatizações da Salgema e da Companhia Química do Recôncavo. Apenas 10% do total precisou ser pago em dinheiro.

Pelo exposto, o presente requerimento justifica-se em face da necessidade do Senado Federal inteirar-se plenamente dos fatos para o exercício de suas prerrogativas fiscalizadoras.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1995. –
Senador **Lauro Campos**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.340, DE 1995

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50 § 2º da Constituição Federal, combinado ao art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro da Fazenda as seguintes informações:

1. Qual o número, por administradora, de grupos de consórcio de automóveis, camionetas e utilitários, novos e usados hoje existentes? Qual o prazo de duração desses grupos e o número de títulos não comercializados ou inadimplentes?

2. Quantos são atualmente as administradoras de consórcios e como estão distribuídas territorialmente?

3. Nos últimos 5 (cinco) anos quais foram liquidadas e qual o valor total do passivo não pago após a liquidação?

4. Quais encontram-se sob intervenção do Banco Central e qual o valor total do ativo e do passivo de cada uma delas?

5. Quais providências estão sendo tomadas para proteger os consorciados, impedindo que administradoras comprometam seus recursos indevidamente provocando sua intervenção ou liquidação por parte do Banco Central?

6. Algum controlador de administradora liquidada ou sob intervenção veio à constituir nova administradora? Em caso afirmativo, quem?

7. Quais as razões, sob o ponto de vista do Ministério da Fazenda e no âmbito do plano real, que levaram o Banco Central do Brasil a baixar a circular nº 2.627, de 5-10-95, que "fixa prazos mínimos e máximos de duração de grupos de consórcio de automóveis, camionetes e utilitários, cancela cotas não comercializadas que especifica, e estabelece novas condições para a aquisição de bens usados", fixando um prazo mínimo de 50 (cinquenta) meses, tendo em vista que a regra que vigia até então estabelecia um prazo máximo de 6 (seis) meses?

Justificação

O presente requerimento faz-se necessário tendo em vista que, uma vez mais o Banco Central do Brasil alterou, através da Circular nº 2.627, de 5-10-95, as regras dos consórcios para adequá-las à política econômica do Governo, ou seja, fazendo disto um mero instrumento de política creditícia, sem levar em consideração os interesses do consumidor e sem se preocupar com aqueles que foram ou estão sendo lesados sistematicamente pela falta de fiscalização e de efetiva regulamentação que caracteriza o setor.

Por diversas vezes tem sido noticiado, como recentemente o foi, o descontentamento dos consumidores – hoje em dia já reunidos em associações

de defesa de seus interesses – com novas mudanças que só contribuem para deixá-los cada vez mais a mercê dos contratos ininteligíveis, dos juros camuflados e dos resíduos não acordados.

Pelo exposto, julgo necessário que o Senado Federal seja esclarecido e que esteja atento aos clamores dos cidadãos comuns.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1995. –
Senador **Lauro Campos**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) - Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III, do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) - A Presidência recebeu da Senadora Emília Fernandes Ofício nº 858/95, de 17 do corrente, encaminhando cópia de convite formulado pela Assembléia Popular Suprema da República Popular Democrática da Coreia, através do Embaixador da República Popular Democrática da Coreia, no Peru, a fim de, integrando comitiva de parlamentares, visitar aquele país. (Diversos s/n de 1995)

O expediente vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) - Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 999-L-BL. PARL/95

Brasília, 17 de outubro de 1995

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que o Deputado Luiz Moreira, PFL/BA, deixa de fazer parte, como membro titular, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Outrossim, indico para referida vaga o Deputado Jonival Lucas – PFL/BA.

Cordialmente, Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) - Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) - Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral, por 20 minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (PP-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ontem pela manhã, reunida a Comissão de Assuntos Econômicos no plenário do Senado, tivemos a oportunidade

de assistir a manifestação de quatorze Governadores em derredor da crise dos Estados com reflexos na ameaça ao Plano Real. Vários deles, nas suas manifestações, anotaram que o Plano poderia ser afetado à vista dos déficits causados pelo pagamento de dívidas e gastos com pessoal.

Quero fixar-me apenas na posição do Governador do Amazonas, o Advogado Amazonino Mendes, uma vez que os demais eminentes Senadores, estou certo, haverão de cumprir a sua tarefa referente aos seus respectivos Estados.

O que ouvi ao longo do discurso do Chefe do Executivo amazonense foi uma reafirmação da preocupação que o povo do Amazonas, em geral, e os seus representantes no Parlamento, em particular, têm com relação à continuidade da inflação senão controlada, pelo menos reduzida ao patamar de hoje, que permite à sociedade elaborar o seu orçamento.

Ao longo de quase trinta anos, acompanhamos a perversidade que era a inflação galopante, liquidando, sobretudo, com os salários dos trabalhadores, uns já achatados pela mágica empreendida por aqueles que pensam que se controla inflação reduzindo salários.

Hoje chega às minhas mãos cópia de um documento que o Governador do Amazonas entregou ao Presidente da República, onde manifesta a sua solidariedade ao chamado Fundo Social de Emergência, para o qual S. Exª dá nova denominação.

Trago ao conhecimento dos Srs. Senadores, sobretudo para que fique registrado nos Anais da Casa, que o Amazonas não se omitiu, não desertou, não ficou numa atitude meramente contemplativa. Ao se pôr ao lado do Presidente da República e dos Ministros da Área Econômica, o Governador do Amazonas destaca:

"Devido o Fundo Social de Emergência ter maior alcance que o expresso pelo nome, o mesmo deveria ser chamado de Fundo de Estabilização do Real, ou Fundo de Estabilização Fiscal ou Estabilização Econômica."

Porque, em verdade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa nomenclatura de Fundo Social de Emergência é de uma infelicidade enorme, porque ele acaba nem sendo social nem sendo de emergência.

De modo que me filio à sugestão do Governador do Estado e, se pudesse escolher em nome do Presidente, eu escolheria a segunda sugestão: Fun-

do de Estabilização Fiscal ou, simplesmente, Estabilização Econômica.

Continuo a leitura, Sr. Presidente:

"O apoio do Governo do Estado do Amazonas, além de refletir a confiança - palavras do Governador - do povo de meu Estado ao Governo de Vossa Excelência, extensivo aos Ministros da Área Econômica - e aqui faço um parêntese para chamar a atenção da Casa - se alicerça no fato incontestável de que os resultados já alcançados pelo Plano Real (redução drástica da inflação em torno de 30% ao mês para cerca de 1%, crescimento econômico da ordem de 5 a 6% do PIB, o nível de reserva já no patamar de US\$45 bilhões; a enorme credibilidade na comunidade internacional; grandes investimentos internacionais a título de capital de risco, já manifestado pelos investidores da ordem de algumas dezenas de bilhões de dólares e enorme distribuição de renda), permitiram expressivo crescimento da receita tributária da União, de todos os Estados e Municípios brasileiros que, em última instância, sem aumento de nenhum tributo, levou com que a carga tributária alcançasse o recorde nacional de 28 a 29% do PIB".

Sr. Presidente, faço um comentário paralelo ao que aqui, em termo numéricos, estatísticos - e isto é irrefutável -, se declara quando a carga tributária alcançou o recorde nacional de 28 a 29% do PIB.

Continua a leitura.

"Assim, as anunciadas perdas dos Estados e Municípios da parcela da receita oriunda do FPE e FPM, respectivamente, na verdade, não podem ser assim entendidas, mas sim como contribuição dos Estados e Municípios para a União (em benefício de todos) de uma pequena parte dos aumentos das suas arrecadações tributárias já alcançadas e com enormes possibilidades de novos ganhos reais efetivos. Tudo em nome da Estabilidade Fiscal ou Estabilidade do Plano Econômico e único gerador de crescimento econômico sustentável e expressivo do País."

Continua o documento.

"Pelos dados disponíveis, todos os Estados tiveram, em 1995, crescimento da Arrecadação Tributária Própria, variando entre 45% a 110%, e a contribuição de cada Esta-

do para o Fundo Social de Emergência atingirá a 8% de uma pequena parcela de sua Receita."

A seguir, o orador se solidariza com o Presidente da República e entende que a permanência desse Fundo deve continuar.

Sr. Presidente, o que se demonstra aqui - e chamo a atenção dos Srs. Senadores -, quando se alerta que houve um crescimento da Arrecadação Tributária Própria entre 45% a 110%, é um argumento que acaba de vez com a falácia de dizer-se que os Constituintes foram os culpados na transferência apenas de renda para os Estados, sem que deixasse a União com a sua parcela para que não houvesse prejuízo. Vez por outra tenho ouvido dizer que a Constituição acabaria ontem e acabará amanhã, segundo quem passou ontem, e os que estão chegando amanhã, a tornar ingovernável o País.

Em verdade - e os Srs. Senadores sabem disso -, o que a União perdeu foi prestígio político, uma vez que hoje é obrigatória a remessa das parcelas para os Estados, quando antes da Constituição o que havia era cada um dos governadores comparecer à presença do Senhor Presidente da República, com o chamado "pires na mão", no sentido de que fossem liberadas, ora verbas, ora canais de televisão. E aí? Aí sim, as suas bancadas eram todas convocadas para o apoio natural. Hoje, cada governador atua ou de comum acordo com a sua bancada, sem que haja a pressão, ou quando resolve apoiar o Presidente da República, como é o caso do Amazonas, por uma deliberação patriótica ou reconhecimento em função do "bolo nacional".

Trouxe ao conhecimento da Casa, porque está deve ser a tônica de quem chefia os executivos locais. Ao invés de estarmos bradando, sempre maldizendo a escuridão - para lembrar o provérbio, ao invés de acender uma luz, nem que fosse de uma vela -, esta é a hora de nos unirmos, todos equidistantes de qualquer conotação político-partidário, e darmos os meios necessários ao Chefe do Poder Executivo, para que a Nação, como um todo, possa ver restabelecida a sua credibilidade já, hoje, bem anunciada no plano internacional, mantida a inflação a patamares, pelo menos, absorvíveis pela vida de um País que quer chegar ao Primeiro Mundo e, finalmente, dizer que a tarefa é de todos.

Recordo-me que, ainda na semana passada, dizia eu ser necessário partilharmos o problema da reforma agrária entre os Poderes Executivo e Legislativo, com alguns respingos que eu chamava a atenção do Judiciário.

Sr. Presidente, hoje, mais do que nunca, diante das manchetes dos principais jornais de que existe um militar de um determinado Estado do Sul do País ganhando quase R\$85 mil por mês, chamo a atenção de que isso está sendo feito porque os governadores, nos seus respectivos Estados, não querem levar ao Poder Judiciário a arma que a Constituição de 88 lhes dá.

De modo que, ao fazer o registro, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, quero, mais uma vez, demonstrar que o Poder Legislativo está atento, vigilante como alguém que sabe das suas responsabilidades, para que a Nação entenda que aqui onde ecoam os clamores populares, este clamor, mais uma vez, encontra eco, que é o clamor da responsabilidade.

O SR. MAURO MIRANDA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB-GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, 18 de outubro, 319 das 322 prefeituras goianas suspenderam suas atividades por 24 horas, em ato de advertência contra a penúria que se abateu sobre suas finanças. O movimento é ordeiro, não tem o caráter de greve e tem o apoio dos servidores. Os prefeitos correm todos os bairros, em carros de som, mostrando a situação de calamidade em que se encontram os municípios e buscando a compreensão das populações para a queda da qualidade dos serviços públicos.

A Associação Goiana dos Municípios, que está em contato permanente com as prefeituras, vem orientado as administrações municipais no sentido de evitar novos endividamentos, enxugar a máquina e cortar despesas, mantendo ativos apenas os serviços de saúde e de limpeza pública.

A situação em meu Estado é muito grave. A crise paralisa obras, atrasa pagamento do funcionalismo e dos fornecedores, e a grande maioria dos prefeitos limita-se a administrar as folhas de salário. Se o prefeito decide realizar os investimentos prometidos em campanha, ele fica impedido de manter em dia os salários dos servidores. Se mantém os pagamentos em dia, as obras são canceladas. Instalou-se o impasse, num clima de tensão entre os prefeitos e a população, que não abre mão dos serviços essenciais.

Para se ter idéia aproximada das dificuldades vividas pelos prefeitos, é significativo o fato de que o

valor total do repasse do Fundo de Participação dos Estados e Municípios para o Estado de Goiás foi de R\$24 milhões, em janeiro. Em julho, esse valor caiu para R\$16 milhões. Além disso, os Municípios sofreram todos os horrores da crise na agricultura, o que levou o nível local de arrecadação a uma situação dramática.

Enquanto a arrecadação desabou no período de janeiro a julho, os encargos foram para a estrutura, em função do novo salário mínimo e da pressão das carências sociais, derivadas do desemprego no setor rural. Cresceu o número de famintos, e os serviços públicos essenciais, sobretudo a saúde, caíram de qualidade pelo crescimento da demanda. O setor da construção civil - grande absorvedor de mão-de-obra - está paralisado, junto com as obras públicas, agravando ainda mais o desemprego. São fatos reais que não podem conviver com a diferença dos poderes públicos e que estão a exigir deste Congresso uma tomada de posição.

Espero que esta minha breve comunicação sirva de alerta para a responsabilidade do Congresso, nesse momento em que a Reforma Administrativa, a Reforma Tributária e o Fundo Social de Emergência reclamam gestos de coragem, grandeza, fidelidade e compromisso com o País e com a Federação. A crise é de tal ordem que não comporta qualquer espaço para a prática da demagogia e da hipocrisia. O povo está atento e saberá nos cobrar no momento certo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) - Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Senador Jefferson Peres, Sr^a e Srs. Senadores, nesse último 12 de setembro e no último final de semana, o Governo lançou o Plano de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Nessas ocasiões, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, juntamente com o Ministro da Educação e do Desporto, concederam entrevistas em que explicam novas diretrizes nas quais se baseiam a proposição que procura garantir mais recursos para a educação, equilibrando recursos entre Estados e Municípios nos diversos níveis.

O Plano de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério procura distribuir responsabilidades entre Estados e Municípios, cumprir vinculações constitucionais, procura eficiên-

cia de gestão e racionalização no uso de recursos, trata de carreira e qualificação profissional, de remuneração dos professores, fala da realidade salarial e propõe diversos mecanismos visando a melhoria de gastos com a educação, além de propor parâmetros para fixação de pisos salariais para o magistério.

As proposições anunciadas causaram bastante descontentamento entre os professores, em muitas das regiões da Nação, e não é à toa que docentes das mais diversas categorias, reunidos hoje em Brasília por suas entidades, realizaram protestos com respeito às proposições anunciadas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso.

Todavia, há um aspecto da proposta do Presidente Fernando Henrique Cardoso que gostaria de comentar. Sua Excelência salientou que há diversos professores em inúmeros Estados - sobretudo os mais pobres no País -, professores do ensino fundamental do 1º Grau, que estão ganhando remunerações da ordem de R\$30 por mês, por uma jornada de meio período, quatro horas por dia ou 24 horas semanais, e que seu plano para a educação visa justamente corrigir isso, visa estabelecer um salário médio da ordem de pelo menos R\$300 por mês, o que possibilitaria um piso - para aqueles que trabalham hoje de 20 a 24 horas semanais - de pelo menos R\$150. Foi o que entendi.

Ainda que essa remuneração seja altamente insatisfatória, ainda que se faça necessário o provimento de mais recursos para a educação no sentido de se garantir um nível de remuneração mais condizente para aqueles que exercem atividade tão importante como a de lecionar, saliento um importante aspecto: Se o Governo Fernando Henrique Cardoso resolveu estabelecer uma renda mínima para aqueles que estão na cátedra, para os professores, há que se pensar no que ocorre com os pais das crianças que estão nas salas de aula. Se ao docente que trabalha em período integral se assegurará uma remuneração média de pelo menos R\$300, nenhum professor no País receberá menos que R\$150; e observem V. Ex^{as} que, hoje, há professores que recebem R\$30, R\$40 ou R\$50 por mês em Estados como os do Nordeste e do Norte do Brasil.

Assim, Sr. Presidente, creio que há que se assegurar também aos pais daqueles que estão nas carteiras um nível mínimo de rendimento. Para que as crianças possam ter condições mínimas para se alimentarem e conseguirem estudar e aprender alguma coisa e não se verem forçadas a ir trabalhar desde os sete, oito, dez ou doze anos de idade, faz-

se necessário assegurar também rendimento mínimo a suas famílias. Gostaria de salientar isso.

Em 1516, em *A Utopia*, Thomas More escreveu a seguinte passagem - uma menção do português viajante Rafael Hittlodeu ao Cardeal-Arcebispo da Inglaterra - sobre a pena de morte:

"Em vez de infligir esses castigos horríveis, seria muito mais apropriado assegurar a todos algum meio de sobrevivência, de tal modo que nenhum homem se visse compelido, por terrível necessidade, a roubar e depois pagar por isso com a morte".

É necessário assegurar, como um direito à cidadania, a sobrevivência das pessoas.

Nessa última terça-feira, sobre esse tema, publiquei o seguinte artigo denominado "Sobrevivência" no jornal *O Estado de S. Paulo*:

Na semana passada, cada habitante do Alasca recebeu US\$990,30. O Fundo Permanente do Alasca (FPA), conforme me informou seu diretor-executivo, Byron Mallot, pagou um total de US\$536 milhões aos 542 mil habitantes que, de janeiro a março deste ano, preencheram um formulário dando suas informações pessoais, comprovando que estavam morando no Alasca durante 1994 ou há mais tempo. Os pais preencheram pelos filhos até 18 anos. Duas testemunhas assinaram. Todos na família recebem, não importa a idade. O que significa que uma família de dez pessoas está recebendo US\$9,903. Mais da metade dos beneficiários recebeu o dividendo por transferência eletrônica na sua conta bancária, em 11 de outubro. Os que preferiram cheque o receberam na sua residência, ontem.

Nós, brasileiros, colaboramos para que cada residente no Alasca receba esse dividendo, pois no patrimônio do FPA há ações das empresas Klabin S/A, Usiminas, Refrigeração Paraná, Siderúrgica Rio-Grandense e, até recentemente, da Aracruz Celulose. A parcela de ações internacionais, que correspondem de 10% a 12% das aplicações do fundo, teve a maior rentabilidade este ano - 45% são títulos de renda fixa, sobretudo do governo norte-americano, 35%, ações de empresas dos EUA e 10% a 15%, empreendimentos imobiliários.

O FPA, criado em 1976, por decisão referendada por todos os eleitores do Esta-

do, é formado a partir de pelo menos 25% de início e 50% a partir de 1980 das receitas de **royalties** que o Estado recebe de toda a exploração de minérios, sobretudo petróleo, aplicadas em benefício de toda a população. O patrimônio do fundo passou de US\$1 bilhão, em 1980, para US\$17 bilhões, em 1990. Desde 1982 os dividendos vêm sendo distribuídos, de forma gradualmente crescente. Segundo estudos realizados por economistas da Universidade do Alasca, esse mecanismo tem tido efeitos positivos para a economia do Estado, proporcionando um ritmo de crescimento mais estável e com menor taxa de desemprego.

O sistema de dividendos do Alasca é tão popular que estudo recém-concluído propondo a transformação da natureza do FPA de maneira a ajudar mais no financiamento das despesas do Orçamento e a limitação do dividendo a um teto de R\$700 vem causando forte reação da opinião pública. A proposta será examinada em janeiro pelos 40 deputados e 20 senadores. Pelo que constatei pessoalmente em julho, entretanto, poucos se disporão a modificar a natureza do fundo.

O que existe no Alasca é considerado a forma mais avançada de garantir uma renda básica ou uma renda de cidadania, pequena, porém incondicional, a todas as pessoas na sociedade, conforme vem sendo propugnado com cada vez melhor argumentação e influência crescente pela Rede Européia da Renda Básica, fundada em 1986, sobretudo pela iniciativa do professor Philippe van Parijs, da Universidade Católica de Louvain, na Bélgica, que acaba de publicar pela Oxford o livro **Real Freedom for All Can (if anything) Justify Capitalism?**

A proposição de garantir uma renda mínima a todos os cidadãos vem ganhando força extraordinária, suprapartidária, no Brasil, a ponto de a idéia ter sido agora abraçada pelo Prefeito Paulo Salim Maluf, do PPB, a partir de proposição do Vereador Arselino Tatto, do PT, que teve aprovado pela Câmara Municipal de São Paulo seu projeto que institui o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal. Maluf avaliou que só o Executivo teria o direito de formular tal projeto, baixou de R\$300,00 para

US\$150,00 o teto das famílias que terão o direito a receber o complemento até aquele montante e limitou o direito àqueles que estejam morando na cidade há pelo menos dez anos. Deu o nome de Sobrevivência ao projeto, o que é interessante, pois relembra a argumentação em favor da renda mínima formulada em 1516, por Thomas More, citada acima. Justamente a que inspirou o seu amigo Juan Luis Vives a propor para a cidade flamenga de Bruges, em **De Subventio-ne Pauperum Sive de Humanis Necessitatibus**, a instituição de uma forma de renda mínima, em 1526, e que lá foi aplicada.

Tanto o projeto de Tatto quanto o de Maluf, que poderão agora ser aperfeiçoados no diálogo com os vereadores, propõem que o direito seja garantido às famílias que tenham suas crianças até 14 anos freqüentando creches ou escolas, a exemplo das experiências já introduzidas nos governos do Distrito Federal, de Cristovam Buarque (PT), de Campinas, de José Roberto Magalhães Teixeira (PSDB), de Salvador, de Lídice da Matta (PSDB), das leis sancionadas a semana passada pelos prefeitos Antônio Palocci (PT), de Ribeirão Preto, e Waldir Trigo (PSDB), de Sertãozinho. As Câmaras Municipais de dezenas de cidades e várias Assembléias Legislativas estão debatendo propostas na mesma direção, com forte efeito catalisador para que amadureça o momento de votação do projeto que institui a garantia de renda mínima na Câmara dos Deputados, já aprovado no Senado e que conta com parecer favorável do deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), líder do governo FH, e o apoio transmitido a mim do ministro extraordinário dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, Pelé, além do apoio já expresso pelos ministros Pedro Malan e Bresser Pereira.

O presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Enrique Iglesias, informou-me que poderá aquela instituição, em convênio com o Ipea, financiar pesquisas a serem realizadas por instituições de ensino superior sobre as diversas experiências de projetos de garantia de renda mínima que estão se realizando no Brasil, comparando com as mais variadas formas vigentes em outros países. Tais estudos, a exemplo do

que está sendo feito pela Universidade de Campinas, ao acompanhar o projeto naquela cidade, certamente contribuirão para o aperfeiçoamento de uma proposta que alcança apoio no mais amplo espectro de economistas e intelectuais no Brasil e no exterior, que vão de Bertrand Russel a Friedrich A. Van Hayek, de Thomas Paine a Mário Henrique Simonsen, de Joan Robinson a Milton Friedmam, de James Edward Meade a George Stigler, de John Kenneth Galbraith a Antony Atkinson, de Daniel Patrick Moynihan a Lionel Stoleru, de Antônio Delfim Netto a Celso Furtado, de Lauro Campos a Pêrsio Arida, de Maria da Conceição Tavares a Roberto Campos, de Paulo Nogueira Batista a Edmar Bacha, de José Márcio Camargo a Antônio Maria da Silveira. Há diferenças de enfoques e de formas, mas o número de pessoas que ainda considera a renda mínima, como um direito à cidadania, idéia treloucada se restringe a um círculo cada vez menor que se recusa a estudar melhor a matéria.

Sr. Presidente, gostaria de salientar que felizmente cresce o número de pessoas que se interessam por este tema. Ao relatar ao Presidente da Palestina, Yasser Arafat, o debate realizado no Brasil e a experiência realizada no Alasca, solicitou-me ele que lhe levasse informações as mais completas sobre tal proposição, o que fiz ainda na tarde de ontem.

Está hoje no Brasil o Primeiro-Ministro Felipe González, da Espanha, País que adotou, a partir de 1988, projeto semelhante ao da França, ou seja, a renda mínima de inserção. Toda pessoa cuja renda não atinja um certo patamar passou a receber, há seis anos, na Espanha, um complemento de renda até aquele patamar.

Naquele País o projeto tem diferentes formações, segundo as diversas províncias. Não se trata, portanto, de um projeto nacional, mas de um projeto vário, existindo em todas as províncias formas que guardam semelhança. Mas é mais uma experiência que convém a nós, brasileiros, estudar de perto para podermos aqui aperfeiçoar a proposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) - Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha, para uma comunicação de liderança.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos para proferir o seu discurso.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT-AP. Como Líder.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, 18 de outubro, dia de São Lucas, foi a data escolhida pela Organização Mundial da Saúde como o Dia do Médico.

Na dupla condição de parlamentar e de médico, ocupo, nesta data, a tribuna desta Casa para prestar a minha homenagem a todos aqueles que, ao fazerem solenemente o juramento de Hipócrates, abraçaram tão nobre profissão e se comprometeram a trabalhar em benefício dos seus semelhantes.

No dia de hoje, em todo o mundo, esses profissionais tão dedicados estão sendo reverenciados por sua luta diária para cuidar da saúde, prevenir as doenças, minorar o sofrimento e salvar a vida das pessoas.

Em nosso País, nas caóticas condições em que se encontra o setor público de saúde, essa classe médica tão sofrida, que vem desenvolvendo seu trabalho com tantas dificuldades, com tantas limitações e carências, deveria merecer muito mais do que uma simples homenagem. O médico brasileiro merece receber de toda a sociedade um gesto particular de reconhecimento e gratidão por resistir e continuar lutando para salvar vidas, apesar das dramáticas condições em que exerce o seu trabalho.

Com impressionante frequência, são denunciadas, nas tribunas do Congresso Nacional e na mídia, as péssimas condições em que são prestados os serviços de saúde à população brasileira. A rede hospitalar pública está sucateada, e o quadro das condições de atendimento aos que necessitam de cuidados médicos-hospitalares é simplesmente danoso. Faltam médicos, faltam equipamentos, faltam medicamentos, mesmo os mais elementares, instalações estão desabando, doentes morrem nas portas dos hospitais por falta de atendimento, pacientes são assistidos nos corredores, mulheres dão à luz em pias. Tudo isso ocorre inacreditavelmente em nosso País, que é a décima economia do mundo.

Mas os problemas não se limitam à falta das mais elementares condições de trabalho, Srs^a e Srs. Senadores. Existe também a questão das baixas remunerações pagas a essa categoria profissional.

Eu não poderia deixar de me referir, nesta data, à situação de penúria a que foram levados os médicos brasileiros, em consequência do gradativo processo de aviltamento de seus salários, Sr. Presidente.

É evidente que o baixo salário dos médicos não é um fato isolado. No Brasil das últimas déca-

das, esses profissionais não são as únicas vítimas do arrocho salarial que vem empobrecendo toda a nossa classe assalariada.

Porém, a atividade desses profissionais, que diariamente lutam para minorar os sofrimentos e para curar a enorme variedade de doenças que assola o País, possui características ímpares, que extrapolam o simples exercício burocrático de uma profissão. É inegavelmente necessário um elevado grau de abnegação para, nas condições atuais, continuar a exercer dignamente a Medicina no Brasil.

Lamentavelmente, a função de curar, a função de salvar vidas perdeu sua dignidade em nosso País e os que exercem a Medicina, hoje, apesar de serem profissionais liberais, amargam, em sua grande maioria, a condição de simples assalariados mal remunerados, tanto pelos órgãos públicos quanto pelos grupos e entidades particulares de prestação de serviços de assistência médico-hospitalar.

Como se pode aceitar que um profissional, a quem cabe tomar decisões sobre a vida de seus semelhantes, e que é o único responsável pelos erros em decisões que envolvem tal grau de responsabilidade, possa ser tão mal remunerado, a ponto de ter de se sujeitar a viver correndo de um emprego para outro, a cumprir jornadas sucessivas de trabalho sem descanso, a dar plantões intermináveis para suplementar seu orçamento?

A triste verdade é que os médicos brasileiros não têm muito a comemorar no dia de hoje, Sr. Presidente! Não existe uma política de recursos humanos neste País que valorize o profissional médico, estimulando-o a trabalhar no setor público, garantindo-lhe salários dignos, boas condições de trabalho, perspectivas de carreira e de atualização profissional.

Tenho plena convicção de que, se assegurarmos aos médicos uma boa formação e as condições indispensáveis ao exercício de sua atividade profissional, estaremos também dando um passo importantíssimo para a melhoria dos níveis de saúde da população brasileira, pois é preciso que se reconheça a relevância da participação da classe médica na solução deste que é um dos mais graves problemas do nosso País: a saúde.

Ao concluir este breve pronunciamento de homenagem a essa categoria profissional, da qual tenho honra e orgulho de fazer parte, faço um apelo às autoridades do setor de saúde para que valorizem os profissionais da Medicina e reconheçam a relevância da participação da classe médica na recuperação do quadro atual e na reversão dos vergonhosos padrões de saúde que nosso País apresenta

hoje, padrões indignos e incompatíveis com a importância e com a posição que o Brasil ocupa no cenário mundial.

Aproveito para abraçar a todos os médicos, em meu nome e em nome do meu Partido, o PDT.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - Concedo a palavra, para uma comunicação de liderança, por cinco minutos, ao Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, quero registrar e lamentar profundamente o fato de termos sido responsáveis pela criação de uma ilusão ao povo do nosso Estado.

Levamos a ilusão, porque acreditamos neste Governo. Todos aqui nesta Casa são testemunhas do nosso empenho, do empenho de outros Parlamentares da nossa Região em socorrer algumas necessidades da nossa Amazônia. Exigimos, desde quando chegamos nesta Casa - alguns Senadores, Deputados Federais, Governadores e eu - a recuperação das rodovias Transamazônica e Santarém/Culabá no Estado do Pará.

O Governo vetou todos os recursos que estavam destinados a essa obra, entre outras em todo o País. Recentemente, o Congresso Nacional aprovou os vetos do Poder Executivo. Foi um veto global, totalizando R\$2,8 bilhões. O Governo prometeu à Nação fazer uma nova análise sobre aqueles vetos e redistribuir aqueles recursos. Ficou de enviar para esta Casa um pedido de recurso suplementar, no início do mês de agosto.

Ocorre que esse pedido chegou aqui no final do mês de agosto. É o PL nº 32/95, chamado e conhecido por todos nesta Casa como "Jumbão". O referido PL está tramitando na Comissão de Orçamento, e seu Relator é o Deputado Pinheiro Landin.

O Governo fez acordo com a Comissão. Esta chegou à conclusão de que havia recursos sobrando do pessoal e queria utilizar uma parte deles para mais investimentos, devido ao grande número de emendas apresentadas pelos Parlamentares. O Governo não aceitou essa mudança e protelou as negociações. Agora, chega à conclusão de que vai tirar recursos do INCRA e da LBA para permitir a viabilização de algumas dessas emendas.

O fato concreto, Sr. Presidente, é que o PL nº 32, o chamado "Jumbão", no valor de R\$2,8 bilhões - que tem origem dos recursos aos vetos apostos à

União de 1995, ou seja, ele é uma nova distribuição dos recursos dos vetos feitos no início do ano pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso - ainda não foi votado, e já estamos no fim de outubro. Consequentemente, não apenas no Pará, mas em todo o Brasil, no momento em que a matéria vier a ser votada, daqui a uma semana ou 15 dias, quem sabe, não haverá mais possibilidade de utilização desses recursos na nossa Região. As chuvas começarão a cair no início de novembro.

O que nos dói, Sr. Presidente, é que, confiando neste Governo, percorremos todo o Estado dizendo ao povo que as obras seriam iniciadas este ano; dizendo àquelas pessoas que elas não passariam um inverno de dificuldades, como em anos anteriores. Levamos esperanças vãs! Estivemos em vários locais e afirmamos às pessoas que esses trabalhos seriam realizados ainda no verão de 1995.

Infelizmente, contribuímos para iludir aquelas pessoas. As obras sérias, as obras necessárias realmente não terão mais condições de serem feitas neste ano. O asfaltamento do trecho entre Santarém e Rurópolis, que estava previsto - inclusive o BEC que iria fazer a obra -, não será mais feito. O asfaltamento da BR-222, entre Rondon do Pará e Dom Elzeu, que toda a comunidade estava esperando, creio que também não poderá mais acontecer. É lastimável!

Parece-nos que o Governo tentou enganar este Congresso Nacional, tentou enganar a todos nós e criou todas as dificuldades para que a aprovação desse "Jumbão" fosse concretizada nesta Casa.

Quero, em nome do meu Partido, lamentar profundamente o que está acontecendo. O trabalho dos Parlamentares é muito grande: eles se empenham, se dedicam, participam de reuniões e reuniões para contribuir com a alocação de recursos no Orçamento da União, e, no final, a consequência é nula, porque o Governo veta tudo e o Congresso, infelizmente, aceita os vetos do Governo.

Espero que os erros do passado não se repitam no futuro. Lamento profundamente a ocorrência desse fato, além de termos criado essa ilusão, essa expectativa para as pessoas do nosso Estado.

Muito obrigado.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) - Para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, concedo a palavra à Senadora Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da orado-

ra.) - Sr. Presidente, gastarei menos que cinco minutos em meu pronunciamento.

Em companhia do Senador Edison Lobão, acompanhei o velório do Deputado Amaral Netto. Não poderia também deixar de registrar o sentimento angustiante de tristeza daquela família.

Mas quero mencionar um fato que me chamou a atenção. A família de Amaral Netto estava num choro inconsolável quando chegou a mãe do falecido Deputado, uma senhora com 94 anos, impondo uma força e uma energia tão grandes que passou para todos nós. Ela era o símbolo de consolo para aquela família - esposa e filhas - que estava realmente desesperada. Essa senhora de 94 anos de idade, com toda a garra, com toda a coragem - conheço esse sentimento, a dor pela perda de um filho, porque já perdi também - colocou-se junto aos seus netos e junto à sua nora para dar a eles a força necessária naquele momento.

Um outro assunto que eu gostaria de registrar, Sr. Presidente, é que hoje é dia de São Lucas, dia em que se comemora o dia dos médicos no Brasil, aos quais gostaria de prestar uma homenagem, esses médicos que têm trazido a nós a oportunidade de fazer com que a medicina curativa aconteça.

Neste dia, gostaria de chamar a atenção para o fato de que precisamos introduzir na política de saúde brasileira a medicina preventiva. Votaremos, daqui há pouco, um pleito que está sendo reivindicado pelo Ministro da Saúde para que possamos ter mais recursos para a saúde.

Quero, desde já, colocar que há necessidade de adotarmos alguma medida emergencial com relação a esse tema. No dia em que se comemora, em que se consagra o trabalho exercido pelos médicos, não podemos deixar de questionar o abandono da medicina preventiva. Esperamos que os recursos que poderão vir através da votação que se dará daqui há pouco possam estar voltados para a medicina preventiva, e que os médicos possam, mais uma vez, com a sua medicina revolucionária, impedir que cheguemos a ter a maioria dos doentes da América Latina.

Era o que eu tinha a dizer Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) - Concedo a palavra, por 20 minutos, ao nobre Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de registrar, neste instante, com muita satisfação, a passagem do dia 12 de outubro,

dia do Engenheiro Agrônomo e prestar a esses profissionais uma especial homenagem; uma homenagem que entendemos justa e que esta Casa não pode deixar de prestar pela importância e, sobretudo, pela valiosa e inquestionável contribuição que os engenheiros agrônomos têm dado à nossa sociedade.

Ao longo de toda nossa vida profissional, como Técnico Agrícola, como Médico Veterinário, como Extensionista Rural e como Parlamentar, temos tido a oportunidade de conviver e trabalhar ao lado de engenheiros agrônomos e por isso podemos dar o nosso testemunho da importância do trabalho que desenvolvem em favor da agricultura e dos produtores rurais e suas famílias.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a agricultura está na base da vida e da sociedade. A agricultura assegura não somente a alimentação, mas a matéria-prima para a maioria dos produtos de consumo, além de ser importante fonte geradora de emprego e de renda em nosso País, já que dela dependem boa parte da indústria e do comércio.

Não podemos esquecer que por trás dessa atividade está sempre o trabalho, muitas vezes anônimo, e lamentavelmente nem sempre reconhecido, do Engenheiro Agrônomo.

Os engenheiros agrônomos dispõem de uma ampla formação acadêmica e por isso vêm apolando os mais diversos segmentos de produção de alimentos e do complexo agroalimentar brasileiro. Atuam de forma importantíssima no processo de geração de novas tecnologias agropecuárias, indispensáveis ao desenvolvimento e à modernização da agricultura no seu todo. Assistem não só ao produtor rural, mas a toda sua família - inclusive mulheres e jovens -, transmitindo-lhes, através de metodologias educacionais específicas, informações sobre novas tecnologias de produção, de gerenciamento e de alimentação, de modo a buscar o aumento de sua renda e a melhoria de suas condições de vida. Nesse contexto, não se deve esquecer a notável contribuição que os engenheiros agrônomos vêm prestando à conservação do solo e do meio ambiente, entre tantas outras.

Os Engenheiros Agrônomos, por receberem no seu processo de formação acadêmica conhecimentos de sociologia rural, de comunicação e de extensão rural são profissionais que têm amplas condições de conhecer e interpretar a realidade rural sob o prisma humano, de entender de maneira mais clara a dinâmica social no campo e, assim, apoiar suas formas associativas e melhor se inter-relacionarem com os agricultores e suas famílias.

- Assim, os engenheiros agrônomos estão presentes e dando sua colaboração nas atividades dos diversos campos de conhecimento vinculados à agricultura e ao meio rural, quais sejam: na economia rural, na administração rural, na extensão rural, na sociologia rural, na informática, na tecnologia de processamento de alimentos, na engenharia rural, na zootecnia e na fitotecnia.

Entretanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com preocupação constatamos que os engenheiros agrônomos, em nosso País, nem sempre vêm recebendo o reconhecimento devido pelos valiosos trabalhos que desenvolvem e, acima de tudo, pelo trabalho que podem desenvolver.

Nos próprios órgãos públicos esses profissionais, na maioria das vezes, não vêm sendo valorizados, não vêm recebendo incentivos, não vêm tendo as mínimas condições de trabalho, chegando a perceber, em muitos casos, salários que são absolutamente irrisórios, incompatíveis com as suas capacidades e suas amplas potencialidades produtivas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assim como a agricultura está na base e na vida da sociedade, os Engenheiros Agrônomos estão na base e na vida da agricultura.

Sem dúvida, sem a contribuição dos Engenheiros Agrônomos, certamente, não poderemos ampliar e consolidar a nossa agricultura e, portanto, por analogia, consolidar a base da nossa própria vida.

Ao prestarmos esta homenagem aos Engenheiros Agrônomos, gostaríamos de particularizá-la na pessoa do Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Mato Grosso, Dr. Hortêncio Paro, bem como dos seus 480 associados, ressaltando, inclusive, que aquela Associação inaugurou, dia 12 de outubro, a sua sede própria, em Cuiabá.

Finalmente, fazemos desta tribuna um veemente apelo para que toda a sociedade busque lutar pela valorização desses profissionais em nosso País.

Muito obrigado.

O Sr. Jefferson Peres deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Há expediente a ser lido.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lido e aprovado o seguinte:

DIVERSOS S/Nº, DE 1995-CN

SGM/P nº 1.179

Brasília, 6 de outubro de 1995

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Câmara dos Deputados, em sessão realizada no dia 9 de março p.p., aprovou o Requerimento do Senhor Deputado Paes Landim (PFL/PI) solicitando solene sessão comemorativa aos 100 anos das relações entre o Brasil e o Japão.

Tendo em vista que o autor do requerimento sugeriu à Mesa a transformação do pedido em sessão conjunta do Congresso Nacional, no próximo dia 21 de novembro, consulto essa Presidência sobre a viabilidade de sua realização.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e apreço. — **Luís Eduardo, Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Aprovada a proposta, fica convocada sessão solene do Congresso Nacional, comemorativa dos 100 anos das relações Brasil-Japão, a realizar-se, no dia 21 de novembro, às 11h, no plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antônio Carlos Valadares.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.341, DE 1995

Senhor Presidente,

Em conformidade com o art. 215, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Agricultura as seguintes informações:

1) Quais os critérios adotados por este ministério para o licenciamento e comercialização das vacinas anti-aftosa para suínos e bovinos?

2) Quais os laboratórios oficiais ou credenciados pelo Ministério da Agricultura que, atualmente, incumbem-se da realização dos testes de eficácia relativos às vacinas referidas no item anterior?

3) Qual a periodicidade com que o controle de qualidade das vacinas é efetivamente realizado?

4) Quais os laboratórios autorizados por este Ministério para a produção e comercialização das vacinas anteriormente referidas?

5) Qual o diferencial de custos para o pecuarista e produtor rural brasileiro com relação à aquisição de vacinas nacionais e importadas?

6) Quais os lineamentos que caracterizam, hoje, a política nacional de combate à febre aftosa?

Justificação

A febre aftosa é um dos principais problemas que afetam o rebanho bovino e suíno brasileiro, não só pela diminuição da produção de carne e leite, mas, também, pelas restrições à exportação de carne impostas por países livres da doença, principalmente a comunidade européia e os Estados Unidos da América, havendo, atualmente, pressão crescente exercida por parte dos países do Mercosul, Argentina e Uruguai à frente.

Segundo projeção feita pelo economista Victor Nehmi, vice-presidente do Sindicato Nacional dos Pecuaristas de Gado de Corte, em novembro de 1993 os pecuaristas brasileiros tiveram uma perda de receita estimada em cerca de 500 milhões de dólares anuais em virtude da febre aftosa.

Com um rebanho de 150 milhões de cabeças, o País necessitaria de 300 milhões de doses de vacina, mas utilizam-se, anualmente, 160 a 180 milhões de unidades, em um mercado cativo formado por apenas sete indústrias, que detêm o controle do mercado produtor de imunogênicos e que, segundo as lideranças pecuárias, não fornecem um produto seguro ou com garantia de qualidade e, paralelamente, com alto custo para o pecuarista, o qual, por vezes, assegura que não existe interesse por parte da indústria em erradicar a aftosa, pois esta lhe proporciona lucros seguros e fartos. A agravar o quadro, o poder imunogênico das vacinas nacionais não obedece a um cronograma adequado de testes de controle de qualidade, permanecendo por um período que chega a compreender até dois anos sem nenhum procedimento avallador, segundo Hugo Giudice Paz, representante da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul.

Destarte, é com preocupação que nos dirigimos ao Senhor Ministro da Agricultura, na expectativa de que os esclarecimentos necessários sejam prestados, para que, reunidos sob o mesmo propósito, possamos encaminhar soluções para essas questões que infligem onerosas perdas e gravames à economia e à sociedade brasileira em geral.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1995. —
Senador **Roberto Requão.**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) - O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III, do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Em sessão anterior foi lido o Requerimento nº 1.334, de 1995, do Senador Artur da Távola e outros Srs. Senadores, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno, do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do dia 21 de novembro próximo seja dedicado à comemoração do Centenário da Fundação Clube de Regatas Flamengo, que transcorrerá no dia 15 do referido mês.

O requerimento deixou de ser votado, naquela oportunidade, em virtude do levantamento da sessão.

Em votação o requerimento do Senador Artur da Távola.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Solicito aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes e em outras dependências desta Casa que compareçam ao plenário, uma vez que teremos votação de emendas constitucionais com **quorum** qualificado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 1995 (nº 6/95, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que altera o § 1º do artigo 177 da Constituição Federal, tendo

Pareceres, sob nºs 507 e 626, de 1995, da Comissão - de **Constituição, Justiça e Cidadania**, 1º pronunciamento (sobre a Proposta de Emenda à Constituição): favorável com correções formais, em obediência à técnica legislativa; 2º pronunciamento: pela rejeição das emendas de Plenário.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária de 19 de setembro.

Em votação.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Senador Josaphat Marinho, para encaminhar a votação. (Pausa.)

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Senador Sebastião Rocha, antes de conceder a palavra a V. Exª está inscrito como segundo orador o Senador Antonio Carlos Valadares.

Chegou ao plenário o Senador Josaphat Marinho, a quem concedo a palavra.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, votei, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, contrariamente à emenda que, a título de flexibilizar, fulmina o monopólio estatal do petróleo e destrói a importância da Petrobrás.

Ao fazê-lo, tive a oportunidade de assinalar que o problema da exploração do petróleo não tem apenas sentido econômico, como parece situar-se no ânimo do Governo. Há problemas de natureza política e estratégica que precisam ser considerados. Não vou enunciar aqui números, estatísticas, para retornar ao exame da matéria. O que a Petrobrás desenvolveu no País desde a descoberta do petróleo, à sua industrialização, à multiplicação dos derivados, à sua distribuição por todo o território nacional, operando, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de notável tecnologia, tudo isso basta para demonstrar a impropriedade da orientação governamental que extingue, em verdade, o monopólio.

Saliente-se, por exemplo, para demonstrar a improcedência da medida, o que a Petrobrás realizou na ampliação da produção, o que efetivou na especialização dos derivados fabricados, desenvolvendo uma tecnologia própria para a exploração de petróleo em águas profundas, dando exemplo a todas as empresas do mundo.

Note-se, por outro lado, que, no curso dessas atividades, a empresa criou uma mão-de-obra especializada da maior qualificação, reconhecida em todo mundo. Tudo a Petrobrás desenvolveu sem dependência dos recursos do Tesouro Nacional e ainda recolhendo tributos aos cofres desta Nação. Há quem diga que esses tributos não foram recolhidos em proporção adequada. Preciso é assinalar-se que o problema da manutenção da exploração do petróleo sob regime de monopólio gera, para a empresa que o executa, encargos enormes, como a Petrobrás os tem sustentado, inclusive facilitando vantagens para que o Governo da União propicie favores a outras empresas vinculadas ao Poder Público.

Não encontro, assim, razões para mudar de ponto de vista. Vencido, como já fui e certamente o serei, no mérito da questão, daria meu voto em favor da emenda que, de início, cogitou de apresentar o nobre Relator, Ronaldo Cunha Lima, exigindo que a lei que regulasse a matéria tivesse o caráter de lei complementar. Ocorre, porém, que, por entendimento que S. Exª teve com o Presidente da República,

deliberou não oferecer a emenda e aceitar a proposta que pelo Chefe desta Nação lhe foi feita, de ser encaminhada mensagem propondo a disciplina do assunto mediante lei complementar.

Não posso concordar com o nobre Relator. Não há duas opiniões no Brasil, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. O entendimento é um só: só há lei complementar se prevista na Constituição. É a opinião desta Casa, desde o regime da Carta de 1967, por um brilhante parecer do Senador Aluízio de Carvalho Filho. É o pensamento dos comentadores da Constituição, valendo destacar, porque mais se estendeu na matéria, o professor Pinto Ferreira. Ninguém, nem nos tribunais, admite que possa haver lei complementar não prevista na Constituição.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - (Faz soar a campainha).

O SR. JOSAPHAT MARINHO - Vejo que V. Ex^a me adverte quanto ao tempo e procurarei atendê-lo, Sr. Presidente.

Ninguém, nem nos tribunais, admite essa orientação. Conseqüentemente, o nobre Relator aceitou uma proposta que não pode ser cumprida pelo Presidente da República. Se porventura vier uma proposta de lei complementar, a Câmara fatalmente a transformará em projeto de lei ordinária e, se aqui chegasse com o equívoco, não poderia ser outro o procedimento do Senado da República.

Diante dessas razões, lamento profundamente que uma tendência liberal equívoca e contrária aos interesses nacionais haja conduzido o Governo e esteja conduzindo o Poder Legislativo a fulminar o regime de monopólio e prejudicar o crescimento e a afirmação de uma empresa como a Petrobrás, que tão assinalados serviços prestou ao País.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Tem a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, para encaminhar a votação.

V. Ex^a disporá de cinco minutos.

A SRA. JÚNIA MARISE - Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me inscreva para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Está inscrita a ilustre Senadora Júnia Marise.

Também está inscrito o Senador José Eduardo Dutra.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PP-SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tal como evidenciou o nobre Senador Josaphat Mari-

nho, que tem o respeito desta Casa e desta Nação, pelas posições coerentes que tem adotado do ponto de vista nacionalista, considero esta proposta do Governo da quebra do monopólio do petróleo realmente temerária, porquanto atinge um setor dos mais estratégicos, notadamente quando sabemos que os países industrializados estão sofrendo a crise da falta desse elemento indispensável ao desenvolvimento de qualquer nação, que é o petróleo.

Passarei, Sr. Presidente, a citar algumas frases que foram incluídas no parecer do Relator, nobre Senador Ronaldo Cunha Lima, que retratam de forma clara e insofismável as preocupações que todos nós devemos nos ater ao votarmos matéria de tão alta magnitude.

Algumas frases lapidares de autoridades mundiais que fizeram história:

"A nação que possui petróleo em seu subsolo e o entrega a outro país para explorar, não zela pelo seu futuro" - de autoria do Presidente Woodrow Wilson, dos Estados Unidos.

"Enquanto eu for Presidente dos Estados Unidos, o Governo Federal não renunciará à sua soberania e ao controle dos seus recursos naturais" - palavras do Presidente Franklin Delano Roosevelt, dos Estados Unidos.

O Primeiro-Ministro da Inglaterra, que comandou a grande batalha contra o nazismo, também teve a sua frase lembrada pelo nobre Relator da matéria, Senador Ronaldo Cunha Lima, que concluiu pela quebra do monopólio.

Fala Winston Churchill a respeito da Shell, uma das seis irmãs que dominam 90% do mercado do petróleo e do gás natural em todo o mundo.

"É a sua política e vale a pena examiná-la bem - adquirir o controle das fontes e meios de fornecimento e então controlar a produção e o preço... não temos litígios com a Shell. Sempre foram cortesias, cheios de consideração, prontos a servir, ansiosos por cooperar com o almirantado e por promover os interesses da Marinha Britânica - a um preço. A única dificuldade sempre foi o preço. Neste ponto, naturalmente, sempre fomos tratados com todo o rigor. Mas nós não correremos o risco de cair nas mãos dessas excelentes pessoas."

Quem disse isso foi o Primeiro-Ministro Winston Churchill, o grande estadista da Inglaterra.

Sr. Presidente, para não mais tomar o tempo dos Srs. Senadores, já que o mesmo é tão exíguo, direi que três emendas foram apresentadas nesta Casa, com assinaturas suficientes para a sua tramitação: a Emenda da Senadora Júnia Marise, representante de Minas Gerais; a Emenda do Senador Roberto Freire, representante de Pernambuco; e a Emenda nº 7, da nossa autoria.

Em resumo, a nossa Emenda coloca no texto constitucional o compromisso assumido pelo Presidente da República em carta que enviou ao Presidente José Sarney, por meio da qual Sua Excelência diz, textualmente, que não vai admitir a privatização da PETROBRÁS, que nas áreas em que essa empresa está atuando nenhuma outra poderá penetrar e que em concorrência para a exploração e a lavra do petróleo e do gás natural, em caso de igualdade, a PETROBRÁS ganhará.

Sr. Presidente, esta Emenda que estamos apresentando não significa que não temos confiança no Presidente da República. Confiamos na palavra de Sua Excelência, mas a Presidência da República não é constituída por um homem só. O Vice-Presidente da República, Marco Maciel - o qual, quem sabe, poderá assumir o cargo amanhã -, não assinou essa carta; somente quem o fez foi o Presidente da República. Os Deputados Federais, assim como os Senadores, também não a assinaram.

De forma, Sr. Presidente, que já estamos acostumados a observar que, por razões de Estado, a palavra de um estadista pode mudar, a palavra de um Presidente da República pode mudar. Mas a palavra do Congresso Nacional, instituída e inscrita na lei, dificilmente mudará, principalmente se esse compromisso estiver inscrito em nossa Carta Magna, em nossa Constituição Federal. O objetivo maior é transpor as palavras da carta do Presidente da República para a Carta Magna, que comanda o nosso País.

Ao concluir, Sr. Presidente, diria que a Emenda nº 7 não é a Emenda Valadares - é a Emenda Fernando Henrique Cardoso, porque traduz o pensamento de Sua Excelência e garante para o futuro a não privatização e a existência dessa grande empresa nacional, a PETROBRÁS.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Sr. Presidente, havia me inscrito para falar em nome da Liderança do PDT; entretanto, como está presente em plenário a Senadora Júnia Marise, Líder do PDT, gostaria, se

me for permitido, de transferir a S. Ex^a a palavra, para se posicionar em nome do Partido.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A Senadora Júnia Marise é a próxima oradora inscrita, a quem concedo a palavra.

A SRA. JÚNIA MARISE (PDT-MG. Como Líder. Para encaminhar a votação.) - Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, há uma frase do Imperador francês Napoleão Bonaparte, contida no livro *Máximas e Pensamentos do Imperador*, organizado pelo escritor Honoré de Balzac, que define com precisão ao que hoje assistimos no País com as posições adotadas pelas nossas elites dirigentes. A frase é singular:

"As oligarquias não mudam nunca de opinião, pois seu interesse é sempre o mesmo."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, dizia ontem que estamos definitivamente entrando para a história do nosso País, quebrando o monopólio de uma empresa que, em quase meio século de existência, transformou-se no orgulho da Nação brasileira. Qual o cidadão neste País, principalmente dentre aqueles que têm o privilégio de viajar para além das nossas fronteiras, que não tem orgulho de dizer lá fora que a PETROBRÁS é uma das maiores empresas de petróleo do mundo? Ela foi construída com o nosso sacrifício, com o sacrifício de milhões de brasileiros que hoje não podem sequer decidir o destino da PETROBRÁS, orientando o Governo Federal em relação à empresa que é propriedade do povo brasileiro e desta Nação.

Eu, como cidadã, ao iniciar a minha vida política com 19 anos de idade, no silêncio da ditadura militar neste País, sentia e tinha a perspectiva de que um dia pudéssemos galgar a nossa liberdade e a nossa democracia. Esperamos vinte e tantos anos para que o País respirasse os ares da liberdade; mas não esperava estar hoje, aqui, no plenário do Senado Federal, para discutir a quebra do monopólio da PETROBRÁS.

O homem do campo, o trabalhador da terra, o homem que está trabalhando nas fábricas e os profissionais liberais não estão podendo ser ouvidos, porque o Congresso não lhes permitiu isso. O que será que estão pensando hoje, nos municípios mais longínquos do nosso País, de norte a sul, sobre a decisão que o Senado Federal tomará neste momento, quebrando definitivamente o monopólio estatal do petróleo?

Sr. Presidente e Srs. Senadores, gostaria que fosse perguntado a todos os cidadãos e cidadãs

deste País a respeito do destino da PETROBRÁS. Mas, lamentavelmente, o Governo preferiu a decisão autoritária e não aceitou o plebiscito ou o **referendum** popular. E aqui estamos, na última etapa das reformas constitucionais.

Não falo apenas com o sentimento de quem, ao longo destes anos, tem preferido lutar sempre ao lado do nosso povo nos momentos mais difíceis da vida nacional, mas, principalmente, nos momentos decisivos da vida do nosso País.

Mais uma vez iremos votar contrariamente a essa proposta do Governo.

Encaminhei uma emenda, com apoio regimental, que novamente foi rejeitada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O que ela significa? Significa a aprovação e a confirmação do compromisso do Presidente Fernando Henrique, que, em documento encaminhado a esta Casa, afirmava que aceitava a regulamentação dessa matéria por lei complementar.

O próprio Senador Josaphat Marinho, em brilhante pronunciamento nesta Casa, referiu-se aos mandamentos jurídicos e constitucionais que substanciam a defesa da aprovação da nossa emenda. Certamente, se esta Casa puder aprovar a emenda que propõe a regulamentação por lei complementar, estará oferecendo ao País as condições de uma regulamentação pelo **quorum** qualificado. Isso, sem dúvida, representará a concretização do compromisso assumido pelo Presidente da República, com a aprovação do Senado Federal.

Além disso, temos ainda outras emendas que serão destacadas nesta votação. Refiro-me à emenda do Senador Antonio Carlos Valadares e à emenda do Senador Roberto Freire, que contam com o nosso apoio à sua aprovação, exatamente porque refletem, como a emenda que apresentamos e que estamos destacando, não apenas o sentimento do nosso País, mas, sobretudo, o compromisso que o próprio Presidente exarou em sua correspondência ao Senado Federal.

Sr. Presidente, se não aprovarmos essas emendas, que significam a palavra de honra dada pelo Presidente da República, qual será a indagação da opinião pública? Que não desejamos confirmar o compromisso do Presidente, que essa carta se transformou num faz-de-conta, numa cena que, na verdade, não terá nenhum resultado para a votação dessa proposta.

Sr. Presidente, no momento em que V. Ex^a faz soar a campainha, concluo o meu encaminhamento afirmando que, hoje, o Senado Federal marca defini-

tivamente um dia histórico na vida do nosso País. Nós já os tivemos muitos, desde a Inconfidência Mineira, desde 31 de março de 1964, desde a volta à democracia no nosso País. O Brasil vai-nos cobrar, no futuro, essa decisão que estamos tomando hoje, mas, certamente, fará justiça àqueles que não se renderam e não se comprometeram com a prepotência e com a quebra do monopólio da PETROBRÁS.

É por isso que estamos encaminhando contrariamente, Sr. Presidente. Em nome da Bancada do PDT, cuja Liderança exerço nesta Casa, e sobretudo como Senadora e como cidadã, firmamos aqui a nossa posição em defesa do patrimônio nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra, para encaminhar a votação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, por ocasião da discussão dessa matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, eu procurei, utilizando-me de argumentos técnicos, desmistificar o Relatório do Deputado Lima Netto, que deu origem ao texto da emenda que foi aprovada na Câmara e que está em votação, neste momento, no Senado. Boa parte, inclusive, desses argumentos técnicos estão contidos no Relatório do Senador Ronaldo Cunha Lima, mas, infelizmente, a conclusão do texto do Senador - que, voltamos a frisar, é de qualidade infinitamente superior ao texto do Deputado Lima Netto -, é a mesma.

No debate de hoje não pretendo me utilizar de argumentos técnicos, mas de argumentos políticos. A primeira questão que deve ser registrada é que o episódio da votação da legislação eleitoral nesta Casa jogou por terra todos os argumentos colocados por ocasião da discussão das outras emendas constitucionais, no sentido de que a matéria já havia sido exaustivamente debatido na Câmara e que não tinha sentido o Senado modificá-la. Naquela ocasião, o Senado mostrou que, quando quer, modifica as matérias que vêm da Câmara; e a Câmara demonstrou, por sua vez, que tem agilidade suficiente para apreciar, no tempo mais curto possível, as modificações apresentadas pelo Senado.

Portanto, se houver um entendimento desta Casa, é possível, sim, modificar essa emenda. E espero demonstrar para V. Ex^{as} que a modificação proposta pela emenda do Senador Roberto Freire poderá, ao contrário de atrasar o processo de flexibi-

lização do monopólio do petróleo, como alguns acreditam, agilizá-lo.

O segundo aspecto que gostaria de ressaltar é que estou plenamente convencido de que o texto que veio da Câmara dos Deputados não é aquele que o Presidente da República queria, e vou apresentar alguns argumentos para demonstrar isso.

Em primeiro lugar, uma proposta de emenda constitucional apresentada por ocasião da Revisão Constitucional pela Senadora Eva Blay, do PSDB de São Paulo, suplente do então Senador Fernando Henrique Cardoso. S. Ex^a apresentou a seguinte emenda:

"§ 1º - As entidades que exercem monopólios previstos nesse artigo poderão contratar com empresas nacionais ou estrangeiras a realização de tais atividades, com ou sem participação nos riscos ou resultados, observadas as condições estabelecidas em lei."

Isso significa que a flexibilização do monopólio é feita através da entidade executora desse monopólio, no caso a PETROBRÁS. Portanto, uma emenda em muito semelhante à emenda aqui apresentada pelo Senador Roberto Freire.

Registro também - e este é o segundo aspecto que inclusive já apresentei na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - que o programa de Governo do então candidato a Presidente Fernando Henrique Cardoso, "Mãos à Obra Brasil", faz referência à questão do petróleo em duas páginas. Em primeiro lugar, na página 48, quando se refere a petróleo e derivados, diz o seguinte:

"Desenvolvimento e implantação de instrumentos que incentivem a parceria entre o setor privado e a PETROBRÁS na exploração e produção de petróleo."

Mais adiante, na página 205, diz o seguinte:

"Propor emenda à Constituição e alterações na legislação que viabilizem a flexibilização do monopólio da União sobre o petróleo, com permissão para o estabelecimento de parcerias e **joint ventures** entre a PETROBRÁS e o setor privado, nas áreas que forem convenientes ao interesse nacional."

Qual era a proposta do então candidato Fernando Henrique Cardoso? Flexibilização do monopólio do petróleo, através de parcerias entre a PETROBRÁS e as empresas nacionais ou estrangeiras, privadas ou estatais. E não a matéria como foi

aprovada na Câmara, estabelecendo um processo de concorrência num mercado e numa indústria, que é a indústria do petróleo, que já era globalizada muito antes desse termo entrar na moda.

Gostaria inclusive de registrar, da mesma forma que o fiz na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que a esquerda - e, particularmente, o meu Partido - tem uma responsabilidade sobre esse texto que veio da Câmara dos Deputados.

Existem, a grosso modo, quatro grandes grupos quando se fala na questão do petróleo: os liberais, que querem abrir uma indústria de petróleo no Brasil, inclusive com o processo de privatização da PETROBRÁS, grupo este representado pelo Deputado Roberto Campos e pelo próprio Relator da matéria, Deputado Lima Neto; existe o grupo que acha que a PETROBRÁS deve continuar como empresa estatal, mas que se deve quebrar o monopólio - no meu entendimento, estes defendem essa posição talvez até em função de certo desconhecimento do que seja a indústria de petróleo no Brasil, uma indústria que, apesar de ter uma representatividade grande no mundo, não tem escala suficiente para manter uma empresa competitiva, como a PETROBRÁS, com a quebra do monopólio; existem também aqueles que defendem a parceria entre a PETROBRÁS e as indústrias privadas nacionais e estrangeiras; e, por fim, existiam aqueles que defendiam a manutenção do modelo como está.

Na medida em que setores expressivos da esquerda se posicionaram no sentido da manutenção do texto como está, isso possibilitou, na verdade, a aliança de todos os outros três grupos, o que acabou resultando nesse texto, que não é o texto que propõe a flexibilização e a parceria.

Agora, neste momento, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso teria a oportunidade de resgatar a sua proposta original, da mesma forma que a questão da flexibilização do sigilo bancário foi aprovada, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, com os votos da esquerda, quando a parte liberal do Governo acabou votando contra aquela emenda, numa demonstração de que a esquerda e o nosso Partido não votam contra tudo o que vem do Governo pelo simples fato de ser do Governo. O Senado da República e o próprio Governo Fernando Henrique Cardoso teriam a oportunidade de, através dessa emenda do petróleo, instituir, sim, uma aliança entre o centro-democrático, a social-democracia, a centro-esquerda e a esquerda para apresentar uma emenda que, aí sim, estaria derrotando a esquerda retrógrada e a direita carco-

mida, que é exatamente a proposta de emenda do Senador Roberto Freire, que estabelece o processo de parceria entre a PETROBRÁS e a iniciativa privada.

Está aí, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a oportunidade para que o Senado da República resgate uma proposta de emenda original, que era, volto a registrar, a proposta propagandeada pelo então candidato à Presidência da República Fernando Henrique Cardoso, a não ser que o Governo continue encarando a direita como sua legítima esposa e a esquerda como a concubina a quem se procura nos momentos de crise conjugal.

Existe uma oportunidade de uma aliança dos setores democráticos. E até quero registrar, para concluir, que o Senador Ronaldo Cunha Lima, ao votar contra a emenda do Senador Roberto Freire na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, disse, literalmente: "Voto constrangido contra essa emenda".

Sabemos que diversos Senadores do centro e da centro-esquerda também votam constrangidos com a emenda do Governo. O que propomos é inverter esse constrangimento: votar na emenda do Senador Roberto Freire, em que, tenho certeza, os setores liberais da parte governista acabarão votando constrangidos, porque, aí, sim, teremos oportunidade de estabelecer a flexibilização do monopólio do petróleo sob controle da União, sob controle da PETROBRÁS, e não através simplesmente da entrega de todo o patrimônio que foi construído ao longo de tantos anos.

A posição do Partido dos Trabalhadores é contra o texto da emenda do Governo e a favor das emendas dos Senadores Roberto Freire, Júnia Marise e Antonio Carlos Valadares, embora entendendo que a emenda do Senador Roberto Freire contempla as preocupações apresentadas pelas outras duas emendas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra à nobre Senadora Emília Fernandes, por cinco minutos.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES (PTB-RS. Para encaminhar a votação.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o petróleo é estratégico e a PETROBRÁS é do Brasil.

O petróleo não é um simples produto, sujeito às leis da oferta e da demanda comuns ao mercado, mas um fator estratégico para o desenvolvimento econômico de qualquer país que pretenda se constituir como uma nação soberana.

Ao lado da TELEBRÁS e da Vale do Rio Doce, em seus 40 anos, a PETROBRÁS transformou-se em um dos mais importantes instrumentos para a construção da unidade nacional, ao integrar as diversas regiões e populações através de condições de acesso e de preços igualitários.

É evidente que, com esses setores submetidos apenas à lógica do lucro, tal situação deixará de existir rapidamente, empurrando o País para o retrocesso de um injusto **apartheid** tecnológico e social.

Ao contrário do que divulgam os defensores da privatização, o mundo não está vivendo nenhum tipo de abertura nesse setor, mas um fechamento cada vez maior, com aumento da concentração do poder dos grandes oligopólios sobre as reservas mundiais.

O Brasil precisa urgentemente se modernizar, mas isso não pode ser feito à custa da abdicação da nossa soberania em terrenos tão delicados.

Uma nação também se faz com patrimônios, com poder tecnológico e material, com planejamento estratégico, com um Estado fortalecido exercendo seu poder regulador em defesa dos mais pobres e indefesos.

Integrar-se no mundo, como aprendi em minha fronteira Cidade de Sant'Ana do Livramento, lá na fronteira do Uruguai com o Rio Grande do Sul, não significa abrir mão de nossa identidade nacional, de ter um projeto independente de desenvolvimento e de acreditar na capacidade do nosso povo.

Nas mais belas páginas da história do meu Partido, o PTB, estão registradas as lutas que consagraram o monopólio do petróleo e a decisão política de construir uma nação com independência e soberania econômica.

Esse compromisso está vivo na memória popular e ainda hoje marca o destino dessa legenda, que, neste momento, tem o dever de resgatar esses valores que dignificam a vida política nacional.

Tais fatos evidenciam, portanto, que, antes de ser um debate ideológico, a questão do petróleo e da PETROBRÁS é um jogo de interesses, mais exatamente interesses de nações, para os quais não se pode fechar os olhos, sob pena de, por falta de visão, irresponsabilidade ou covardia, comprometermos o futuro do País.

O Congresso Nacional, neste momento, sem fugir de suas funções e prerrogativas legislativas, não pode e não deve arcar com a responsabilidade de tomar decisões tão importantes à revella da população.

Assim como ocorreu durante o processo constitucional, em 1988, é fundamental levar o debate ao

povo, ouvir as entidades representativas da sociedade, assegurar o direito à manifestação aos cientistas, respeitar a experiência dos que construíram a história deste País.

Daquela vez, o Congresso Nacional, eleito para essa finalidade e fiel aos desígnios populares, consagrou na Constituição o monopólio do petróleo e a PETROBRÁS nacional por 441 votos a favor, 6 votos contra e 7 abstenções.

Assim, apesar da promessa do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do empenho do Senador Ronaldo Cunha Lima, a aprovação de qualquer emenda relativa ao monopólio do petróleo continua a exigir lei complementar para regulamentar o setor.

A palavra do atual Presidente merece todo o respeito, mas a questão em debate, pela sua dimensão econômica e estratégica, não pode estar vinculada apenas aos desígnios de uma pessoa, de eventual correlação de forças do Legislativo ou de determinada conjuntura política.

O monopólio do petróleo, de que a PETROBRÁS é o símbolo maior, é fruto da luta de milhões de brasileiros, de uma das mais belas mobilizações da História do País, que envolveu todos os setores da vida nacional, e do esforço e do patriotismo das gerações futuras.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, qualquer mudança no regime de monopólio da PETROBRÁS, além de ouvir a sociedade e respeitar a história do País, deve também levar em conta a soberania nacional, a conjuntura econômica e política mundial e os interesses da maioria do povo brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que, tendo apoiado a realização de plebiscito popular para referendar as mudanças constitucionais em curso, também fui signatária das emendas que propõem incluir, no texto da lei, garantias de que a União deve permanecer com o controle efetivo da PETROBRÁS, não apenas como mais uma empresa, mas como gestora do monopólio desse setor estratégico ao desenvolvimento nacional.

Portanto, dessa forma, com essa convicção, com esses compromissos e com essa visão do passado, do presente e do futuro do nosso Brasil, estarei votando contra essa emenda proposta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PERES (PSDB-AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado realiza

uma sessão histórica, porque vamos eliminar, hoje, ao mesmo tempo, uma demasia institucional e um anacronismo econômico.

Uma demasia institucional porque o Brasil divide com o México a esquisitice de ser o País que tem, inserido na sua Constituição, o monopólio estatal do petróleo; Brasil e México, e mais ninguém. Portanto, retirar esse dispositivo da Constituição é apenas fazer com que nos aliemos à quase totalidade dos países do mundo.

Monopólio existe, Sr. Presidente, mas na legislação infraconstitucional, e assim mesmo em meia dúzia de países. Que me conste, tanto quanto eu sei, monopólio estatal do petróleo, entregue a uma empresa estatal com exclusividade, apenas seis ou sete países do mundo mantêm: Brasil, México, Venezuela, Kuwait, Irã e Arábia Saudita.

Quando os defensores do monopólio estatal do petróleo - a quem muito respeito, acreditando na sua sinceridade de propósito, mas cujos argumentos não posso aceitar - falam em segurança e soberania nacional, é de se perguntar se apenas seis ou sete países do mundo são soberanos, porque todos os países do mundo, praticamente, com exceção desses seis ou sete, simplesmente não têm monopólio estatal do petróleo.

Coloca-se a discussão num tom emocional; ideologiza-se o debate de uma questão que não deveria ser tratada desse modo.

Existem, ha verdade, duas correntes: uma que entende que o monopólio é melhor para o País, e outra que, com o mesmo fervor patriótico, pensa que o melhor para o País é a quebra do monopólio, é o regime concorrencial. Vamos desmistificar o debate. Não está em jogo aqui a segurança, e muito menos a soberania do Brasil.

O argumento de que a quebra do monopólio levará fatalmente à destruição da PETROBRÁS, que me perdoem os que o sustentam, mas é uma falácia. Ninguém está defendendo a privatização da PETROBRÁS, ela não está em jogo. Além da palavra do Presidente da República, creio que não interessa ao País privatizar a PETROBRÁS, até porque uma empresa estatal vai servir para evitar a formação de um cartel de empresas privadas. A presença de uma empresa sob o controle do Estado é indispensável para manter a concorrência no mercado do petróleo. Portanto, a PETROBRÁS não será de forma alguma privatizada.

É até injurioso para com essa empresa se pensar, também, que ela não terá capacidade de enfrentar a concorrência das multinacionais. A PETRO-

BRÁS já enfrenta essa concorrência, aqui, na distribuição com a BR, já enfrenta lá fora com a BRAS-PETRO. Por que a PETROBRÁS não suportaria a concorrência das multinacionais se o monopólio fosse quebrado?

Se não bastasse isso como especulação, aí estão os exemplos de dezenas de países do mundo, Sr. Presidente, que possuem empresas estatais de petróleo sem o monopólio, e nenhuma dessas empresas foi até hoje esmagada pelas multinacionais. É outro argumento falacioso que também precisa ser descartado.

Falo, Sr. Presidente, com a autoridade de quem, em 1953, foi para as barricadas defender o monopólio estatal do petróleo. Não errei ontem, nem erro hoje. Estava certo à época, o monopólio era necessário, porque o mercado do petróleo era inteiramente diferente, e o monopólio era uma exigência do momento. Hoje, sou contra o monopólio, porque o interesse nacional exige a sua quebra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, para encaminhar a votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL-RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para ressaltar a importância desta votação e da abertura do mercado na questão do petróleo, principalmente para a Amazônia Ocidental e para o meu Estado de Roraima.

Ao longo do tempo, temos sido penalizados por conta do monopólio da PETROBRÁS, já que Boa Vista, a capital do nosso Estado de Roraima, dista apenas 200 quilômetros da Venezuela, um dos maiores produtores de petróleo do mundo; no entanto, Roraima e toda a região da Amazônia Ocidental praticamente não podiam participar desse mercado e serem abastecidos por ele. Para se colocar um barril de petróleo no Estado de Roraima, pelo sistema de abastecimento brasileiro, gastam-se dois barris de petróleo, o que onera demasiadamente os cofres públicos brasileiro.

Com essa votação, com a abertura do mercado, com a possibilidade que se avizinha da criação de empresas, inclusive em se tratando, no caso da Venezuela, da PETROAMÉRICA, uma associação da PETROBRÁS com a PEDEVESA - Petróleos da Venezuela, vislumbra-se um futuro alvissareiro para a região que represento.

Portanto, gostaria de registrar aqui o nosso encaminhamento, a nossa proposta de votar favoravel-

mente, com a esperança de que a quebra do monopólio, longe de enfraquecer a PETROBRÁS, possa fortalecê-la ainda mais, fazendo com que as pesquisas avancem em toda a Amazônia Ocidental.

Temos, em Roraima, áreas potencialmente produtoras de petróleo, onde, inclusive, já foram realizados estudos. Temos também, no Estado vizinho do Amazonas, uma potencialidade muito grande, na Bacia do Urucu, de abastecimento de toda a região com gás. Enfim, temos um mercado promissor, onde a participação internacional, junto com a PETROBRÁS, poderá ser feita de forma substancial.

Quero, portanto, registrar o meu voto positivo e favorável a essa abertura. Entendo que o problema do abastecimento da Amazônia Ocidental poderá ser equacionado a partir da realização de novas pesquisas, e também do ingresso do petróleo venezuelano, o que, sem dúvida nenhuma, poderá ser um fato promissor para o desenvolvimento da região.

Gostaria de dar um exemplo do que significa racionalizar o abastecimento de petróleo. A Prefeitura de Boa Vista tenta comprar asfalto para as ruas da cidade. Numa compra de R\$200 mil de material asfáltico, procura-se gastar mais R\$800 mil para transportá-lo até Boa Vista. Se tivéssemos condições de ingressar o material pela Venezuela, em apenas 200km de estrada, pagaríamos por esse petróleo um quinto do preço que os órgãos públicos estão pagando. Este fato demonstra a racionalidade dessa medida e a importância que esta votação tem para o contexto da Amazônia Ocidental.

Portanto, quero registrar meu voto favorável, o meu voto positivo. Espero, com esta votação histórica nesta Casa, não só a ampliação da produção nacional mas também o fortalecimento da PETROBRÁS.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Com a palavra, para encaminhar à votação, o Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB-MS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu também me abalanço ao encaminhar a votação. Esta sessão do Senado da República é histórica, é uma sessão de transcendental importância. Hoje o Senado Federal vai coroar a série de reformas constitucionais já votadas pelo Congresso Nacional, que têm como objetivo modernizar a economia brasileira, inserir o Brasil no contexto da economia mundial, modernizar o nosso

País e, em ousando mesmo nessa modernização, diminuir as desigualdades sociais, as desigualdades regionais reinantes no solo brasileiro.

Sou daqueles, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que têm sustentado a abertura da economia. Na questão do petróleo, também tive meus instantes de agonia e de angústia. Vale salientar que a votação desta emenda apresenta aspectos **sui generis**, porque demonstra a simplicidade do Presidente da República, que precisa ficar ressaltada. Esse documento **sui generis**, que acolhi como brasileiro que sou, demonstra inequivocamente que se quer trilhar os bons rumos e os bons caminhos em defesa dos interesses nacionais.

Assim é que acredito na preservação da PETROBRÁS, acredito firmemente na palavra do Presidente da República, acredito que a lei regulamentadora vai preservar a PETROBRÁS, vai preservar a bacia já sedimentada onde a PETROBRÁS, durante muitos e muitos anos, investiu, por intermédio dos seus técnicos, todo o seu empenho em favor do petróleo no solo brasileiro.

Fui Relator - tive essa sorte, Sr. Presidente, de dar a minha modesta contribuição - daquela emenda constitucional que considero ser o guarda-chuva de todo esse processo de reformas constitucionais...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Peço a atenção do Plenário, pois temos um orador na tribuna.

O SR. RAMEZ TEBET - Refiro-me àquela emenda que acabou com a discriminação entre o capital nacional e o estrangeiro. Vejo, portanto, nessa emenda, o coroamento do trabalho realizado pelo Congresso Nacional, pelo Senado da República, que tem cumprido seu papel.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho sustentado também a polêmica questão acerca da regulamentação que flexibiliza o petróleo ou por lei complementar ou por lei ordinária. Sustento que o meu voto - e quero deixá-lo registrado nos Anais desta Casa - não depende em nada da carta do Presidente da República concernente a esse tópico: lei ordinária ou lei complementar.

Entendo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que é na soberania do Congresso Nacional, na vontade desta Casa, imbuída de bons propósitos, querendo acertar, que vamos encontrar, mesmo através de lei ordinária, o verdadeiro caminho para defender aquilo que é mais importante: o interesse nacional.

Muito se tem escrito, debatido e falado, e sinto - agora que acabei de regressar de alguns países da

Europa - que, atualmente, a ideologia predominante no mundo não é mais acadêmica, não é mais baseada em ser de esquerda, de direita ou do centro, é ser em defesa do interesse nacional. Verdadeira ideologia hoje é fazer a pergunta "o que é bom para o País?" E o que é bom para o País deve ser votado independentemente de rótulos.

Hoje entendo que não cabe mais isso. Muitos Líderes tem afirmado isso e não encontro o figurino adequado para vestir qualquer homem público da roupagem de esquerda, direita ou de centro. Prefiro ficar com os que defendem o interesse nacional e os interesses do povo.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero deixar registrado este meu posicionamento e aproveitar a oportunidade, sim, é preciso render um tributo, uma homenagem ao Relator dessa matéria. Refiro-me ao grande trabalho feito pelo Senador Ronaldo Cunha Lima, da nossa querida Paraíba, perfeito, de persuasão, um estudo meticuloso, mantendo um posicionamento firme e até mesmo fazendo com que esse projeto fosse enriquecido com uma carta da lavra do próprio Presidente da República.

Encerro, portanto, as minhas palavras, cumprimentando não só o Relator, Senador Ronaldo Cunha Lima, como também o Senado da República, neste instante em que nos preparamos para votar a última das reformas constitucionais que nos foram propostas.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - V. Ex^a tem a palavra, para encaminhar a votação.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ) Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não me canso de ocupar a tribuna, sempre que tenho oportunidade, para dizer que não sou um dinossauro ao defender o interesse nacional e pela minha posição contrária à quebra do monopólio do petróleo. Eu o faço com a consciência de brasileira que vê nas nossas empresas o caminho, a saída para garantir o desenvolvimento econômico e o emprego em nossa Nação.

Não tenho procuração do empresariado. Tenho a convicção política e a consciência social de que o que nós estamos fazendo hoje nada mais é do que passar um cheque em branco. Acredito que o Presidente da República tenha uma vontade enorme, como já expressou tantas vezes, em resolver os problemas de nosso País. Mas essa vontade enorme

do Presidente não pode ser colocada no papel? Eu não tenho aqui a garantia de que a PETROBRÁS será responsável pela manutenção das bacias sedimentares, e o trabalho ainda não foi concluído.

Portanto, por mais boa vontade que tenha o Relator, Senador Ronaldo Cunha Lima, por quem temos zelo, respeito e sabemos que foi incansável na tentativa de introduzir apenas essas frases - e não conseguiu -, não é possível aceitar a aprovação desse texto se não couber a garantia da manutenção das atuais bacias sedimentares, onde a PETROBRÁS já está atuando através de pesquisas e prospecções. Confiar apenas na palavra do Presidente não é o suficiente para garantir a independência e a liberdade para defender, com muita garra, o interesse nacional. Sem inserir a PETROBRÁS, que economizou para este País mais de 184 bilhões, não é possível concordar com isso.

Dizem até que o direito da minoria é claro e o da maioria, votar. Não entendo dessa forma. Este plenário tem tido a oportunidade de ser palco de grandes discussões.

Contudo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, penso que não esgotamos totalmente a possibilidade de garantir a essa grande empresa a continuidade do seu processo de crescimento e estamos permitindo uma disputa que considero inteiramente desfavorável.

Quem poderá garantir que ela seja a detentora e tenha a manutenção dessas explorações, se não conseguimos inserir essa cláusula no texto? Quem irá garantir que a PETROBRÁS, colocada na disputa com as empresas estrangeiras, tenha condição de nos garantir, do ponto de vista econômico, os bilhões e bilhões que garantiu até hoje?

Para concluir, quero dizer que não sou um dinossauro, com a consciência social de que estamos entregando um patrimônio. E a decisão deve ser pura e simplesmente de responsabilidade nossa do ponto de vista político. Não posso crer que quem entende, evidentemente, do ponto de vista tecnológico e econômico, possa concordar com o que nós, do ponto de vista político, estaremos fazendo daqui a pouco.

Portanto, a minha posição é contrária a essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Com a palavra o Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo apenas registrar os meus cumprimentos ao trabalho realiza-

do pelo Senador Ronaldo Cunha Lima, na condição de Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que deu oportunidade ao Senado Federal de conhecer, através de exaustivo trabalho, dados relativos à política de petróleo no Brasil hoje.

E mais: preocupado com a regulamentação dessa emenda constitucional, o Senador Ronaldo Cunha Lima conseguiu fazer com que o Presidente da República, em manifestação escrita, garantisse algumas questões que considerava válidas em relação à lei que regulamentará essa emenda constitucional.

Não tenho por que duvidar da palavra do Presidente da República, particularmente da sua palavra escrita formalizada ao Presidente do Congresso Nacional.

Portanto, Sr. Presidente, considero uma vitória do trabalho do Senador Ronaldo Cunha Lima e do Senado Federal essas garantias apresentadas pelo Senhor Presidente da República, de que, na legislação complementar, as bacias em que a PETROBRÁS está atuando ficariam garantidas à PETROBRÁS; de que, em concorrência, a PETROBRÁS terá preferência; de que a PETROBRÁS não será privatizada; além da possibilidade da regulamentação, através de **quorum** qualificado, da manifestação do Senhor Presidente da República. Considero tudo isso uma vitória do Senado Federal nesta discussão.

Apenas gostaria de, no momento em que discutimos a última emenda constitucional enviada pelo Presidente, em tramitação no Senado, de fazer um registro. Já começo a ver na imprensa manifestações de que o recesso de dezembro poderá ser sacrificado em razão da tramitação das emendas constitucionais.

Não me importaria, Sr. Presidente, de trabalhar em dezembro, em janeiro e em fevereiro. Apenas quero fazer um registro aqui, no momento em que louvo a atitude do Presidente da República, de que, na apreciação dessas emendas, tem-se dito ao Congresso - e através da imprensa - da urgência na tramitação. Sr. Presidente, até aqui o Congresso ainda não recebeu nenhum projeto de regulamentação das emendas. Nenhum. Nem o da cabotagem, para o qual havia pressa e urgência. Teríamos que apreciar tudo com muita urgência. A imprensa ficou proclamando que o Congresso precisava ser diligente. Quase que sacrificávamos o recesso do mês de julho, porque a regulamentação da Emenda das Comunicações era iminente e necessária.

Faço, portanto, um apelo ao Governo, nesta oportunidade. Estamos ansiosos, Sr. Presidente,

para discutir as propostas reguladoras, mesmo porque falta a todas essas emendas aprovadas a regulamentação, pois não são elas auto-aplicáveis.

Espero, liderando um Partido que apóia o Governo nesta Casa, que o Executivo apresse a regulamentação, para que o Congresso possa, mais uma vez, dar a sua contribuição.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Com a palavra o Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PP-AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, a minha posição é conhecida, mas quero registrá-la: acompanho os votos dos Senadores Josaphat Marinho e Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Com a palavra o Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, às vezes é realmente engraçado ver a maioria dos Senadores desta Casa e os Deputados da Câmara Federal afirmarem que estão votando a matéria para defender o interesse nacional. Estão votando não só a quebra do monopólio da PETROBRÁS, mas todas as emendas que reformularam o Capítulo da Ordem Econômica da nossa Constituição, votada tão recentemente, em 1988.

Hoje, seis anos após, já todos acreditam na necessidade de mudanças. Parece até que política acontece apenas localmente, esquecem-se que política acontece a nível mundial. Esquecem-se que o Brasil é um País que, ao longo de toda a sua história, só tem servido para transferir riquezas e, como todos os países da América Latina, para dar aos povos dos países chamados desenvolvidos do Primeiro Mundo uma vida muito mais digna do que a do povo brasileiro e, evidentemente, sem levar em consideração que as nossas potencialidades, as nossas riquezas são incomensuravelmente maiores do que as que eles possuem. O que eles detêm é o poder político, é o poder militar, é a união de forças que comandam o mundo, que dizem ao mundo como ele deve ser.

Infelizmente, a nossa elite política não enxerga esses fatos, não enxerga que o Brasil é um país que, ao longo da sua história, só tem servido para transferir riquezas. As emendas que votamos aqui na ordem econômica, a quebra do monopólio da PETROBRÁS hoje contribuirão mais ainda para essa situação que vivemos ao longo da nossa história. A PETROBRÁS talvez tenha sido uma exceção à nos-

sa regra, um campo em que o Governo de Vargas e a nacionalidade dos brasileiros se levantaram e ocuparam esse espaço e garantiram ao Brasil o monopólio dessa exploração.

O resultado está aí. É um resultado extremamente positivo para esta Nação e trouxe uma produção anual de 800 mil barris/dia, havendo uma projeção para que cheguemos, em breve, a ser auto-suficientes no nosso consumo. É uma empresa que mostrou eficiência, capacidade técnica e é a primeira do mundo em exploração de petróleo em águas profundas. Agora, contudo, querem abrir a oportunidade para que as multinacionais venham ao nosso País, afirmando que há uma tendência para a quebra do monopólio, porque este é algo ruim, como se todas as explorações de petróleo no mundo inteiro não fossem feitas através de monopólio.

Não há concorrência para a exploração de petróleo. Praticamente, o petróleo é detido no monopólio, mesmo que, em nível mundial, pelas sete irmãs conhecidas. Agora querem quebrar o monopólio da PETROBRÁS no Brasil, querem abrir essa porta, essa oportunidade.

Não acredito que não se vá privatizar a PETROBRÁS; hoje se busca privatizar a Companhia Vale do Rio Doce. Todos os políticos são contra, mas o Governo está determinado a fazê-lo. Quem nos garante que no futuro não pensarão em privatizar a PETROBRÁS e entregar este nosso País, cada vez mais, nas mãos do imperialismo e do capital internacional, por determinação do Primeiro Mundo? Perdendo o nosso poder econômico, tornar-nos-emos numa nação ainda mais submissa, tendo de ceder às pressões do Primeiro Mundo desenvolvido, levando o nosso povo a essa situação de miséria e ostracismo.

Lembro-me de que há dez anos o Brasil se colocava em 56º lugar entre as nações do mundo, em nível de desigualdade social. Agora, em 1995, o Banco Mundial nos informa que, na estatística, o nosso País encontra-se em primeiro lugar no mundo em nível de desigualdade social. Somos o primeiro! Passamos do 56º para o primeiro país do mundo em nível de desigualdade social!

Tenho certeza de que a quebra do monopólio da PETROBRÁS só contribuirá para dificultar, mais ainda, a nossa situação, fazendo nosso País sempre submisso ao poder econômico e às suas determinações. Com isso seremos uma Nação cada vez mais pobre e oprimida.

De forma que é preciso refletirmos um pouco sobre essa questão. Os que votam a favor da que-

bra do monopólio da PETROBRÁS cometem um grave erro que só a nossa história e o tempo poderão de convencer a cada um dos senhores.

Em nome do meu Partido, votamos contra esta emenda constitucional de iniciativa do Presidente da República. Em seguida, votaremos favoravelmente à emenda do Senador Roberto Freire.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Com a palavra o Senador Ronaldo Cunha Lima, Relator da matéria.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA - Sr. Presidente, peço permissão para falar da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Pode V. Ex^a falar de onde desejar.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, o Relator não é o último a falar?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Sim. Não há nenhum orador inscrito.

O SR. PEDRO SIMON - Estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A Mesa não registra a inscrição de V. Ex^a

O SR. PEDRO SIMON - Não tive a sorte de V. Ex^a observar a minha mão erguida, assinalando a vez de pronunciar-me.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra, primeiramente, a V. Ex^a, e, em seguida, ao Senador Lauro Campos que também acaba de pedir a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, nesta hora, vivemos um momento histórico.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que chame a atenção do Plenário para que haja silêncio.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Solicito às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que mantenham o silêncio para que a Casa ouça o Senador Pedro Simon, que está na tribuna.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, algumas questões devem ser enfocadas. Primeiro, a posição do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que, como candidato, é a favor da flexibilização do monopólio, mas com a coordenação da PETROBRÁS. Isso está no discurso de campanha. Vamos fazer justiça ao Presidente.

A posição de Sua Excelência como Presidente está na carta endereçada ao Senador Ronaldo Cunha Lima, que dizia: a PETROBRÁS continua, as reservas da PETROBRÁS continuam, os acordos serão feitos via PETROBRÁS. Essa é a palavra do Presidente.

Diz mais Sua Excelência. Isso eu já havia dito ao meu Líder na Câmara dos Deputados, na hora em que essa matéria foi votada na Câmara. Em carta endereçada a V. Ex^a, Sua Excelência diz: "Estou comunicando ao meu Líder no Senado que mantenho a mesma posição".

É claro, o Presidente da República mantém a sua histórica posição de candidato, dizendo que é a favor da flexibilização, desde que desapareça o monopólio, vote-se hoje a exclusão do monopólio, mas se mantenha a PETROBRÁS e a coordenação seja feita via PETROBRÁS.

Por que veio a carta do Senhor Presidente ao Relator, endereçada ao Presidente Sarney? E por que o Relator alterou seu projeto se o seu relatório original continha o que está na carta? Por que o Presidente da República pediu ao Relator: "Estou de acordo, mas isso tem que ser votado já. Vai ter que voltar para a Câmara. Vai demorar. Assumo o compromisso contigo"? Está aqui na carta. Como o negócio era urgente, e como tinha que ser, e como não podia demorar, acêitamos na Comissão o parecer do Relator, e este disse: "Não mudo a minha palavra. Não mudo o meu parecer. Este é o mesmo. Só que confio na palavra do Presidente. E o Presidente, na sua carta, está dizendo que está de acordo com o meu parecer".

Isso foi em junho, estamos quase em novembro... O que aconteceu depois? Meu Líder terminou de falar. O que disse o meu Líder? O Governo tem interesse nas votações, nas emendas constitucionais, na regulamentação. Na minha opinião, certo; na opinião de alguns, errado. Mas não está correndo apressado da noite para o dia. Não é essa a urgência necessária. Tanto não houve, que poderíamos ter votado o parecer inicial do Relator Cunha Lima, e esta matéria já estaria na Câmara e já teria sido votada por lá. Então, por quê, Sr. Presidente? Há quase uma unanimidade aqui. Gostaria de saber, porque não cheguei a entender, quem é contra a carta do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Nenhum Senador, ao que sei, manifestou-se contrário ao pensamento do Presidente. O pensamento de Sua Excelência é o entendimento. Nesse caso, confio nele e não tenho por que duvidar da sua palavra, pois estou convencido de que ele esteja certo e tenha boa intenção. Se a essas alturas está provado que a urgência não é urgentíssima, por que não votar?

Vou além, vou à emenda do Senador de Pernambuco, Roberto Freire, que está aquém do pensamento do Presidente da República. A emenda diz

que uma empresa pública poderá coordenar, não é preciso ser a PETROBRÁS. Lerei a emenda:

"Art. 177

§ 1º - A União, por intermédio de empresa estatal, poderá contratar com empresas privadas ou estatais, nacionais ou estrangeiras, a realização de atividades previstas nos incisos I a IV deste artigo, observadas as condições que a lei estabelecer."

A emenda do Senador Roberto Freire está aquém, porque a carta do Presidente diz "é a PETROBRÁS". A emenda do Senador Freire diz que é uma empresa estatal, que poderá ser uma espécie de coordenadora, em que a PETROBRÁS fica em condições de igualdade com as outras empresas privadas.

Sinceramente, voto a favor da emenda dizendo que assim estou votando a favor da carta do Presidente da República, dizendo que não estou duvidando de Sua Excelência, dizendo que confio na palavra dele, mas dizendo, também, que ficou claro que, de junho até agora, o assunto não é tão urgente; podemos votar a proposta agora e daqui a um mês poderá estar sendo votada na Câmara.

Com a maior tranqüilidade, fico com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, com a sua carta. Emociono-me quando falo isso porque a carta do Presidente da República é igual ao discurso do candidato; a diferença é que podemos agora ajudar o Presidente.

E qual é a maneira de ajudarmos o Presidente? A maneira de ajudarmos o Presidente da República é pegarmos a carta dele e a colocarmos dentro da Constituição hoje, aqui; sendo votada assim, a Câmara dos Deputados terá que referendar a matéria, porque não podemos garantir que a carta do Presidente seja aceita pela Câmara. Se votarmos o que está na carta do Presidente da República e na emenda do Senador Roberto Freire, estaremos votando o que quer o Presidente e deixando a Câmara na obrigação de votar o pensamento do Presidente. Agora, se votarmos o que está na Câmara e deixarmos para o Presidente, no futuro, mandar uma emenda, não sei se a Câmara aceitará a emenda do Presidente, porque Sua Excelência diz: o que estou mandando na carta ao Presidente Sarney e estou comunicando ao meu Líder no Senado é o mesmo que fiz ao Líder na Câmara dos Deputados. E o Líder na Câmara votou, encaminhou, falou em nome do Presidente e não adiantou.

A maneira de ajudarmos o Presidente, a maneira de o Senado Federal identificar-se com o Pre-

sidente da República é pegar o texto de Sua Excelência e juntar ao texto da emenda do Senador Roberto Freire, com a qual vou votar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (PT-DF. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, estava entre o comodismo do silêncio e a obrigação de gastar alguns minutos cumprindo com consciência o exercício de meu mandato.

Foram brilhantes os argumentos despendidos por aqueles que defendem o processo. Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, afirmou que o Plano Real era um processo; um processo que começou sorrateiramente e elevou a inflação. Sua Excelência, enquanto Ministro, elevou-a de 25% para 46% ao mês. Elevou os preços, congelando os salários, até que os preços não puderam mais subir, e houve esse processo de congelamento, feito pelo mercado, um mercado exaurido, incapaz de mostrar a sua capacidade de compra. De outro lado, estão os comerciantes e os industriais que sabem que, se elevassem mais os seus preços, teriam reduzidas as suas vendas e entrariam na falência, que já aumentou em mais de 200% no prazo de apenas um ano e que atingiu as grandes empresas privadas, mostrando que a tal deficiência privada, que a tal da lei do mercado não passa de uma grande balela.

Nietzsche dizia que não se indaga se uma proposição é verdadeira. Dizia ele: o que me interessa é se ela é útil. Aqui também não se trata de saber se, na realidade objetiva, a Petrobrás - cujo réquiem fazemos hoje, o réquiem ao gigante -, foi uma grande realização da sociedade brasileira.

O que sabemos, o que estamos vendo é que há um processo de deliquescência, de destruição não apenas da Petrobrás, mas das empresas estatais também administradas diante do mercado que declara falência aos próprios privilegiados bancos brasileiros que são socorridos pelos recursos do Banco Central, pelos recursos da coletividade, enquanto a Petrobrás e a Vale do Rio Doce, por exemplo, demonstram uma grande capacidade de administração.

Se entregarmos essas empresas ao mercado, veremos que o lucro desse mercado brasileiro é de 70%. Os administradores da Vale do Rio Doce e os da Petrobrás não recebem sequer 10% da receita dessas empresas. Logo, o que vamos fazer é aumentar a taxa de lucro, delegar a administração dessas empresas à administração mais cara do mundo

que é a administração exercida pelos capitalistas e pelos banqueiros brasileiros que ficam com 70% da renda nacional.

Em troca da Carta Magna, vamos obedecer e aceitar a carta apressada do Senhor Presidente da República. Por que não incluir na Carta Magna e sim numa carta pequena, na carta do Senhor Fernando Henrique Cardoso que tantas cartas escreveu e delas se esqueceu e mandou que nos esquecêssemos também?

E entre outras coisas, o Senhor Fernando Henrique Cardoso descreveu em seu livro chamado "Modelo Político Brasileiro" essas relações que aí estão, ambiciosas, querendo nosso subsolo, querendo explorar nossas riquezas, querendo instituir o processo de quebra das empresas estatais. Nesse processo sobre o qual Fernando Henrique escreveu, ele pediu que não nos esquecêssemos de relações imperialistas de dominação. Foi isso que o Senhor Fernando Henrique Cardoso escreveu e ensinou a seus alunos.

E agora muitos acreditam nele. Mas eu não acredito. Eu não posso infelizmente acreditar no ilustre intelectual brasileiro. Acreditei quando Sua Excelência disse que o Fundo Social de Emergência serviria para socorrer a saúde e a educação, é o Fundo Social de Emergência foi desviado para outras finalidades. Não posso acreditar nele quando ele próprio se esqueceu de tantas coisas que disse e voltou atrás em relação a elas.

E se um dia Sua Excelência for viajar, e se um dia o Vice-Presidente assumir, e se um dia assumir um outro no lugar do vice-Presidente, sem nenhum compromisso, porque não assinou nenhuma carta? Então, é óbvio que o Presidente da República em exercício poderá fazer tudo aquilo que a carta promete que não será feito porque não será feito pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas sim pelo seu vice-Presidente ou por um substituto eventual do próprio vice-Presidente.

Não é possível, portanto, que inauguremos agora uma nova forma de constituir nossas relações fundamentais passando para essas garantias epistolares - garantias epistolares, repito -, que querem substituir as garantias constitucionais. Rebelo-me também contra a forma pela qual esse processo está sendo feito, um processo quase kafkiano de confundir a opinião pública e de permitir que, por enquanto, consintamos em quebrar o monopólio. Depois, num segundo lance, num segundo ato, esse processo irá naturalmente avançar também sobre os jazimentos de petróleo já identificados, vai avançar

também - estou terminando Sr. Presidente, - sobre as garantias que estão nessa carta assinada há poucos dias por Sua Excelência.

Portanto, entre uma carta magna e uma garantia epistolar, prefiro aqui nesta Casa, nesta Casa da Lei, ficar com a Constituição e não com uma simples carta que objetive dar garantias pouco fundamentadas, garantias pouco seguras, garantias pouco abalizadas para um assunto de máxima importância, qual seja o da quebra do monopólio do Petróleo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, vota-se hoje, em plenário, a Proposta de Emenda à Constituição que tem por objetivo alterar o regime jurídico da exploração do petróleo, modificando a redação do § 1º do art. 177 da Constituição. Após idas e vindas, o Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Ronaldo Cunha Lima, manteve, sem qualquer inovação, o texto advindo da Câmara dos Deputados. A posição final do Relator resultou de uma correspondência enviada ao Presidente do Congresso Nacional pelo Presidente da República, assumindo o compromisso de, ao enviar projeto de lei regulando a nova disposição sobre a matéria, propor que a PETROBRÁS não seja passível de privatização; que a União não contrate empresas para a pesquisa e lavra em áreas que tenham produção já estabelecida pela PETROBRÁS; que nas licitações para concessão de pesquisa e lavra, no caso de igualdade das propostas apresentadas, seja assegurado à PETROBRÁS direito de preferência nas contratações. Ventilou, ainda, o Chefe do Poder Executivo, que, "havendo fórmula regimental", parecia-lhe que a regulação dessa matéria deveria ser aprovada em votação qualificada.

A proposição aprovada na Câmara dos Deputados estabeleceu o seguinte: 1º) a União, detentora do monopólio no setor petrolífero, pode contratar com empresas estatais e privadas as atividades inerentes à pesquisa, lavra, refinação, importação e exportação e transporte de petróleo, gás natural, outros hidrocarbonetos e seus derivados, na forma estabelecida em lei; 2º) a lei anteriormente referida deverá dispor sobre a garantia de fornecimento em todo o território nacional, as condições de contratação, a estrutura e atribuições do órgão regulador do monopólio e; 3º) está vedada a edição de medida provisória para regular esta matéria.

Na Comissão, CCJ, o Partido dos Trabalhadores apresentou duas emendas: uma que mantinha o exercício do monopólio estatal por empresa pública ou sociedade de economia mista vinculada à União, facultando-lhe a contratação de parcerias e terceirização de atividades com empresas privadas; outra, garantindo aos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, recursos hídricos e demais recursos minerais ou naturais. Essas emendas foram rejeitadas pelo Relator, assim como as emendas que buscam condicionar a regulação da matéria à legislação de natureza complementar.

Após o Presidente da República haver dirigido ao Congresso Nacional a correspondência já citada, o representante do PT na CCJ, Senador José Eduardo Dutra, apresentou emendas que convertiam em texto constitucional os compromissos assumidos pelo Executivo, por duas razões: uma, porque tornava rígida a vontade política manifestada; duas, porque uma simples carta não tem valor jurídico-institucional algum. Lamentavelmente, o Relator preferiu confiar na palavra empenhada pelo Presidente da República, sem considerar que o Presidente pode ser outro por diversas circunstâncias, como, inclusive, a de haver um novo Presidente após a nova eleição. Cumpre observar que o redigido não assegura a manutenção, pela PETROBRÁS, das atuais bacias sedimentares onde já esteja atuando, através de pesquisas e prospecções, mas ainda sem resultados produtivos. Já a observância de lei complementar para dispor sobre a matéria não se prende à fórmula regimental, mas à necessidade de expressa menção no texto da Constituição. Durante a discussão da PEC em plenário, obtiveram número para apreciação, em plenário, as seguintes emendas: da Senadora Júnia Marise, que estabelece ser necessária lei complementar para regular a participação da iniciativa privada na exploração de atividades petrolíferas; do Senador Roberto Freire, similar a uma apresentada pelo Senador José Eduardo Dutra, que institui o regime de parceria com a iniciativa privada, mantido o exercício do monopólio estatal pela PETROBRÁS; e outra, do Senador Antonio Carlos Valadares, que transmuta em norma constitucional os compromissos assumidos pelo Presidente da República em sua correspondência dirigida ao Presidente do Senado Federal. Todas essas emendas obtiveram novamente parecer desfavorável da CCJ. Assim, não tendo sido observada a posição definida pelo PT para o tratamento dispensado à questão do monopólio do petróleo, a posição recomendada é de rejeição do

parecer e aprovação das emendas de plenário dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Júnia Marise e Roberto Freire.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Roberto Freire, para encaminhar.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, as emendas apresentadas pelo Governo na ordem econômica correspondem à posição assumida pelo candidato Fernando Henrique Cardoso durante a sua campanha.

Esse é um dado importante para a política brasileira, porque, talvez, pela primeira vez uma campanha política definiu um programa de governo. O povo brasileiro não pode dizer que estamos discutindo algo de que não teve conhecimento quando da sua escolha soberana no pleito. Mas é importante salientar que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando enviou as emendas, manteve também o seu compromisso.

A emenda das Telecomunicações é expressamente o que no seu documento Mãos à Obra está escrito: garantir no setor estratégico a intervenção do Poder Público.

A Câmara, por intermédio de seu relator, retirou essa capacidade de intervenção que se dava exatamente no caráter público da rede.

No caso do petróleo, a mesma coisa. O Presidente mudava o parágrafo único do art. 171, abrindo a possibilidade daquilo que nós na Assembléia Nacional Constituinte havíamos vetado: que voltassem os contratos de risco, que voltasse a possibilidade de parcerias com a presença da PETROBRÁS, mantido o monopólio da União.

O relator, parte integrante da concepção neoliberal que está presente em parcela do Governo, tentou, e conseguiu, no seu substitutivo abrir a possibilidade da privatização da PETROBRÁS. Relegava a um segundo plano e permitia essa possibilidade que não estava permitida pelo Presidente na campanha e quando enviou a sua emenda.

O Presidente tenta resolver com declaração de liderança e por carta enviada ao Senado. Até podemos respeitar a posição do Senhor Fernando Henrique Cardoso, que tem demonstrado firmeza e coerência como candidato e como Presidente eleito; mas é importante dizer que estamos aqui decidindo institucionalmente e não em questões de confiança pessoal.

A Presidência da República é impessoal, até porque os mandatos são determinados e têm alternância. Temos que definir institucionalmente e não em confiança pessoal.

Por isso, se o Presidente tem essa posição, diz que tem essa posição, por que o Senado não adotar a posição institucional do Governo brasileiro? A nossa emenda - para a qual pedi requerimento de destaque, que posteriormente vamos discutir e votar - preenche exatamente toda essa concepção, mas corresponde também à concepção do nosso Partido de que a flexibilização, a abertura da economia, a participação de capital privado na exploração petrolífera é algo que interessa à economia brasileira e, portanto, atende ao interesse nacional.

Estamos caminhando juntos e podemos caminhar com todos os setores democráticos da sociedade brasileira, excluindo talvez aqueles que querem continuar no perfil institucional estagnado e aqueles que pretendem manter um sistema de desigualdade numa visão da ausência do Estado, de um Estado mínimo, de uma perspectiva de que o mercado pode tudo. Se pudéssemos aqui - e é este nosso posicionamento - definir, junto com o Presidente da República, um grande consenso no plenário do Senado, evidentemente teríamos o mesmo consenso na Câmara dos Deputados e poderíamos estar atendendo àquilo que me parece comum nesta Casa. Quer-se a flexibilização, admite-se a participação do capital privado na exploração petrolífera, mas quer-se garantir a presença da PETROBRÁS num setor profundamente cartelizado e ainda estratégico do ponto de vista energético.

Nesse sentido, essa é a posição que poderia não ser apenas consensual neste plenário, mas na Nação. Essa é a nossa posição. Por isso votaremos contra o substitutivo aprovado na Câmara e referendado pelo relatório do Senador Ronaldo Cunha Lima, que - é bom ressaltar - conseguiu, pelo menos, acalmar este País no sentido de que a PETROBRÁS permanecerá como empresa estatal, adequada à política cartelizada desse processo em nível internacional.

Votaremos contra o relatório e a favor da nossa emenda, assegurando a flexibilização, a participação do capital privado, mas garantindo aquilo que é muito caro à sociedade: a presença da PETROBRÁS.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Não havendo mais oradores para encaminhar a votação, peço aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes e em outras dependências da Casa que compareçam ao plenário.

O SR. DARCY RIBEIRO - Sr. Presidente, estou pedindo a oportunidade de usar a palavra há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Peço desculpas, porque a Mesa não chegou a ter a honra

de ver que V. Ex^a havia pedido a palavra, a qual todos nós, nesta Casa, ouvimos com o maior carinho.

Concedo a palavra ao Senador Darcy Ribeiro.

O SR. DARCY RIBEIRO (PDT-RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu pouco falo nesta Casa, porque eu me sinto tão bem expresso no que os meus pares dizem, que acho desnecessário acrescentar minha palavra à de todos. Por vezes, eu me sinto ungido a falar. Isso acontece hoje, por duas razões.

Em primeiro lugar, creio que não estamos julgando só a Petrobrás. Estamos também julgando ou pondo em causa a honra, o renome desta Casa, do Senado. Para minha surpresa, tive que aprender que o Senado é uma Casa mais nacionalista que a Câmara dos Deputados. Que aqui os interesses nacionais são mais profundamente meditados, pensados e defendidos.

Segundo, Sr. Presidente, por uma coisa que me sinto obrigado a dizer: economista não merece confiança, a economia não é ciência. Tanto não é ciência que se encontram economistas eminentes em posições diversas quanto a matérias capitais. Não podemos ir na conversa de economista e muito menos de economistas bisonhos, tecnocratas bisonhos, que ganharam o governo para teses que são puramente doutrinárias, como as teses privatistas. Tiveram a sua vez até três anos atrás, nos Estados Unidos, e há mais tempo, na Inglaterra. Mas, hoje, não têm mais. Vamos considerar não a política da economia, mas a economia tecnocrática que nos recomenda, por alguma razão de lucro, abrir mão da política de petróleo que tivemos até agora e que nos livrou quem sabe de quantas guerras e quantos conflitos se estivéssemos sido jogados, em 1954, não no monopólio, mas na disputa pelo petróleo.

Outro aspecto capitalmente importante é que o petróleo é substancial à Nação, no caso de uma nação como a brasileira, a uma nação que tem reservas conhecidas suficientes para se manter. Disso não podemos abrir mão, em nome de um lucro que eventualmente uma empresa privada possa ter, em nome da vantagem de que se possa explorar, aqui e ali, o petróleo, esquecidos de que temos empresas privadas também nesse campo, que são anteriores ao monopólio e que cresceram o que puderam crescer, com a mediocridade que podiam crescer. Não têm comparação com o crescimento da Petrobrás.

Assim é que digo a esta Casa: em nome do sentido do renome nacionalista deste Senado e em

nome de que economia é política, e cumpre a nós decidirmos politicamente essa questão, ou seja, vendo o que interessa a Nação, é nesse sentido que peço que votem contra a quebra do monopólio do petróleo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Não havendo mais oradores para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Relator, Senador Ronaldo Cunha Lima. S. Ex^a dispõe de 5 minutos.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB-PB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos instantes, entre outros oradores, o eminente Senador Pedro Simon disse que vivíamos hoje um momento importante da História deste País.

Em verdade, vivemos hoje um instante em que o Brasil marca um encontro com a sua História: uma história de ontem, de um passado de lutas, que convocou o povo a ir à rua para defender a sua soberania, e o instante presente, em que o Brasil desenha perspectivas para alargar os seus horizontes e abraçar o seu futuro. Fico feliz, democraticamente feliz, civicamente feliz, em ser partícipe do momento histórico que vive este País.

No momento, Sr. Presidente, em que recebi a designação honrosa de relatar a mensagem presidencial que consubstanciava alteração constitucional, principalmente ao art. 177, da flexibilização do monopólio do petróleo, procurei me aprofundar, estudar, consultar, perquirir, ouvir, debater, auscultar, enfim, para sedimentar um juízo e um julgamento que pudesse refletir o sentimento nacional. Eu me convenci, e ainda esse convencimento permanece cada vez mais forte e arraigado, de que a PETROBRÁS, ao longo da sua história e da sua vida, é uma instituição que merece, precisa, necessita ser preservada e fortalecida para ampliar o seu mercado, o seu trabalho e a sua atuação. Uma empresa que, ao longo de 41 anos, investiu, só no setor de petróleo, US\$80 bilhões, muito mais do que as 6.300 empresas multinacionais que atuam no País, em todos os ramos da economia.

Convenci-me de que o petróleo representa um setor estratégico não apenas a nível nacional, mas internacional, e que 50% da energia do mundo inteiro é representada pelos derivados de petróleo; produto que faz circular no mundo cerca de US\$800 bilhões e que motivou e motiva a cobiça internacional, ao ponto de me levar a transcrever em meu parecer pronunciamentos, entrevistas, alegações, depoimentos de entidades e pessoas interessadas no assunto. Em função desse convencimento das potenciali-

dades do Brasil, dos dados que recebi, dos debates dos quais participei, inclusive com o Senador Roberto Freire, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, com estudantes, técnicos, professores, recebendo subsídios, formei minha convicção de que deveria propor algumas alterações ao substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados. Essas alterações são apenas de ordem técnico-formal, como fiz, mas também de sentido profundo de mudança estrutural e conceitual, para preservar a PETROBRÁS pela imensa e bela folha de serviço que tem prestado a este País.

Apresentei meu modesto parecer à Bancada do PMDB, conforme havia combinado com o meu Líder, Senador Jader Barbalho. A posição que defendíamos era resumida em três pontos fundamentais: preservar a PETROBRÁS, não permitindo a sua alienação; segundo, manter sob o controle da PETROBRÁS as 29 bacias sedimentares onde ela já atua e explora; terceiro, assegurar à PETROBRÁS, nas concorrências em que ela participasse e houvesse igualdade de propostas, a sua preferência.

A Bancada do meu Partido, o PMDB, ao tomar conhecimento do nosso relatório, decidiu que aquela posição deveria ser levada ao Senhor Presidente da República, já que somos um partido aliado ao Governo e tínhamos a responsabilidade política de dar-lhe ciência da nossa posição.

Ali estivemos em companhia do Senador Jader Barbalho, e o Presidente da República reafirmava, naquela oportunidade, que era exatamente aquela a sua posição em relação ao monopólio do petróleo, porque ele queria uma PETROBRÁS fortalecida para poder, em parceria com outras empresas nacionais e internacionais, ampliar o mercado, desenvolver suas atividades, melhorar ainda mais a sua tecnologia, tida e reconhecida como uma das melhores do mundo, principalmente em águas profundas.

E perguntava-me o Presidente qual a posição que o PMDB recomendava naquele instante, e eu lhe respondi, na presença do Senador Jader Barbalho: em relação à PETROBRÁS, habilitá-la para a concorrência e não debilitá-la para a sucumbência. E a forma de habilitá-la para a concorrência e não debilitá-la seria assegurar-lhe a preservação sobre o controle estatal e manter sob seu controle as bacias sedimentares já existentes, além de assegurar-lhe, ainda, a preferência das licitações a serem realizadas.

O Presidente da República, com a sua responsabilidade, disse que havia necessidade urgente da tramitação e mostrava que o retorno à Câmara poderia impedir, inclusive, as negociações que estava tratando com o Governo da Venezuela, numa parce-

ria das mais salutaras e que atende aos interesses nacionais. Ele assumiu o compromisso histórico, solene, expresso, formal não com o Relator, não com o PMDB, não apenas com o Congresso Nacional, mas com a Nação inteira, de encaminhar documento, formalizando o seu compromisso e a sua palavra.

Devolvi à apreciação e à análise do meu Partido essa proposta, e o PMDB acatou-a, até porque, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não temos como duvidar da palavra do Presidente da República e, como disse o Senador Jader Barbalho, ainda mais da palavra escrita do Presidente da República. Seria duvidar das próprias instituições; seria duvidar do destino deste País; seria duvidar da própria nacionalidade. Um documento do Presidente de um Poder encaminhado ao Presidente de outro Poder, formalizando compromissos, tranquilizava-nos - e ainda o faz -, porque nós, que, efetivamente, queremos a preservação da PETROBRÁS, estamos tranquilos de que ela estará preservada pela palavra e pelo documento do Presidente da República.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, confessei - e o Senador José Eduardo Dutra aqui lembrou - meu constrangimento. Sim, Sr. Presidente, renovo o meu profundo constrangimento; e não o renovo apenas; amplio-o e divulgo-o mais, porque seria um demérito para as demais emendas. A emenda do Senador Roberto Freire estava e está absolutamente consentânea com o meu pensamento, com a minha inspiração, com o que traduzi no próprio relatório, pela propriedade da sua linguagem.

Constrangimento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque, como Relator e tendo firmado um compromisso e aceito o compromisso do Presidente da República, eu tinha que me manter fiel também a minha palavra, como espero que o Presidente se mantenha fiel ao seu compromisso. Se o Presidente da República não honrar esse compromisso, estarei aqui para denunciar à Nação a falta de credibilidade. E a sua palavra, o seu testemunho, a sua voz, a sua atitude, o seu gesto, nada mais representará para este País.

Por isso acatei, sem mudar uma só vírgula do meu parecer, entendendo que houve uma vitória não minha, não apenas do meu Partido, mas do Congresso Nacional e uma vitória do País inteiro, daqueles que realmente defendem como defendemos a PETROBRÁS.

Sr. Presidente, não faz muito tempo que o eminente Líder do PT, ao apresentar emendas ao projeto da Previdência, a algumas das quais manifestei o meu apoio, retirou as emendas com base no com-

promisso do Líder do Governo de que o Presidente da República mandaria outro projeto. E se a palavra do Líder do Governo valeu, por que a do Presidente não vale através de um documento escrito para garantir e tranquilizar a Nação de que, efetivamente, na sua recomendação, estarão inseridos esses três pontos?

Encerro, Sr. Presidente, desejando apenas ter alguma considerações a respeito da pertinência ou não de lei complementar na espécie que se discute. O assunto foi ventilado pelo eminente Senador Josaphat Marinho e eu tive oportunidade, em parecer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de dizer que, na hierarquia das leis que a própria Constituição estabelece, a começar da reforma constitucional, da lei complementar, das leis ordinárias, das leis especiais, das leis orgânicas, dos decretos, enfim, do elenco ali estabelecido, não há outra ilação de que uma lei maior pode substituir uma lei menor. Não seria possível uma lei ordinária substituir uma lei complementar, mas uma lei complementar poderá ocupar o espaço de uma lei ordinária.

Até porque existe também decisão do Supremo Tribunal Federal, em acordo remoto, na época em que se levou à Suprema Corte a interpretação de uma iniciativa de lei que foi suprida pela sanção presidencial, embora a iniciativa tivesse sido do Congresso Nacional. A Constituição estabelecia que a iniciativa era privativa do Presidente da República, e o Congresso foi quem teve a iniciativa, mas, com a sanção, houve o referendo do Presidente e a iniciativa estaria complementada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ante a exiguidade do tempo, quero aproveitar estes instantes, que são instantes históricos, como disse o Senador Pedro Simon, para dizer que a Nação está tranquilizada com o compromisso do Presidente. Eu confio em sua palavra, na certeza de que estamos dando um passo para o futuro e acreditando que este País, pela palavra do Presidente e pelo compromisso do Congresso, assume um passo de vanguarda nessa posição. Digo mais: quando pelo confronto não se vence, pelo diálogo se convence. E o Congresso, pelo diálogo, venceu e convenceu.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concluída a instrução da matéria, passa-se à votação.

Peço aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares. Os Senadores que ainda não registraram sua presença que o façam para liberarmos o computador para a votação. A Mesa aguarda apenas que a área técnica informe o momento de ser feita a votação.

Peço aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares.

A Presidência esclarece o Plenário de que, nos termos do disposto no art. 288, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa.

Votação da proposta nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sem prejuízo das emendas.

Os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Tem a palavra, pela ordem, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, a questão que quero invocar, perdoem-me, é prática; considero-a muito importante. Pretendo votar a emenda, de autoria do Senador Roberto Freire. Se não for aprovada, terei uma posição.

Portanto, a minha pergunta consiste em saber se não há condições de darmos prioridade à emenda do Senador Roberto Freire.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - De acordo com o Regimento, temos que votar a matéria principal, ressalvadas as emendas. Ela será votada destacadamente, em seguida, uma vez que há requerimento sobre a mesa pedindo destaque para a emenda.

O SR. PEDRO SIMON - Aprovada a emenda do Governo, será votada a emenda Roberto Freire ou ela será considerada prejudicada?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Sim, será votada porque não podemos votar a emenda se não votarmos a matéria principal. Votaremos a matéria principal, ressalvadas as emendas posteriormente.

O SR. PEDRO SIMON - Sim, Sr. Presidente, mas gostaria de mencionar o fato de que foi aprovada a emenda principal, a emenda do governo. Na hora da votação da emenda do Senador Roberto Freire, V. Exª poderá considerá-la prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - O Regimento não permite à Mesa essa posição discricionária, uma vez que vamos votar ressalvadas as emendas e há destaque para a emenda do Senador Roberto Freire que será submetida a voto em seguida. A Mesa, inclusive, já tinha anunciado que se tratava de votação sem prejuízo das emendas.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Elcio Alvares pela ordem.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL-ES. Pela ordem.) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ape-

nas gostaria que ficasse esclarecido se os que votam de acordo com o parecer do Senador Ronaldo Cunha Lima votam "Sim", conseqüentemente aprovando a emenda.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Perfeito. A Mesa sempre tem esclarecido ao Plenário que a votação é sobre a matéria.

O SR. ELCIO ALVARES - O voto "Sim" é a favor da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A Mesa solicita aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares. Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Antonio Carlos Magalhães - Artur da Távola - Bello Parga - Beni Veras - Carlos Bezerra - Coutinho Jorge - Edison Lobão - Elcio Álvares - Epitácio Cafeteira - Ernandes Amorim - Esperidião Amin - Fernando Bezerra - Flaviano Melo - Francelino Pereira - Freitas Neto - Geraldo Melo - Gerson Camata - Gilberto Miranda - Gilvam Borges - Guilherme Palmeira - Hugo Napoleão - Humberto Lucena - Iris Rezende - Jader Barbalho - Jefferson Péres - João França - João Rocha - Joel de Hollanda - Jonas Pinheiro - José Agripino - José Alves - José Arruda - José Bianco - José Fogaça - José Ignácio - Júlio Campos - Levy Dias - Lucídio Portella - Lúcio Alcântara - Lúdio Coelho - Luiz Alberto - Marluce Pinto - Mauro Miranda - Nabor Júnior - Ney Suassuna - Odacir Soares - Osmar Dias - Pedro Piva - Ramez Tebet - Renan Calheiros - Romero Jucá - Romeu Tuma - Ronaldo C. Lima - Sérgio Machado - Teotônio Vilela - Valmir Campelo - Vilson Kleinübing - Waldeck Ornelas.

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade - Antonio Carlos Valadares - Benedita da Silva - Bernardo Cabral - Darcy Ribeiro - Eduardo Suplicy - Emília Fernandes - Josaphat Marinho - José Dutra - Júnia Marise - Lauro Campos - Marina Silva - Onofre Quinan - Pedro Simon - Roberto Freire - Roberto Requião - Sebastião Rocha.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Encerrada a votação. Votaram "Sim" 58 Srs. Senadores e "Não" 17.

Não houve abstenções.

Total de votos: 75.

A emenda foi aprovada.

É a seguinte a proposta de emenda à Constituição aprovada:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 39, DE 1995**

(De iniciativa do Presidente da República)
(Nº 6/95, na Casa de origem)

Altera o § 1º do art. 177 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60, § 3º da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional.

Art. 1º O § 1º do art. 177 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 177.

§ 1º A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV deste artigo observadas as condições que a lei estabelecer."

Art. 2º Inclua-se um parágrafo, a ser numerado como § 3º, no art. 177 da Constituição Federal, com a seguinte redação:

"Art. 177.

§ 3º A lei a que se refere o § 1º disporá sobre:

I – a garantia do fornecimento dos derivados de petróleo em todo o território nacional;

II – as condições de contratação;

III – a estrutura e atribuições do órgão regulador do monopólio da União."

Art. 3º É vedada a edição de Medida Provisória para a regulamentação da matéria prevista nos incisos I a IV e dos parágrafos 1º e 3º do art. 177 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimentos de destaque que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Odacir Soares.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 1.342, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, alínea b, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, da Emenda nº 1-PLN, oferecida à Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 1995.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1995. –
Antonio Carlos Valadares.

REQUERIMENTO Nº 1.343, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, alínea b, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, da Emenda nº 2, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 1995.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1995. –
Júnia Marise,

REQUERIMENTO Nº 1.344, DE 1995

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 312, alínea b, do Regimento Interno, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 3-PLN, oferecida à Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 1995.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1995. –
Senador Roberto Freire.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os Srs. Senadores que aprovam os requerimentos de destaque queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Vamos proceder à votação dos destaques.

Votação da Emenda nº 01, de parecer contrário.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, para encaminhar a votação da matéria, nos termos do art. 300, XVII, do Regimento Interno.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PP-SE. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o pretexto apresentado pelo nobre Líder do Governo, nesta Casa, Senador Elcio Alvares, para o não-acatamento das emendas levadas a efeito, com a assinatura de mais de trinta Senadores, apresentadas pelo Senador Roberto Freire, pela Senadora Júnia Marise e por mim, que estamos discutindo, neste momento, é no sentido de que, sendo aprovada qualquer emenda à reforma proposta pelo Governo sobre quebra do monopólio, o processo teria que voltar à deliberação da Câmara dos Deputados.

A meu ver, Sr. Presidente, em que pese o respeito que tenho pela Liderança do Governo, é uma justificativa sem cabimento. De acordo com o já demonstrado em outras ocasiões, quando o Governo tem interesse na rapidez da tramitação de qualquer proposição, em qualquer das Casas, consegue fazê-lo.

Pelo art. 202 do Regimento da Câmara dos Deputados, podemos verificar que, se o Governo continuar com o interesse de aprovar a quebra do monopólio não terá qualquer dificuldade. Ao voltar à Câmara dos Deputados, a proposta passará nova-

mente pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação para o exame de admissibilidade. Nessa Comissão, o parecer depois de proferido, irá para a Comissão Especial, que terá o prazo de quarenta sessões. Isso, porém, nunca aconteceu na Câmara dos Deputados. No máximo, serão necessárias quatro sessões para aprovação, bastando para isso a vontade do Governo, uma vez que todas as comissões já estudaram detidamente o assunto e não haverá qualquer obstáculo para o entendimento de cada um dos Srs. Parlamentares na Câmara.

Sendo assim, Sr. Presidente, penso que essa justificativa cai por terra, uma vez que, saindo daqui a matéria, acredito que, no máximo em três semanas, a Câmara dos Deputados se debruçará sobre a matéria, e a emenda estará promulgada para iniciarem logo os seus efeitos jurídicos.

Apresentei a emenda constitucional, incluindo no texto da nossa Carta Magna o pensamento do Sr. Presidente da República, trazendo para a maior lei do País as palavras do primeiro magistrado da Nação. Não é qualquer Presidente que consegue isso. Escreveu uma carta, e apareceu, de logo, uma proposta de emenda constitucional aproveitando as palavras e o pensamento do Presidente da República.

Longe de ser, Sr. Presidente, uma falta de confiança, não deixa de ser uma homenagem ao pensamento do Presidente da República. E é isso que estamos querendo fazer.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Peço à Casa atenção, porque há um orador na tribuna, concluindo o seu discurso.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, já fui Governador do Estado. Apesar de ter participado como Governador, de forma indireta, por intermédio da Constituinte, em 1988, nenhuma palavra que eu disse, nenhuma carta que fiz foi incluída num texto da Constituição de Sergipe. No momento em que se discute uma reforma tão importante como a quebra do monopólio da Petrobrás, é um Senador da República, com a responsabilidade inerente aos votos que recebeu no seu Estado, que pega as palavras e os pensamentos do Presidente Fernando Henrique E transforma em emenda constitucional.

Para terminar, Sr. Presidente, quero dizer que também não há justificativa para essa afirmação, que muitos dos Srs. Senadores fizeram, de que a empresa privada vai resolver o problema do petróleo no Brasil. Ah! Agora vai surgir petróleo em vários cantos do Brasil!

Foram feitos 243 contratos de risco com 21 empresas internacionais, e não se encontrou uma gota de

petróleo. Quem encontrou petróleo no Brasil não foi a empresa privada, não foi a empresa estrangeira. Quem encontrou petróleo no Brasil foi a Petrobrás.

Espero que os Srs. Senadores atendam o apelo de um colega que confia na palavra do Presidente, tanto que a trouxe para a nossa Carta Magna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Peço aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares. Vamos proceder à votação da emenda destacada: Emenda nº 1, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

Pediria aos Srs. Senadores que permanecessem no plenário, uma vez que haverá mais duas votações.

De acordo com o Regimento, os Srs. Senadores que aprovarem a emenda oferecida pelo Senador Antonio Carlos Valadares votarão "sim". Os Srs. Senadores que a recusarem votarão "não."

A Mesa solicita aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade - Antonio Carlos Valadares - Benedita da Silva - Bernardo Cabral - Eduardo Suplicy - Emilia Fernandes - Ernandes Amorim - João França - Josaphat Marinho - José Dutra - Júnia Marise - Lauro Campos - Marina Silva - Osmar Dias - Renan Calheiros - Roberto Freire - Roberto Requião - Sebastião Rocha.

ABSTEM-SE DE VOTAR OS SRS. SENADORES:

Darcy Ribeiro - Geraldo Melo.

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Antonio Carlos Magalhães - Arthur da Távola - Bello Parga - Beni Veras - Carlos Bezerra - Coutinho Jorge - Edison Lobão - Elcio Álvares - Epitácio Cafeteira - Esperidião Amin - Fernando Bezerra - Flaviano Melo - Francelino Pereira - Freitas Neto - Gerson Camata - Gilberto Miranda - Guilherme Palmeira - Hugo Napoleão - Humberto Lucena - Iris Rezende - Jader Barbalho - Jefferson Peres - João Rocha - Joel de Hollanda - Jonas Pinheiro - José Agripino - José Alves - José Arruda - José Bianco - José Fogaça - José Ignácio - Júlio Campos - Levy Dias - Lucídio Portella - Lúcio Alcântara - Lúdio Coelho - Luiz Alberto - Marluce Pinto - Mauro Mida - Nabor Júnior - Ney Suassuna - Odacir Soares - Pedro Simon - Ramez Tebet - Romero Jucá - Romeu Tuma - Ronaldo C. Lima - Sérgio Machado - Teotônio Vilela - Valmir Campelo - Vilson Klein - Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram Sim 18 Srs. Senadores e Não 52 Srs. Senadores. Houve 2 abstenções. Total: 72. A emenda foi rejeitada.

É a seguinte a emenda rejeitada:

EMENDA Nº 1 – PLEN

Acrescente-se o seguinte art. 3º à Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 1995, renumerando-se o atual art. 3º para art. 4º:

Art. 3º Adite-se ao Título IX – "Das Disposições Constitucionais Gerais" – da Constituição Federal o seguinte artigo, dando-lhe a numeração devida:

"Art. A União permanecerá com o controle efetivo da Petróleo Brasileiro S. A. – PETROBRAS.

§ 1º Considera-se controle efetivo, para efeito do disposto no **caput** deste artigo, a titularidade da maioria do seu capital votante e o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para gerir as atividades da empresa.

§ 2º A Petróleo Brasileiro S. A. – PETROBRAS permanecerá explorando, com exclusividade, as áreas onde a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros carburetos fluídos estejam sendo por ela exploradas na data da promulgação desta Emenda Constitucional.

§ 3º Nas licitações para concessão de pesquisa e lavra das jazidas a que se refere o parágrafo anterior, no caso de igualdade nas condições das propostas apresentadas pela Petrobrás e por outras empresas, será assegurado à primeira, o direito de preferência nas respectivas contratações."

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. PEDRO PIVA (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, comunico a V. Exª que o painel não registrou o meu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Ata registrará o voto de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passa-se à Emenda nº 2, destacada, de autoria da Senadora Júnia Marise.

Concedo a palavra a nobre Senadora para justificar a emenda, por cinco minutos, de acordo com o art. 300, XVII, do Regimento Interno.

A SRA. JÚNIA MARISE (PDT-MG. Para justificar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em todos os encaminhamentos de votação das propostas à reforma constitucional, apresentei emenda solicitando a regulamentação por lei complementar.

Em todas as oportunidades contei com o apoio favorável do Relator, Senador Ronaldo Cunha Lima. Por coerência, o Senador Cunha Lima sempre pontificou defendendo a regulamentação por lei complementar. E por que isso? Cada um de nós Senadores e membros do Congresso Nacional tem a certeza e a consciência da importância não apenas do debate de matérias fundamentais para o País como esta mas sobretudo dos membros do Congresso Nacional.

Qualificar o **quorum** para regulamentação da proposta de quebra do monopólio da Petrobrás significa, acima de tudo, qualificar a participação de Senadores e Deputados na regulamentação dessa matéria. Foi assim que o próprio Presidente considerou que o **quorum** qualificado seria essencial para a regulamentação das reformas constitucionais.

Não há nenhum confronto dessa posição com o Governo. Ao contrário, quando o próprio Presidente chancela sua assinatura num compromisso de honra, manifestando a sua sensibilidade para a regulamentação de uma proposta como esta por lei complementar, entendo que estamos, mais uma vez, sedimentando aqui, com esta emenda, os objetivos do próprio Governo. Mais do que isso, estamos valorizando a participação de Senadores e Deputados Federais, do Congresso Nacional, no debate da regulamentação desta matéria.

Já exaurimos, em todas as oportunidades, os debates e a defesa da proposta.

Citaria mais uma vez o enfoque lúcido do eminente Senador Josaphat Marinho do aspecto jurídico e constitucional da regulamentação desta proposta por lei complementar.

Se nós, Senadores, não reafirmarmos aqui, por meio da aprovação desta emenda, o compromisso do Presidente da República e o anseio do Congresso Nacional, do Senado Federal, o Presidente da República jogará na lata do lixo a carta que enviou ao Senado, porque o seu compromisso, Sr. Presidente, não poderá prevalecer sobre os aspectos jurídicos e constitucionais. Apelo, mais uma vez, para que nos seja dada essa oportunidade, sem nenhum preconceito com a referida emenda, que procura,

acima de tudo, interpretar o sentimento de toda uma Nação, de qualificar o **quorum** de cada Senador e Deputado na regulamentação dessa matéria tão importante para os destinos da Petrobrás e do nosso País.

Invocamos aqui a seriedade do compromisso firmado, pela importância que tem a regulamentação dessa matéria por lei complementar.

A nossa, finalizando, é exatamente esta:

"Substitua-se, no art. 1º da PEC nº 39, na parte em que altera o § 1º do art. 177, a expressão "observadas as condições que a lei estabelecer" por "observadas as condições estabelecidas por lei complementar".

Apenas faço este acréscimo para fazer valer o compromisso do Presidente e, certamente, a participação, também, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Peço aos Srs. Senadores que ocupem seus lugares.

O SR. JOSAPHAT MARINHO - Peço a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Não há, no Regimento, maneira de conceder a palavra a V. Exª. O Regimento considera que o encaminhamento seja feito pela autora do requerimento, uma vez que os outros Senadores, inclusive V. Exª, já o fizeram quando discutiram a matéria principal e as emendas.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA - Sr. Presidente, peço a palavra como Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - V. Exª dispõe de cinco minutos para prestar os esclarecimentos necessários.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB-PB. Como Relator. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a eminente Senadora Júnia Marise mereceu e merece os meus aplausos, pela posição coerente que manteve e mantém quando do encaminhamento das propostas de reforma constitucional.

Em verdade, acompanhei a posição de S. Exª não apenas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas também aqui em plenário, e fiz inserir em meu parecer, de forma muito enfática, o seu trabalho; e adotei, em meu relatório, a sugestão por S. Exª encaminhada, porque defendia e defendo a necessidade de uma lei que exija **quorum** qualificação para a regulação da matéria.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ante a manifestação lúcida e brilhante, ante o talento jurídico do Senador Josaphat Marinho, com o questionamento sobre a viabilidade ou não da lei complementar quando a Constituição expressamen-

te não determinar, elaborei modesto parecer, manifestando a minha convicção de que é possível a lei complementar, em face de alguns dos argumentos que aduzi na oportunidade da defesa da emenda, porque a lei complementar, hierarquicamente, está acima da lei ordinária.

Permito-me apenas ler, se possível, a conclusão daquele modesto voto, em que afirmo:

"Não apenas em função do vulgo, que está correto quando diz que "quem pode o mais pode o menos", se a lei complementar é superior à ordinária no tratamento constitucional e há, na sua natureza jurídica, a possibilidade de estar em um nível para-constitucional às vezes, como se demonstrou anteriormente, é evidente que pode alcançar momentos de outras normas. O que não é possível é uma lei ordinária, para a qual apenas a maioria simples é exigida, tratar matéria reservada a uma lei complementar, para a qual se exige maioria absoluta.

Lembro que, no Salmo 119, o Livro Santo trata as normas divinas sob as mais diversas expressões: caminho, prescrições, mandamentos, preceitos, decretos, palavras, juízos, testemunhos e promessas. Mesmo assim, não deixa a Mensagem de Deus de ser Mensagem de Deus".

O SR. GERALDO MELO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. GERALDO MELO (PSDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, desejo apenas solicitar a V. Exª que mande retificar o meu voto na votação da emenda anterior, em que consta uma abstenção, quando, na verdade, o meu voto foi "Não".

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A Ata registrará a manifestação de V. Exª.

Vamos votar a Emenda nº 2, da Senadora Júnia Marise. A Presidência, mais uma vez, esclarece que aqueles Senadores que desejarem aprovar a referida emenda votarão "sim" e os que desejarem recusá-la votarão "não".

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(*Procede-se à votação*)

VOTARAM SIM OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Antônio Carlos Valadares –
Benedita da Silva – Bernardo Cabral – Darcy Ribeiro
– Eduardo Suplicy – Emilia Fernandes – Ernandes

Amorim – Josaphat Marinho – José Dutra – Júnia Marise – Lauro Campos – Marina Silva – Pedro Simon – Roberto Freire – Roberto Requião – Sebastião Rocha.

VOTARAM NÃO OS SRS. SENADORES:

Antônio Carlos Magalhães – Artur da Távola – Bello Parga – Beni Veras – Carlos Bezerra – Coutinho Jorge – Edison Lobão – Elcio Alvares – Epitácio Cafeteira – Esperidião Amin – Fernando Bezerra – Flaviano Melo – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Guilherme Palmeira – Humberto Lucena – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – José Agripino – José Alves – José Arruda – José Bianco – José Fogaça – José Inácio – Júlio Campos – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Alberto – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Odacir Soares – Osmar Dias – Pedro Piva – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo C. Lima – Sérgio Machado – Teotônio Vilela – Valmir Campelo – Vilson Kleinübing – Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram Sim 17 Srs. Senadores; e Não 56.

Não houve abstenções.

total: 73 votos

A emenda foi rejeitada.

É a seguinte a emenda rejeitada:

EMENDA Nº 2-PLEN

Substitua-se no artigo 1º da PEC nº 39, de 1995, na parte em que altera o § 1º do art. 177 da Constituição Federal, a expressão: "observadas as condições que a lei estabelecer" por "observadas as condições estabelecidas por lei complementar".

O SR. JOSAPHAT MARINHO - Sr. Presidente, indago a V. Exª se posso fazer uma breve declaração?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Tem V. Exª a palavra pela ordem, pois declaração de voto somente por escrito.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero declarar que votei a favor da emenda, inclusive porque não há um compromisso formal do Presidente da República.

Não duvidaria nunca da palavra de Sua Excelência, mas o que está expressamente em sua carta é isto, conclusivamente:

"Esclareço, outrossim, que, havendo fórmula regimental, parece-me que a lei de regulamentação deva ser aprovada em votação qualificada.

Há mais do que óbice regimental. Há o óbice constitucional, pois é unanimemente entendido no País, nas câmaras políticas como nos tribunais e na doutrina, que não há lei complementar se não estiver prevista na Constituição".

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Vamos proceder à votação da Emenda nº 03, de autoria do Senador Roberto Freire.

Consulto S. Exª se deseja usar da palavra.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, já encaminhei quando da matéria principal. Apenas queria esclarecer que, aprovada a emenda, ficará parte daquilo que foi aprovado e acrescentar-se-á apenas que todos os contratos com as empresas privadas nacionais ou estrangeiras deverão ser feitos por intermédio de empresa estatal, garantindo o que me parece ser o consenso nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Desejo esclarecer, mais uma vez, que os Srs. Senadores que desejarem aprovar a emenda do Senador Roberto Freire deverão votar "Sim" e os que desejarem rejeitá-la deverão votar "Não".

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(*Procede-se à votação.*)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Antônio Carlos Valadares – Benedita da Silva – Bernardo Cabral – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Ernandes Amorim – Josaphat Marinho – José Dutra – Júnia Marise – Lauro Campos – Marina Silva – Pedro Simon – Roberto Freire – Roberto Requião – Sebastião Rocha.

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Antônio Carlos Magalhães – Artur da Távola – Bello Parga – Beni Veras – Carlos Bezerra – Coutinho Jorge – Edison Lobão – Elcio Alvares – Epitácio Cafeteira – Esperidião Amin – Fernando Bezerra – Flaviano Melo – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – José Agripino – José Alves – José Arruda – José Bianco – José Fogaça – José Inácio – Júlio Campos – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Alberto – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior –

Ney, Suassuna – Odacir Soares – Osmar Dias – Pedro Piva – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo – Vilson Kleinübing – Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram SIM 16 Srs. Senadores; e NÃO 56.

Não houve abstenção.

Total: 72 votos.

A emenda foi rejeitada.

A matéria constará oportunamente da Ordem do Dia para o segundo turno, após o interstício regimental.

(É a seguinte a emenda rejeitada.)

EMENDA Nº 3–PLEN

Dê-se ao § 1º do art. 177 da Proposta de Emenda à Constituição, a seguinte redação:

"Art. 177.

§ 1º A União, por intermédio de empresa estatal, poderá contratar com empresas privadas ou estatais, nacionais ou estrangeiras, a realização de atividades previstas nos incisos I a IV deste artigo, observadas as condições que a lei estabelecer.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O Senador Humberto Lucena encaminhou à Mesa declaração de voto que, nos termos do art. 316 do Regimento Interno, será publicada.

É a seguinte a declaração de voto encaminhada à Mesa:

DECLARAÇÃO DE VOTO

Apciei a Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 1995 (nº 6/95, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que altera o § 1º do art. 177 da Constituição Federal, com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, tendo como Relator o Senador Ronaldo Cunha Lima, em face dos compromissos formais assumidos, através de carta do Senhor Presidente da República ao Senhor Presidente do Senado, Senador José Sarney, no sentido de regulamentar a matéria por lei complementar que, entre outros, regularia os seguintes pontos:

1. Não privatização da Petrobras;
2. Preservação das bacias sedimentares, já exploradas pela Petrobras;
3. Em igualdade de condições, a Petrobras teria preferência nas novas licitações relacionadas com a lavra, a pesquisa e a exploração de petróleo.

Em suma, o monopólio estatal do petróleo continuaria com a União e a referida empresa estatal teria condições de competitividade, para se manter no mercado interno e externo.

Brasília, 18 de outubro de 1995. – Senador **Humberto Lucena**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Odacir Soares.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.345, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 311, alínea a, do Regimento Interno, requero preferência para a PEC nº 40/95, a fim de ser apreciada antes da matéria constante do item 2 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1995. – **Elcio Alvares**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Aprovado o requerimento, passa-se ao **Item 3**:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 1995

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1995)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 1995, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares e outros Senadores, que dispõe sobre a instituição de contribuição social para o financiamento das ações e serviços de saúde, tendo

Parecer, sob nº 531, de 1995, da Comissão - de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável à Proposta, nos termos de Substitutivo que oferece, e pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1995, que tramita em conjunto.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Odacir Soares. Peço a atenção dos Srs. Líderes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.346, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 279, alínea c, do Regimento Interno, requero adiamento, por 30 dias, da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1995, constante do item 6 da pauta de hoje.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1995. – Senador **Eduardo Suplicy**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Em votação o requerimento que pede o adiamento da votação da emenda constitucional agora submetida à deliberação do Senado. O Senador Eduardo Suplicy pede que a mesma seja incluída na Ordem do Dia da sessão do dia 7 de novembro.

O SR. JADER BARBALHO - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senador Jader Barbalho.

Pelo Regimento, um Senador de cada partido pode fazê-lo.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA) - Sr. Presidente, a Liderança do PMDB recomenda a rejeição do requerimento.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Sérgio Machado.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB-CE) - Sr. Presidente, a Liderança do PSDB recomenda a rejeição do requerimento.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira, responsável pela Liderança do PFL.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL-MG) - Sr. Presidente, somos pela rejeição.

O SR. VALMIR CAMPELO - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Com a palavra o Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF) - Sr. Presidente, o PTB é pela rejeição.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Sr. Presidente, retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Sobre a Mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Odacir Soares.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.346-A, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 256 do Regimento Interno, requero a retirada do Requerimento nº 1.346/95.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1995. -
Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A Presidência defere o requerimento do Senador Eduardo

Suplicy. Nesses termos, vamos continuar com a matéria.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária de 27 de setembro último.

Passa-se à votação.

O SR. JOSAPHAT MARINHO - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Para encaminhar a votação, tem a palavra o Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, quero explicar por que voto a favor desta emenda. Votei contra a criação do IPMF, porque afrontava a Constituição e assim o reconheceu depois o Supremo Tribunal Federal.

Voto, no caso, pela contribuição da contribuição prevista na emenda ora sob votação. A emenda atende a uma razão de ordem pública e de urgência para acudir as dificuldades dos serviços do Ministério da Saúde. Pena é que esta emenda não tenha sido originária do Poder Executivo, a quem cumpria, em princípio, a obediência de apresentá-la. Não era, como não é razoável, não é do ritual de um Governo presidencial que um Ministro de Estado venha ao Congresso pleitear a criação de um tributo do qual o Governo poderia ter tomado, como lhe cumpria, a devida iniciativa.

Nem por isso prejudica-se o mérito da matéria. Fica a observação, porque, quanto a mim, a votação de hoje não vale como precedente para a iniciativa de qualquer outro Ministro.

Nesses termos, voto favoravelmente à emenda.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 288, inciso II, do Regimento Interno, a matéria depende, para a sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Odacir Soares.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.347, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 311, alínea b, do Regimento Interno, requero preferência para a Emenda nº 4, ao PEC 40/95, a fim de ser votada antes da de nº 1-CCJ

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1995,
Roberto Freire

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Em votação.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acredito que o Governo Federal não apenas se omitiu na iniciativa de atender a um reclamo do Ministro da Saúde, como também cometeu um equívoco maior. No momento em que se discute a reforma do Estado, em que foram enviadas uma reforma administrativa e uma reforma tributária, o Governo deixa de alocar nessa sua reforma a questão do imposto ou Contribuição sobre Movimentação Financeira como algo apartado. Equívoco duplo, porque não interpreta corretamente a necessária reforma do Estado na questão tributária, já que propõe mero ajuste fiscal para garantir a estabilidade e a continuidade do Plano Real, quando este País precisa, evidentemente, ter uma reforma tributária que amolde o Estado às novas realidades que a revolução científico-tecnológica coloca na economia brasileira.

Estamos querendo tratar uma economia em que já temos outro tipo de relações de trabalho, de relações financeiras, do dinheiro eletrônico, da renda sem emprego, de todo um processo de mudança no próprio modo de produzir, e queremos um sistema arrecadador e de receita que ainda trate como se víssemos no início da Revolução Industrial. Impostos declaratórios, controle e fiscalização através de nota fiscal; e todo o processo, inclusive de comércio, fazendo-se através da informática e da eletrônica.

Esse imposto sobre movimentação financeira, criado no Governo Itamar Franco como imposto provisório, demonstrou ser um imposto moderno para essa economia moderna, capacitando o Estado para exercer efetivamente o seu poder arrecadador sobre a economia formal, sobre o emprego que tem contrato, mas também sobre a economia informal e mais, até dos ilícitos, das contas fantasmas, do caixa 2 e da lavagem do dinheiro. Atinge universalmente a todos, particularmente no Brasil, uma economia mediada pelo sistema financeiro.

Esse processo indicava que o Governo, que fala em modernização, que quer ser contemporâneo do futuro e não poderia ser atrasado ao discutir a questão tributária deste País, cometeu vários equívocos que poderíamos agora tentar remediar.

O sistema nacional de saúde encontra-se em crise - discutiria até se a crise advém da falta de re-

ursos e podemos admitir que se gasta muito pouco no campo da saúde. Mas há outros problemas. Poderíamos discutir a questão da gerência, a questão também do atraso, e pior: a permissividade pela impunidade da sonegação, da fraude e de todo tipo de crime.

Mas, admitindo-se que é necessário aportar recursos, caberia ao Governo não estabelecer provisoriamente esse imposto moderno, essa capacidade de arrecadar que o Governo pode ter com a movimentação financeira.

O que pretendemos é garantir os recursos para a saúde, à qual ficaria vinculado por dois anos, mas garantindo a continuidade do imposto para que o Governo possa ter, nesse instrumento, uma maior capacidade tributiva.

Além disso, levamos em consideração um aspecto que foi importante no IPMF, o de não atingir 90% dos assalariados brasileiros que tinham a compensação de mesmo sendo gravada na movimentação financeira e tinham na contribuição previdenciária o ressarcimento, ainda levando em consideração a tese de que precisamos discutir o sistema tributário como um todo para que haja uma melhor adequação de impostos com menor incidência em setores produtivos, diminuição de encargos daqueles que formalmente fazem a economia brasileira.

Estamos, em nossa emenda, propondo que esse imposto, que será permanente, possa vir a ser compensado no imposto de renda: para as pessoas físicas, definimos que aqueles que forem isentos do imposto de renda terão restituídos todos os impostos pagos pela movimentação financeira, como também garantimos um percentual pela progressividade do imposto de renda, até 50% de restituição para aqueles que pagam imposto de renda. Com uma vantagem: iríamos, neste País, de imediato, ter um cadastro de contribuintes de imposto de renda e não a ficção que temos hoje. Com a movimentação financeira, todos que pagassem impostos declarariam no final do exercício para se credenciar para as compensações e restituições. Teríamos a capacidade de ver patrimônio e renda, de ter um perfil exato do que é a sociedade brasileira.

Lembro que essa questão fiscal e tributária é fulcral para um governo que se diz socialdemocrata. A socialdemocracia teve êxito na Europa Ocidental exatamente por usar um instrumento tributário e fiscal como fundamento de uma distribuição de renda e na garantia de um estado de bem-estar social e de uma seguridade social.

É importante lembrar isso porque este é o momento divisor. Não se pode pensar a reforma do Estado apenas na concepção de um estado ausente da economia ou minimamente presente, mas adaptando-o, modernizando-o, para ser instrumento de justiça social.

Um governo que se pretende socialdemocrata não pode mandar uma tímida reforma fiscal para o Congresso, muito menos um ajuste. Um governo que pretende dizer que o Brasil vai, a partir de agora, ser rico e deixar de ser injusto não pode compactuar com esse equívoco de estarmos votando uma mera contribuição, quando tínhamos de aparelhar a Receita Federal para ser eficiente, eficaz. Isso garantiria que este governo pudesse ser socialdemocrata; pelo menos, essa é a intenção de um socialista.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A Mesa esclarece que, durante a tramitação dessa matéria, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ofereceu um substitutivo; o Senador Roberto Freire ofereceu outro, que tem o parecer contrário daquela Comissão.

O que S. Ex^a está pedindo é a preferência da Casa para votação, em primeiro lugar, do substitutivo que apresentou naquela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Em votação o pedido de preferência do Senador Roberto Freire para a votação do seu substitutivo.

Os Srs. Senadores que aprovarem a preferência votarão "Sim"; os que não a aprovarem, mantendo em primeiro lugar a votação do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, votarão "Não".

A votação será simbólica e aferida pelas Lideranças do Plenário.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB-CE) - Sr. Presidente, a Liderança do PSDB encaminha pela rejeição do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Como vota o Líder do PMDB?

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA) - Sr. Presidente, mantendo a coerência em relação à emenda anterior, negamos a preferência. O voto é "Não".

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Como vota o Líder do PFL?

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL-MG) - "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A SRA. EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra à nobre Senadora.

A SRA. EMILIA FERNANDES (PTB-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, ouvi V. Ex^a chamar a Liderança do PTB e não ouvi a manifestação do Líder e, por isso, gostaria de um esclarecimento nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Como vota o Líder do PTB?

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF) - O PTB vota "Não". Somos pela rejeição do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A Mesa desculpa-se porque foram os próprios Líderes dos Partidos que desejaram manifestar-se orientando as suas Bancadas.

Rejeitado o requerimento, passa-se à votação do substitutivo.

Em votação a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING (PFL-SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, uso da palavra neste momento para encaminhar a votação, principalmente para declarar o meu voto, porque, após essa votação, vamos ter uma votação de uma outra emenda de minha autoria sobre o imposto para pagamento da dívida pública do País.

Não vou neste momento contrariar uma tendência que já pude aferir dentro do plenário do Senado. Nunca neguei que o Ministro Adib Jatene precisa de recursos para dar conta do seu trabalho no Ministério da Saúde. No entanto, quero aproveitar a oportunidade para que o Senado da República faça uma reflexão e, para tanto, quero apresentar alguns dados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Senador Vilson Kleinübing, peço desculpas a V. Ex^a, mas tenho que submeter à Casa a prorrogação da sessão por 30 minutos, uma vez que o nosso tempo está esgotado.

Os Srs. Senadores que aprovam a prorrogação queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Com a palavra o Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Srs. Senadores, há pouco falávamos em Petrobrás. Ouvimos falar aqui em Vale do Rio Doce.

Até dezembro de 1991, todos os Governos do Brasil tinham R\$35 milhões em títulos públicos. Em agosto de 1995, esses títulos públicos passaram para R\$133 bilhões, com todos os juros que foram pagos. É uma dívida externa brasileira que, com o nosso consentimento, foi aumentada e pagamos juros sobre ela. Os juros pagos nos últimos 12 meses: R\$12,700 bilhões, valor que corresponde a um hospital de 360 leitos, por dia, equipado. Por esses R\$12 bilhões, o sistema financeiro recolheu R\$2 bilhões de IOF e menos de R\$1 bilhão em Imposto de Renda. Imposto de Renda retido na fonte este ano - R\$20 bilhões; Imposto de Renda de pessoa física - R\$7 bilhões, que é o que custará o imposto que aprovaremos hoje.

Gostaria que os senhores tomassem conhecimento das taxas de juros. Esses dados são eshtarrecedores. Para uma captação, no dia 20 de setembro, média, o sistema financeiro pagou 3,12% de juros por CDBs, esse mesmo sistema financeiro cobrou 7,40% para descontar duplicata; 7,96% para descontar nota promissória; 8,29% para financiar bens para a pessoa jurídica; 10,93% para cheque especial - todas essas taxas foram cobradas ao mês. É evidente que estamos diante de um grande problema. De um lado digo aos Senadores que não posso impedir que a saúde tenha recursos, por isso vou votar favoravelmente; de outro lado o Senado da República não pode conviver com isso. Senador não pode falar em taxa de juros enquanto em quatro anos aumentamos a dívida externa brasileira em título público interno e não criamos os mecanismos para conter isso, mas estamos pensando profundamente em criá-los.

Certo que o Ministro Adib Jatene tenha recursos para salvar a saúde, mas estamos devendo ao povo a salvação do Brasil. Esses 100 bilhões não serão pagos com a venda da Vale do Rio Doce e nem com a venda da Petrobrás. O que adianta ter a Vale do Rio Doce e a Petrobrás, sem renderem um tostão em dividendos, se estamos pagando 12 bilhões de juros por ano e incrementando a dívida pública em R\$100 bilhões em quatro anos?

Votarei favoravelmente, mas espero que tenhamos outra oportunidade de resolver o problema, senão não estaremos cumprindo com nosso dever aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Com a palavra o Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO(PMDB-PA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e RS. Senadores, não vou discutir se o Ministro Jatene precisa dos recursos para saúde pública. Até porque penso que S. Ex^a precisa desses recursos. O Ministro Adib Jatene, seguramente, é dessas pessoas que conseguem ser unanimidade neste País, como profissional, como homem público, pelo empenho que tem tido à frente do Ministério da Saúde.

Não é isso que venho discutir. Ele precisa dos recursos. O que venho discutir, Sr. Presidente, é que os recursos existem, e não haveria necessidade da criação de mais um tributo para o contribuinte brasileiro. É isso que venho discutir.

Não venho discutir se a situação do sistema de saúde no Brasil está em estado pré-falimentar. Isso me parece claro, Sr. Presidente. O que venho discutir, Sr. Presidente, é que o tema mais polêmico na Assembléia nacional Constituinte foi o capítulo da seguridade social. E eu posso dizer que, de certa forma, sentia-me incomodado quando era Ministro da Previdência Social, e, no seio do Governo do qual eu participava, havia uma preocupação imensa de que o Constituinte estivesse desenhando uma seguridade para a Suíça para ser executada por um país do Terceiro Mundo. Era isso que se dizia, Sr. Presidente. Ouvi até mesmo de V. Ex^a, como Presidente da República, as preocupações e as indagações como a sociedade brasileira e particularmente o Governo sustentariam aquilo que estava sendo desenhado pelo Constituinte de 1988.

E coube a mim, Sr. Presidente, como Ministro da Previdência à época, oferecer ao Governo, com o auxílio dos técnicos da Previdência, o Plano de Benefícios e Custeio da Previdência Social, endereçado a V. Ex^a, Senador José Sarney, como Presidente da República, antes que se completasse o prazo de seis meses. Eu torcia, Sr. Presidente, para que fosse possível ter-se no Brasil um estrutura capaz de sustentar saúde para todos, a universalização da saúde, que parecia impossível e era combatida por tantos, como o é até hoje, com muita restrição.

Sr. Presidente, eu considerava ideal que qualquer pessoa neste País, empregada ou não, pudesse filiar-se à Previdência Social, mas comungava das preocupações acerca de como sustentar essa idéia financeiramente. Encaminhamos o Plano a V. Ex^a, para que pudesse ser enviado ao Congresso.

Já no Governo Collor, em 1991, o Congresso aprovava o Plano de Benefício e Custeio da Previdência Social. Lá, o legislador foi sábio ao estabelecer quais seriam os sustentáculos de financiamento.

Seriam os tradicionais: a União, os empregadores e a contribuição dos empregados. Mas a Constituição exigia a participação da sociedade, mediante a contribuição sobre o lucro e sobre o faturamento; e mais, sobre a receita de prognóstico. Foi montada, portanto, toda a estrutura capaz de sustentar o Plano.

Mais adiante, Sr. Presidente, o Congresso Nacional aprovou uma lei complementar criando a Cofins, alterando a alíquota e estabelecendo que os recursos da Cofins deveriam ser empregados exclusivamente para as despesas com as atividades-fim nas área de saúde, previdência e assistência social.

Sr. Presidente, estou com o documento do Siafi, portanto, documento oficial que diz que de janeiro a agosto, o Cofins arrecadou R\$9 bilhões 938 milhões. Foram repassados para a previdência e assistência, R\$1 bilhão 416 milhões; para a saúde R\$4 bilhões 484 milhões; para o Fundo Social de Emergência R\$1 bilhão 988 milhões, havendo um saldo de R\$2 bilhões e 100 milhões, isto é, Sr. Presidente, se não tivesse sido retirado para a Cofins, seriam R\$4 bilhões. O Ministro Adib Jatene precisa de seis bilhões, portanto até agosto já teríamos quatro bilhões e até o final do ano, já chegaríamos aos seis bilhões tranquilamente. A **Gazeta Mercantil** de ontem declara que o lucro e o faturamento crescem no País onde incidem essas contribuições.

Sr. Presidente, o que está acontecendo? O que está acontecendo é que os recursos que deveriam ser destinados exclusivamente à saúde estão sendo desviados para outras áreas deficitárias do Governo.

Defendo que o Governo deveria encontrar uma fórmula para cobrir o seu déficit de caixa com outras áreas de outra forma e dar tranquilidade ao Projeto de Seguridade Social, que não vai ser vivenciado apenas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, que não vai ser vivenciado apenas pelo Ministro Adib Jatene. O Constituinte foi criticado, Sr. Presidente. Nós tínhamos tudo para dar tranquilidade. E agora vem o Ministro Adib Jatene fazer um apelo a todos nós para salvar a saúde, quando a saúde, financeiramente, estaria salva se os recursos não fossem desviados.

Alguém diria: "Mas é com o EPU, que são os encargos previdenciários da União." Não, Sr. Presidente. O Constituinte foi sábio. Na Lei de Custeio da Seguridade Social está estabelecido todo um cronograma. E este ano só se poderia utilizar, dos recursos da seguridade social, apenas 10%. Então não venho aqui para discutir se o Ministro precisa ou não. Venho para dizer que existem, no campo da se-

guridade social, os recursos para manter aquilo que o Constituinte elaborou na Constituição de 1988.

O Ministro Adib Jatene tem muitos méritos e muito charme, particularmente seu bisturi. E o Líder do PMDB encaminha no sentido de deixar todos os companheiros à vontade nesta questão. Apenas me achei, Sr. Presidente, na obrigação, com este Ministro da Previdência Social, de deixar registrado nos anais da Casa que a justificativa de que falta dinheiro para a saúde pública no Brasil não é procedente. Existe. Mas está sendo desviado para outras despesas do Governo. Existem essas despesas, existe o déficit. No entanto, isso deveria ser tratado de outra forma e se manter com tranquilidade o Projeto da Seguridade Social, Sr. Presidente. Portanto, meu voto é contra, mas os companheiros do PMDB estão à vontade para acompanharem a emenda do Senador Valadares. Acreditando eu que se não fosse o Ministro Adib Jatene o Ministro da Saúde neste momento, dificilmente esta emenda poderia ter sucesso. Mas o Ministro tem muito charme, e a Liderança do PMDB não deseja concorrer com o charme do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Continua o encaminhamento. A Presidência faz apelo ao Plenário, uma vez que tem recebido pedidos de muitos de nossos colegas, para que tivéssemos maior celeridade nos nossos trabalhos, de modo que nossos companheiros pudessem comparecer à posse do Senador Fernando Bezerra, que se está realizando, agora nesta tarde, na Confederação Nacional da Indústria. De maneira que eu pediria que não fosse excedido o prazo regimental.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPR-SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, devo dizer que a posição dentro do nosso Partido, PPB, tanto do ex-PPR quanto do PP, é uma posição livre a respeito dessa matéria, que, além de ser constitucional, é tributária. Mas eu não posso deixar de dizer aqui, com absoluta sinceridade, que vou votar contra o Governo. Vou votar contra o Governo, que não tomou a iniciativa de propor a adoção da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira. Contra o Governo que não produziu, ao longo de nove meses, nenhuma outra alternativa financeira para a saúde. Que deixou o Ministro da Saúde - que merece o respeito de todos os demais ministros, mas merece o respeito como homem público exemplar que é e como profissional reconhecido internacional, que está emprestando o seu prestí-

glo à administração pública brasileira- ao sereno e à chuva. Deserdado! Vou votar contra o governo e antecipo aqui que vai voltar a sua posição inicial quando esta matéria for tramitar na Câmara, ou seja, vai voltar a ser contra. Vai considerá-la inconveniente para a reforma tributária e colidente com o Fundo Social de Emergência, que há de ter, pelo menos, o condão de ser batizado de algo mais palatável: nem fundo nem social, muito menos de emergência.

Vou votar contra o Governo, que, certamente, preferiria a aprovação da proposta de emenda do Senador Vilson Kleinübing, cujos méritos foram aqui, mais uma vez, lembrados pelo próprio autor, que teve a grandeza desse ato. Quero parabenizar o meu conterrâneo, o meu coestaduano, pelo gesto que aqui praticou.

Certamente o Governo seria muito melhor atendido se fosse aprovada a proposta de emenda constitucional da qual sou Relator, cuja autoria é do meu querido amigo, Senador Pedro Piva, que eleva a Cofins para os confins, para 22% do faturamento.

O Governo foi contra a matéria e assumiu agora uma postura favorável. Sou contra a postura assumida pelo Governo ao longo desses nove meses. Vou votar a favor da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira, porque, ao longo desses nove meses, não produzimos uma alternativa. E sabemos que a saúde está depauperada.

Confio ainda que, entre a tramitação da matéria no Senado Federal e a tramitação na Câmara dos Deputados, possa-se consolidar uma posição mais construtiva a favor do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO PIVA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Com a palavra o Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA (PSDB-SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tudo que tinha de ser falado a respeito desse malfadado imposto foi falado pelo brilhante Senador Roberto Freire e pelo brilhante Líder Jader Barbalho, palavras com as quais concordo plenamente. Não haveria mais nada para falar. Só que este imposto não se transformou num imposto, transformou-se num "a favor do Ministro Jatene" ou "contra o Ministro Jatene". Não se tratou mais aqui da saúde, se tem recursos, se não tem recursos, se existem os meios ou se não existem. Fala-se: "vamos votar pró Jatene; o Jatene merece o imposto". Não concordo. Não concordei, desde o começo. Fiz ver ao Governo a minha posição, desde o

começo. Tenho a fidelidade partidária, e quero dizer de público que ninguém neste Congresso é mais amigo, respeita mais e é mais companheiro do Ministro Jatene do que eu, que sou seu companheiro de Incor. Sou Presidente do Conselho do Incor, sou Curador desse hospital, e voto contra. Voto contra, porque sou pró-saúde, mas sou contra qualquer imposto que não seja seja estudado por esta Casa e que não seja feito dentro da reforma tributária ampla e irrestrita. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para encaminhar a votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, como autor da proposta, tenho o direito de falar também. Gostaria que V. Ex^a me concedesse a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - V. Ex^a pode falar, como qualquer Senador, desde que peça a palavra, independentemente de ser autor da proposta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT-SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de fazer a leitura de ofício que os cinco senadores do Partido dos Trabalhadores estão encaminhando ao presidente nacional do Partido dos Trabalhadores sobre esta matéria, porque, após a reunião realizada ontem e hoje com o presidente nacional do PT, tomamos a seguinte decisão:

"A Bancada do Partido dos Trabalhadores no Senado, após reflexão sobre a decisão tomada pelo diretório nacional, contrária à criação da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira, em sua última reunião, considerando que há inúmeros argumentos favoráveis e contrários a esta forma de assegurar recursos importantes para o serviço de saúde pública, que precisam ser melhor avaliados, seja no que diz respeito ao seu caráter de progressividade ou de regressividade, e diante da dificuldade de encontrar alternativas para a saúde e outras áreas sociais, informa que nesta data está votando a matéria de acordo com a decisão do diretório nacional do Partido dos Trabalhadores.

Requer seja, entretanto, agendada para a próxima reunião do diretório nacional,

a ser realizada em 28 e 29 do corrente, nova discussão e votação da matéria, de tal maneira que a decisão possa ser revista antes da votação da proposta de emenda constitucional sobre a matéria em segundo turno no Senado Federal."

Assinam este ofício: eu próprio, como líder do PT, o Senador Lauro Campos, o Senador José Eduardo Dutra, a Senadora Benedita da Silva e a Senadora Marina Silva.

Sr. Presidente, analisamos em profundidade todos os prós e contras e avaliamos que essa matéria merece considerações mais detalhadas por parte do Diretório Nacional, tendo em vista a necessidade de se assegurarem recursos para a saúde pública. Temos diversas dúvidas sobre a natureza e a racionalidade desse imposto. Daí por que tomamos a decisão anunciada.

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Teotônio Vilela Filho, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PP-SE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, caso o Governo Federal tivesse encontrado uma solução adequada para o problema da saúde, não estaríamos a discutir, neste momento, essa proposta de emenda constitucional que cria, por um prazo de 2 anos, uma contribuição social de emergência incidindo sobre a movimentação financeira, cujos recursos serão destinados ao setor da saúde que, como todo mundo sabe, se encontra, neste momento, vivendo uma crise muito profunda.

Sr. Presidente, enquanto estamos a discutir aqui se devemos ou não aprovar essa proposta, se recursos da saúde estão sendo desviados ou não para outros setores, por decisão do próprio Governo, milhares e milhares de brasileiros, irmãos nossos, pessoas pobres, humildes, não dispõem sequer do cheque para pagar a contribuição, quanto mais de recursos financeiros suficientes para o pagamento de um seguro-saúde, como todos aqueles que, tendo possibilidades econômicas, entram na Unimed, na **Golden Cross**.

Em vez de passarem pelo constrangimento da fila vergonhosa e humilhante, quando há necessidade, aqueles que têm seguro-saúde vão para os hospitais "cinco estrelas", enquanto irmãos nossos es-

tão nos corredores dos hospitais, nas macas dos postos de saúde, sendo rejeitados, porque os próprios hospitais conveniados com o SUS se recusam a atender a clientela por falta de pagamento.

Sr. Presidente, quantos brasileiros dispõem de conta bancária e de um talão de cheque? Quantos brasileiros têm o privilégio de passar um cheque, sobre cujo valor serão descontados os 0,25%?

Somos 150 milhões de brasileiros, mas somente 30 milhões, aproximadamente, entre empresas privadas, pessoas físicas e jurídicas dispõem do talão de cheques.

Sr. Presidente, será uma atitude nobre, das mais portentosas, dos mais ricos ou daqueles que dispõem das mínimas condições para socorrer os mais pobres? É com esta convicção que, mesmo não sendo aliado do Governo, mesmo não o aplaudindo, mesmo agindo como sempre agi neste Senado Federal, de forma independente, tive essa iniciativa, corroborada por 51 dos Srs. Senadores, que começou nas Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, sob a Presidência dos Senadores Beni Veras e Gilberto Miranda. Lá, ouvimos um relatório candente da situação dantesca, vexatória da saúde pública.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho. Fazendo soar a campainha.) - Nobre Senador, a Presidência comunica que o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, estou concluindo.

Como Senador pelo Nordeste, toda vez que visito aquela região, vivencio a pobreza e a marginalização daquele povo sendo recusado nos hospitais. Na semana passada, no Ceará - o Senador Lúcio Alcântara aqui falou -, a Universidade Federal do Ceará teve que fechar as portas de seu hospital universitário.

Não sou médico, não tenho hospital nem ligação nenhuma com o setor saúde. A minha ligação é com a população do meu Estado, da minha região nordestina.

Sr. Presidente, o maior hospital de Sergipe, o Hospital de Cirurgia, que atendia em seu pronto-socorro a quase 15 mil pessoas, foi fechado semana passada. Enquanto isso, o Líder do PMDB, o nobre Senador Jader Barbalho, que faz parte de um partido do Governo, fez uma denúncia séria que tem que ser investigada pela Comissão de Fiscalização e Controle do Senado. O próprio Senador diz textualmente que o Governo está desviando, de forma irregular, os recursos do Cofins e não os está destinan-

do para a saúde. Mas enquanto se fiscaliza essa denúncia grave do nobre Senador Jader Barbalho, temos que aprovar essa proposta de emenda, porque o povo, a esta altura dos acontecimentos, está morrendo à míngua por falta de recursos na saúde.

Aqui, os Senadores e Deputados dispõem de assistência médica, não têm preocupação nenhuma, enquanto a população marginalizada da periferia, da zona rural, das regiões mais pobres do nosso País está abandonada, sem nenhuma possibilidade de recursos para ser assistida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Concedo a palavra ao Senador Levy Dias.

O SR. LEVY DIAS (PPR-MS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, votei contra o IPMF quando ele foi aprovado nesta Casa. À época, deixei bem claro que o nosso problema não era de dinheiro, mas de gerência. O IPMF, como o atual imposto - que tem outro nome, mas é IPMF - é um imposto em cascata. A carne que o povo brasileiro - o povão - mais come é carne de frango. Do ovo ao frango, esse imposto se repete 9 vezes, chegando a 2,5% num prazo de 45 dias. Numa inflação como a nossa, isso é extremamente significativo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, voto contra, mais uma vez, como o fiz na votação do IPMF. Não estamos discutindo absolutamente o problema da personalidade do Ministro Adib Jatene.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Nobre Senador Levy Dias, interrompo V. Ex^a para propor ao Plenário a prorrogação da presente sessão por mais 30 minutos.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Continua com a palavra V. Ex^a.

O SR. LEVY DIAS - Nobres Senadores, não se discute a figura e a imagem do Ministro Adib Jatene, por ser incontestável. Concorro com o Líder do PMDB, Senador Jader Barbalho, quanto a ser o Ministro uma figura que consegue a unanimidade nacional. Mas seu cargo é passageiro também. Portanto, Sr. Presidente, deixo clara minha posição, por considerar que é um imposto em cascata e, dessa forma, mais um, altamente pesado, para o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (PT-DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. e

Srs. Senadores, anteriormente, eu já havia declarado o meu voto favorável à criação da contribuição, antigo Imposto Sobre Movimentação Financeira. Eu havia colocado a minha posição favorável a mais este tributo, convencido de que, na nossa cultura brasileira, no nosso capitalismo selvagem, o Governo transformou-se em mero servidor do sistema bancário. Banco Central, Governo, Ministro da Fazenda de vários Governos, infelizmente, têm transferido, como aconteceu em 1989, 75% da Receita Federal para o pagamento do serviço da dívida interna aos banqueiros brasileiros.

Portanto, sabemos do perigo de que esses recursos que venham às mãos do Governo, por intermédio do CPMF, sejam novamente desviados, tal como aconteceu com o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, tal como aconteceu com o ISS - Imposto Sobre Serviços, agora sangrado em mais três bilhões de reais. Três bilhões de reais foram desviados por uma quadrilha do ISS.

O FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador, também se desvia para o capital. É a coisa que nos comanda, é o capital coisa; são as obras. E obviamente o privilégio, a prioridade primeira e única de todos os Governos é a coisa, o capital físico acumulado em detrimento do capital humano. Todos os recursos da saúde, da educação, do lazer, da vida, foram carreados, entregues em holocausto à acumulação selvagem de capital neste país.

Sei que banqueiros e industriais insaciáveis são capazes de também transformar esses novos recursos, se criados por esse imposto, em mais uma seiva que vai alimentar esse capital perverso, desumano e anti-social. Mas o que fazer?

Não vou votar aqui a favor da criação de um imposto que vá cuidar da saúde dos bancos, fornecendo recursos adicionais para o pagamento da dívida pública, que sei é impagável.

No entanto, em relação à saúde humana, tenho os meus compromissos. Sei que o Governo que aí está não aplica devidamente esses recursos. Talvez e infelizmente seja necessário mudar-se o Governo para outro capaz de realmente ter compromisso sério com a saúde. Portanto, infelizmente, não posso votar, por obediência a uma decisão partidária, a favor dessa contribuição. Apesar de votar contrário à contribuição, no segundo turno de votação, independentemente da decisão que será tomada pelo Partido, espero que o Partido possa rever a sua posição agora tomada e possa solidarizar-se e ter esperanças de que esses recursos sejam realmente

conduzidos, pelo menos, parte deles, para salvar a saúde e a vida ameaçadas no Brasil.

O Sr. Teotônio Vilela Filho, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon por cinco minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estranho o que está acontecendo nesta Casa. Quando votamos esse imposto no Governo anterior, o Presidente da Fiesp estava sentado neste Plenário, comandando para que se votasse contra esse imposto. Há alguns Senadores que estão agindo com coerência. É verdade. Votaram contra naquela oportunidade e vão votar contra agora.

Quando Mário Covas, então Senador, disse que votaria a favor, alguém da Bancada da Fiesp se levantou e disse: "depois, virá pedir o voto" ao que S. Ex^a respondeu: "voto a favor e vou pedir o voto, pois voto de acordo com a minha consciência".

Ora, Sr. Presidente, tem que haver reforma tributária. O ideal seria que isso viesse na reforma tributária; todavia, não voto imposto com mais tranquilidade do que neste. Um Congresso Nacional que não olha para o pobre, não olha para o humilde! E esse imposto dedica-se exatamente à saúde. O Líder do meu Partido diz que tem dinheiro. Não me parece que seja exagero de dinheiro.

O Congresso Nacional votou na Constituinte que a saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado. Muito bem, mas não deu a fonte, não deu a garantia, e isso alterou o processo dos hospitais, como no Rio Grande do Sul, em uma Santa Casa, onde todo cidadão, por mais indigente que seja, tem o direito a uma hospitalização, tem o direito a ser recebido.

Deixar de votar nesse sentido porque há outras verbas? Se há outras verbas, é porque tem outra aplicação. Que bom que, pela primeira vez, o Congresso Nacional vai votar uma verba destinada ao pobre, destinada à saúde. Sr. Presidente, esse projeto tem três aspectos: é o primeiro imposto que todo vigarista tem que pagar. Paga o bicheiro, paga o traficante de cocaína, paga a economia informal. Quando eu era Líder do Governo e falava ali daquela tribuna pedindo votos, eu me dei conta, na Fiesp, de que o Governo atirou no que viu e acertou no que

não viu. Paga a economia informal e paga o "caixa dois". O "caixa dois" de muitas empresas também tem que pagar. E o medo do empresário não é apenas no que tange ao que vão pagar. O medo dos empresários é que, mais dia menos dia, pode acontecer a decisão - perdoem-me - absurda do Supremo Tribunal Federal.

E quando a Receita Federal recebia as contas dos bancos dizendo quanto o Pedro Simon, o João, o Manoel pagavam, na hora de informar, os bancos diziam que não poderiam mostrar a conta, somente dariam os resultados. O banco pode saber onde e quanto eu paguei; a Receita Federal não. O Governo recorreu, e o Supremo, numa decisão absurda, disse que não, que era sigilo bancário e que o banco não tinha obrigação de informar para a Receita Federal. A decisão do Supremo Tribunal Federal é absurda.

No entanto, volto a dizer que se trata de um imposto justo, correto. É o único imposto que eu conheço que pobre não paga. O cidadão que recebe até dez salários mínimos, na hora em que for pagar a Previdência, terá descontados 0,25%; se o cidadão que ganha até dez salários mínimos recebe o dinheiro em espécie e bota no bolso, ele ganha 0,25%. Na verdade ele não paga e ganha. E o aposentado, Sr. Presidente, na hora de receber a sua aposentadoria, recebe mais 0,25%!

Sr. Presidente, não conheço imposto mais justo. Tem que vir impor a reforma tributária? Lá na reforma tributária esse é o imposto que vem para ficar. Esse vem para ficar!

E, por amor de Deus, Srs. Senadores, por amor de Deus, agora estamos invertendo. Estamos acostumados a ser a Casa revisora. A Câmara vota e temos que dar a palavra final. Não nesta matéria. A Casa revisora nesta matéria vai ser a Câmara. Vamos votar e vamos deixar a Câmara decidir. O que não podemos é deixar que essa matéria morra aqui no Senado. Não podemos assumir a responsabilidade de, numa hora desta, num problema sério, grave como esse da saúde, rejeitar. Aproveemos Sr. Presidente, e deixemos que a Câmara tenha a palavra final como Casa revisora.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT-AP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, faço uso da palavra, em nome da Liderança do meu Partido, para dizer que nós da Bancada do PDT vamos votar a favor desta emenda do Senador Antonio Carlos Valadares.

Queremos deixar claro que, neste momento, não nos importa se a emenda tem o apoio do Governo, até porque todos nós sabemos o quanto foi difícil para o Governo, sobretudo para a área econômica do Governo deglutir esta emenda.

Interessa-nos, sim, que, acima das razões aqui expostas para rejeitar a criação de mais um imposto, há razões para sermos a favor dessa contribuição financeira. Razões ligadas à solidariedade humana, ao respeito à vida, ao combate à miséria que hoje tanto deprime a todos nós brasileiros.

Portanto, o PDT vota a favor, associa-se aos Partidos - alguns dos quais apóiam o Governo - que estão oferecendo denúncias ao Governo e quer ações práticas para que possamos coibir os desvios de verbas que estão acontecendo de verbas no setor de Saúde. Somos contra esses desvios, somos contra todas as irregularidades, mas queremos ações práticas, não apenas discursos contra as irregularidades que há dentro do Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos nós sabemos da situação caótica dos hospitais públicos, principalmente dos hospitais de cidades do interior, das cidades menores.

Sabemos que hoje o maior investimento que os prefeitos fazem é exatamente a compra de uma ambulância para transportar doentes de suas cidades e jogá-los nas capitais, sobrecarregando os hospitais das grandes cidades e capitais.

O Senador Pedro Simon foi bastante feliz nas suas colocações, especialmente quando disse - e é a realidade - que este imposto não vai trazer nenhum prejuízo para as pessoas carentes, para os que ganham pouco, porque, realmente, essas pessoas não participarão desse desconto. Haverá um retorno para essas pessoas.

Queria deixar bem clara a minha posição como Líder do PTB. Eu pessoalmente e a nossa Bancada votaremos favoravelmente à matéria, ressalvando o posicionamento da nobre Senadora Emília Fernandes, o qual respeitamos.

Encaminhamos favoravelmente à matéria, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra à V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu particularmente votarei este tema sem maiores convicções. No debate realizado no Partido dos Trabalhadores, com as Bancadas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, inicialmente, eu era radicalmente contrário a essa emenda; hoje, eu me confesso ligeiramente contrário à mesma.

Existe uma série de aspectos envolvidos. Primeiramente, quero registrar que essa discussão nos remete a uma discussão ocorrida por ocasião da elaboração da atual Constituição. Setores progressistas representados na Constituinte foram responsáveis pelo modelo institucional da Saúde, consubstanciado no Sistema Único de Saúde, entendendo que a Saúde é um dever do Estado. Setores que, naquela época, eram contrários àquele modelo institucional voltam hoje a atacá-lo, já que, na Câmara dos Deputados, existem emendas que restringem a abrangência do Sistema Único de Saúde, utilizando como argumento a falta de recursos para financiá-lo.

Existem algumas questões que devem ser levadas em consideração na discussão desta matéria. Concordo que a Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira deverá ser o imposto do futuro, por uma série de argumentos já expostos aqui por outros Senadores, particularmente pelo Senador Roberto Freire. É um imposto que contribui para dificultar a sonegação. É um imposto que tem condições de abranger setores que hoje não são alcançados pelo mero modelo de arrecadação tributária no nosso País.

Mas, ao mesmo tempo, não podemos deixar de levar em consideração que algumas questões colocadas nesta discussão acabam levando, por intermédio do Governo e por intermédio da própria aprovação dessa emenda, ao modelo no qual "se dá com uma mão e se retira com a outra".

Sabemos que a emenda como está redigida amarra os recursos para a Saúde. Mas nós vemos na Proposta Orçamentária para 1996 que o Governo já inclui na previsão de arrecadação o CPMF e retira, na prática, recursos da área de saúde.

Basta compararmos o seguinte. No Orçamento de 1995, estão alocados, R\$9,045 bilhões para o custeio da saúde e R\$711,22 milhões para os investimentos no setor. Pela Proposta Orçamentária para 1996, estão alocados, sem o CPMF, R\$8,47 bilhões para custeio e R\$544,17 milhões para investimentos. Ou seja, sem o CPMF, está havendo uma redução real de 23,4% nas verbas de custeio e de 37,7%

nas verbas de investimento. Isso demonstra que o Governo, utilizando-se do artifício do CPMF, na prática, retira investimento da Saúde em comparação com o Orçamento de 1995.

Então, apesar de a emenda do CPMF estar amarrada às verbas da saúde, o Governo está, na prática - até pelo fato de, possivelmente, ser contrário a essa emenda constitucional -, subtraindo recursos da Saúde.

Segundo ponto: não é verdadeira a afirmação do Senador Pedro Simon de que o pobre não vai pagar esse imposto, pois concretamente a pessoa jurídica vai repassar o valor para o preço dos produtos.

Na verdade, a pessoa jurídica é contra essa contribuição não porque vai pagar mais impostos ou porque vai ver seus lucros reduzidos. Diversas pessoas jurídicas são contrárias ao CPMF - é esse o seu grande mérito - porque ele dificulta o caixa dois. Não é pelo fato de que vão pagar mais imposto. Esse imposto, com certeza, vai ser repassado para o preço dos produtos. E é dessa forma que o pobre vai pagá-lo.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, como já foi informado pelo Senador Suplicy, na Bancada do PT do Senado existe divergência de posições em relação a essa medida. Vamos respeitar a decisão do Diretório Nacional. Eu particularmente - volto a afirmar - fiquei sensibilizado por uma série de argumentos favoráveis à proposta. Hoje sou contra o imposto contra esse imposto. Vou votar contrariamente a esse imposto em função da deliberação do Partido. Estamos solicitando que o Partido rediscuta essa questão por causa de outros pontos que realmente são meritórios, dentro não só do CPMF mas também do Imposto sobre Movimentação Financeira em si.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-PE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa questão do Imposto sobre Movimentação Financeira não vai se encerrar aqui. Encontra-se em tramitação, na Câmara dos Deputados, uma proposta que me parece ser reestruturadora do sistema tributário e fiscal em nosso País.

Existem alguns problemas, mas a proposta do Deputado Luís Roberto Ponte parece-me que inicia uma discussão de forma mais aprofundada e séria dessa questão. Espero que essa emenda seja aqui aprovada com todos os seus equívocos. Por isso votarei favoravelmente, mas aguardo que a Câmara

dos Deputados, na discussão da reforma tributária, dê-lhe a destinação mais correta.

Um dos argumentos que se levantou contra o IPMF é o de que ele era um imposto de cascata, pois seria repassado para os preços. Agora mesmo, o Senador José Eduardo Dutra afirmava que a população como um todo pagaria esse imposto, porque iria aumentar preço de todos os produtos.

Lembro que, durante os seis meses iniciais do Plano Real, esse imposto estava em vigor e tivemos uma inflação declinante, ou seja, não tivemos o efeito cascata sobre o preço dos produtos, tese defendida exatamente por aqueles que pagam impostos pela movimentação financeira e não são fiscalizados - assim como não o eram - pelo sistema tradicional da arrecadação tributária brasileira.

É a Febraban e a Fiesp que não querem; são os setores da especulação financeira, aqueles que vivem no paraíso fiscal, que é a realidade brasileira.

Temos muitos impostos injustos, mal distribuídos, que atingem apenas uma pequena parcela da população, particularmente os assalariados de renda média e os pobres em geral em relação ao imposto indireto, seja o IPI, seja o ICMS.

Discussão séria de imposto é saber que patrimônio tem de pagar, que a renda tem de ser tributada, que os ricos têm de pagar esse imposto, até para não pagarem o imposto dos condomínios fechados, do medo, da violência, do seqüestro, da sociedade perversa que se construiu neste País.

Esses que querem manter essa sociedade se levantam contra o imposto, contra a capacidade de o Estado ter de buscar recursos para melhor distribuir renda em nosso País.

Essa é uma posição que tem de ficar clara. O Governo deveria ter a mesma coragem que está tendo com a reforma administrativa de dizer a sua base conservadora, manipuladora e clientelista da administração e do serviço públicos a seu dispor que não pode continuar com o sistema tributário injusto, em vigor, e ter que utilizar a força, a legitimidade e toda a sua coragem para saber se iremos ser reformistas no Brasil ou, simplesmente, mudarmos para que tudo continue como está.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Encerrando o encaminhamento da votação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara, Relator da matéria, que disporá de cinco minutos para prestar esclarecimentos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderia silenciar

nesta hora, começando por assinalar que o acaso nos colocou num momento singular.

Hoje, dia 18 de outubro, comemora-se o Dia do Médico. E este Plenário é chamado a se pronunciar sobre uma questão da maior importância para o Sistema Único de Saúde, para a sua sobrevivência, diria eu, para assegurar o que a Constituição de 1988 consagrou como dos maiores direitos dos brasileiros: a universalidade da assistência médica.

Por isso, e considerando a situação grave, calamitosa mesmo, em que se encontra a saúde do povo brasileiro, bem como a natureza provisória, pelo prazo de dois anos, e emergencial, é que demos o parecer favorável, rejeitando, inclusive, emendas como a do Senador Roberto Freire, que possui muito mérito mas cujo teor cabe muito melhor na discussão ampla e global da reforma tributária.

Não estamos aqui para fazer uma reforma tributária, mas para dar uma solução de emergência a um problema que é premente.

Ao longo desse debate, que já se arrasta por mais de seis meses, debate iniciado pela obstinação e persistência do Ministro Adib Jatene, a quem homenageamos justamente no dia de hoje, e depois, pela iniciativa do nobre Senador Antonio Carlos Valares, patrocinador da emenda hora em discussão, durante esse período, que me perdoem os opositores da proposta, não encontrei argumentos que me demovessem da convicção que tinha, como tenho, de que esse é o remédio apropriado a ser dado no momento correto.

Na verdade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, falou-se nas fraudes, nos desvios que o sistema ainda tem, mas todos sabemos de providências acauteladoras e corretivas que estão sendo tomadas no âmbito do Ministério da Saúde: a organização do sistema nacional de auditoria, a economia de mais de R\$ 200 milhões com o corte de despesas indevidas, a fixação de novos tetos para o atendimento nos Estados e nos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Senador Lúcio Alcântara, perdoe-me interrompê-lo, mas o tempo da prorrogação está a se esgotar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Em votação a prorrogação da sessão por mais 30 minutos.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

V. Ex^a continua com a palavra, Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Tudo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que firmou em

mim a convicção, respaldada por duas vezes na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, que decidiu democraticamente, inclusive examinando emendas que foram apresentadas em plenário. Por tudo isso, volto a afirmar, é que dei o meu parecer favorável a essa proposta.

Por delegação do Senador Bernardo Cabral, ressalto que a gravidade da hora requer de todos nós uma posição afirmativa, porque não vi, em nenhum instante, uma alternativa factível, viável, para que se pudesse enfrentar essa questão tão momentosa.

Há teorias, opiniões, idéias, mas nenhuma se traduz em algo palpável, real, objetivo, que possa, de fato, oferecer uma resposta a esse reclame dessa legião imensa de brasileiros que não tem de onde se socorrer, a não ser nos serviços públicos de saúde, ou serviços por eles contratados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mesmo os argumentos aqui trazidos, como o do nobre Senador Jader Barbalho, que falou do alto da sua experiência de ex-Ministro da Previdência, não nos convencem, na medida em que essas contribuições, garantidas no âmbito do Orçamento da Seguridade Social, tiveram aplicação através de interpretações elásticas, inclusive de natureza legal, levadas para o encargo previdencial e da União para custear o pagamento de pessoal que trabalha nesses serviços sociais, da Previdência ou da Saúde.

Trata-se, na verdade, de termos a coragem de obter fonte nova de recursos para custearmos esse serviço de saúde.

Devo, a bem da verdade, dizer que não podem proceder afirmações aqui feitas, com todo respeito aos que assim se manifestaram, de que o Presidente Fernando Henrique tenha se omitido diante dessa grave questão.

Tão logo fui designado Relator desta proposta, fui ao gabinete de Sua Excelência apresentar os números da saúde. Afinal de contas, o Brasil é um dos países que, comparando com outros países de semelhante condição de desenvolvimento, menos gasta em saúde. Frente a esses dados, perguntei a Sua Excelência qual sua posição, e ele afirmou que era a favor da instituição dessa contribuição por acreditar que não havia outra solução para o problema e porque um governo socialdemocrata é aquele que, mesmo fazendo com que o Estado diminua de tamanho, se demita de algumas de suas funções, invista no social, na saúde, na educação, na segurança pública, no combate à violência. Essa é a face social do Governo Fernando Henrique Cardoso. Por isso

demôs parecer favorável à emenda do nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Peço aos Srs. Senadores que ocupem seus lugares para procedermos à votação do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que tem preferência.

Os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - V. Ex^a pede a palavra para uma questão de ordem?

O SR. ELCIO ALVARES (PFL-ES.) - Não se trata de questão de ordem, Sr. Presidente, com todo o respeito. Novamente, apenas para efeito de encaminhamento, eu gostaria que a Mesa, que tem sido tão solícita, esclarecesse que "sim" acompanha o parecer do Senador Lúcio Alcântara.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Esclareço ao eminente Líder que a Mesa já esclareceu várias vezes que estamos votando o substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que tem parecer favorável e preferência regimental.

Evidentemente, não precisamos dizer aos Srs. Senadores que aprovam que votem "sim" e que os que não aprovam o parecer votem "não".

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Antonio Carlos Magalhães - Antonio Carlos Valadares - Artur da Távola - Beni Veras - Bernardo Cabral - Carlos Bezerra - Coutinho Jorge - Darcy Ribeiro - Edison Lobão - Elcio Alvares - Emandes Amorim - Esperidião Amim - Francelino Pereira - Freitas Neto - Geraldo Melo - Gerson Camata - Gilberto Miranda - Guilherme Palmeira - Hugo Napoleão - Humberto Lucena - Iris Rezende - João França - João Rocha - Joel de Hollanda - Jonas Pinheiro - Josaphat Marinho - José Bianco - José Fogaça - José Ignácio - José Roberto Arruda - Júlio Campos - Júnia Marise - Lucídio Portella - Lúcio Alcântara - Lúdio Coelho - Luiz Alberto de Oliveira - Marluce Pinto - Mauro Miranda - Nabor Júnior - Ney Suassuna - Odacir Soares - Osmar Dias - Pedro Simon - Ramez Tebet - Renan Calheiros - Roberto Freire - Roberto Requião - Romero Jucá - Romeu Tuma - Ronaldo Cunha Lima - Sebastião Rocha - Sérgio Machado - Teotônio Vilela Filho - Valmir Campelo - Vilson Kleinübing - Waldeck Ornelas.

ABSTÊM-SE DE VOTAR OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade - Jefferson Peres.

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Bello Parga - Benedita da Silva - Eduardo Suplicy - Emília Fernandes - Eptácio Cafeteira - Flaviano Melo - Gilvam Borges - Jader Barbalho - José Eduardo Dutra - Lauro Campos - Levy Dias - Marina Silva - Pedro Piva.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Votaram Sim 57 Srs. Senadores e Não 13.

Houve 2 abstenções.

Total: 72 votos.

Aprovado o Substitutivo, ficam prejudicadas as Propostas de emenda à Constituição nºs 40 e 37, de 1995, que tramitam em conjunto e demais emendas.

Os demais itens da pauta constarão da Ordem do dia da sessão de amanhã.

É o seguinte o substitutivo aprovado:

**EMENDA Nº 1-CCJ (SUBSTITUTIVO)
À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 40 DE 1995**

Outorga competência à União para instituir contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. Fica incluído o art. 74 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a seguinte redação:

"Art. 74. A União poderá instituir contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.

§ 1º A alíquota da contribuição de que trata este artigo não excederá a vinte e cinco centésimos por cento, facultado ao Poder Executivo reduzi-la ou restabelecê-la, total ou parcialmente, nas condições e limites fixados em lei.

§ 2º À contribuição de que trata este artigo não se aplica ao disposto nos arts. 153, § 5º, e 154, I, da Constituição.

§ 3º O produto da arrecadação da contribuição de que trata este artigo será destinado integralmente ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde.

§ 4º A contribuição de que trata este artigo terá sua exigibilidade subordinada ao disposto no art. 195, § 6º, da Constituição, e não poderá ser cobrada por prazo superior a dois anos."

O SR. LUCÍDIO PORTELLA (PPR-PI) - Sr. Presidente, o meu voto salu o contrário: saiu "não", mas votei "sim".

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Os demais itens da pauta constarão da Ordem do dia da sessão de amanhã.

São os seguintes os itens adiados:

- 2 -

REQUERIMENTO Nº 1.118, DE 1995

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.118, de 1995, do Senador Renan Calheiros, solicitando, nos termos regimentais, a criação de uma Comissão Temporária, composta de nove Senadores titulares e nove suplentes para estudar a reforma tributária durante um período de sessenta dias.

(Em virtude de adiamento)

- 5 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 1995

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1995 (nº 10/95, na Casa de origem), que institui o ano de 1995 como o "Ano Zumbi dos Palmares", em homenagem ao tricentenário de sua morte, tendo

Parecer favorável, sob nº 628, de 1995, da Comissão

- de Educação.

- 6 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, DE 1995

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 91, § 4º, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1995, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que extingue disposições legais que asseguram a prisão especial, tendo

Parecer contrário, sob nº 559, de 1995, da Comissão

- de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Teotônio Vilela Filho, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Esta Presidência recebeu do Senhor Presidente da República convite para que o Senado se faça representar na solenidade de inauguração da Alunorte, no Estado do Pará.

Em votação a proposta (Pausa.)

Aprovada.

A Presidência designa o Senador Jader Barbalho, que já faz parte da comitiva, a representar o Senado no evento mencionado.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, dia 19 do corrente mês, às 19 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação dos Projetos de Lei nºs 24, 25, 28, 37 e 40, de 1995, do Congresso Nacional, e do Projeto de Resolução nº 7, de 1995, do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Sobre a mesa, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Odacir Soares.

É lido o seguinte:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E CIDADANIA

PARECER Nº 667, DE 1995

Redação final, para o segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 1995.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apresenta a redação final, para o segundo turno, do substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 1995, que outorga competência à União, para instituir contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.

Sala de Reuniões da Comissão, 18 de outubro de 1995. - Iris Rezende, Presidente - Lúcio Alcântara, Relator - Josaphat Marinho - José Eduardo Dutra - Francelino Pereira - Edison Lobão - Guilherme Palmeira - Ramez Tebet - Ronaldo Cunha Lima - Esperidião Amin - Luiz Alberto de Oliveira - José Fogaça - Elcio Alvares - José Bianco.

ANEXO AO PARECER Nº 667, DE 1995

Redação final, para o segundo turno, do substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 1995.

Outorga competência à União, para instituir contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda Constitucional:

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº , DE 1995

Artigo Único. Fica incluído o art. 74 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a seguinte redação:

"Art. 74. A União poderá instituir contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.

§ 1º A alíquota da contribuição de que trata este artigo não excederá a vinte e cinco centésimos por cento, facultado ao Poder Executivo reduzi-la ou restabelecê-la, total ou parcialmente, nas condições e limites fixados em lei.

§ 2º A contribuição de que trata este artigo não se aplica o disposto nos arts. 153, § 5º, e 154, I, da Constituição.

§ 3º O produto da arrecadação da contribuição de que trata este artigo será destinado integralmente ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde.

§ 4º A contribuição de que trata este artigo terá sua exigibilidade subordinada ao disposto no art. 195, § 6º, da Constituição, e não poderá ser cobrada por prazo superior a dois anos."

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - O parecer lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - A Presidência comunica ao Plenário que as matérias aprovadas nesta oportunidade constarão da Ordem do Dia para discussão em segundo turno no próximo dia 26 de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Os Srs. Senadores Esperidião Amin, Artur da Távola, Lúcio Alcântara, Odacir Soares e José Ignácio Ferreira enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no artigo 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPR-SC) - Sr. Presidente, Sr^{es} Srs. Senadores: "Elogiemos os homens ilustres, nossos antepassados, em sua ordem de sucessão. O Senhor criou uma imensa glória e mostrou sua grandeza desde os tempos antigos. Homens exerceram autoridade real, ganharam nome por seus feitos; outros foram ponderados nos conselhos e exprimiram-se em oráculos proféticos. Outros regeram o povo com seus conselhos, inteligência, sabedoria popular e os sábios discursos de seu ensinamento, outros cultivaram a música e escreveram poesias; outros foram ricos e dotados de recursos,

vivendo em paz em suas habitações. Todos esses foram honrados por seus contemporâneos e glorificados já em seus dias. Alguns deles deixaram um nome que ainda é citado com elogios. Outros não deixaram nenhuma lembrança e desapareceram como se não tivessem existido. Existiram como se não tivessem existido, assim como os seus filhos depois deles. Mas eis os homens de bem cujos benefícios não foram esquecidos. Na sua descendência eles encontram uma rica herança, sua posteridade. Os seus descendentes ficam fiéis aos mandamentos e também, graças a eles, os seus filhos. Para sempre dura sua descendência e a sua glória não acabará jamais. Os seus corpos serão sepultados em paz e seus nomes vivem por gerações. Os povos proclamarão sua sabedoria, a assembléia anunciará os seus louvores".

Isso nos ensina o Livro Sapiencial de Sirac, o Eclesiástico, a fim de que as gerações vindouras saibam reconhecer, agradecer e preservar a memória dos nossos antepassados, dos homens ilustres que construíram o mundo em que vivemos e de cujas obras e idéias desfrutamos e somos beneficiários.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, realmente, homens há que existiram como se nunca tivessem existido, desapareceram sem deixar marca de sua missão sobre a Terra.

Hoje não falamos desses homens, que não desejamos nem pretendemos julgar.

Hoje falamos daquela estirpe de homens ilustres que o Livro de Sirac nos recomenda elogiar por seus feitos e grandeza, por seus exemplos de vida e benefícios deixados aos pósteros.

Dentre esses homens ilustres, homens de sabedoria e de realizações, hoje desejo destacar a figura ímpar de Ingo Wolfgang Hering, nascido no dia vinte e cinco de março de 1907 e falecido no dia vinte e três de agosto de 1992, em Blumenau, Santa Catarina.

Ingo Hering foi político e líder empresarial, presidente de um dos maiores grupos empresariais de Santa Catarina e homem de grande visão social e cultural, seja como Vereador, jornalista, líder partidário e figura proeminente na fundação da Universidade local e da Escola Superior de Música e da Orquestra de Câmara de Blumenau, entre outros relevantes serviços públicos prestados ao País e ao povo de Santa Catarina.

O Grupo Hering mantém atualmente cerca de vinte e oito mil empregos diretos e estáveis no conjunto de empresas componentes do conglomerado produtivo.

O Brasil inteiro conhece o nome Hering e isto se deve principalmente à liderança e ao trabalho de Ingo

Hering, como principal sustentáculo e coluna no desenvolvimento daquele complexo empresarial vitorioso.

A carreira empresarial e política de Ingo Hering se baseia principalmente no trabalho firme e constante, no estudo e na perseverança: fez seus primeiros estudos em Blumenau, concluiu sua formação escolar em Braunschweig, na Alemanha, dedicou-se ao ramo comercial e ingressou na Cia. Hering em 1929, como diretor suplente, desempenhando todas as principais funções, até assumir a Presidência da empresa em 1971.

Homem austero, de hábitos simples e moderados, voz calma, pausada, tranqüila, evitava qualquer demonstração de riqueza ou ostentação, jamais usando a riqueza para humilhar quem quer que fosse; era firme nos negócios, dedicado às suas atividades não apenas empresariais mas também sociais e comunitárias.

Ingo Hering é símbolo do empresário moderno, na acepção verdadeira do termo, de uma modernidade realizadora, criadora, sem ostentação nem esnobismo: em suma, um exemplo para nossa juventude, para nossos empresários, para nossos políticos e, principalmente, para nossos governantes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inaugura-se em meu Estado, em Santa Catarina, o trecho rodoviário federal da BR-470, entre a cidade de Navegantes e a Divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os Senadores e Deputados Federais componentes da bancada federal de Santa Catarina estão apoiando por unanimidade o nome de Ingo Hering para denominar aquele trecho rodoviário, como "Rodovia Ingo Hering".

Isso demonstra e comprova a grande obra realizada por Ingo Hering para o povo de Santa Catarina, sua liderança e seu exemplo de vida, como aquele "homem prudente que construiu a sua casa sobre a rocha. Caiu a chuva, vieram as enxurradas, sopraram os ventos e deram contra aquela casa, mas ela não caiu, porque estava alicerçada na rocha".

Minha presença hoje na tribuna do Senado Federal objetiva registrar e ratificar meu total apoio à homenagem ao nome respeitável de Ingo Hering, merecedor do respeito e da gratidão do povo de Santa Catarina por toda uma vida dedicada à realizações sérias, como homem que "combateu o bom combate".

Outro assunto me traz à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: a proposta de suprimir, nas reformas em andamento, a contribuição compulsória às entidades de serviço mantidas pela indústria

nacional representa a ameaça de concretização de um gravíssimo golpe contra a competitividade da indústria brasileira no mercado internacional, pois, se por nós aprovada, inviabilizaria o Sesi e fecharia o Senai e, por extensão, o Sesc, o Senac e congêneres.

Deixar que morram essas duas instituições, criadas no pós-guerra e mantidas desde então pelo próprio empresariado nacional, seria deixar morrer duas das mais dinâmicas e importantes organizações nacionais, orgulhos que nos merecem o reconhecimento de inúmeras entidades em todo o mundo.

O Sesi e o Senai, bem como o Sesc e o Senac, se transformaram, nesses seus cinquenta e três anos de existência, em algo que ultrapassa os limites convencionais de uma entidade de capacitação de mão-de-obra.

Elas são hoje muito mais que entidades comprometidas com formação profissional e assistência social, são um importantíssimo fator no processo de aprimoramento do próprio desenvolvimento tecnológico do segmento industrial brasileiro.

A implementação de programas de gestão de qualidade e produtividade, a gestão da qualidade ambiental, a adequação metrológica e padrões internacionais, a pesquisa e o estudo gerados em seus laboratórios, tudo isso nos tem permitido enfrentar os desafios da modernização de um parque industrial obsoleto, quase completamente sucateado, de modo a poder responder a uma demanda que se espera maior e mais exigente, no contexto de uma superação da crise que agora nos oprime.

Se o Brasil sair dessa crise em condições de competir em pé de igualdade no mercado internacional, grande parte do seu sucesso se deverá ao esforço permanente e silencioso dessas instituições e ao seu empenho em publicar e difundir literatura técnica de altíssimo nível, em aperfeiçoar ou introduzir metodologias mais eficazes, em desenvolver habilidades gerenciais, em viabilizar a modernização dos processos tecnológicos e gerenciais, em capacitar e reciclar a mão-de-obra industrial.

A ameaça que pesa sobre essas duas instituições que os empresários industriais criaram e mantêm há mais de meio século no Brasil é uma ameaça ao patrimônio nacional, pois ali se mantém e se desenvolve a tecnologia capaz de nos elevar a novos patamares de desempenho. Ali estão os resultados positivos de uma ação profissional e séria. Os seus frutos são concretos, mensuráveis, visíveis.

Não podemos, por outro lado, nos permitir a loucura de, a pretexto da implantação de reformas estruturais, inviabilizar a um só tempo a maior rede privada de ensino no País, desmontar uma estrutura

que responde por seis e meio milhões de atendimentos médicos em todo o território nacional. Desativar essas instituições significaria desativar a maior e mais eficaz entidade prestadora de serviços à indústria em todo o continente americano.

A proposta de suprimir-se a principal fonte de recursos que permite aos empresários industriais do Brasil manter o Sesi e o Senai, bem como o Senac e o Sesc, é não apenas uma proposição dispensável, como profundamente danosa ao desenvolvimento industrial de um Brasil que ainda tem muito o que crescer para se desenvolver.

Não podemos privar o trabalhador nacional de um suporte de assistência à saúde, educação, lazer e cultura, presente em mais de três mil municípios do País. Uma atuação que não empenha os recursos.

Se o País está clamando por reformas que lhe permitam chegar com alguma possibilidade de sucesso no Terceiro Milênio, ele clama mais ainda por competência, por eficácia, por rentabilidade e não pode dispensar a contribuição de entidades como o Sesi e o Senai. Sem competência técnica e tecnológica, sem mão-de-obra qualificada, sem estudo e sem pesquisa, jamais chegaremos lá.

Não podemos permitir que sejam sacrificadas, irresponsável e desnecessariamente, entidades ativas, eficientes, modernas, produtivas e operantes como o Sesi, o Senai, o Sesc e o Senac.

Isso poderia significar um golpe muito grande no nosso processo de aprimoramento e desenvolvimento industrial, o que é uma atitude suicida para um País que ainda tem tantos obstáculos, tantos problemas de desenvolvimento a superar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras e demais presentes, é com grata satisfação que desejo registrar aqui no Senado Federal uma palavra de aplauso e de apoio ao trabalho que vem sendo realizado pela Empresa Jornalística Folha Dirigida, do Rio de Janeiro, que comemora, esta semana, seus 10 anos de atuação no mercado editorial brasileiros. Atualmente o grupo edita 12 jornais sobre vários segmentos da sociedade.

Seria apenas mais uma celebração entre tantas que acontecem pelo país afora, se não fosse uma particularidade especial que merece ser destacada: a viga mestre da diretriz editorial dos jornais desse Grupo está calcada na educação e no mercado de trabalho.

A Folha Dirigida criou o jornalismo de serviços, uma inovação que veio favorecer a população. São

16 publicações, cada qual atingindo um público específico. O Jornal se especializou na área de recursos humanos, concursos e educação. O caderno de vestibular, por exemplo, que circula quinzenalmente em todo o país, serve como orientação para milhares de jovens que todos os anos disputam vagas no ensino superior. Trata-se de consulta para os professores do segundo grau.

Em uma época em que vimos parte da imprensa descambar para o sensacionalismo, é animador constatar que também se pratica o jornalismo construtivo, o jornalismo de serviços, o jornalismo educacional. A Folha Dirigida nos deixa nessa trajetória de 10 anos um exemplo a ser seguido por outros grupos jornalísticos. Nesse período circularam 37 milhões e 400 mil exemplares de jornais que trouxeram desde informações educacionais, alimentaram o debate educacional, até a divulgação de oportunidades no mercado de trabalho.

Sabemos que um jornal não se constrói da noite para o dia. Ao contrário, é forjado na labuta paciente de cada edição. É sedimentado pelo zelo de cada notícia. É respeitado pelo cuidado de cada manchete. Sabemos que um jornal não cresce pela força do sensacionalismo. Ao contrário, é resultado do equilíbrio e do bom senso de sua linha editorial. É sustentado pela confiança da comunidade. É fortalecido pela sua independência, pela conduta ética, pela sua transparência e pelo seu compromisso com o bem comum.

Por tudo isso a direção do Grupo Folha Dirigida está de parabéns.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, dezoito de outubro é uma data muito especial. É o Dia do Médico.

Médico que sou, durante muito tempo questioneei a existência dessa homenagem. Por que se criar um dia especial para esse profissional empenhado em salvar vidas?

Hoje, tenho a resposta. O Dia do Médico é mais do que festa, telefonemas, cartões e flores. É a oportunidade de falar de medicina, de médicos, de hospitais. De saúde, enfim.

Nada mais oportuno. As eleições do ano passado provam esse fato. Na ocasião, de 55% a 75% dos eleitores elegeram a saúde como prioridade para os novos governos.

A escolha, claro, não nasce do capricho. Sua origem está na frustração decorrente da progressiva deterioração do sistema de saúde pública. Hoje, senhor Presidente, a maioria da população brasileira não consegue cuidados de saúde adequados.

As cenas são dramáticas. Filas enormes diante dos hospitais, prontos-socorros lotados, doentes esquecidos em macas, acidentados jogados nos cantos sem vez no atendimento, falta de médicos, carência de remédios básicos.

Sem falar no precário estado em que se encontram os hospitais e casas de saúde de nosso país. Lembro _ só para ilustrar _ o desabamento do teto do Hospital de Base de Brasília. Um cano de água estoúrou por falta de manutenção e inundou as dependências destinadas a atendimento médico.

A emergência, senhor Presidente, é um capítulo à parte. O termo emergência significa situação perigosa, capaz de inspirar cuidados especiais e atenção prioritária.

Não é o que acontece. Instalações precárias, profissionais inexperientes, falta de equipamentos tornam a emergência um exercício de horror. Erros médicos são freqüentes, infecções hospitalares proliferam, mortes não se contam.

Sr. Presidente, alguém já disse que ser médico no Brasil é muito diferente do que ser médico nos Estados Unidos ou na Suíça. Lá, os profissionais não precisam lutar contra o meio. Podem olhar para o paciente, submetê-lo a exames sérios e medicá-lo adequadamente.

Aqui a situação é outra. A precariedade de nossas instituições hospitalares _ com deficiência de materiais, risco constante de infecção e insuficiência de pessoal _ é velha conhecida de todos.

Nesse quadro sinistro, o médico, o verdadeiro profissional, trabalha como o super-homem da saúde. O paciente, muitas vezes, sai vivo da emergência por milagre de Deus e do médico.

Isso, senhor Presidente, apesar da formação deficiente dos profissionais, da má remuneração mensal, da jornada de até 18 horas, do atendimento de 20, 30 ou até mais pacientes num turno de quatro horas, enfim, das péssimas condições de trabalho.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, a saúde demanda recursos consideráveis de sorte a possibilitar o pleno exercício profissional da medicina. O que temos presenciado é um esforço inaudito para superar, com criatividade, a escassez de recursos materiais.

Evidentemente que esses impasses não podem persistir. O preço é altíssimo. Todos bem sabemos que o valor da vida humana é o mais alto na escala axiológica. Com ele não se admite transigência.

Desejamos, desta tribuna, alertar os gestores da administração pública, conclamar a iniciativa privada, advertir a própria sociedade para a gravidade

que representa o quadro de um país sem condições de assistir aqueles que momentaneamente deixem de usufruir as condições naturais de bem-estar físico e psicológico.

Lembremos sobretudo das crianças, das crianças humildes, dos menores desassistidos, sem teto, sem pão e, portanto, sem o signo de vitalidade que é inauguradora do tempo futuro. Sem saúde, não poderemos ter o país vitorioso, grandioso e justo com que sonhamos.

E, nesta data, é sobretudo auspicioso enaltecer, por dever de consciência, o trabalho daqueles que, anonimamente, nos mais recuados rincões deste país imenso, dedicam-se a combater uma gama imensa de doenças, muitos com risco da própria vida.

Bem sabemos que as patologias humanas não só dependem de causas naturais ou das intempéries, mas se vinculam visceralmente às enfermidades sociais, ao egoísmo que parece dominar o coração dos mais poderosos e ao esquecimento que faz com que muitos deixem de traduzir as realidades humanas pela triste e passageira realidade das coisas.

O Dia do Médico, senhor Presidente, eminentes Pares, é e será sempre uma data valiosa para assinalar-se o papel e a vocação daqueles que se converteram em verdadeiros discípulos do imortal Hipócrates.

É deles o exemplo de dedicação e amor ao próximo, de inexcedível zelo pela vida do semelhante, debruçando-se em torno dos enfermos e dali só arredando quando o esforço humano já transcende os limites da ciência para ser dominado e finalmente regido pelas Parcas inflexíveis que conduzem a senha inelutável de nossa mortalidade física.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ODACIR SOARES (PFL-RO) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, sob vários aspectos, considero admiráveis o espírito empreendedor e a inesgotável capacidade de luta do empresariado rondoniense.

Onde, sobretudo, tais predicados parecem exceder-se a si mesmos, tornando-se dignos e merecedores do aplauso de todos os brasileiros, é na luta tenaz e indormida que essas lideranças vêm, de há muito, sustentando em prol da integração Brasil/Bolívia/Chile/Peru, a ser obtida através da ligação rodoviária Atlântico/Pacífico, ou, se preferirem, pela rodovia de integração continental, também denominada Transoceânica.

Efetivamente, orgulho-me de ter sido e de continuar sendo, concomitantemente, testemunha e ativo participante dessa luta memorável, travada em inúmeras frentes de batalha.

Cito em especial a frente diplomática, onde se tem buscado convencer os agentes diplomáticos e os governos do Brasil, da Bolívia, do Peru e do Chile sobre as perspectivas oferecidas por esse grandioso projeto, assim como sobre a necessidade de serem adotadas medidas concretas que permitam levar a bom termo as obras de construção ou pavimentação da citada rodovia.

Cito, ainda, a frente constituída pelas lideranças empresariais e comunitárias de Rondônia e dos países vizinhos, cujo apoio ao projeto vem-se manifestando crescente, a ponto de já ter viabilizado os primeiros negócios realizados no corredor de integração.

Cito, por fim, a frente representada pelos Parlamentares da Região Norte e do Centro-Oeste, assim como pela Imprensa em geral.

O envolvimento de ilustres parlamentares, assim como de jornalistas dos grandes órgãos de comunicação dos quatro países mais diretamente interessados no projeto, tem sido tentado com sucesso, pelos empresários rondonienses, visando à conquista do apoio de dois poderosos aliados - o Parlamento e a Imprensa - à causa da Integração Brasil/Bolívia/Chile/Peru.

Inegavelmente, porém, a frente de luta que tem carreado melhores resultados para a causa sustentada com tanta pertinácia e ousadia pelo empresariado de meu Estado, tem sido, fora de dúvida, a constituída pelos Encontros e Seminários Internacionais. Estes têm logrado reunir, em Porto Velho, no lado brasileiro, agentes governamentais, diplomatas, parlamentares, jornalistas, empresários e líderes comunitários dos quatro países, tendo como objetivo debater o projeto e formular propostas concretas que favoreçam e acelerem sua efetivação.

Citem-se, como consequências audaciosas desses encontros, as caravanas de integração que, partindo de Porto Velho ou de cidades dos países fronteiriços, têm palmilhado as estradas já existentes seja na direção Brasil/Peru, seja na direção Brasil/Bolívia/Chile/Peru, com o objetivo de atrair a atenção das populações desses países para os benefícios da integração, assim como para demonstrar que os caminhos da integração já existem faltando-lhes apenas obras conclusivas de pavimentação e de adaptação técnica que lhes permitam suportar o tráfego intensivo de veículos pesados, que logo pas-

saão a transportar as mercadorias importadas ou exportadas pelos países usuários desse grande corredor de integração.

Senhor Presidente, o registro elogioso que agora faço do obstinado pioneirismo do empresariado de Rondônia tem sua motivação suscitada pela realização, nos dias 9, 10, e 11 do corrente, do III Encontro Fronteiriço, realizado em Porto Velho, capital de meu Estado.

Pretendo, um pouco mais adiante, comunicar os resultados sob todos os aspectos promissores desse evento.

Antes, todavia, impõe-se que, mais uma vez, eu exponha a este Plenário, três pontos fundamentais para a compreensão plena do sonho pioneiro dos empresários de Rondônia, e porque não dizer, já agora, de toda a população rondoniense. Tais pontos são os seguintes:

- as perspectivas que a interconexão Atlântico/Pacífico permitem antever não apenas para Rondônia e a Região Norte especificamente, mas também, para as demais regiões do Brasil;

- o que já foi feito, e o que resta fazer para a plena efetivação desse magnífico projeto.

A conclusão dessa via transoceânica que, como acima afirmei, constitui, hoje, reivindicação permanente do empresariado, das lideranças políticas e de todos os segmentos sociais de Rondônia, proporcionará, entre muitas outras, as seguintes vantagens:

- uma alternativa promissora de saída para ao Pacífico dos produtos do Centro-Oeste e do Norte do Brasil.

- idêntica alternativa, também, para as Regiões Sul e Sudeste, de vez que ela constituirá importante corredor de escoamento de seus produtos, tanto mais quanto se sabe que a saída para o Pacífico reduzirá, em cerca de quatro mil milhas, a distância percorrida por produtos brasileiros até alguns portos de países asiáticos, notadamente o Japão e os chamados "Tigres Asiáticos". As exportações brasileiras para aquele continente partem, hoje, de Santos ou de outros portos do Sul e Sudeste do País, seguem pelo Canal do Panamá até São Francisco, nos Estados Unidos, para, só, então, cruzar o Pacífico. A redução drástica dessa longa rota representará, segundo fundadas estimativas, uma economia anual, em fretes, de muitos milhões de dólares.

- as vantagens acima citadas atingirão, também, grande parte dos países da América do Sul, de vez que a transoceânica virá intensificar o fluxo de mercadorias, de capitais e de pessoas, do Atlântico

Anúncio semelhante foi feito pela delegação peruana, referente a melhorias, em segmentos peruanos, da rota Porto Velho/Ilo.

Ao encerrar, Sr. Presidente, este registro eloquioso aos denodados desbravadores da rodovia de integração Atlântico/Pacífico, quero atribuir-lhes esta sentença lapidar de Euclides da Cunha, o grande pioneiro do sonho de ligação do Brasil com o Pacífico.

Justificando perante os incrédulos de seu tempo a conveniência da construção de uma ferrovia ligando o Acre ao Peru, ele assim argumentou:

" A estrada não se destina a satisfazer um tráfego que não existe, senão a criar o que deve existir "

Saúdo, Sr. Presidente, nos empresários de Rondônia, a estirpe indômita dos homens afeitos ao ofício de criar aquilo que deve existir.

É o que penso, Sr. Presidente,

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PSDB-ES)

- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há cerca de dois meses, fulminado por uma administração ineficiente, que o levou sucessivamente ao redesconto, o Banco Econômico, centenária instituição financeira do País, sofreu intervenção por parte do Banco Central. A iniciativa, como está amplamente documentada na imprensa, gerou traumatismos na área econômica e provocou rebeliões na base política do Governo.

Não é do meu propósito analisar as causas ou os efeitos da medida. Se é crível admitir-se a necessidade da intervenção, não se pode, igualmente, desconsiderar-se a justa reação daqueles que se sentiram prejudicados pela inflexibilidade governamental.

O que pretendo, na verdade, é abordar um aspecto social da questão cujos efeitos estão reduzidos a proporções mínimas, em virtude do enfoque emocional emprestado pela mídia à intervenção. Fala-se com insistência sobre a venda do controle acionário do Econômico, comenta-se a incompetência administrativa da instituição, critica-se ou aplaude-se, de acordo com os humores de quem faz a avaliação, a dura providência adotada pelo Banco Central. Mas, até agora, ninguém se preocupou em cobrar do Governo uma posição transparente e justa quanto aos milhares de depositantes do Banco Econômico que ainda estão com suas poupanças bloqueadas.

O Banco Central, seguindo fielmente as diretrizes por ele mesmo traçadas no tratamento dessa contingência, tem liberado para os clientes do Eco-

nômico valores de até 5 mil reais, providência cuja execução já custou ao Erário cerca de 430 milhões de reais.

E os outros depositantes, aquelas pessoas que, confiando na solidez e na integridade do sistema bancário nacional, tinham guardado nos cofres do Econômico, não tão sólidos e nem tão íntegros como a princípio supunham, todas as economias de suas vidas? Como o Governo irá se comportar diante desses crédulos e injustiçados? Irá devolver-lhes o que legitimamente lhes pertence ou irá lhes dar o calote institucionalizado, surrupiando-lhes o resultado de toda uma vida de trabalho? Irá honrar os compromissos que todo Estado organizado tem com a sociedade ou oficializará o dolo, o confisco e a megalomania de uma satrapia bancária insensível e irresponsável?

É inconcebível, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Estado continue a exigir responsabilidades do cidadão e se mantenha omissa quanto aos seus deveres com a sociedade. Os depósitos que no momento se acham congelados nos cofres do Econômico não representam apenas dinheiro. Eles personificam sonhos, aspirações e a realização de desejos durante anos acalentados: a construção da casa própria, a aquisição de um carro, a garantia de uma velhice tranqüila, os remédios caros contra uma doença e até mesmo o lazer. Essa poupança indisponível matará os sonhos, as aspirações e os desejos de milhares e milhares de pessoas.

E isso justo?

Os brasileiros atormentados pelo Banco Econômico foram nivelados pelo drama comum. Ricos e remediados, famosos e anônimos, brilhantes e opacos vivem a mesma incerteza e idêntico dissabor. Na semana passada, tive ensejo de ler uma declaração de Jorge Amado, nome maior de nossa literatura que vê agora uma de suas obras primas, Tocaia Grande, transformada em grande sucesso televisivo, confessar, entre espantado e deprimido, que se "achava insolvente". O velho mestre, disciplinadamente agarrado às tradições baianas, tinha todas as suas economias depositadas no Banco Econômico. Uma longa vida de trabalho incansável, de pesquisas cansativas e de noites a fio debruçado sobre sua máquina de escrever foi, repentinamente, transformada materialmente em nada. A fama e a glória jamais serão roubadas de Jorge Amado, mas o produto concreto de seu talento evaporou-se.

É imperioso que o Governo brasileiro tome providências enérgicas para defender o patrimônio dos depositantes do Banco Econômico, devolvendo-lhes,

o mais rápido possível, o que lhes pertence. É inadmissível que, numa economia tutelada pelo Estado, o cidadão não tenha direito ao que é seu, ao que é obtido à custa do suor do seu trabalho.

Insistindo em manter-se omissos a esse problema, cujos efeitos sociais ainda não foram detidamente analisados, o Governo nada mais fará do que estimular a suspeição de que, nesse caso específico, todos os depositantes do Banco Econômico foram vítimas de uma tocala grande.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã, às 14h30min, a seguinte

ORDEM DO DIA

- 1 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 1995

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1995 (nº 373/95, na Casa de origem), que autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelos empregadores em geral, na forma que especifica, e determina outras providências, tendo

Pareceres:

- de Plenário, Relator: Senador Lúcio Alcântara, em substituição à Comissão de **Assuntos Sociais**, 1º **pronunciamento**: favorável ao Projeto, com emenda nº 3, de redação, que apresenta, e contrário às emendas nºs 1 e 2, de Plenário; 2º **pronunciamento**: contrário às emendas nºs 4 a 14, de Plenário; e

- nº 660, de 1995, da Comissão de **Assuntos Econômicos**, favorável ao projeto e à emenda nº 3, de redação, e contrário às emendas nºs 1, 2 e 4 a 14, de Plenário.

- 2 -

REQUERIMENTO Nº 1.118, DE 1995

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.118, de 1995, do Senador Renan Calheiros, solicitando, nos termos regimentais, a criação de uma Comissão Temporária, composta de nove Senadores titulares e nove suplentes para estudar a reforma tributária durante um período de sessenta dias.

(Em virtude de adiamento)

- 3 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 1993

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1993 (nº 2.706/89, na Casa de origem), que dispõe sobre a remessa para o exterior dos rendimentos do trabalho assalariado e dos valo-

res recebidos como bolsas de estudo e auxílio, aos beneficiários de bolsas de estudo ou auxílio no exterior concedidos por agências governamentais, tendo

Pareceres das Comissões:

- de **Assuntos Econômicos**, sob nºs 160 e 328, de 1995, 1º **pronunciamento**: favorável ao Projeto; 2º **pronunciamento**: contrário à emenda de Plenário; e

- de **Educação**, sob nº 664, de 1995, favorável ao Projeto e contrário à emenda de Plenário.

- 4 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 1995

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1995 (nº 10/95, na Casa de origem), que institui o ano de 1995 como o Ano Zumbi dos Palmares, em homenagem ao tricentenário de sua morte, tendo

Parecer favorável, sob nº 628, de 1995, da Comissão

- de **Educação**.

- 5 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 82, DE 1995

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 1995 (nº 71/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Alteração do Acordo sobre Transporte e Navegação, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, em Brasília, em 10 de outubro de 1994, tendo

Parecer favorável, sob nº 661, de 1995, da Comissão

- de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

- 6 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 84, DE 1995

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 1995 (nº 32/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo, por troca de Notas, relativo ao Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Dinamarca, em Brasília, em 22 de março de 1994, tendo

Parecer favorável, sob nº 662, de 1995, da Comissão

- de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

- 7 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 147, DE 1995

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 1995 (nº 183/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Doação Cultural Japonesa, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, em Tóquio, em 30 de maio de 1995, tendo

Parecer favorável, sob nº 663, de 1995, da Comissão

- de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

- 8 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, DE 1995

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 10, de 1995)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1995, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que extingue disposições legais que asseguram a prisão especial, tendo

Parecer contrário, sob nº 559, de 1995, da Comissão

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) -
Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h36min.)

(*) EMENDAS APRESENTADAS PELO
SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
PERANTE A COMISSÃO ESPECIAL
AO PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 118, DE 1984,
QUE INSTITUI O CÓDIGO CIVIL.

(*) Republicadas por haver saído com incorreções na numeração, em publicação anterior.

EMENDA Nº 361

Dê-se ao art. 1.718, a seguinte redação:

"Art. 1.718. Compete aos pais, e na falta de um deles ao outro, com exclusividade, representar os filhos menores de dezesseis anos, bem como assisti-los até completarem a maioridade, ou serem emancipados."

Justificação

É até desnecessária. Porque maiores ou emancipados que os filhos sejam, eles agirão por si mesmos. A emenda foi sugerida pelo Prof. Wagner Barreira, da Universidade Federal do Ceará.

Sala das Sessões, - Senador **Lúcio Alcântara**.

EMENDA Nº 362

Dê-se ao art. 1.739, a seguinte redação:

"Art. 1.739. As prestações alimentícias, de qualquer natureza, serão corrigidas monetariamente, na forma prevista em lei, se e quando o valor que as expresse estiver sofrendo corrosão inflacionária."

Justificação

A alteração se impõe, em virtude de não existir mais a Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional, a que o Projeto alude. A emenda foi sugerida pelo Prof. Wagner Barreira, da Universidade Federal do Ceará.

Sala das Sessões. - Senador **Lúcio Alcântara**.

EMENDA Nº 363

Acrescente-se ao início do art. 1.192, a expressão "Com ressalva idêntica à formulada no artigo anterior,".

Justificação

É indispensável fazer-se na regra essa ressalva. Sem ela prejudicadas poderiam ficar as perícias judiciais, muitas vezes necessárias no processo para a defesa dos direitos dos litigantes. A emenda foi sugerida pelo Prof. Wagner Barreira, da Universidade Federal do Ceará.

Sala das Sessões. - Senador **Lúcio Alcântara**.

EMENDA Nº 364

Substitua-se, no art. 233, a expressão final "no caso" por "na situação considerada".

Justificação

A emenda é apenas de redação. E tem por escopo evitar a repetição do vocábulo "caso", para quem eventualmente estiver lendo o texto nu da lei, na parte final do art. 233 e na inicial do artigo subsequente, 234. Registre-se mais que a substituição proposta não altera em nada o alcance da norma legal. A emenda foi sugerida pelo Prof. Wagner Barreira, da Universidade Federal do Ceará.

Sala das Sessões, - Senador **Lúcio Alcântara**.

EMENDA Nº 365

Substitua-se, no parágrafo único, do art. 119, a expressão "prazo de decadência" por "prazo extinto".

Justificação

Com a substituição proposta, parece que o texto legal fica mais adequado. O prazo de seis meses, no caso, é de decadência, e não de simples prescrição, tem-se idéia perfeita quem quer que atente

para a forma literal como ele é enunciado. A emenda foi sugerida pelo Prof. Wagner Barreira, da Universidade Federal do Ceará.

Sala das Sessões, — Senador **Lúcio Alcântara**.

EMENDA Nº 366

Acrescente-se ao final do inciso II, do art. 533, a expressão "e do cônjuge do alienante".

Justificação

É sabido que a troca de bens ou valores como negócio jurídico se aproxima da compra e venda com a qual guarda acentuada parença. Ora, quando o art. 496 do Projeto do Código se refere à anulabilidade da "venda de ascendente a descendente", deixa clara a inexistência de tal anulabilidade, havendo consentimento para a operação dos outros descendentes e do cônjuge do alienante. E se o consentimento deles evita a anulabilidade da venda haverá também de ser exigido para que não se dê a anulabilidade da troca. O problema é apenas o de adequar as duas situações, que não podem ser tratadas diferentemente. A emenda foi sugerida pelo Prof. Wagner Barreira, da Universidade Federal do Ceará.

Sala das Sessões, — Senador **Lúcio Alcântara**.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

36ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, realizada em 17 de outubro de 1995, às 10:45 horas.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia dezessete de outubro de mil novecentos e noventa e cinco, no Plenário do Senado Federal, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, sob a presidência do Senador Gilberto Miranda e com a presença dos Senadores Jefferson Peres, Esperidião Amin, Lúcio Alcântara, Roberto Requião, Junia Marise, Sebastião Rocha, Elcio Alvares, José Roberto Arruda, Jonas Pinheiro, Valmir Campelo, Vilson Kleinubing, Ronaldo Cunha Lima, Carlos Bezerra, Francelino Pereira, Ramez Tebet, Antonio Carlos Magalhães, Bernardo Cabral, Arlindo Porto, Humberto Lucena, Eduardo Suplicy, Marluce Pinto, Pedro Piva, Ney Suassuna, Osmar Dias, Beni Veras, José Eduardo Dutra, Ernandes Amorim, José Inácio Ferreira, Mauro Miranda, Emília Fernandes, Edison Lobão, José Bianco, Bello Parga, Waldeck Ornelas, Teotônio Vilela Filho, Freitas Neto, Ademir Andrade, Romeu Tuma e João Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Gilvan Borges, Onofre Quinan, Fernando Bezerra, Carlos Patrocínio, Geraldo Melo, Leomar

Quintanilha, Lauro Campos e João França. Havendo número regimental, o senhor Presidente declara abertos os trabalhos, e, a seguir, comunica que a reunião destina-se ao debate sobre o "endividamento das Unidades da Federação", com a presença dos Senhores Governadores dos Estados e do Distrito Federal. Sua Excelência esclarece que os senhores Governadores falarão por ordem alfabética das unidades federativas que representam, podendo os senhores Senadores apartear-se quando acharem necessário e, em seguida, confere a palavra na seguinte ordem aos senhores Governadores Amazonino Mendes, Amazonas, Paulo Souto, Bahia, Vitor Buaiz, Espírito Santo, Senador Edison Lobão, representando a Governadora Roseana Sarney, Maranhão, Governadores Dante de Oliveira, Mato Grosso, Eduardo Azeredo, Minas Gerais, José Maranhão, Paraíba, Miguel Arraes, Pernambuco, Marcelo Alencar, Rio de Janeiro, Francisco Moraes de Souza, Piauí, Garibaldi Alves Filho, Rio Grande do Norte, Valdir Raupp, Rondônia, Senadora Marluce Pinto, representando o Governador Neudo Ribeiro de Campos, Roraima e o Governador Siqueira Campos, Tocantins. Participam dos debates os Senadores Carlos Bezerra, Eduardo Suplicy, Junia Marise, Ernandes Amorim, Vilson Kleinubing, Francelino Pereira, Waldeck Ornelas e José Bianco. Encerrados os debates, a Presidência declara cumprida a finalidade da presente reunião encerrando-a às quatorze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. — Senador **Gilberto Miranda**, Presidente - CAE.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Havendo número regimental, declaro aberta a trigésima sexta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Esse debate contará com a presença dos Governadores de Estados e do Distrito Federal e abordará o endividamento das Unidades da Federação.

Usarão da palavra, por ordem alfabética, os Governadores das Unidades da Federação; posteriormente os Senadores, obedecendo a ordem de inscrição. Cada um dos Srs. Senadores terão direito de usar a palavra por dez minutos. A Mesa pede que sejam sucintos, de maneira que possam, em cinco minutos, descrever a situação dos seus Estados.

Se os Srs. Governadores quiserem abordar a questão do endividamento junto com os temas Fundo Social de Emergência e reforma administrativa, poderão fazê-lo.

Presente os Governadores do Amazonas; da Bahia, do Espírito Santo, de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Tocantins.

Concedo a palavra ao primeiro Governador, o Governador do Amazonas, Amazonino Mendes. V. Ex^a, de preferência, deve usar a tribuna, para que fique mais visível ao Plenário.

Os Srs. Senadores poderão pedir aparte ao Sr. Governador ao invés de usar a palavra mediante inscrição. Dessa forma, é mais fácil fazer as perguntas ao Sr. Governador.

O SR. AMAZONINO MENDES (Amazonas) - Srs. dirigentes da Mesa, Srs. Governadores, Srs. Senadores, na verdade a circunstância de falar em primeiro lugar neste encontro, a meu ver, histórico, obriga-me a manifestar a minha palavra de apreço e de grande respeito por esta Casa, que procura ver de perto os problemas que afligem os Governadores deste País, no que pertine às suas questões financeiras.

Sr. Presidente, a propósito, eu observava há pouco que jamais a História assistiu romaria tão frequente de Governadores a Brasília. Parece-me que se trata de uma espécie de parceria do sofrimento. Espero que, a partir de hoje, se consiga diminuir um pouco esse sofrimento. A Nação, este todo formado pelos Estados, na sua grande luta, na grande batalha contra a inflação, necessariamente cingi a questão do equilíbrio financeiro dos Estados. O meu, por exemplo, deve R\$ 1,250 bilhão e está pagando este ano cerca de R\$ 140 milhões de serviço da dívida. O ano que vem, deverá pagar um total próximo a R\$ 200 bilhões. No ano posterior vai essa soma se avizinhará dos R\$ 300 bilhões. Isso é assustador. Não vamos chegar a um lugar seguro evidentemente com a manutenção dessa política.

Assim, a providência atual, discutida de forma democrática por esta Casa, faz com que os Governadores, já em discussão preliminar através das suas Secretarias de Fazenda, e colocando a nu a situação de *per si*, acredito eu, em uníssono, estejam reclamando a contratação também da dívida indireta dos Estados, não apenas como hoje ocorre com as operações feitas diretamente.

As dívidas das estatais e das autarquias estão pesando gravemente para os Estados, mas é preciso também dilatar o prazo. Precisamos, neste momento de angústia e de crise, ter um horizonte razoavelmente livre e amplo para que possamos nos programar, concomitantemente fazendo frente à dí-

vida. Daí o Governo do Estado do Amazonas, neste plenário, propor a dilatação do prazo para 30.

Hoje parece-me que, ao invés do limite de 11% da dívida contratada e em que pese a solicitação de tantos para 7%, 9% seria de bom tamanho para ambas as dívidas, tanto a direta como a indireta dos Estados. Esta é a posição.

Em passant, e aproveitando o ensejo desta augusta tribuna, reporto-me a uma grande preocupação, à questão da estabilidade econômica nacional.

Estamos às vésperas da votação do que se convencionou chamar de Fundo de Estabilidade Fiscal, que, antes batizado de Emergência, confunde as pessoas. Não creio que possa ser objeto de dúvida a condição dessa matéria, inafastável, de ser responsável pela manutenção da estabilidade econômica, conseguida a duras penas até então. O que quero dizer é que caso o Fundo de Estabilidade Fiscal não seja aprovado nos termos, ou aproximadamente nos termos propostos - receio que mesmo esta discussão que se trava hoje nesta Casa sobre a dívida dos Estados também esteja intimamente ligada à questão da estabilidade financeira -, poderemos estar chovendo no molhado, Sr. Presidente. É de fundamental importância que a Nação encare a proposta do Fundo de Estabilidade Fiscal como uma proposta da própria Nação, de todos, partindo do pressuposto de que todos querem a manutenção da estabilidade econômica.

Isto posto, Sr. Presidente, espero que esta Casa continue produzindo de forma altruísta e sempre atenta e vigilante aquilo que pertine às suas jurisdições. Congratulo-me com a Comissão de Assuntos Econômicos, na pessoa do Senador Gilberto Miranda Batista, meu parceiro, Senador da minha terra, que, ao lado dos Senadores Bernardo Cabral e Jefferson Péres, tem honrado sobretudo o Estado do Amazonas nesta Casa do Congresso Nacional.

Assim sendo, despeço-me dos senhores, como primeiro orador deste encontro, deixando de forma patente e clara a posição do meu Estado: é impossível conviver com a dívida como está, ela tem que ser repactuada. E precisamos estender essa contratação às dívidas contraídas pelas empresas estatais, a chamada indireta.

O SR. RELATOR (Carlos Bezerra) - Governador, eu gostaria de saber a respeito da reforma administrativa, sobre este projeto que está tramitando.

O SR. AMAZONINO MENDES (Amazonas) - A proposta da reforma administrativa, Sr. Senador, também diria é *sine qua non* as nossas pretensões de Governo, nenhum Estado da Nação brasileira

terá condições de governabilidade a curto prazo, se não se operar urgentemente a reforma administrativa.

Do meu ponto de vista - cada qual tem sua opinião -, certos institutos eleitos pela nossa consciência jurídica pecam pela degradação de si próprios ao longo do tempo. E, na impossibilidade do ajuste de rumo desses institutos, é fundamental que a Nação os erradique de forma livre e firme. Porque superior a tudo está exatamente o interesse público, o interesse social e econômico de um povo.

A reforma administrativa, se aprovada, Sr. Senador, vai colocar o nosso País em condições de que possamos ter esperança no serviço público. Se não operarmos, se não fizermos a reforma administrativa, posso afiançar a V. Ex^a que o serviço público brasileiro não flagrará de forma inapelável, irrecorrível. O serviço público entrará num processo ainda maior, cada vez mais galopante, até a degeneração final; e será o caos.

É preciso observar que determinados segmentos, determinados aspectos da vida social brasileira que são representados no Congresso Nacional, têm que se dobrar ante a necessidade básica, a necessidade superior do geral. O geral é muito superior ao particular. A posição do Governo do Estado do Amazonas é francamente favorável, com entusiasmo, à reforma administrativa.

São essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Muito obrigado, Sr. Governador.

Com a palavra o Governador do Estado da Bahia, Dr. Paulo Souto.

O SR. PAULO SOUTO (Bahia) - Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, Srs. Governadores, o endividamento é certamente um dos problemas mais graves que os Estados têm hoje, embora, efetivamente, não seja o único. E é justamente porque existem outros problemas importantes e que afetam os Estados que este é um dos que têm que ser necessariamente resolvidos.

Mas diria que, primeiro, entre os problemas dos Estados está a questão da folha de pagamento com número de funcionários, com salários altos para determinadas categorias e com falta de financiamento para os inativos. No caso da Bahia, felizmente, os dois primeiros problemas não nos afligem, estamos em números bem razoáveis, mas creio que essas questões são essenciais. E por causa disso não existe nenhum tipo de gerenciamento possível para essas questões relativas ao número de funcionários, a salários altos, em virtude de impedimentos legais.

E esse ponto de vista torna imperiosa a reforma administrativa que está sendo proposta.

Além do mais, os Estados estão arcando hoje com necessidades crescentes de custeio. Há um grande aumento na demanda dos serviços sociais que, de certa forma, está agravada pela dificuldade que a classe média tem hoje em relação a determinados tipos de serviços.

Isso torna grande a pressão sobre serviços públicos, o que aumenta ainda mais as necessidades do custeio do Estado.

Na educação, por exemplo, é nítida uma maior procura por escolas públicas devido o aumento dos custos das escolas particulares, exacerbando a questão da necessidade da qualidade nas escolas públicas e, com isso, aumentando os recursos do Estado. Essa pressão de qualidade também o é por salários, por aperfeiçoamento dos recursos humanos e pela própria condição da rede física das escolas públicas.

Na questão da saúde, também agravada pela insuficiência dos recursos do SUS - por exemplo, no caso da Bahia -, obrigado-nos a alocar recursos para manter a rede pública, recursos adicionais aos do SUS, da ordem de R\$2,5 milhões por mês. Isto é grave. Para fazer face ao custeio da rede pública, na área da saúde, estamos sendo obrigados a colocar em torno de R\$2,5 milhões por mês, afora os recursos que são alocados pelo SUS. De modo que esse também é um problema grave, significando necessidade de alocação de recurso do Estado, tornando, portanto, a situação ainda mais difícil.

Além do mais, a rede pública está sendo pressionada pela própria retração da rede privada, porque eles não podem, em virtude dos problemas que aí estão, fazer certos atendimentos, o que aumenta ainda mais a pressão sobre a rede pública do SUS.

Na questão da segurança, um outro serviço social, o aumento da violência está exigindo uma polícia cada vez mais eficaz, implicando, naturalmente, no aumento de gastos.

Depois, temos que encarar, com realidade, a nova situação decorrente da estabilidade financeira. É claro que há perdas de ganhos inflacionários, que existiam com essa situação. Claro. Isso não é nenhum defeito e sim uma consequência positiva da estabilidade financeira, mas que, nessa fase de transição, traz reflexos para os Estados. Evidentemente que se perderam alguns ganhos inflacionários com o pagamento de funcionários, com aplicações financeiras, etc. Por outro lado, temos a estabilidade das receitas a partir de janeiro, depois do período de

crescimento, em decorrência do Plano Real. Claro que houve crescimento de receita. Mas, a partir de determinado momento isso se estabilizou, enquanto que continua havendo, pelos motivos que já colocamos aqui, aumento das despesas.

Além do mais, temos também necessidades de investimentos, que também são muito fortes, sendo maior sobretudo para os Estados menos desenvolvidos. Estes são instados a terem maiores necessidades de investimentos. Por exemplo, na área da infraestrutura social: educação, saúde, saneamento, habitação, e na área de infraestrutura econômica: energia, estradas, portos e comunicação, com um agravante a mais: que nos Estados menos desenvolvidos há a possibilidade de esses investimentos serem bancados pelo setor privado através da privatização e da concessão, o que é muito maior em relação a Estados onde existem maior densidade econômica e onde esses mecanismos vão ter mais atratividade para o setor privado. É evidente que as dificuldades da União têm reduzido praticamente a zero as chamadas transferências voluntárias do Orçamento Geral da União para os investimentos. Hoje, os Estados são os responsáveis pelo endividamento para fazer esses investimentos e, em contrapartida, agravando ainda mais a situação das Unidades Federadas.

Além disso, a União não tem sido capaz de manter investimentos sequer em obras de sua responsabilidade, como estradas, portos, projetos de irrigação - como, por exemplo, no caso do Nordeste -, agravando ainda mais essa situação. E aí entra a questão do endividamento, que considero uma agravante para toda essa situação que colocamos.

No caso do Estado da Bahia, temos uma dívida em torno de R\$3,8 bilhões, sendo que a dívida contratual é em torno de 2,9, ou seja, 75% dessa dívida. Em torno de 14% é nossa dívida mobiliária; e nossa dívida externa, em torno de 10%. A evolução da dívida, nesses últimos nove meses, cresceu, em termos reais, em torno de 7%, e o Estado da Bahia está desembolsando, este ano, aproximadamente R\$350 milhões com relação à sua dívida. O que é um número expressivo. Gostaria de dizer que, como esses 11% da dívida negociada não inclui a administração indireta. Na verdade, o número real chega próximo a 16%. Ou seja, o Estado já paga hoje, fora a dívida mobiliária, cerca de 16% dos seus recursos, de sua receita corrente líquida, com o pagamento da dívida. Isso por que a diferença para 11, grande parte dela, está na administração indireta, que não está sendo contemplada por esse pagamento.

Essa é uma situação superior, em torno de 40%, ao que seria esperado se tivéssemos gasto apenas os 11% decorrentes da reconstrução da dívida que foi feita.

Em virtude disso, achamos que uma boa solução seria uma solução conjunta em torno da diminuição do teto. A inclusão da dívida da administração indireta dentro dessa negociação iria facilitar muito, iria permitir que os Estados pelo menos recuperassem um pouco a capacidade dos seus investimentos.

Esta é a opinião que tenho a esse respeito: está-se fazendo um esforço excepcional em relação ao que foi pactuado, ou seja, esperávamos pagar apenas 11% e já estamos pagando entre 15 a 16%, o que diminuiu muito a capacidade de o Estado fazer os seus investimentos.

Creio, como disse no princípio, que essa é uma solução que deve vir necessariamente, que precisa vir, desde que ao lado de todas as outras a que já me referi, como ajustes no custeio, criação de fontes que permitam ao Estado uma certa capacidade de investimento, que tem sido basicamente reduzida em virtude de todas essas dificuldades que foram aqui apontadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao Relator, que gostaria de fazer pergunta ao Dr. Paulo Souto.

O SR. RELATOR (Carlos Bezerra) - Governador, é só para saber: o senhor se satisfaz com os 11%, com esse prazo que está aí, o atual prazo?

O SR. PAULO SOUTO (Bahia) - Bem, o prazo é decorrência disso. Acho que o ideal seria a inclusão da dívida da administração indireta - isso é uma coisa fundamental - e uma redução, talvez uma redução de 2% no nível. Por exemplo, passar de 11% para 9% seria razoável, incluindo a administração indireta.

O SR. RELATOR (Carlos Bezerra) - O Governo já admitiu incluir as Cohabs nesses 11%. Trata-se de um passo que já foi anunciado pelo Ministro para mim ontem. Era somente essa indagação que gostaria de fazer a V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Governador do Espírito Santo, Dr. Vitor Buaiz.

O SR. VITOR BUAIZ (Espírito Santo) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, colegas Governadores, Senadores capixabas aqui presentes, Senador José Ignácio Ferreira, Senador Elcio Alvares, inicialmente parabênzima esta Comissão pela iniciativa de trazer

Governadores de Estado para apresentarem, discutirem e debaterem com esta Comissão os problemas financeiros que enfrentamos hoje, nos nossos Estados, e a possibilidade de tomarmos medidas necessárias, com o apoio do Congresso Nacional, desta Casa de leis, para que possamos, dentro do processo de construção de uma sociedade mais justa, ter um Estado mais enxuto, menos burocratizado, menos viciado, que possa atender às demandas sociais.

O Espírito Santo, no que tange às finanças públicas, não difere muito dos demais Estados brasileiros. Entretanto, se analisados os índices de crescimento econômico, verificamos que, conforme estudo procedido pela Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, o PIB capixaba representou, no ano de 94, 1,94% do PIB nacional.

Os valores do PIB estadual, se comparados com outros Estados, vêm sistematicamente apresentando variações positivas.

Esse crescimento, pautado principalmente pela transição de um modelo primário exportador para uma economia urbano-industrial, onde o setor de serviços é o principal alavancador desse crescimento, encontra respaldo no sistema de incentivos do Estado, cuja atividade está regulamentada legalmente. Para esse exercício conta com aporte de recursos da ordem de R\$426 milhões.

Não preciso falar sobre o potencial dos portos capixabas, os portos mais modernos do nosso País, que têm colocado a indústria nacional e a produção que vem do exterior à disposição da nossa sociedade. Esse potencial vem sendo desenvolvido de comum acordo e em parceria com a iniciativa privada. Temos, hoje, das quatro grandes empresas que estão no Espírito Santo, como a Aracruz Celulose, a Companhia Siderúrgica de Tubarão, a Companhia Vale do Rio Doce e a Samarco Mineração, um total de investimentos, para os próximos 3 anos, da ordem de R\$1,4 bilhão.

Nesse sentido e no intuito de não inibir o iminente crescimento do Estado é que estamos nessa maratona para sanear as finanças públicas. O Estado tem projetada, para o ano de 1995, a realização de uma receita disponível da ordem de R\$1,19 bilhão, já descontados os valores destinados aos incentivos fiscais. Desses recursos o Estado vem comprometendo cerca de 90% com a folha de pessoal, em média, se considerado o período de janeiro a agosto de 1995.

Naturalmente, existe aí uma distorção. Não é possível para qualquer administrador vislumbrar para si apenas a função de gestor da folha de paga-

mentos. As distorções são gravíssimas na folha de pessoal, já que 6% dos funcionários consomem quase 40% dos recursos. Nesse sentido e na expectativa de reversão desse quadro, esperamos alcançar até dezembro de 1995 um comprometimento da receita disponível com a folha de pagamento da ordem de 79%, o que significará um desembolso de R\$940 milhões.

No que se refere ao custeio da máquina administrativa, o Estado vem despendendo recursos da ordem de 14% da receita disponível, sendo 3,2% gastos com pagamento de benefícios decorrentes da folha de pessoal e 10,8% relativos à manutenção de serviços. Quanto à dívida pública, o dispêndio anual previsto para o ano de 1995, no mês de outubro, é da ordem de R\$104,5 milhões, relativos à dívida interna, e de aproximadamente R\$4 milhões para a dívida externa.

O montante da dívida estadual, saldo de 31 de agosto de 1995, é de R\$796 milhões, sendo a sua composição a seguinte: dívida interna, R\$575 milhões; dívida externa, R\$221 milhões, o que representa apenas 2% da receita líquida real, conforme a Resolução nº 11 do Senado Federal.

No ano de 1995 o Estado já realizou operações de antecipação de receita orçamentária, a chamada ARO, em um montante de R\$59,5 milhões. Com o objetivo de não prejudicar futuras operações de crédito, o Estado vem cumprindo em dia os seus compromissos com a dívida. O cenário aqui relatado aponta um déficit médio mensal de R\$20 milhões. A fim de poder viabilizar o Governo do Estado estamos trabalhando para a reversão desse quadro.

Por isso, já iniciamos, antes mesmo do Governo Federal lançar o seu projeto de reforma administrativa, um projeto de reforma do Estado. O Estado brasileiro precisa sofrer uma profunda reforma na sua estrutura administrativa, o que não significa dizer que precisamos simplesmente acabar com a estabilidade no emprego. A estabilidade é apenas um dos instrumentos de que temos que lançar mão para sanear as finanças públicas. No entanto, o Estado brasileiro precisa sofrer essa profunda reforma para que possamos fazer justiça com os funcionários que realmente trabalham e cumprem com as suas funções e com a maioria da população, que vive em situação de miséria enquanto o Estado brasileiro gasta mundos e fundos para não atender às demandas sociais. Portanto, a nossa reforma administrativa prevê a estruturação da máquina, contemplando inclusive os setores da Administração Direta e Indireta. Estamos fundindo e extinguindo secretarias, fundindo

empresas é acabando com privilégios dentro da folha de pessoal. Temos o caso de dois coronéis da Polícia Militar que percebem por mês - ou deveriam perceber, porque não estamos pagando - cerca de R\$42 mil. E se nós tivéssemos que pagar o atrasado, como foi determinado pela Justiça do Estado do Espírito Santo, teríamos, com esses dois coronéis, que repor R\$500 mil.

Somos totalmente contrários a isso, porque, além de ser uma medida que consideramos ilegal, é imoral e a sociedade não pode continuar assistindo de braços cruzados a esse tipo de desmando e de injustiça dentro da Administração Pública.

No que concerne especificamente à receita, muito nos preocupa a possibilidade de perda de quaisquer recursos, principalmente em relação ao ICMS estadual; perda essa advinda da chamada reforma tributária apresentada pelo Governo Federal. Estudos sobre o assunto apontam para um decréscimo da ordem de R\$200 milhões anuais, caso seja desonerado o ICMS dos produtos de exportação. Os demais Estados brasileiros que são estados portuários também terão prejuízos enormes, e nós não queremos que o Estado do Espírito Santo continue sendo discriminado desse ponto de vista.

Outro aspecto relevante que merece destaque é a participação do Estado do Espírito Santo no Orçamento da União. De acordo com a proposta orçamentária do Executivo, encaminhada ao Congresso Nacional para o ano de 1996, o Estado do Espírito Santo está perdendo 23,27% de participação federal em relação ao ano de 1995. Defendemos a revisão desta proposição, haja vista que a diminuição dos recursos federais poderá causar o aumento do colapso nas finanças públicas, uma vez que dependemos desse aporte para viabilização dos projetos tão importantes de investimentos nos setores sociais.

Por outro lado, conforme dito anteriormente, o Estado vem apresentando variações positivas do PIB, o que certamente contribui para o crescimento da renda nacional. Nesse sentido é que se tornam imprescindíveis os recursos financeiros da União para ampliação da nossa base orçamentária.

Considerando que a transformação necessária desse quadro financeiro desfavorável será operada no Estado de maneira gradual, uma vez que não controlamos todas as variáveis desse processo e considerando que algumas medidas podem ser tomadas no nível da União, é que registramos a importância de a questão da dívida dos Estados ser tratada de forma a que o seu pagamento não comprometa os investimentos sociais.

Nesse aspecto defendemos seja dado ao Estado do Espírito Santo tratamento compatível com o seu estágio atual de desenvolvimento, haja vista a importância da economia capixaba na Região Sudeste e também por nossa ação de Governo que se traduz em estar em dia com os nossos compromissos contratuais.

Nesse sentido, quero colocar claramente a posição do Governo do Estado do Espírito Santo, diante da discussão do Orçamento da União, de que nós não podemos continuar sendo discriminados, não apenas neste Governo mas também em Governos anteriores. Durante 10 ou 15 anos, o Governo do Espírito Santo tem sido discriminado na transferência dos recursos da União. Nós precisamos ter, nesta Casa de leis, um aliado político para que os Estados brasileiros sejam tratados em igualdade de condições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Relator, Senador Carlos Bezerra.

O SR. RELATOR (Carlos Bezerra) - Sr. Governador, gostaria de saber qual o percentual de dispêndio da receita do Estado para pagamento da dívida?

O SR. VITOR BUAIZ (Espírito Santo) - Interna ou externa?

O SR. RELATOR (Carlos Bezerra) - De toda a dívida.

O SR. VITOR BUAIZ (Espírito Santo) - Cinco por cento da receita mensal.

O SR. RELATOR (Carlos Bezerra) - Somente 5%?

O SR. VITOR BUAIZ (Espírito Santo) - Somente 5%.

O SR. RELATOR (Carlos Bezerra) - E a receita mensal do Estado?

O SR. VITOR BUAIZ (Espírito Santo) - A receita do Estado é R\$85 milhões.

O SR. RELATOR (Carlos Bezerra) - E está despendendo apenas 5% para pagamento da dívida?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Gostaria de perguntar ao Governador Vitor Buaiz, que mencionou o esforço que o Governo do Espírito Santo está realizando no sentido de ter uma menor proporção de sua receita destinada a gastos com pessoal e dos esforços de maior racionalidade administrativa; que mencionou que apenas 6% dos funcionários recebem cerca de 40% da folha; que mencionou que há casos em que pessoas ganham até R\$45 mil - o que

V. Ex^a, como Governador, tem tentado impedir, porque isso fere um dispositivo da Constituição brasileira que limita um teto no âmbito da Federação, dos Estados e dos Municípios -, V. Ex^a poderia esclarecer, porque isso é assunto que está sendo objeto da decisão do Congresso Nacional no âmbito da reforma administrativa, por que razão há tanta dificuldade em se fazer cumprir isso, que está previsto na Constituição? Ou seja, que não poderia um funcionário, a nível federal, estar recebendo mais do que um Deputado, ou um Senador; no Judiciário, mais do que um Ministro; nos Municípios, mais do que um prefeito; no âmbito do Governo do Estado, acredito que seja do Governador ou dos Deputados Estaduais. Por que, embora esteja isso previsto na Constituição, com clareza, há tanta dificuldade, inclusive o Governo do Espírito Santo se encontra com dificuldades na Justiça para fazer cumprir tal dispositivo? Que medida seria de fato necessária para que isso esteja mais claramente exposto na Constituição, como se está prevendo agora pela reforma administrativa em discussão no Congresso Nacional?

O SR. VITOR BUAIZ (Espírito Santo) - O grande problema, Senador Eduardo Suplicy, é que temos leis estaduais, que foram aprovadas no passado e que garantiram privilégios para determinadas categorias profissionais, em especial àquelas que tinham maior poder de pressão na Assembléia Legislativa ou que tinham representantes, como Deputados, na Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo. Tentamos, inúmeras vezes, combater esses privilégios, mas a Justiça sempre deu ganho de causa aos servidores por conta dessas leis que tinham sido aprovadas na Assembléia Legislativa. É bem verdade que limitamos o teto salarial do funcionalismo de acordo com o maior salário do Secretário de Estado, que corresponde a R\$6 mil. Portanto, hoje, ninguém recebe do Estado mais do que R\$6 mil, teto salarial que consideramos mais justo, inclusive para fazer justiça com a maioria dos funcionários. Dos 72 mil funcionários que temos, 32 estão na área da educação, que têm os mais baixos salários. O piso salarial inicial do professor está em torno de R\$222, fora as vantagens. Portanto, essa distorção salarial, essa desigualdade na folha de pessoal, no Espírito Santo, reflete as desigualdades sociais que existem na sociedade brasileira. Acredito que, para combatermos essas desigualdades, teremos que tomar medidas não só jurídicas mas Políticas, Para Que Possamos Corrigir Essas Distorções.

O Sr. Eduardo Suplicy - Uma Outra Pergunta: Na Discussão Sobre a reforma administrativa e o es-

forço de racionalização que V. Ex^a desenvolve, assim como outros Governadores, tem-se falado, inclusive no âmbito do Partido dos Trabalhadores, a respeito do esforço que deveria haver para melhor arrecadação, na medida em que um dos maiores problemas da sociedade brasileira é o fato de haver ainda uma enorme evasão fiscal, qual é a parte, nesse esforço, de se conseguir maior equilíbrio das finanças, que precisam ser concentradas no sentido de se evitar o desperdício, evitar que funcionários que, porventura, não cumprem adequadamente suas responsabilidades e funções devam ser efetivamente objeto de algum processo administrativo, eventualmente, até com a perda de sua função? Qual é a parte do esforço que cabe realizar no sentido de se conseguir melhor arrecadação, podendo esse esforço ser realizado por uma coordenação em níveis federal, estadual e municipal, uma vez que a arrecadação que acaba, por exemplo, vindo para o Governo do Estado é resultado desse esforço conjunto e não apenas do governo estadual?

O SR. VITOR BUAIZ (Espírito Santo) - Realizamos todo um trabalho de combate à sonegação de impostos e aumento da receita do Estado, de tal forma que no primeiro semestre de 1995 tivemos um aumento superior a 15% em relação ao mesmo período do ano de 1994. A máquina fazendária do Estado estava totalmente destruída, e tivemos que remontá-la e reestruturá-la para satisfazer os interesses da sociedade e melhorar a receita do Estado.

No entanto, a folha de pessoal cresce, vegetativamente, cerca de 3% a 5% por mês, devido a gatilhos salariais que são disparados, em função de acordos feitos no Governo passado.

Atualmente, já melhoramos bastante a nossa capacidade de arrecadação. Criamos a Polícia Fazendária, que estará nos postos fiscais de fronteira para combater a evasão fiscal, principalmente no caso de caminhões transportando café, gado, mármore e granito, os três maiores produtos de exportação do Estado do Espírito Santo.

Portanto, temos tomado medidas necessárias para o combate à sonegação de impostos, para que possamos melhorar a receita, combatendo as injustiças e as desigualdades que existem na folha de pessoal, e possamos, a partir de 1996, começar a fazer investimentos nos setores sociais.

Com relação à estabilidade no emprego, à possibilidade de afastarmos funcionários que não estão atendendo às necessidades que a sociedade exige do Estado, estamos defendendo que, no Congresso Nacional, seja aprovada uma lei, a ser incluída na

própria Constituição Federal, no sentido de que daríamos garantia de emprego. No entanto, essa garantia de emprego será fiscalizada por um conselho formado por entidades da sociedade civil, que poderão garantir critérios rigorosos antes da demissão de funcionários. Além do mais, precisamos estabelecer, dentro do serviço público, critérios de avaliação periódica do funcionalismo, para saber quem está trabalhando e quem não está trabalhando, quem está fazendo aquilo que o Estado lhe exige. Ao mesmo tempo, também o Estado tem que respeitar o funcionalismo, no sentido de criar condições de preparação, qualificação e profissionalização desses servidores.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Muito obrigado, Sr. Governador.

Com a palavra o Senador Edison Lobão, representando a Governadora do Estado do Maranhão, Sra Roseana Sarney.

O SR. EDISON LOBÃO (Maranhão) - Sr. Presidente, Senador Gilberto Miranda; Srs. Governadores; Srs. Senadores; Srs. Secretários de Estado; impedida, à última hora, de comparecer a esta importante reunião, pedi-me a Governadora Roseana Sarney que a representasse nesta solenidade.

A situação do Estado do Maranhão não é diferente da situação das demais unidades da Federação brasileira. Hoje, o Maranhão se vê a braços com uma dívida que talvez seja a maior do Brasil, proporcionalmente à sua receita. O Maranhão deve, aproximadamente, US\$2,150 bilhões. Essa dívida foi contraída entre o final da década de 70 até o início de 1990 - portanto, em aproximadamente 12 anos.

Mas é preciso que se declare que a União Federal é hoje muito responsável pela dívida dos Estados. Com a crise do petróleo, o Governo Federal fez uma opção. O mundo inteiro mergulhava numa grande recessão, para que pudesse a sua economia se ajustar à crise do petróleo. Vimos os Estados Unidos com 15 milhões de desempregados, numa recessão profunda; a Alemanha desenvolvendo a mão-de-obra portuguesa, que importava todos os anos; a Inglaterra com 10 milhões de desempregados; a França com 12 milhões; o Japão com desempregados; todos esses países procurando encontrar um caminho para a crise do petróleo.

O Brasil fez uma opção diferente: resolveu manter o pleno emprego interno, o pleno desenvolvimento interno, valendo-se, para isso, da poupança externa. Era freqüente que os ministros da Fazenda, no Brasil, oferecessem empréstimos externos aos Estados e às Prefeituras das capitais.

O País recebia o dólar no exterior, com o qual resgatava a sua dívida com o petróleo e com outros compromissos, e aqui entregava, aos governos estaduais e às prefeituras, o cruzeiro.

Portanto, à base desse estímulo, os Estados se endividaram. A partir de 1991, a dívida - que, praticamente, não era resgatada pelos governos estaduais e pelas prefeituras municipais - passou a ser paga rigorosamente, por exigência do Banco Central.

O Fundo de Participação dos Estados e Municípios passou a ser uma garantia do resgate compulsório dessa dívida. Com isso, a União Federal gerou, repentinamente, uma série de dificuldades aos Estados e aos Municípios.

Chegamos hoje a esta situação: alguns Estados desembolsando, aproximadamente, 20% a 25% de todas as suas receitas para a amortização de uma dívida contraída, mais ou menos, à base do interesse da União Federal.

Quando o Senado votou a Resolução nº 11, estabelecendo um teto de 11% para o desembolso com as dívidas dos Estados, entendeu-se que era um teto demasiadamente baixo, considerado assim pela União Federal. Apesar disso, a União Federal não está cumprindo essa Resolução. Se existe o teto de 11%, por que se cobram 15, 16, 18, 20, 25%? A Paraíba paga mais de 20%, o Maranhão chega a pagar 20% de todas as suas receitas para amortização da dívida.

Por conta da nova ordem, por conta do Plano Real, da URV aplicada aos salários dos funcionários públicos dos Estados, as folhas de pagamento de pessoal elevaram-se de maneira desproporcional. Hoje, possivelmente, o Estado que menos paga aos seus funcionários gasta 60% dos seus recursos com a folha. Há Estados gastando 70, 80, 90, até 100%! E, mais do que isso, tudo quanto arrecadam vai para as suas folhas de pessoal. Não há, portanto, sociedade que resista a uma situação dessa natureza.

Para que V. Ex^{as} tenham idéia do que ocorre no Maranhão, em 1991, quando assumi o Governo do Estado, a sua dívida era de US\$1,850 bilhão. De 1991 a esta parte não se contraiu um único centavo de dívida no Estado do Maranhão, e a dívida saltou de US\$1,850 bilhão para US\$2,150 bilhões; nesse período, amortizamos aproximadamente US\$400 milhões. Com a amortização de US\$400 milhões numa dívida de US\$1,850 bilhão, ela saltou, ainda assim, para US\$2,150 bilhões.

Srs. Senadores, pleiteamos que a Resolução do Senado seja cumprida e, de preferência, seja revista, para que se reduza ainda mais esse teto de

11% sobre as receitas dos Estados, que não resistirão por muito mais tempo na situação em que se encontram.

No Maranhão, estimulamos a arrecadação no máximo possível. Com isso, melhoramos a arrecadação, estabelecendo um combate sem tréguas à sonegação fiscal. Porém, estamos no limite e não suportamos mais uma elevação de tributos. É preciso encontrar uma solução, primeiro, para a Folha de pessoal; segundo, que esta dívida seja paga com índices menores, taxas menores do que as que estão sendo cobradas hoje. Se isso não for possível, que pelo menos seja fixado, de fato, o critério da Resolução nº 11, que estabelece o teto máximo de 11% sobre as receitas para a amortização da dívida. Mais do que isso: os Estados não vão suportar, até porque as folhas - embora não se esteja nomeando creio que em nenhum Estado da Federação - sempre sofrem uma elevação residual da ordem de 2% a 3% ao mês. Isso, ao final de um ano, significa uma elevação de 30%. E, seguramente, as receitas não se elevarão em 30% este ano.

Sr. Presidente, eram essas colocações e as reivindicações do Estado do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o Governador do Mato Grosso, o Dr. Dante de Oliveira.

O SR. DANTE DE OLIVEIRA (Mato Grosso) - Sr. Presidente, Senador Gilberto Miranda; Senador Carlos Bezerra, Relator desta Comissão; demais Senadores, Governadores, Deputados aqui presentes:

Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o Senado da República pela sensibilidade demonstrada ao trazer para esta Comissão o debate e maiores informações sobre o que vem ocorrendo nas nossas unidades da Federação.

A verdade é que o Brasil vive um momento extremamente positivo. Por um lado, todos trabalhando, no sentido de procurar realizar o nosso sonho de ter uma estabilidade econômica, de ter uma moeda forte, que possa servir de orgulho para a nossa Nação. Mas estão todos também conscientes de que a estabilidade econômica vem sendo conseguida, e os Estados vêm também pagando um certo preço; isso tem um custo para os Estados.

No momento em que o Governo adota uma política de juros altos, isso reflete diretamente nas finanças e na economia dos nossos Estados. No momento em que o Governo adota uma política correta de segurar os preços agrícolas, manter a cesta básica em patamares acessíveis para a alimentação do

nosso povo, que é extremamente positivo, Estados como o Mato Grosso e outros, que têm na produção agrícola a sua principal base econômica, acaba pagando também um preço extremamente alto.

Para V. Ex^{as} terem uma idéia, tivemos, nos primeiros sete meses, uma redução na nossa receita, referente ao setor da agricultura, da ordem de 40%, comparada ao ano anterior, algo extremamente duro de entendermos, porque o Estado do Mato Grosso, na última safra, atingiu 7 milhões de toneladas de grãos. Passamos a ser o segundo maior produtor de soja no Brasil, ultrapassando o Paraná - só perdemos hoje para o Rio Grande do Sul -, e somos o terceiro produtor de grãos no País.

Com toda essa safra, a crise financeira do Estado do Mato Grosso neste ano foi e está sendo extremamente grave.

Antes da minha falação, quero colocar claramente o que disse outro dia na reunião com os Governadores e com o Presidente da República: a verdade é que nós, o Senado da República, os Governadores e o Governo Federal, temos que compreender que estamos no mesmo barco chamado Brasil e que de nada adianta os esforços da equipe econômica do Governo Federal, do Presidente Fernando Henrique, centrarem apenas na questão do controle dos déficits da União, se os déficits dos Estados da Federação não forem levados em consideração. Esses déficits estaduais podem desequilibrar o programa de estabilidade econômica, causando grandes problemas ao projeto nacional de estabilidade e de controle da inflação.

Por isso, estamos diante, entendo, de um desafio. Temos a opção de construir uma travessia entre o velho e esse projeto da nova reengenharia do Estado brasileiro, porque, por mais medidas de saneamento e enxugamento que tomemos, não há milagre de curto prazo. É preciso que tenhamos uma ponte para fazermos essa travessia; é preciso que respiremos, a fim de colhermos os frutos a médio e longo prazo de medidas que estamos tomando.

É dramática a situação atual do desequilíbrio das finanças públicas de Mato Grosso. O Estado apresenta déficit corrente estrutural em suas contas públicas desde o mês de outubro de 1994, quando deixou de quitar a folha de salários.

Em dezembro de 1994, já se instalara uma situação de desequilíbrio das finanças sem precedentes. A dívida flutuante totalizava 226,48 milhões para uma receita tributária líquida mensal de 57,12 milhões. Desse montante, 68 milhões referiam-se às folhas de salários dos meses de novembro, dezembro

e abono de natal (13% salário), que foi pago só uma parte, além de 32 milhões devidos aos servidores por conta de correção por quitação de salários com atraso nos anos de 1991 a 1994.

Aos Poderes Legislativo e Judiciário - e seus órgãos auxiliares, como o Tribunal de Contas -, havia um débito de 21,82 milhões. O restante eram dívidas com fornecedores, encargos sociais, certidões de crédito, empreiteiras e dívida pública com a União.

A despeito de termos conseguido incrementar a arrecadação tributária a partir de janeiro deste ano, a receita líquida mensal - que era de 57,12 milhões, passou para 63,52 milhões - não tem sido suficiente para cobrir as despesas correntes mensais com folha de salário, repasse aos Poderes, dívida pública, custeio operacional, gerando déficits mensais. Acrescenta-se aos déficits ocorridos a partir de janeiro de 1995 o estoque da dívida de curto prazo de 1994, comprometendo, por conseguinte, a governabilidade.

Torna-se necessário, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esclarecer a razão do aguçamento do desequilíbrio das finanças públicas do meu Estado a partir de janeiro deste ano. Várias vantagens salariais concedidas aos servidores passaram a ter efeito a partir de janeiro. A Lei Complementar nº 33/94 estabelece o cálculo das vantagens pessoais, como adicional de tempo de serviço sobre a remuneração total e não mais sobre o vencimento base. No final de 94, foi concedido o reajuste salarial médio de 35% a todos os servidores da administração direta, fundações e autarquias. Os repasses aos Poderes Legislativo e Judiciário tiveram um aumento de 169% na Lei orçamentária de 1995, cuja receita tributária foi superestimada.

Na execução orçamentária de 94, os gastos com repasses aos Poderes Legislativo e Judiciário comprometem 12% da receita líquida do Estado. Em 1995, esses mesmos gastos representaram 21.67% de janeiro até agosto, quase que dobrou o gasto com os Poderes.

Algumas categorias de servidores tiveram vários privilégios, como lei de produtividade, com vigência a partir de janeiro deste ano, para Procuradores, Fiscais, Delegados, Técnicos de Inspeção Animal e Vegetal. E outras categorias das empresas estatais firmaram acordos coletivos com ganhos significativos.

No período de janeiro a agosto, tivemos receita líquida acumulada de 460 milhões e despesas acumuladas de 592 milhões, acumulando, portanto, um

déficit fiscal de 132.23, que somado ao estoque de dívida flutuante de 94, de 226, resulta num déficit da ordem da ordem de 358.71.

Diante da lastimável situação dos atrasos salariais e não cumprimento das obrigações mínimas de repasses dos valores constitucionais aos Poderes, o pagamento dos fornecedores e os encargos da dívida com a União, não tive outra alternativa senão de recorrer no mês de maio - resisti janeiro, fevereiro, março e abril - tive que me curvar, ir a Banco privado e fazer operações diárias.

Nessa modalidade, foram tomados empréstimos junto aos Bancos privados 105,89 milhões para cobrir despesas inadiáveis. Atualmente, para uma receita líquida mensal de 64 milhões, comprometemos 91,40 com gasto de pessoal, incluindo aí, obviamente, todos os Poderes. Sendo 73.40 com a folha de salários do Poder Executivo e 18% com pessoal dos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas.

Adicionando o pagamento das dívidas com a União, amortização das AROs e custeio operacional dos três Poderes, superamos em mais de 50% o total da receita líquida mensal, estabelecendo-se uma situação de desequilíbrio insustentável, não permitindo que as funções mais elementares do Estado sejam cumpridas, ameaçando, por conseguinte, a tranquilidade de todos os mato-grossenses.

Os números mostram uma draconiana situação de insolvência com um déficit mensal em setembro de 32 milhões, que só pode ser resolvido com medidas drásticas de redução de dispêndios, aumento da arrecadação, ampla reforma estrutural da administração pública.

A origem do déficit situa-se nos grandes itens de despesas que são: gastos com salários, repasses constitucional aos Poderes, amortização de dívidas com a União, e agora também com Bancos privados, junto aos quais foram contraídas as ARO.

Notem bem, Srs. Senadores, que nem me referi aos investimentos em serviços em infra-estruturas, aspectos que mais interessam à população que elegeu a Frente de Cidadania e Desenvolvimento, composta por dez partidos políticos para administrar o nosso Estado.

2 - Medidas para retomar o equilíbrio das finanças;

Desde o início da minha gestão, tomei medidas para restabelecer o equilíbrio das finanças. Na área fazendária tem sido expedido um grande esforço para aumentar a arrecadação e já aumentamos, como disse anteriormente.

Desenvolve-se na Secretaria da Fazenda um programa de modernização que prevê a informatização de todo o sistema de fiscalização, arrecadação, interligando a sede central com os postos de fronteiras e Bancos arrecadadores e capacitação de recursos humanos.

Numa ação conjunta com a Procuradoria de Justiça, Ministério Público, Procuradoria-Geral do Estado e Secretaria da Fazenda, um forte conjunto de medidas foi desenvolvido para combater a sonegação e recuperação da dívida ativa. Mais de 172 ações foram ajuizadas, publicações dos nomes dos sonegadores nos principais jornais do Estado, pedidos de prisões preventivas de determinados empresários sonegadores. As medidas surtiram efeito positivo com incremento médio de 55.15% na receita tributária do primeiro semestre, comparada com o igual período anterior.

A despeito da forte compressão da demanda a partir do final do primeiro trimestre deste ano e dos problemas com a safra agrícola, em função da redução dos preços de mercado, política agrícola e da baixa conservação, tivemos a redução de 40,13%, como já disse.

A partir do mês de maio implementou-se um amplo esforço para redução da despesa de pessoal. Foram demitidos mais de 7 mil servidores, cujos contratos foram anulados por terem sido nomeados sem concurso público, após a Constituição de 1988. Na segunda fase desse processo de readequação de despesas, cada órgão recebeu metas de redução de pessoal, especialmente aquelas empresas onde os servidores não gozam da estabilidade constitucional.

Foram suspensos os efeitos da Lei Complementar nº 33 que altera a base para cálculo de vantagens por tempo de serviço. Serão revistas, nos próximos 20 dias, todas as produtividades pagas atualmente para as diversas categorias de servidores. Os servidores da área da arrecadação, para os senhores terem uma idéia, muitos deles passam 2 dias, 3 dias em Mato Grosso, alcançam os pontos, porque multam as empresas maiores, a produtividade é tomada de forma coletiva e voltam para São Paulo, para o Rio, vão para a praia e nós ficamos pagando o pato, desculpando o termo.

Determinei à Secretaria de Administração promover rigorosa auditoria jurídica em todas as folhas de pagamento, a fim de retirar algumas possíveis irregularidades, como também anular o crescimento vegetativo mensal da folha. Autorizei a redução dos salários do Governador, dos Secretários de Estado, ocupantes de cargos DAS, gerando uma redução

em cadeia dos altos salários de algumas categorias. Isso nós estamos reduzindo. Meu salário era de 6 mil e estamos reduzindo para 4.800, de acordo com o próprio Tribunal de Contas.

Os efeitos das medidas se fizeram sentir. A folha de salários do mês de agosto foi reduzida de 47,5 milhões para 42,35 milhões, e a de setembro deve ser reduzida para algo em torno de 39 milhões de reais. A meta é reduzir os gastos de pessoal do Poder Executivo para 35 milhões até janeiro de 1996.

Para 1996 optamos pelo realismo orçamentário - está havendo uma crise danada lá porque os Poderes estão reclamando que estou tentando inviabilizá-los - enviando um projeto de lei orçamentária à Assembléia que destaca o equilíbrio fiscal e orçamentário como condição básica para que o Governo estadual possa retomar sua capacidade de investir em infra-estrutura e serviços, que é o que a sociedade exige. A peça orçamentária prevê forte redução nos gastos governamentais com pessoal, custeio operacional, repasse aos poderes e aos seus órgãos auxiliares.

Nomeei uma Comissão especial e criei a secretaria extraordinária de modernização e de privatização, para elaborar um amplo programa de modernização do Estado e de parcerias com o setor privado. Este programa prevê a liquidação e extinção, reengenharia de algumas autarquias, fundações, empresas e privatização de alguns serviços atualmente executados pelos estados. Os setores que poderão ter seus serviços privatizados são a Companhia de Mineração, de Energia Elétrica, Águas e Esgotos, Rodovias Estaduais e o Banco Estadual. Os técnicos da Comissão já se reuniram com a diretoria do BNDES, com a qual firmaremos convênio para consultoria técnica para implantação do programa. Enviamos carta-consulta à FINEPE para implantação do Programa de Gestão da Qualidade Total, iniciando pelas Secretarias de Administração, Fazenda e Planejamento.

Pessoalmente, mantive reunião com diretores do Banco Mundial e do BID para preparação do projeto de financiamento do Programa de Modernização do Estado e mantive também reunião com os consultores, Dr. Rafael de Almeida Magalhães e Eliezer Batista que contribuirão para os programas estratégicos do desenvolvimento do estado.

Naturalmente, tenho consciência de que a saída dessa situação passa por uma ampla reforma do Estado. É definido seu novo papel de indutor, estabelecendo mecanismos de controle social, regulador

e fiscalizador da qualidade do serviço, garantindo sua universalização a todo segmento da população. Todavia, entre o velho modelo de estado empreendedor e o novo perfil de estado indutor, regulador e fiscalizador, existe, como eu já disse, uma travessia que precisa ser feita com eficiência e agilidade, sob o risco de se perder o momento histórico de resgataremos a profunda dívida social com a classe trabalhadora brasileira.

Essa travessia deve ser iniciada imediatamente numa ampla parceria entre União, Estados e Municípios. No curto prazo, a readequação dos custos do aparelho administrativo dos Estados e a recuperação de sua capacidade de investir é condição básica para migrarmos para o novo modelo de estado. Estou certo de que para a solução do problema estrutural, comum a todos os estados, a participação do Executivo Federal e o Congresso Nacional é de fundamental importância, posto que, a situação atual do comprometimento das receitas deve-se em parte à:

a - grande elevação das taxas de juros estabelecidas como uma das âncoras de estabilização da economia;

b - exclusão de parcela considerável dos débitos dos estados na renegociação estabelecida nas Leis nºs 7.926 e 8.727 e

c - dos limites do comprometimento da receita líquida definida na Resolução nº 011 do Senado Federal.

Assim, conclamo este Senado Federal a participar dessa importante transição, encaminhando as seguintes alternativas de solução para os graves problemas de curto prazo por que Mato Grosso, como de resto todos os Estados da Federação, passa:

1 - revisão dos critérios para definição dos limites de endividamento atual, de 11% da receita corrente líquida;

2 - inclusão das dívidas excluídas pela Leis 7.976 e 8.727 (dívidas das estatais, da habitação, parcelamento de FGTS e INSS), no limite de 11% do desenvolvimento dos Estados e talvez até diminuir esse patamar de 11 para 9 ou para outro valor, de comum acordo com o Senado e com a própria equipe econômica do Governo Federal;

3 - reescalonamento das dívidas de empresas estatais, ajustando-as ao limite de 11% do comprometimento da receita tributária líquida;

3.1 - renegociar a dívida da Cemat com o sistema Eletrobrás-Eletronorte, utilizando as CRCs pelo valor de face -porque o

Governo Federal quer aceitar, mas está dando um deságio da ordem de 70%, que fica extremamente pesado para nós - e prazo de carência, que permitirá o saneamento da empresa, preparando-a para o processo de abertura do seu capital à iniciativa privada;

3.2 - renegociar as dívidas da Saneamat, empresa de saneamento, relativas a encargos sociais federais - de um total de R\$75 milhões, as parcelas já vencidas e não pagas somam 36 milhões e a empresa encontra-se em processo de saneamento financeiro, tendo demitido 800 empregados, de um total de 2.400, e enxugado todas as despesas.

Essas duas empresas são fundamentais para serem ajustadas e saneadas, até para que a gente possa abrir seus capitais para parceria com o setor privado.

4 - que a União aceite, para pagamento de dívida dos Estados, a compensação dos créditos que os Estados possuem com o Governo Federal. No caso de Mato Grosso, esse crédito, hoje, monta o valor de R\$83 milhões, relativos a investimentos feitos em pavimentação de rodovias federais, há alguns anos, porque nós, Estados pobres, realizamos pavimentação em rodovias federais que, até hoje, o Governo da União não nos pagou.

Esses créditos podem ser utilizados para abater os desembolsos mensais a serem feitos à Secretaria do Tesouro Nacional, com o que, tenho certeza, Murilo Portugal, aqui presente, vai concordar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra, a Senadora Júnia Marise.

A SRA. JÚNIA MARISE - Sr. Presidente, Governador Dante de Oliveira, eu gostaria, após uma explanação realista com que V. Exª brindou este Plenário, de fazer algumas indagações a respeito da posição em que V. Exª coloca a questão da governabilidade dos Estados e particularmente do Estado do Mato Grosso.

Diante da pontuação destacada por V. Exª das necessidades imperativas de se fazerem algumas modificações - na redução das taxas de juros, nos limites de comprometimento da receita líquida, na revisão do teto de 11%, prazos de carência, enfim, algumas questões que serão importantes para a análise do Senado Federal -, gostaria de indagar de V.

Ex^a, diante das dificuldades enfrentadas pelo seu Governo, quais seriam os pontos que levaram efetivamente a essa preocupação e a essa realidade que V. Ex^a enfrenta, neste momento, para nos permitir avaliar essa situação. Se prosperar o **status quo** em que se encontram, deverão alguns Estados, inclusive o de V. Ex^a, chegar a uma situação de praticamente insolvência.

Indagaria se a questão do próprio modelo da estabilidade econômica adotada hoje seria o ponto fundamental.

Outros componentes que levam, efetivamente, os Estados, particularmente o Estado do Mato Grosso, a estar, neste momento, em situação de dificuldades e, a nível de adoções globais, macro, do próprio modelo econômico, gerenciado hoje pela equipe econômica do Governo Federal, quais seriam as sugestões de V. Ex^a para redução desse impacto tão drástico, tão violento na economia interna dos Estados do nosso País.

O SR. DANTE DE OLIVEIRA (Mato Grosso) - Senadora Júnia Marise, em primeiro lugar, todos nós temos que fazer uma análise bastante crítica do que ocorreu de distorções histórica ao longo dos anos da nossa história contemporânea. A verdade é que é muito diferente a realidade de hoje da realidade dos idos de 40, 50, ocasião em que o nosso grande líder Getúlio Vargas teve que criar empresas como a Petrobrás, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Eletrobrás, teve que bancar, através do Estado, os investimentos na nossa infra-estrutura econômica para o desenvolvimento industrial do Brasil.

Aquele era um modelo que obviamente levava a tudo ser encaminhado pelo Estado, que tinha que ser o gerente e o produtor do desenvolvimento. Com isso, vivemos o período de 40, 50, 60, período autoritário e inventaram também empresas estatais que se proliferaram, os famosos defensores do Estado mínimo foram os promotores das empresas brasileiras que pipocaram no período autoritário, não podemos nos esquecer disso, porque naquele momento achavam que dava mais agilidade, era melhor para pegar o dinheiro externo que estava em abundância no mundo. Enfim, hoje sentimos que temos que fazer uma profunda reflexão sobre o modelo anterior, construindo o modelo novo, onde o Estado possa perfeitamente sair de cena de algumas áreas de desenvolvimento. Por isso mesmo, ele tem que ficar mais enxuto e estamos, como governadores, defendendo a reforma administrativa exatamente para flexibilizar a estabilidade e poder liberar essa mão-de-obra, esses recursos humanos que terão que ser ne-

cessariamente liberados devido um novo modelo de Estado que estamos construindo. Se não flexibilizarmos a estabilidade, ficaremos engessados e com um modelo inviável.

São dois tempos distintos, um em que o Estado tinha que fazer tudo e este agora em que ele tem que ser controlador, fiscalizador da qualidade dos serviços e da sua universalização, indutor do desenvolvimento, não precisando estar em todas as áreas.

Acredito que se todos nós fizermos isso, poderemos estar construindo um instrumento mais ágil, mais rápido de ação pública e de interesse público. Ao mesmo tempo, acredito que o Governo Federal tem que mudar algumas políticas como a agrícola. Não é possível mais o Governo Federal fazer vista grossa para a política agrícola, quer dizer, todo o mundo subsidia a agricultura e devemos fazer o mesmo, mas não é subsidiar todo e qualquer projeto agropecuário e agrícola. Temos que, em um zoneamento agropecuário econômico do País inteiro, levantar as áreas para serem induzidas e o Governo definir quais são os produtos agrícolas que ele deseja, que é fundamental para o interesse nacional, e esses setores do empresariado que quiserem contribuir para a produção de determinados produtos que são fundamentais para o Brasil, estes serão subsidiados, incentivados.

Entendo que devemos mudar urgentemente a política agrícola e a política de juros altos para não arrebentar os Estados.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao nobre Senador Ernandes Amorim.

O SR. ERNANDES AMORIM - Sr. Presidente, Sr. Governador Dante de Oliveira, não acompanhei as discussões entre governadores e o Presidente da República, mas queria perguntar a V. Ex^a se a Caixa Econômica ou o Banco do Brasil têm critérios para fazer financiamentos, para emprestar dinheiro, porque sabemos que a maioria dos Estados estão endividados e não têm condições de pegar determinada quantia de dinheiro. O Governador diz que é uma troca de favores ou o apoio à aprovação das emendas. Pergunto a V. Ex^a qual o critério discutido para tomar esses empréstimos ou se tem que preencher determinados requisitos na área financeira? O Presidente vai dar esse dinheiro por outros meios ou é responsabilidade direta entre o Governo e o órgão financeiro?

O SR. DANTE DE OLIVEIRA (Mato Grosso) - Em primeiro lugar, V. Ex^a me conhece muito e a maioria dos governadores, creio que nós nunca iríamos fazer aqui Escola da Pastoral de São Francisco:

em direção ao Pacífico e vice-versa, reforçando o ideal da Integração Panamericana.

É de considerar, ademais, que para a viabilização desse ambicioso projeto, tudo o que carecia ser feito já o foi: assinatura de acordos diplomáticos, elaboração de projetos técnicos, estimativa de custos, estudos e análises das repercussões ambientais, superação dos obstáculos e objeções contrapostas ao projeto, construção do traçado básico da estrada. Só falta, mesmo, a vontade política a ser concretizada, do lado brasileiro, para liberação de pouco mais do que cerca de 150 a 200 milhões de dólares, correspondentes ao custo da conclusão da obra no território brasileiro.

Na verdade, no Brasil oferecem-se cerca de dez alternativas de interconexão com o Pacífico, sendo que, no caso, só considerarei as duas mais viáveis.

A primeira partindo de Santos, segue por São Paulo - Porto Velho-Rio Branco-Assis Brasil-Iñapari-Puerto Maldonado-Juliaca-Puno-Moquegua, até atingir os portos de Ilo e Matarani, no Peru.

Essa rota totaliza cerca de 5.800 Km, dos quais 4.574 Km ou 79% cortam o Território brasileiro, 1.226 Km ou 21% cortam o solo peruano.

A implantação do projeto de interconexão Atlântico e Pacífico, no nível em que se encontra hoje, já está concretizada em 70% do previsto, encontrando-se estes em operação com algumas limitações.

Os 30% que faltam referem-se à construção, melhoramento de trechos da rodovia, assim distribuídos: 5% no lado brasileiro; 25% no lado peruano.

O custo estimado para a conclusão dessa primeira alternativa é de 500 milhões de dólares, do lado peruano, 150 a 200 milhões de dólares, do lado brasileiro.

Na segunda alternativa, o acesso do Brasil ao Pacífico se dá via Bolívia/Chile/Peru.

Nesta segunda opção, a extensão da rota de interconexão dos portos de Santos e Ilo totaliza os 5.339 Km, sendo que ao atingir Porto Velho ela deriva para Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia, atinge Guayaramérin, percorre o território boliviano, alcança o território Chileno, ganhando, por fim, os portos de Iquique e Arica.

Nessa rota, tomando-se em conta, tão-somente a distância Porto Velho-Ilo, têm-se um total de 2.039 Km, dos quais 365 cortam o solo brasileiro; 1.178, o solo boliviano e chileno; 496 o solo peruano, até o porto de Ilo.

Não dispomos, ainda, da estimativa de custos desta segunda alternativa, uma vez que esta se encontra em fase de estudos no Ministério dos Transportes.

O que sabemos é que essa alternativa ganha preferência, sobretudo em Rondônia por duas razões: é menos extensa e, provavelmente, mais barata do que a primeira; sobretudo, a construção, do lado boliviano, parece caminhar mais célere do que do lado peruano.

Acreditamos, todavia, que ambas as alternativas, possam, a longo prazo vir a ser adotadas, visto que ambas oferecem vantagens distintas em relação aos diversificados interesses dos Estados do Centro-Oeste e do Norte do Brasil.

Essas, Srs. Senadores, são as grandes motivações que, de início, só empolgavam um punhado de empresários, mas que, hoje, entusiasmam e dinamizam praticamente toda a sociedade rondoniense.

Não faz muito, esses extraordinários bandeirantes do Brasil moderno ousaram demonstrar que as rodovias da primeira e segunda alternativas de acesso ao Pacífico já existem e são transitáveis, a despeito dos trechos precários que as integram.

Para tanto, formaram numerosa caravana e bem equipados de veículos possantes e de modernos instrumentos de comunicação à distância, largaram-se, ousados, em direção ao Pacífico.

Da primeira vez, desbravaram a rota mais árdua e precária, correspondente à alternativa 1, vale dizer, a que parte de Porto Velho atinge a fronteira do Acre com o Peru, para ganhar os Portos de Ilo e Matarani. Da segunda vez, afrontaram a alternativa 2, que consideram, hoje, a mais integradora e, também, de tráfego mais fácil. Assim, pois, largaram de Porto Velho, daí, se dirigiram a Guajará-Mirim, donde alcançaram Guayaramérin, em solo boliviano, chegando até La Paz, de onde seguiram para, sucessivamente, ganharem os Portos de Iquique e Arica, no Chile, e de Ilo e Matarani, no Peru.

Essa verdadeira epopéia, além de demonstrar a trafegabilidade das rotas descritas, puseram em evidência o anseio de integração que lavra nas populações fronteiriças.

Por onde passaram, os bandeirantes rondonienses eram recebidos festivamente por autoridades e integrantes das comunidades visitadas, delas recebendo incentivos e apelos no sentido de intensificarem e acelerarem o ritmo de implantação deste grandioso projeto. Ora, foi precisamente isso o que se intentou realizar no decurso do III Encontro de Integração e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil/Bolí-

via/Chile/Peru, havido em Porto Velho, nos dias 9, 10 e 11 do corrente.

A presença, no conclave, de altas autoridades das esferas política, diplomática e executiva dos quatro países, vieram confirmar que o projeto não exprime o interesse unilateral do Brasil, mas empolga, por igual, os setores representativos das comunidades fronteiriças.

A relação dos principais temas debatidos, tais como: " Corredores de Integração Acre/Rondônia/Bolívia/Chile e Peru; Portos de Integração: Brasil/Bolívia/Chile e Peru; Potencialidades do Acre e de Rondônia; Aeroportos de Integração: Acre/Rondônia/Bolívia/Chile e Peru; Corredores de Integração e Meio Ambiente; Zonas Francas Provedoras e Áreas de Livre Comércio dos Corredores de Integração estão a nos oferecer como que um painel da magnitude dos sonhos e dos objetivos ambiciosos das lideranças empresariais rondonienses.

Por outro lado, as palavras pronunciadas na Cerimônia de Abertura, pelo dinâmico Governador de Rondônia, Waldir Raupp, dão o tom do vigoroso apoio que os governos de Rondônia, do Acre e demais Estados Amazônicos emprestam ao empreendimento. Cito o Governador Waldir Raupp:

" Não há país rico com o povo isolado, nem povo isolado em país rico...

Precisamos fazer circular nossas mercadorias e proporcionar meios para que nossos homens empreendedores tenham lucros...

Tenho estimulado e lutado por essa grande causa de todos nós: a Integração Sul - Americana e a Saída para o Pacífico...

Esta Rodovia da Integração, não é apenas uma possibilidade, mas é a nossa possibilidade"

De minha parte, presente, também eu, no Encontro, tive o ensejo de reiterar meu fervoroso apoio a esse projeto, destacando que ele ganha progressivamente os contornos de um grande compromisso nacional.

Para alargar ainda mais suas repercussões, e para vincar mais profundamente o caráter nacional e não puramente regional, do projeto, propus que o IV Encontro Fronteiriço seja realizado em Brasília, assim como prontifiquei-me a levar ao Presidente Fernando Henrique Cardoso os resultados do III Encontro, afim de sensibiliza-lo a ampliar o apoio da União ao projeto.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o que melhor nos habilita a avaliar o alcance obtido por en-

contros como o de Porto Velho são seus resultados objetivos.

A Ata do Terceiro Encontro de Integração e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil/Bolívia/Chile/Peru, subscrita pelos participantes nacionais e estrangeiros e encabeçada por dois bandeirantes de primeira linha, que são os senhores Luiz Malheiro Tourinho, Presidente da Federação e Comércio de Rondônia e Miguel de Souza, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia, registra as seguintes reivindicações de medidas debatidas, votadas e aprovadas ao final do Encontro:

1 - Recomendar a constituição de um Comitê Permanente de desenvolvimento das rodovias bioceânicas, de preferência, constituída por membros de distintos Ministérios e Empresários;

2 - Lutar para que em cada país, a rodovia do Pacífico seja considerada projeto prioritário;

3 - Elaborar, a partir do Comitê Permanente, e por acordo dos respectivos países, um plano de desenvolvimento auto-sustentável para as áreas circunvizinhas à rodovia;

4 - A delegação do Brasil solicitou ao governo brasileiro a imediata recuperação/construção do trecho Rio Branco/Assis Brasil e construção das pontes sobre os rios Abunã/Madeira e Madeira-Mamoré;

5 - As delegações do Brasil e Chile solicitaram ao governo boliviano a recuperação das rodovias no Departamento de Beni e a pontes sobre o rio Yata e o asfaltamento de Guayaramerín a La Paz;

6 - As outras delegações, tendo em vista a exposição da Caravana, solicitam ao Governo peruano a possibilidade de recuperação do trecho Porto Maldonado/Inápari e a construção da ponte sobre o rio Madre de Dios, em Porto Maldonado;

7 - Recomendar aos respectivos governos a lutar para que seja criada uma comissão multilateral para a implementar medidas de simplificação do comércio e do trânsito de mercadorias, serviços e pessoas;

8 - Recomendar às comissões mistas existentes entre os quatro países a inclusão em suas agendas dos assuntos tratados.

Paralelamente, foi anunciado por integrantes da delegação boliviana a assinatura recente de Ato do Presidente da Bolívia, liberando 15 milhões de dólares para a construção de duas pontes na fronteira de Guayaramerín, assim como a decisão governamental de efetuar o imediato levantamento do "grade" da rodovia boliviana, em seu trecho alagável, e, também, o ençascalhamento de 400 km da mesma rodovia, em seu trecho mais precário.

"É dando que se recebe". Eu não aceitaria isso nunca, vou continuar defendendo o que sempre defendi e o que acredito, independente se vai ora ao encontro do programa do Governo Federal ou ora em oposição a este. Mas o que nós estamos discutindo com o Governo Federal, paralelamente aos trabalhos da Comissão do Senado, o Governo Federal também vem conversando com os governadores, e na reunião que foi promovida no Palácio da Alvorada, de todos os governadores com o Presidente da República, Sua Excelência nomeou o Ministro Pedro Malan para cuidar da dívida dos Estados. O que pode fazer com cada Estado para exatamente construir uma travessia a fim de que possamos sair dessa situação para uma outra menos dramática, isso o Ministro Pedro Malan está autorizado a fazê-lo. A última vez que conversei com S. Ex^a, na semana passada, disse que tem se debruçado nos números, juntamente com o Secretário Pedro Parente, com o Secretário do Tesouro Murilo Portugal, os números também são dramáticos de todo volume dos Estados, e, até que possam ter uma solução geral, abriria um empréstimo ponte emergencial, junto à Caixa Econômica Federal, para alguns Estados que estão em situação caótica.

A minha situação o Brasil inteiro sabe. Na semana passada, tive que lançar mão das pantanetas, um título, uma certidão de crédito para pagar os servidores, onde metade do valor de cada servidor, ele ia ao banco fazer uma operação bancária e nós nos responsabilizávamos por essa operação e a outra metade entrega ao comércio e este último recolhe o ICMS com este título. Eu tinha uma dívida de 21 que chegou a 25, porque fiquei responsável pelos juros da operação. Mas com isso pelo menos demos um alívio para o comércio e servidores. Então essa é situação de todos os Estados. Como já está no final do ano, o empréstimo de AROs, V. Ex^a sabe, nós teríamos que pagar até dezembro, é um empréstimo emergencial apenas para atravessar mais alguns dias até que o Presidente da República, com o Ministro Pedro Malan e a área econômica, façam uma proposta de alongamento dessas dívidas de curto prazo que estão nos sufocando e matando dia a dia.

O SR. ERNANDES AMORIM - A pergunta é a seguinte. Trata-se agora do problema dos governadores e todos têm problemas dentro do seus Estados com os seus municípios, o que se faz com os municípios que têm problemas? E, em relação ao salário, V. Ex^a diz que baixou de R\$6 mil para R\$4 mil o seu salário, eu não sei que nome dou a esse comportamento em baixar de R\$6 mil para R\$4 mil

um salário de um governador, sabendo que, deve acontecer no seu Estado, o Tribunal de Justiça, a Assembléia, a MP e outros órgãos ganham muito mais. Não seria mais importante V. Ex^a chegar e dizer que foi resolvido o problema dos que ganham mais ao invés de chegar e dizer que baixou de R\$6 mil para R\$4 mil?

O SR. DANTE DE OLIVEIRA (Mato Grosso) - Vou lhe explicar. Não é nem o meu salário que interessa para a diminuição da folha do Executivo, Senador Ernandes Amorim. Como os salários de uma parcela que ganha mais do grupo TARF(?) de arrecadação, de procuradores, de delegados que têm isonomia com procuradores e outros que estão vinculados ao salário do Secretário. Quando você reduz o salário do Secretário, você reduz a folha. Não estou reduzindo só o meu e o do Secretário, porque isso não seria economia nenhuma, mas estamos reduzindo o nosso para reduzir o da folha. Qual é o impacto disso? Ainda estamos nos exemplos, através do computador, pois teremos que fazer essa redução - que já foi feita -, e será retroativa a 1º de janeiro deste ano. Então, haverá um impacto de diminuição naqueles créditos que os servidores têm comigo e com o Estado. Por quê? Porque, ao reduzir, tenho que cumprir a resolução da Assembléia Legislativa, que fixa no final do ano o salário do Governador e do Secretário para o ano vindouro.

De acordo com o Tribunal de Contas, tenho que reduzir e fazer retroativo a 1º de fevereiro deste ano. Então, vamos conseguir uma boa economia na folha global. Estou evitando demissões; quero evitar o máximo de demissões e reduzir o custo da folha, atacando os grandes e privilegiados salários.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Muito obrigado, Governador Dante de Oliveira.

Concedo a palavra ao próximo Governador, Governador de Minas Gerais, Dr. Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (Minas Gerais) - Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Srs. Governadores, a situação de Minas Gerais já foi exposta aqui há alguns dias pelo nosso Secretário da Fazenda, mas desejo acrescentar mais alguns dos dados mais atualizados.

A nossa dívida mobiliária é da ordem, hoje, de U\$6,0 bilhões, tendo evoluído de 4,7 em janeiro, quando tomei posse, para U\$6,0 bilhões, evidentemente, sem nenhum lançamento novo, apenas com os juros que são colocados em altas taxas. Eu diria que é uma transferência de recursos públicos para a área privada, pois esses recursos vão, evidentemente,

te, para os bancos privados que financiam a dívida mobiliária do País.

Essa dívida não teve nenhum lançamento novo desde 1987. Não é só agora no meu Governo, é evidente que desde 87 não tem lançamento novo, e o crescimento é todo em virtude da falta de uma definição final sobre essa questão.

A dívida contratual de Minas Gerais é da ordem de US\$2,5 bilhões, significando 3,5 da nossa receita ao pagamento mensal. Temos ainda algumas operações de AROs que foram feitas esse ano, em caráter mais emergencial como todos os outros Estados.

A questão da administração indireta não tem dívidas significativas, as nossas empresas de energia, de habitação, de água, não têm grandes dívidas e estão em dia com suas obrigações.

Portanto, parece-me que no caso de Minas temos uma questão mais centrada na dívida mobiliária. Ela vem sendo discutida, e é uma questão de reconhecermos que o Presidente Fernando Henrique Cardoso e a equipe econômica estão abertos ao diálogo, não só nas reuniões já realizadas com os Governadores, mas nas reuniões paralelas, individuais, com os Secretários da Fazenda e do Planejamento. Assim, o que temos a colocar é que a dívida mobiliária precisa de uma solução rápida. Esse é o ponto. Mas as negociações estão acontecendo, e o nosso objetivo é que pudéssemos ter para essa dívida mobiliária um tratamento semelhante ao que tem a dívida externa do Brasil.

Portanto, a questão do limite de comprometimento para os Estados - evidente que não me interessa apenas que Minas Gerais esteja em uma situação sob controle, mas me interessa que todo o Brasil esteja em uma situação sob controle - têm, não só os nossos Estados vizinhos, mas todo o País, evidentemente, deveres e compromissos que são de todo o povo brasileiro. Defendo realmente que possamos ter um tratamento desse percentual da dívida dos Estados, mesmo no caso de Minas, que se somando inclusive a dívida mobiliária e a dívida contratual, tenhamos um comprometimento ainda alguém dos 11% que hoje são colocados. Mas defendo que haja uma modificação desse percentual, em nome da maioria dos Estados brasileiros.

Vejo, ainda que temos que analisar por que os Estados estão com dificuldade. Estão todos. Minas Gerais tem a sua despesa de pessoal com 73% de toda a receita. Por que chegamos a esse ponto? Porque aconteceram dois fatos, e um deles positivo. Com a vinda do Plano Real houve um inegável reconhecimento da necessidade de melhoria do salário

dos funcionários públicos, e os funcionários públicos tiveram reajustes superiores à inflação, portanto, com ganhos reais.

Outro ponto é o da dívida, ou seja, dos juros excessivos, que são altos demais, e o fato de ser um correligionário do Presidente, não me dá nenhum constrangimento em dizer que os juros estão realmente elevados. Defendo que haja uma revisão na dose da forte elevação de juros que tivemos.

A questão do pessoal deve ser vista pelo ângulo do crescimento vegetativo, e o de Minas Gerais é da ordem de 12%/ano, um crescimento natural, ou seja, algo em torno de 1% ao mês, menos de 1% um pouquinho para poder chegar aos 12%. Isso ocorre em virtude - como já colocaram os Governadores anteriormente - de uma série de leis que nós temos e de alguns benefícios que eu defendo sejam alterados, que são os chamados excessos da relação que existe entre os Governos e os funcionários públicos. Por isso defendo, também, a aprovação da reforma administrativa, como está proposta pelo Governo Federal, reconhecendo que a questão da estabilidade não está calcada apenas na possibilidade de se fazer demissões. Eu diria até, no caso de Minas, que não há perspectivas de demissões, mas perspectivas de não contratação futura. A partir do momento em que não havendo a acomodação que a estabilidade gera, os funcionários terão mais assiduidade e, sem dúvida, o serviço público será melhorado. Nesse caso, não precisaremos contratar novos funcionários, porque aqueles que estão hoje conseguirão uma melhor produtividade.

O meu enfoque em cima da revisão ou da flexibilização da estabilidade é exatamente o da valorização do emprego. Este é o meu ponto que me leva à defesa da mudança do aspecto da estabilidade na Constituição. E outros pontos importantes estão também colocados, evidentemente, na reforma administrativa e que, ainda assim, não termina as questões da necessidade de mudança. A reforma previdenciária é evidente que precisa ser aprovada também em nome do corte dos excessos, em nome do corte das aposentadorias precoces ou das aposentadorias de valores elevados.

Desejo, portanto, aqui, colocar a visão do Estado de Minas Gerais de que há necessidade rápida de uma solução quanto à questão da dívida dos Estados. É muito difícil para qualquer Governador ter que paralisar uma estrada ou pior, paralisar uma obra de um hospital, ou ter que piorar a manutenção do funcionamento de um órgão público, porque precisamos quitar as dívidas que temos, especialmente

a questão da dívida mobiliária, no nosso caso. E ela vem com prioridade em cima das outras despesas, simplesmente porque se não pagarmos essas dívidas não teremos crédito para nenhum outro recurso, seja federal ou internacional. Portanto, é uma situação difícil para qualquer Governador.

Acrescento ainda o reconhecimento que deve ser feito, no sentido de que houve um inegável acréscimo da arrecadação dos Estados após o Plano Real. O acréscimo foi com a entrada do Plano Real. Hoje temos uma receita em Minas Gerais que está estável desde dezembro do ano passado, aproximadamente. Houve um crescimento imediatamente após o Plano; julho, agosto e setembro. Depois, praticamente, houve uma estabilização - em vista de alguma inflação ainda residual, pequena felizmente -, mas significa uma perda real nesse período do ano passado para cá. Esse acréscimo de arrecadação, em algum momento, possibilitou, talvez, um excesso também de reajustes aos funcionários, fazendo com que a maioria dos Estados esteja, hoje, em situação realmente superior ao índice inflacionário de 65%. E a outra parte, evidentemente, é o crescimento vegetativo de que eu já falei.

A questão, portanto, de analisarmos a dívida deve ser feita também sob a luz da justiça. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, volto a dizer, tem colocado a sua equipe à disposição da busca de uma solução. É evidente que gostaríamos que a solução já estivesse sido atingida, mas são situações diferentes de cada Estado. Alguns têm uma dívida maior na área contratual, outros na dívida mobiliária, outros na ARO, e outros têm ainda dificuldades maiores com as suas empresas indiretas. De maneira que a visão da negociação, me parece, que deva ter um aspecto global, mas também algumas pessoas que são mais individuais de cada Estado.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Governador, eu queria algumas informações. O Senado tem sido muito condescendente com a rolagem dos títulos públicos. O Senhor sabe que neste ano praticamente todos os Estados rolaram 100% dos títulos públicos.

Agora, o estado que tem uma dívida contratual pequena foi altamente beneficiado por essa atitude do Senado que, ao rolar os títulos públicos, fez com que estados que devem bastante pagassem pouco. Só para ter uma idéia, o Estado de São Paulo tem uma dívida contratual que custa menos de 1% da

sua receita, enquanto que o Maranhão paga 11% da sua receita com dívida contratual. A outra parte da dívida de São Paulo é de título público, como está sendo rolado 100%... Então, o Estado de São Paulo paga 1% da sua receita de dívida e o Maranhão paga 11%;, o Mato Grosso paga 12% da dívida contratual. Ainda assim o Senhor acha que o Governo Federal tem que tomar alguma atitude com relação à dívida desses Estados? Porque melhor do que isso só o Nirvana, só o céu.

Segunda pergunta: o Estado de Minas Gerais está lançando debêntures - vi alguma coisa no jornal a esse respeito - isto é endividamento público ou não? Se é endividamento público, porque é que não passou pelo Senado?

Eram as duas perguntas que eu queira fazer.

O SR. EDUARDO AZEREDO (Minas Gerais) - Sr. Senador, primeiro, eu gostaria de colocar que a questão da rolagem da dívida 100% não foi iniciada por Minas Gerais. O primeiro Estado que obteve, no Senado Federal, a rolagem de 100%, foi o Estado do Rio Grande do Sul, e quando Minas Gerais, atentamente, evidentemente, aos interesses dos Estados nós verificamos que havia esta opção, então evidentemente pleiteamos, com apoio de Senadores de Minas, aqui presentes, de Senadores, na sua maioria que aprovam, foi feita a rolagem de 100%.

O fato de termos a dívida contratual menor do que outros estados, na verdade não significa que não devemos nos preocupar com a dívida mobiliária ou com a dívida total do Estado.

A dívida contratual de Minas significa o seu pagamento mensal, algo em torno de 3,5%, e é da ordem de 2,5 milhões, como coloquei. E a dívida imobiliária vem sendo rolada com custo para o Estado. Nós pagamos ao Banco Central cerca de R\$20 milhões ao mês, com uma taxa que o Banco Central cobra por essa rolagem que está sendo feita depois da troca de títulos estaduais pelos títulos federais.

Não acho que estamos em nenhuma Nirvana. É uma questão individual de cada estado. Acho que estamos pagando uma dívida de juros que é superior a 10%, no aspecto global, se somarmos a dívida diária. A questão da dívida imobiliária não pode continuar sem uma solução. Volto a dizer: são recursos públicos que estão sendo canalizados para o setor privado, porque quem financia dívida imobiliária são os bancos privados do Brasil. Então, a solução tem que ser obtida. Aí a nossa urgência, não só pelo que pagamos ao mês, mas também para uma solução que é necessária.

Com relação à questão geral do gerenciamento das finanças em Minas, nós temos - e o Senhor talvez tenha conhecimento - uma idéia pioneira que está sendo lançada da criação de uma caixa de amortização da dívida, lastreada em ações de empresas mineiras e que está agora em discussão na Assembléia Legislativa, que dará muito mais flexibilidade para o Estado poder administrar a sua dívida. Ao mesmo tempo, o lançamento de debêntures não configura um endividamento, ele é feito especialmente no mercado internacional; já foi realizado no ano passado com o lançamento de euro-bônus, lastreado em ações da CEMIG, pelo governo de Minas, e nos parece que é uma alternativa muito válida e que mostra que existe sempre uma engenharia financeira que pode ser explorada dentro da realidade que o Brasil vive.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sr. Presidente, só mais uma pergunta.

Essas debêntures, se vão ser vendidas, terão que ser pagas. Ninguém compra debêntures e depois não quer receber. Pode ser que - cá entre nós, da Comissão de Assuntos Econômicos - isto é dívida. Alguém vai ter que pagar esta conta. Mas eu queria ouvir qual é a sua sugestão, porque isto nos interessa muito, Sr. Governador, para resolver o problema da dívida mobiliária. Isso é importantíssimo. Porque se resolvermos esse problema, o dos outros estados fica fácil de resolver, porque é pouco dinheiro.

O SR. EDUARDO AZEREDO (Minas Gerais) - A proposta de Minas Gerais já foi feita ao Governo, através do Ministério da Fazenda, e já vem sendo analisada. Trata-se de uma proposta que se baseia, em uma parte, na securitização e, na outra parte, em pagamento com ativos do Governo. É uma proposta que está sendo analisada dentro do Governo Federal. Os detalhes maiores estão evidentemente ligados à nossa área financeira do Estado. É uma proposta que busca a solução definitiva para que se acabe com a situação que existe atualmente.

Propomos que a cobrança de uma taxa pelo Banco Central pela troca dos títulos estaduais pelos títulos federais seja extinta, porque ela hoje é responsável pelo pagamento significativo que estamos fazendo mensalmente. É uma proposta que caminha bem e está no âmbito dos quatro Estados.

O SR. RELATOR (Carlos Bezerra) - Governador, permite-me um aparte?

O SR. EDUARDO AZEREDO (Minas Gerais) - Sim.

O SR. RELATOR (Carlos Bezerra) - É só para colocar que amanhã, às 10h, na Sala 15, com a pre-

sença de representantes - Secretários de Planejamento - de Minas, de São Paulo, do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro será feita uma reunião com a relatoria da Comissão para discutirem as propostas sobre a dívida mobiliária. Aqueles Senadores que se interessarem - é uma reunião extra-oficial - podem participar da mesma, na Sala 15 do pavilhão das Comissões do Senado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (Minas Gerais) - Eu gostaria apenas de colocar a questão dos debêntures, que me parece que não ficou muito clara. É um processo feito com toda a aprovação dos órgãos que devem aprovar esse lançamento. Não lançamos ainda debêntures neste ano. O Governo de Minas lançou-os no ano passado, dentro de todos os critérios legais.

A SRA. JÚNIA MARISE - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra à Senadora Júnia Marise.

A SRA. JÚNIA MARISE - Sr. Governador Eduardo Azeredo, inicialmente enfoco a forma com que V. Ex^a vem criteriosamente, nesses seus primeiros meses de governo, deliberando sobre as questões de interesse do Estado de Minas Gerais, particularmente no que se refere ao setor administrativo, porque não assistimos, após a posse de V. Ex^a, a nenhuma avalanche, no setor do funcionalismo público, de empreguismo acentuado, o que certamente ocorre ao nível do governo. Mas V. Ex^a, com a sua imagem de seriedade na condução dessas questões, tem procurado contabilizar essa cena administrativa em relação às questões dos servidores públicos.

Certamente a questão da rolagem da dívida, como V. Ex^a acentuou, não deve ser discutida, nesse momento, de forma individualista em relação a este ou àquele Estado. Eu já acentuava, no mês de junho, a necessidade da realização de um fórum de governadores, para que o Senado, com a nossa responsabilidade, pudéssemos efetivamente debater sobre todas essas questões e, ao final, pudéssemos orientar-nos para o futuro, no que diz respeito à definição da correção dos percentuais a serem definidos para a questão da rolagem da dívida.

Algumas questões que certamente seriam de importância para um novo esclarecimento e informação de V. Ex^a dizem respeito a um quadro em que o modelo da estabilidade econômica e o Plano Real, pelo que se nota em torno dos Estados, atingiu uns de forma mais acentuada, outros de forma menos acentuada, mas certamente atingiu os Estados brasileiros, principalmente no que se refere à questão

da arrecadação, até porque o setor produtivo e as empresas têm dado mostras das suas dificuldades, com concordatas e falências. Isso tem ocorrido no Brasil inteiro e também no nosso Estado de Minas Gerais, lamentavelmente; com empresas de grande porte, de grande tradição no nosso Estado e que chegaram ao fechamento das suas portas, ao encerramento das suas funções.

Uma das perguntas que eu gostaria de fazer a V. Ex^a é se esse quadro de dificuldade estendeu-se à questão da arrecadação de Minas Gerais, porque informações anteriores davam conta de que, nos últimos três ou quatro meses, ocorreu uma queda, parece-me de 3, 4, 5%, o que deve ter criado dificuldades para o Tesouro estadual.

A outra questão, Governador, diz respeito à privatização do Banco Crédito Real. Chegaram até nós algumas informações de que o referido Banco, como instituição financeira, já está praticamente todo saneado e que é um banco saudável e de grande tradição em Minas Gerais, como V. Ex^a bem o sabe, e que já está com todos os processos adiantados para a sua privatização, o que, segundo as notícias, poderá ocorrer até o próximo ano.

Gostaria de indagar de V. Ex^a se o Banco Crédito Real está efetivamente saneado. É um banco que não tem causado nenhuma dificuldade de ordem econômica e financeira para o nosso Estado. Gostaria de saber se há ainda algum endividamento grande em relação ao setor produtivo, às empresas; se existem dívidas efetivamente altas em relação ao Banco Crédito Real e se essa instituição ainda poderia ser salva por V. Ex^a, permitindo que ela continuasse com a sua tradição de banco estatal.

A outra indagação diz respeito aos debêntures da CEMIG. Já há estudos para a sua venda, a sua colocação no mercado, mas gostaríamos de saber de V. Ex^a se o controle acionário da CEMIG permanecerá com o Governo do Estado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (Minas Gerais) - Senadora Júnia Marise, agradeço as suas palavras.

Sobre a questão inicial, a arrecadação, já tive oportunidade de fazer referência. Tivemos um crescimento em torno de 40% no primeiro momento do Plano Real. Depois, houve uma estabilização da arrecadação de Minas, evidentemente com um pico no mês de janeiro, o que acontece em virtude do décimo terceiro; uma queda em fevereiro, pelo número de dias úteis, que é menor. Depois, em março, abril, maio, junho e julho, tudo ficou praticamente igual. Houve uma queda no mês de agosto da ordem de 5%, que foi exatamente o ponto principal que tive-

mos, eu diria assim, de arrocho financeiro, instituído a partir do mês de abril e depois que o próprio Governo tomou uma série de medidas para diminuir a taxa de juros. Em setembro, voltamos a recuperar o que tínhamos perdido no mês de agosto.

Portanto, a arrecadação está muito estável. Houve uma queda no mês de agosto de 5% e uma volta, no mês de setembro, ao patamar anterior. Esperamos que melhore daqui em diante.

O Governo de Minas tem tomado várias iniciativas no que se refere à busca de aumento da arrecadação e de controle de gastos. O aumento da arrecadação passa por uma campanha efetiva de fiscalização - troca de nota fiscal por "raspadinha", prêmios, fazendo com que a população se interesse mais em exercer a sua fiscalização, pedindo a nota fiscal. Infelizmente, o brasileiro não tem a cultura de pedir a nota fiscal, e a sonegação é extremamente elevada em todo o País.

Essa, portanto, é uma campanha forte que estamos fazendo juntamente com os Municípios, seguindo o exemplo do Rio Grande do Sul. Copiamos o Rio Grande do Sul também nesse aspecto e não só na questão da rolagem da dívida. Temos uma revisão de toda a máquina fazendária, já em andamento, da estrutura da Secretaria de Fazenda, para também ser mais ágil do ponto de vista de equipamentos e do seu funcionamento como um todo. Temos a questão da privatização do Credireal, já aprovada em primeira votação pela Assembléia Legislativa. Minas Gerais tem dois bancos oficiais comerciais: o Credireal e o Bemge.

O Credireal passou, no Governo Hélio Garcia, por todo um processo de saneamento, diminuição de agências, diminuição de número de funcionários. Hoje, é realmente um banco em ótima situação, uma situação muito boa, estável, com toda confiança dos depositantes. E entendemos que, ainda mais tendo dois bancos, não há realmente sentido em o Estado de Minas Gerais continuar com a sua propriedade. O processo caminha e deverá ser o primeiro banco oficial privatizado no Brasil - há previsão de que isso possa ser feito até o mês de fevereiro.

Por outro lado, estamos com a debição firme de mantermos o controle acionário da Cemig. A Cemig não será privatizada, apenas não vemos necessidade de que fique com a totalidade das ações nas mãos do Governo. Temos, hoje, cerca de 13% das ações preferenciais na bolsa e a intenção do Governo é manter os 51%, mas poder alienar, também, parte dessas ações que não lhe contribuem em

nada, do ponto de vista da execução das funções da Cemig.

Quero falar um pouco mais sobre a questão do banco. Não vejo, realmente, nenhum sentido, hoje, em termos bancos estaduais oficiais. Não tenho condição de fazer nenhum projeto específico do Governo de Estado de apoio, por exemplo, a microprodutor ou, na área rural, com os bancos oficiais que temos.

Pude até contar uma situação que foi a única em que, como Governador de Estado, fiz alguma interferência junto à Presidência do banco, que tem uma direção profissional. Foi a questão de um time de futebol, o Atlético Mineiro, em que fui criticado porque estava pedindo ao banco oficial para que emprestasse dinheiro para o esporte; era uma empréstimo, como é, com todas as garantias, já que a garantia é a renda no estádio, que é o estádio do Governo de Estado.

A SRA. JÚNIA MARISE - Quero dizer a V. Ex^a que concordei plenamente, porque o Clube Atlético Mineiro, como V. Ex^a, é do meu coração.

O SR. EDUARDO AZEREDO (Minas Gerais) - É um pequeno exemplo de como a única interferência de Governador foi, na verdade, um ônus para Governo do Estado.

De maneira que a minha posição é muito clara em relação aos bancos oficiais. Não vejo realmente sentido, hoje, na existência de bancos oficiais estaduais no País.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Governador Eduardo Azeredo, quero ser breve, fazendo algumas indagações. Antes, porém, manifestando a nossa satisfação - nós de Minas e de todos os Estados que estão aqui representados - pelo pioneirismo com que o Estado, sobretudo no âmbito dos quatro estados (o clube dos quatro) ligados ao endividamento mobiliário, vem desenvolvendo os projetos a nível do Governo do Estado, com transparência, inclusive com a aprovação na Assembleia Legislativa do Estado, no sentido de equacionar o problema financeiro mineiro, servindo de exemplo para os outros Estados como estímulo, principalmente para os quatro Estados que estão envolvidos com a dívida mobiliária.

Gostaria que V. Ex^a aditasse alguma coisa sobre o que, efetivamente, está se fazendo sobre alienação de ativos, que não é uma solução, mas é um começo de alguma coisa no sentido de equacionar o problema do endividamento. Em que altura está a criação do órgão chamado Cadiv, que vai equacionar e administrar as ações da Cemig e do BEMG -

Banco do Estado de Minas Gerais, essas ações servindo de lastro para uma política de debêntures? O que o nosso Estado está fazendo, no sentido de enquadrar tanto quanto possível a economia informal na economia formalizada e conseqüentemente gerar recursos para o Tesouro? O que está se fazendo no campo da privatização? Essa privatização vai ou não atingir o Bemge, que está em muito boa situação, logo em condições de ser privatizado?

Ao mesmo tempo observo que todos nós, o Brasil inteiro, está discutindo o problema da reforma administrativa que se volta basicamente, segundo a opinião pública e sobretudo segundo o funcionalismo público, para o problema da estabilidade. O Governador do meu Estado declarou, há pouco, que não haverá exoneração no funcionalismo mineiro, haverá sim, e já está ocorrendo, uma política de valorização do emprego. Essa política, de certa forma, modificará nossa visão em relação à reforma administrativa que hoje está sendo decidida na Câmara, mas logo mais estará aqui para nos pronunciarmos. Quer pela exposição do Governador do Mato Grosso do Sul que designará uma Comissão para acompanhar o desempenho dos funcionários, quer pela exposição do Governador de meu Estado, percebo que S. Ex^{as} não pretendem exonerar, mas simplesmente valorizar o emprego. Não haverá, então, exoneração, logo o problema da estabilidade ficará reduzido a uma proporção muito pequena.

O SR. EDUARDO AZEREDO (Minas Gerais) - Senador Francelino Pereira, agradeço as suas palavras que me dão oportunidade de falar um pouco mais de nossas iniciativas de exoneração e de privatização do Estado com o objetivo de que o Governo se dedique às funções básicas - e é esse o meu entendimento -, ou seja, se dedique às questões de segurança, saúde, educação e infra-estrutura como um todo do nosso Estado.

Assim é que, além do que já coloquei em relação ao Credireal, também temos na área da energia elétrica já em construção as usinas de Garapava, que é feita em consórcio - a Cemig tem 15% apenas do investimento, as outras são grandes consumidoras de energia elétrica e depois a energia será colocada na rede da Cemig e por ela distribuída, e outras usinas de menor porte, também para consumidores, como é o caso das usinas de Guimarães, da Caue e da Acesita. Este é o modelo que queremos perseguir: uma parceria no segmento elétrico entre a iniciativa privada e o Governo do Estado.

Na área de hotelaria, por exemplo, Minas Gerais felizmente já não tem mais hotéis - o último, o

Grande Hotel de Araxá, foi arrendado no mês de junho depois de um amplo processo de licitação. Evidentemente essa também não é uma função de Governo. Já estamos com estudos avançados na área de concessões para que algumas estradas de grande movimento possam ser também licitadas dentro do sistema de concessão. Evidentemente, vamos contar, quando necessário, com a aprovação do Governo Federal, já que a maior parte das estradas de Minas Gerais são federais por ser um Estado central com 25% da malha rodoviária federal. Esses são alguns outros pontos.

Com relação à sonegação, realmente coloquei aqui a nossa campanha de conscientização da população, a mudança da estrutura da Secretaria da Fazenda com o envolvimento do Ministério Público e todo ele no processo de podermos ter uma melhor atuação da máquina de arrecadação. Com relação à privatização, que foi outro assunto colocado, me parece que já foi explicado. A questão da reforma administrativa, Senador, me parece extremamente importante. Não está atenta apenas à questão da estabilidade.

Ao mesmo tempo em que afirmo que não há um programa de exoneração em Minas Gerais, observo que a flexibilização da estabilização significará uma melhoria do serviço público e uma valorização no emprego e diminuirá a necessidade de novas contratações, portanto, terel uma diminuição do custo de pessoal, porque não contratarei mais, já que os atuais funcionários são suficientes. É evidentemente que estou falando em grandes números, claro que uma contratação ou outra sempre será necessário. Não temos pessoal, eu diria, em grandes excessos. Temos 220 mil funcionários na área da educação, mas são 3 milhões de alunos. É uma empresa de 220 mil professores e especialistas na área de educação. E temos mais 50 mil na nossa polícia: 40 mil na polícia militar e 10 mil na polícia civil. Nessas áreas, por exemplo, não há como reduzir pessoal.

Considero, então, muito importante a aprovação da reforma administrativa e falo aqui também, eu diria, com delegação da Federação das Microrregiões de Minas Gerais e da Associação dos Municípios Mineiros, que, por escrito, me pediram que intercedesse junto à busca de aprovação da reforma administrativa. E alguns Estados e alguns Municípios têm, evidentemente, um excesso de funcionários que pode ser modificado com essa mudança da Constituição em relação à estabilidade. De maneira que reitero a minha posição. Faça até um apelo para que o Congresso aprove, realmente, a Reforma Ad-

ministrativa. Quis dizer que não se está tratando de nenhuma providência de esmagar funcionário - ninguém está querendo fazer isso - quis apenas traduzir a opinião da maioria dos Governadores que querem ter melhores condições de administrar seu pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Sr. Senador Waldeck Ornelas.

O SR. WALDECK ORNELAS - Sr. Presidente, não desejo formular qualquer questão ao Governador de Minas Gerais, até porque, segundo consta, S. Ex^a vem cuidando com muito competência de encaminhar a questão financeira do seu Estado.

Desejo, no entanto, valer-me desta oportunidade para sublinhar o conteúdo da intervenção que foi feita pelo Senador Vilson Kleinübing que, na verdade, coloca a nu o caráter profundamente justo do ponto de vista federativo da atual regra vigente em relação à dívida dos Estados, na medida em que contempla apenas e tão-somente a dívida contratual, aquela existente entre os Estados e o Tesouro da União.

O Senado, efetivamente, só contribuirá para resolver o problema da dívida dos Estados na medida em que conseguir ultrapassar esse limite e tratar no seu conjunto a dívida das Unidades Federativas. Fora daí - isso talvez escape ao limite de nossa competência no âmbito da modificação da Resolução nº 11, de 1994 - é fundamental que nos entendimentos com o Executivo se trate não apenas de estabelecer uma regra geral, mas também que se considere todo o conjunto da dívida dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Muito obrigado, Governador.

Temos ainda sete Srs. Governadores em plenário e quero solicitar a V. Ex^{as} e aos Srs. Senadores que façam suas intervenções de forma mais breve possível, porque às 14 horas e 30 minutos será iniciada sessão ordinária do Senado.

Com a palavra, o Governador da Paraíba, Sr. José Targino Maranhão.

O SR. JOSÉ TARGINO MARANHÃO (Paraíba) - Sr. Presidente da Comissão de Economia do Senado, Srs. Senadores, Srs. Governadores, convocado para depor nesta Comissão a respeito da situação financeira do Estado da Paraíba em face das propostas de reforma tributária do Governo da República, vou procurar ser breve e fornecer algumas observações objetivas que certamente permitirão aos Srs. Senadores uma informação mais adequada da real situação financeira do Estado da Paraíba.

O drama que vive o Estado da Paraíba, praticamente, em nada difere dos demais Estados fede-

raços. Temos, ao longo desses nove meses de Governo - tanto eu quanto o saudoso Governador Antônio Mariz, que teve cerca de cinco meses à frente do Governo - procurado exercer uma administração financeira absolutamente austera, no sentido de manter o equilíbrio financeiro do Estado e a governabilidade. Tanto assim que, desde o começo do nosso mandato até hoje, temos resistido à tentação, à compulsão que é generalizada em todas as administrações estaduais, em face dos próprios limites estreitos que a situação do Tesouro nos impõe, aos empréstimos de curto prazo e de qualquer natureza. E estamos pagando rigorosamente em dia nossos compromissos: folha de pessoal, custeio, investimento, sem que até agora tenhamos recorrido a esses empréstimos. Mas a situação do Estado é uma situação difícil porque nada nos sobra para investimento.

Desde janeiro estamos publicando na imprensa, mensalmente, um balanço de toda a arrecadação e toda a despesa, procurando dar a maior transparência possível à nossa administração. Esse quadro demonstra, claramente, a situação em que se encontra o Estado da Paraíba. Temos uma despesa de 65%, em média com pessoal, sendo que este mês esse percentual foi elevado para 69,8% em virtude da queda de arrecadação. O nosso custeio está oscilando em torno de 9%. Neste mês, por força de uma pressão maior no sentido de se diminuírem os gastos, caímos para 8,39%. Esse quadro não nos permite fazer qualquer tipo de investimento, e as cobranças da sociedade, em face dos compromissos firmados na campanha, assim como a natural demanda por investimentos, têm nos deixado numa situação bastante difícil. É que temos um comprometimento com a rolagem da dívida em torno de 20%. A nossa média de amortização é de R\$11 milhões. Isso representa mais ou menos 1/5 da receita líquida do Estado da Paraíba. Essa dívida que para alguns Estados não tem a importância que tem para o Estado da Paraíba é, realmente, o ponto crítico das nossas dificuldades. Para se ter uma idéia, no primeiro semestre de 1994 essa dívida era de cerca de R\$1,187 bilhões; hoje, essa dívida se elevou a R\$1,558 bilhões, e já foi feita uma amortização correspondente a R\$134 milhões. Ela cresce porque as taxas de juros evoluem numa proporção muito maior do que a amortização que estamos fazendo, como já disse, rigorosamente em dia.

Fizemos alguns estudos verificando a repercussão de algumas medidas que são objeto de tramitação aqui no Senado. Fizemos em relação à pro-

posta do Senador Humberto Lucena, e se aprovada essa proposição teríamos as seguintes reduções.

Temos dívidas com o INSS, com o FGTS e com o Sistema de Habitação que, aprovada a proposição do Senador Humberto Lucena, sofreriam uma redução equivalente a 2,86, um valor absoluto de R\$1,69 bilhão.

A parte dos empréstimos de curto prazo - os chamados AROs - junto ao Banco do Brasil, que, repito, não foram contratados na atual administração, são de vinte anos atrás, teria uma redução de 3,76 e, em números absolutos, de R\$2,22 bilhões. E a mudança do limite de 11% para 9% resultaria em uma redução de R\$3,41 bilhões.

Mas qualquer das três hipóteses, sobretudo a última, nos permitiria alguma reserva para investimentos no Estado da Paraíba. Nós não temos como continuar enfrentando as pressões que a sociedade faz atualmente, nem nos resta mais nenhuma medida de contenção de despesa, de austeridade administrativa que possa nos garantir recursos adicionais.

Como V. Ex^{as} já ouviram, reduzimos o nosso custeio para 8%, conseguimos manter no patamar de 65% a despesa com pessoal e não fizemos qualquer concessão aos servidores públicos do Estado. Enfrentamos uma greve com os professores e conseguimos sair dela na base da negociação, do entendimento, sem que tenhamos feito qualquer concessão.

A transparência com que temos procurado governar o Estado nos permitiu obter a confiança da sociedade, inclusive daqueles que estão com os seus salários congelados há mais de um ano. De modo que quero me colocar à disposição do Senado para quaisquer outras informações adicionais.

O Estado da Paraíba tem um PIB menor do que o de muitos Estados nordestinos, mas nós conseguimos manter a arrecadação em bom nível. Conseguimos um incremento real, descontada a inflação, de 96,3 no ICMS. Enquanto isso, o FPE foi de apenas 16,5, o que dá uma média em torno de 32%, e a nossa folha de pessoal não cresceu mais do que 32%.

É em função disso que estamos conseguindo manter esse equilíbrio. Mas não temos mais para quem apelar, porque o crescimento vegetativo da folha é algo irrefreável, é algo impossível de ser controlado, uma vez que a legislação que está aí permite esses ganhos aos servidores públicos de qualquer Estado da Federação.

Por isso mesmo, parece-nos absolutamente recomendável que haja modificação da estrutura do Estado. Não somos daqueles que defendem a políti-

ca de arrocho ao servidor público do Estado. Acreditamos que é possível manter uma política de austeridade e, ao mesmo tempo, que o Estado melhore o seu desempenho pelo caminho da eficiência, pelo caminho do equilíbrio, pelo freio à "gastança", etc., mas entendemos que se faz absolutamente necessária a adaptação da estrutura jurídica do Estado às novas condições que estão vigendo no Brasil de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Muito obrigado, Governador.

Com a palavra o Governador de Pernambuco, Dr. Miguel Arraes.

O SR. MIGUEL ARRAES (Pernambuco) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Governadores, procuraremos ser breves, de acordo com a recomendação do Presidente, também porque os Governadores que me antecederam já falaram sobre a situação dos seus Estados que se parecem com a de Pernambuco. Pode haver diferenças de porcentagem a mais ou a menos na dívida, mas a situação dos Estados e dos Municípios segue o caminho do desequilíbrio crescente, porque esse desequilíbrio não vem apenas da dívida.

O peso da dívida se torna tanto mais forte quanto maior o desequilíbrio, que vem de longe, não é de hoje que esse desequilíbrio estrutural vai levar os Estados a uma situação de extrema dificuldade e alguns já assim se encontram. Quando comparo no tempo a situação dos Estados vejo que os Estados de hoje nada têm a ver com os do passado, dos anos 50, 60. O Estado de Pernambuco, por exemplo, nos convênio que fazia com o Governo Federal para construção de estradas, adiantava dinheiro vindo do fundo criado com o Imposto Único sobre Combustíveis. Muitas BRs foram feitas assim e depois se recebia os recursos da União. Hoje estamos fazendo reparo de estradas, consertando estradas, reparando hospitais com recursos externos e endividando os Estados para tapar buracos e sem recursos para fazer novas estradas que permitissem fazer crescer a economia.

Se continuar assim, não teremos mais esperança de ver a receita crescer com a economia que está estagnada. Podemos aumentar a receita pela via do combate à sonegação, que tem seus limites, a começar pelas máquinas que herdamos ou que se foram criando no curso do tempo e que se tornaram inapropriadas para o combate à sonegação de tipo novo que agora aparece.

A tendência à concentração, apesar dos esforços que possa fazer o Governo Federal, e vem das

estruturas que se quer montar, concentradoras por natureza e marginalizadoras das regiões mais pobres. Existem alguns indicadores de que isso pode se agravar, pois ninguém é contra a privatização do que quer que seja. Mas não se pode esperar que a iniciativa privada coloque dinheiro na construção de ferrovias e rodovias, no sertão nordestino, para receber daqui a cem anos. E aos jornalistas que me ouviram há pouco, eu disse: "ninguém faz uma estrada privada na Rasa da Catarina, terra do Senador Antonio Carlos Magalhães, onde em tempos passados se escondia Lampião, e que continua da mesma forma". Eu disse isso para caricaturar as diferenças que existem neste País, que precisam ser acentuadas para que possamos equilibrá-las. O desequilíbrio vai prosseguir, porque afora as diferenças decorrentes do próprio endividamento, que foi também concentrador, existem as propostas de perdas para os Estados.

Se for aprovada a proposta de reforma tributária, ora em curso no Congresso, os Estados perderão 17.4% das suas receitas. Pernambuco, por exemplo, perderia o equivalente a R\$22 milhões por mês da sua arrecadação.

Creio que devemos discutir a dívida, e louvo a comissão pela iniciativa de aqui nos trazer, mas é preciso uma discussão mais ampla de modo a que possamos saber o que se vai fazer com o Estado e com este País, sem que tenhamos condições de colocar os problemas como aqui se está fazendo, de discutirmos com equilíbrio as necessidades objetivas das nossas regiões e dos nossos Estados. Se ficarmos apenas discutindo particularidades jurídicas - que vamos discutir para sobreviver - não chegaremos a nada que seja construtivo para o Brasil. Estamos dispostos a fazer sacrifícios maiores, mas não a aceitar soluções que venham em detrimento do Estado; nem tão pouco queremos nos lançar nesse tipo de discussão. Se a discussão é política, ela é válida; se descamba simplesmente para termos de contrato, começa a perder a sua validade. Nós iremos discutir em qualquer nível para evitar a regressão que se está pretendendo, sobretudo para a empobrecida região Nordeste. O entendimento entre todos nós é fundamental. Não podemos fechar os olhos à realidade, como aquela que aqui descreveu o Governador da Paraíba, Estado que há cinco anos faz sacrifícios para pagar sua dívida, sem colocar um tostão em benefício da população. Essas coisas têm que ser lidas politicamente e não através, apenas, dos frios cálculos das dívidas acumuladas por outros. Esta Casa, Casa dos representantes dos Es-

tados, tem a obrigação de travar uma discussão política para reparar esses danos e esses descaminhos de modo a que o Senado possa contribuir para a unidade dos Estados e a do nosso País.

O SR. PRESIDENTE(Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao Governador do Rio de Janeiro, Dr. Marcelo Alencar.

O SR. MARCELO ALENCAR (Rio de Janeiro) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Governadores, entendo que estamos vivendo um momento de mudanças, profundas mudanças. E elas começam por inaugurar novos hábitos.

Esta Casa, que zela pela Federação, institui, agora, sessões em que Governadores serão ouvidos. Este é um sintoma de profundas mudanças, de uma responsabilidade nova - não sei se da maneira e no formato em que estamos fazendo essa reunião -, mas que deveria ser mais freqüente essa relação entre Governadores com esta Casa a fim trazer suas realidades.

A convocação é para discutirmos a questão da dívida, do endividamento dos Estados. Faria uma breve versão, uma vez que aqui foi lembrado que amanhã teremos uma reunião informal com a presença de secretários de planejamento, sobretudo aqueles representantes dos Estados devedores de dívidas mobiliárias, a de maior incidência sobre o País, com reflexo na nossa economia, que serão objeto de consideração, o que me dispensa de fazer propostas em relação ao problema da dívida pública dos Estados.

Devo dizer que o meu Estado tem problemas maiores com a dívida mobiliária. A dívida contratual foi equacionada. Mas isso não nos retira a obrigação de, tradicionalmente, nos considerarmos um elo federativo de nos juntarmos a todos os demais Estados da Federação em busca de uma unidade de comportamento que venha resolver também as aflições dos Estados que não têm, na dívida mobiliária, o seu principal endividamento. Devo dizer que as mudanças são mais do que caracterizadas no nosso dia-a-dia.

Agora este Congresso está ao lado do nosso Presidente da República cuidando de reformas constitucionais. E nada mais oportuno do que pleitear, aqui, neste breve espaço, uma consideração especial para essas reformas.

Todos sabem que o Senhor Presidente também convocou todos os Srs. Governadores para que levem seus pleitos, enfim, o relatório de suas realidades. Isso aconteceu, e, com certo ineditismo, todos os Governadores presentes - em que pese a

uma ou outra ressalva - todos os 27 Governadores, de Partidos diferentes, assinalavam a importância da Reforma Administrativa, que se tornou, para os Estados, um ponto crucial da decisão dessas mudanças. Os Estados, a rigor, passam por uma crise comum. E por que não confessar que essa situação tem origens exatamente na cultura inflacionária?

Quando prefeito do Rio de Janeiro, assumi o Governo com um decreto de falência que o meu antecessor tinha feito. E verifiquei em poucos dias que era vítima da inflação porque rolava dívidas. Cai na mão da agiotagem dos bancos privados, ou melhor, o meu antecessor, e eu verificava que só havia um caminho a percorrer: era ser um parceiro e não uma vítima da inflação. Soubemos fazer algumas composições mediante o ajuste tributário, e, depois disso, mediante formulação de uma nova política fiscal; realizamos alguns recursos com o IPTU, notável e justo imposto, capaz, inclusive, de fazer com que os Municípios funcionem, com a possibilidade de se fazer justiça fiscal e social, porque é um imposto que grava patrimônio e podemos fazer incidir maior parcela de responsabilidade sobre os que têm, em benefício dos que não têm.

Depois de ter feito caixa, passei a ser investidor nesse mercado louco, esse mercado que nos causa tantas dores ainda hoje com resquícios dessas rolagens de dívidas que fazemos todos os dias com a dívida mobiliária. Ainda mais acrescida com certos ágios que já foram comentados pelo Governador de Minas. Um ágio que nos obriga a um compromisso de R\$20 milhões por mês na troca de papéis para viabilizar essa rolagem. Mas a verdade é que estou comprometido com o projeto de reformas sim, de reformas inclusive culturais que modifiquem a cabeça do povo brasileiro em relação àquilo que foi perverso durante muitos anos, qual seja a inflação.

Penso que o Governo dá a direção, penso que o Congresso atende a essa necessidade de uma mudança constatada e inclusive em razão do que acontece em todo o mundo. Devo dizer que a crise do Estado é de uma evidência palmar. Só não enxerga quem não quer a fragilidade do Estado, a destituição do Estado do seu papel. Nós temos que redefinir as funções do Estado, inclusive para nos jogar a serviço do povo, o que não fazemos; apenas nos tornamos administradores de folha de pagamentos ou então de composições sobre endividamento. Temos responsabilidades maiores, e o combate à inflação já surte os seus efeitos em relação à melhor distribuição de renda, porque os que vivem de poucos salários sabem muito bem que agora há alguma

estabilidade. De outro lado, a questão do planejamento que antes era impossível em face da inflação - os planejamentos tinham que ser diários de consulta ao caixa para saber o que fazer ou o que pagar - mudou, e nós temos que mudar. Por isso é que as reformas em nosso País, a reforma administrativa, a reforma dos Estados, têm que se compatibilizar com o um novo mundo. Não são iguais as circunstâncias em que atuamos no passado.

Eu mesmo, engajado até hoje na procura de justiça social, vejo que, adjetivamente, os meus caminhos são outros e por isso fui pioneiro num projeto de **desprivatização** em nosso Estado. Como eu colocaria as finanças do Estado do Rio de Janeiro para financiar o déficit público da Flumitrem, de R\$250 milhões por ano; do Metrô, de R\$110 milhões; da CERJ, R\$10 milhões todos os meses, sem capacidade de investir em nenhum desses setores fundamentais aos serviços públicos, o que é desejado pelos nossos contribuintes e pelo nosso povo. Como admitir que tenhamos que manter, sob um aspecto de uma solidariedade mentirosa com grupos corporativos, a tradição de empresas inviáveis no Estado, que não podem produzir para o povo nenhum dos seus serviços? Falta, realmente, dizermos as verdades, que estão aí a nos desafiar!

O outro equívoco é dizer que essa reforma administrativa é para demitir pessoas. Não há, em seu bojo, só essa exclusiva intenção de se desestabilizarem aqueles que se julgam, comodamente, estáveis.

Hoje mesmo, andei divulgando aqui uma folha de pagamento de um Coronel da Polícia Militar, que atinge R\$84 mil; e o interessante é que existe uma linhagem, uma série de itens consagrando pagamentos atrasados e um salário fixo de R\$30 mil.

Essas situações vão ser resolvidas também pela reforma administrativa, que não quer a estabilidade quebrada ou a flexibilidade apenas para demitir funcionários! Isso não é política de ninguém, isso não é política coerente com as realidades sociais do nosso País! O que nós queremos é um instrumental que permita, sim, organizar o Estado.

Por exemplo, por que não - e está no bojo dessa reforma - a questão da disponibilidade? Tínhamos coerência constitucional que dizia que a disponibilidade era por tempo de serviço. Compreendo, pois era o ano de 1988, um momento de mudanças, passando de um regime autoritário para um regime democrático; era natural que se exacerbasse as garantias individuais, ou até aquelas coletivas, como fizemos; mas agora é o momento de se corrigirem esses excessos - até que se fizesse uma revisão já

pensando bem nisso. E hoje é possível modificar esse capítulo da nossa Constituição e admitir que as disponibilidades sejam por tempo de serviço. Há tantas outras! Por que não regularizar essa situação de servidores do Estado servindo nos Municípios, na União, e os da União nos Estados? A reforma preconiza que possamos realmente dar curso a uma solução para esse problema, transferindo e municipalizando servidores.

Ora, há muita coisa no bojo dessa reforma que se compatibiliza com esses novos tempos que estamos vivendo. É importante darmos coerência às reformas que estão em curso; este Congresso aprovando-as, como está fazendo, vai confirmar esse novo modelo, que existe no mundo inteiro.

Ouvi o Presidente da República, meu companheiro, meu amigo, a quem apoio e em quem acredito, dizer um dia, para incômodo meu, que a Era Vargas tinha acabado. E interpelei-o: que história é essa? Vargas foi o grande estadista da República! Respondeu-me: sou amigo de Vargas, reverencio a sua memória. Mas Vargas marcou uma etapa, em que esse Brasil não teria encontrado o caminho de desenvolvimento industrial se não tivéssemos negociado com os americanos a nossa entrada na guerra e feito a CSN; se não tivéssemos feito a Vale do Rio Doce; se não tivéssemos homens jovens, àquela época, como eu, pintando muros, dizendo que o petróleo era nosso.

Tudo isso foram fases que historicamente se encerraram, e novos modelos se apresentam. Acabou a Guerra Fria, todos os aspectos desse modelo estão em estertores. O Brasil tem que se acomodar a essa realidade! As economias procuram se fundir. Nem sei se isso, no processo da civilização, vai dar certo por muito tempo; mas esse é o caminho de hoje, é o caminho que devemos trilhar, colocando-nos ao lado das transformações.

No Rio, estou trabalhando muito contra a violência, contra os traficantes. E não existe droga maior, nada pior do que essa cocaína que se chama inflação.

Srs. Senadores, estou ao lado das reformas, sim; suplico até o entendimento de que a reforma administrativa é imperiosa para nós.

O SR. RELATOR (Carlos Bezerra) - Governador, como V. Ex^a vê a reforma tributária? V. Ex^a apóia essa proposta como está?

O SR. MARCELO ALENCAR (Rio de Janeiro) - Não. Acho que a reforma - acredito que a equipe do Governo sabe também - está sendo conduzida e apresentada com certa precariedade. O Presidente

da República nos disse e nos convenceu a todos de que o que é bom para o Estado tem que ser bom para a União; o que é bom para a União, se não for bom para os Estados, não é bom para a União. Ele tem razão.

Admitiu-se aí a lei de compensação com a criação de fundos compensatórios. Eu confesso que os instrumentos e os mecanismos para se fazer esses fundos funcionarem são muito complexos. Acredito que neste Congresso, com os talentos que existem aqui, onde já militei, tenho certeza de que esse processo será aperfeiçoado, mas a reforma é necessária também. A equipe não chegou a apresentar nada muito claro para nós, Governadores de Estado. Por isso mesmo se concertou a idéia de que as perdas seriam compensadas. Mas ainda estamos longe de chegarmos a um resultado convincente e que nos dê segurança de que isso vai ocorrer. Acredito que é possível irmos adiante e encontrarmos uma solução, porque a reforma tributária também incide sobre a reforma fiscal. Ela vai trazer conseqüências naturalmente que tragam equilíbrio, inclusive esse que está faltando, o equilíbrio federativo, que agora está-se concertando quase que automaticamente, porque os modelos também estão-se esgotando; os grandes estão empobrecendo e os menores estão apresentando-se inclusive com soluções mais generosas para o nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - V. Ex^a tem dois minutos para concluir.

O SR. MARCELO ALENCAR (Rio de Janeiro) - Diria a V. Ex^a que isso é saudade do Senado, porque eu passei por aqui e nem gosto de dizer em que ano porque fica tão distante que V. Ex^{as} vão achar que sou mais velho do que realmente sou; lá pelos idos de 67, eu tive uma passagem rápida por aqui e fui para casa por vinte anos.

Muito obrigado.(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Governador do Piauí, Francisco Moraes Sousa.

O SR. FRANCISCO MORAES SOUSA (Piauí) - Sr. Presidente da Comissão, Senador Gilberto Miranda, na pessoa de V. Ex^a saúdo todos os demais Senadores, companheiros Governadores. Esta reunião me lembra o terço que a família cristã reza: cada Governador chega aqui e repete o seu drama, a sua ave-maria. É quase a mesma história. Entretanto, eu posso dizer aqui que este Governador é que está aplicando maior número de medidas de austeridade, não por mérito meu, mas estou aplicando o que nasceu por nossa inspiração; tive o cuida-

do de buscar as medidas tomadas por todos os governadores e joguei-as num pacote, sintetizando todas elas, trinta e seis medidas de austeridade inspiradas nos companheiros governadores. Mesmo assim aqui repito as palavras que disse em minha primeira audiência com o Presidente da República; não conhecia pessoalmente o Presidente da República e não votei nele; votei no candidato do meu Partido, do PMDB.

Nessa primeira audiência, li para o Presidente um livro, cuja capa escondi, e, depois de ler algumas palavras, dizia: "Não se pode governar um Estado falido". O Presidente atento; abriu a capa; e era o seu livro: Mãos à Obra. Nasceu a espontaneidade entre nós e o Presidente da República.

Vim confiante porque governo um Estado ím-par; ganhei as eleições no Piauí com a ajuda de Deus; éramos três prefeitos contra 145 prefeitos. Isso me deu a segurança e a certeza de que, mesmo não pertencendo ao grupamento político do Presidente da República, seria recebido como os prefeitos do meu Estado. Porque eu tinha a consciência de que se a administração dos prefeitos do meu Estado não fosse boa, iriam mal o nosso Governo e o Piauí. E o Presidente da República tem grande sensibilidade política. As coisas só dão certo se tivermos sensibilidade política e responsabilidade administrativa.

Conversando com o Presidente da República eu disse: Presidente, sei que vivemos uma época diferente, todavia lembro-me quando o Presidente Castello Branco assumiu a Presidência da República, por outros caminhos. Mas a História conta que ele examinou a folha de pagamento da União e disse: "Ninguém ganha mais que o Presidente da República". Eu começara a ver os altos salários do Piauí e disse ao Presidente da República o que Sua Excelência repetiu na última reunião dos governadores: "O Governador do Piauí, o Mão Santa, disse que eu deveria ir à televisão, usar o poder e a influência para dizer que ninguém poderia ganhar mais do que o Presidente da República". Isso porque vi no meu Estado uma Secretaria de Fazenda que arrecadava e ficava com quase todo o dinheiro. Eles diziam que geravam riquezas. E fui vendo fiscais com renda de R\$20 mil; depois, coronéis da polícia com R\$20 mil; procuradores do Estado - e havia mais do que muriquoca - com mais de R\$20 mil; defensores públicos e outros. Baixamos dois decretos com redutores: um, reduzindo a menos de seis; e outro, específico para a Fazenda, onde um motorista ganhava seis vezes mais do que um médico; onde a

Secretaria de Fazenda, com 2.700 funcionários, gastava mais do que a educação, que tinha 36 mil, somados a oito de saúde.

Começamos a perder nas liminares da Justiça do Piauí, e recorremos ao Supremo Tribunal Federal, ao Ministro Sepúlveda Pertence, que nos deu ganho de causa.

Mas, mesmo assim, os Estados estão ingovernáveis. A reforma administrativa é uma necessidade; há também necessidade de humildade para reestudarmos o compromisso da dívida dos Estados. O nosso Partido, o PMDB, reuniu todos os Governadores e Secretários de Fazenda, e levamos o documento ao Presidente do Senado Federal, José Sarney, ao Presidente Luís Eduardo Magalhães e ao Líder Michel Temer. E nesse documento tinha, em anexo, um trabalho de 27 técnicos, Secretários de Fazenda, que diziam que o Estado - em dezembro de 94, não somos nós -, que os Estados não poderiam pagar, mais do que 9% de sua receita líquida.

Desejo dizer que - já dizia Camões, ou Confúcio, que "um quadro vale por dez mil palavras"-, em janeiro, o Piauí pagou 22,21%; em fevereiro, 12,88%; em março, 18,04%; em abril, 26,98%; em maio, 15,90%; em junho, 20,44%; em julho, 18,96%; em agosto, 19,22%. Em outubro, se não houvesse sensibilidade do Governo, do Ministro Pedro Malan, do Dr. Pedro Paulo Parente e do Dr. Portugal, estava previsto para o Piauí pagar, precisamente, R\$16,548 milhões; e de uma receita de R\$40 milhões é 40% da receita líquida. A média do funcionário é como a média dos outros Estados. Hoje, em qualquer outro Estado, a média é de 80%, às vezes é maior, devido a outros problemas que explicaremos mais tarde. Então, só esse quadro traduz o Executivo tem de aproveitar as luzes do Senado para encontrar um caminho para a governabilidade do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Governador, o senhor tem dois minutos para concluir.

O SR. FRANCISCO MORAES SOUSA (Piauí) - Gostaríamos de aqui confessar que, nesses dois minutos, o Piauí sintetiza que precisamos, com urgência, das providências do Senado e do Executivo para equacionarmos a situação caótica em que vivem os Estados da Federação. Mas precisamos ter a coragem de afirmar que é necessário ir mais a fundo nessas providências reformuladoras da nossa condição desse **status quo**. Por isso, clamamos pela Reforma Administrativa, a Reforma Tributária e Previdenciária, que foi proposta pelo Poder Executivo e que, certamente, irá receber os aperfeiçoamentos indispensáveis que o Legislativo saberá fazer.

Um só quadro, nesse período que governo o Estado do Piauí, mesmo dando um aumento - pois tinha que dar esse aumento, porque há mais de um ano os servidores não tinham -, o Executivo aumentou suas despesas em 36%, o Poder Judiciário aumentou em 96% e, no mesmo período, o Poder Legislativo aumentou sua despesa em 126%. De nada vai adiantar arrecadarmos mais tributos sem a Reforma Administrativa, para frear esses insaciáveis. E se nós Governadores, Senadores, Presidente da República, os técnicos que têm sensibilidade política, não olharmos para essa injustiça, essa democracia perecerá.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Obrigado, Governador.

Concedo a palavra ao Governador do Rio Grande do Norte, Dr. Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Rio Grande do Norte) - Sr. Presidente, Senador Gilberto Miranda, Sr. Relator, Senador Carlos Bezerra, serei breve, a despeito da saudade que tenho desta tribuna, porque por ela não passei em 1967, como diz o Governador Marcelo Alencar, por ela eu passei há alguns meses. Troquei esta tribuna por este quadro caótico que estamos vendo aqui, tanto dos Estados do Nordeste como dos Estados das mais diversas regiões.

Sr. Presidente, os governadores deram depoimentos semelhantes e creio que existem duas saídas para os Estados, a exemplo do que foi dito aqui: uma saída é a Reforma Administrativa, que estamos executando, só que ela é um processo lento. É preciso compreender que a Reforma Administrativa não é uma panacéia, não vai resolver os problemas de um Estado do dia para a noite. Eu iniciei uma Reforma Administrativa, extinguindo dez órgãos da Administração Indireta, na sua maioria, empresas públicas. Ora, o que acontece? Não pude demitir, porque a Constituição do meu Estado é mais realista do que o rei. Proibiu demissão de funcionários celetistas. Se eu fosse privatizar estas empresas, Sr. Presidente, da maneira como elas estão, eu não iria apurar um real, porque hoje elas são empresas absolutamente inviáveis. Não vamos conseguir auferir resultados financeiros. Então, temos aí, desmobilizados, em disponibilidade, três mil servidores dessas dez empresas. Agora, nós estamos já numa segunda etapa da Reforma Administrativa, com um maior sacrifício para o governo, porque estamos suspendendo vantagens de servidores - é verdade que dos servidores que ganham mais, porque no Estado do Rio Grande do Norte temos 188 tipos de vantagens catalogadas.

Chegaram à perfeição, em matéria de vantagem para o servidor. Então, resolvemos apenas suspender essas vantagens nesta primeira fase. Depois vamos mandar um projeto de lei complementar à Assembléia, uma emenda à Constituição, para que esses servidores só venham a ter essas vantagens depois, quando da sua aposentadoria. Porque o que acontece é que, todo santo mês, temos um aumento de 2 a 3% na receita. E não há administração que resista, porque antes a inflação era aliada dos governadores, a grande parceira dos governadores. Sei que há muitos ex-governadores aqui, não os estou criticando, mas é a verdade. O aumento era anual e o rendimento das aplicações do Estado se fazia mês a mês. Então, era fácil compensar o aumento de receita. Hoje, não temos mais isso.

Então, considero a reforma administrativa como a grande solução, só que ela não pode se constituir num milagre, numa panacéia, e que ninguém espere que ela vá resolver os problemas do Estado do dia para a noite. Os problemas serão resolvidos, sim, paulatinamente, porque há resistência nas assembleias legislativas, da mesma maneira como há resistências aqui no Congresso Nacional. Não há dúvidas.

Não vou me deter a falar sobre as medidas. Quero apenas dar uma idéia geral e dizer que estamos, de certa maneira, fazendo a nossa parte: procurando arrumar a casa.

Esqueci-me de mencionar um dado. Com essas vantagens, já estamos com a receita comprometida em 84%. Se acrescentar-se a provisão do 13º mês, isso vai chegar a praticamente 90% da nossa receita. Não há Governador que possa fazer alguma coisa diante de um quadro desses. Tivemos que dar um aumento, como falou o Governador do Piauí, porque há um ano ou mais o funcionário não tinha reajuste. Então, houve aquele reajuste na base do IPCR.

O que queremos dizer com relação à rolagem da dívida, para sermos breves, é que o nosso problema é a dívida contratual. A nossa dívida é uma das menores do País. Temos uma dívida de R\$ 652 milhões. Ela está sendo rolada, a exemplo de outros Estados, comprometendo de 12 a 13% da receita. Essa dívida contratual, todo mês, nos arranca R\$6 milhões. E existe uma dívida por fora, uma dívida que não foi rolada e que se constitui em dívida de FGTS, de obrigações sociais. Essa já vai a R\$ 200 milhões. Então, existe uma dívida rolada, que é a dívida oficial, e existe a dívida real, como existe - segundo se fala muito - um País oficial e um País real.

Assim também temos uma dívida oficial e uma dívida real. A dívida oficial é a rolada, é uma das menores do País - posso dizer isso depois das exposições que ouvimos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Governador, V. Exª tem dois minutos para concluir.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Rio Grande do Norte) - Estou falando demais. É a saudade.

O SR. RELATOR (Carlos Bezerra) - Governador, quanto que dá o total do percentual que incide sobre a receita líquida da dívida real e a oficial?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Rio Grande do Norte) - Dá uns 13% hoje. A parte da dívida real está sendo represada, não está sendo paga. É aquela história: devo, não nego; pago quando puder.

O Rio Grande Norte está diante desta realidade. Venho mostrar isso aqui a esta comissão. Agradeço o convite do Presidente, Senador Gilberto Miranda. E em outra reunião, que não se arraste como esta aqui, acredito que poderemos entrar em maiores detalhes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Muito obrigado, Governador.

Com a palavra o Governador de Rondônia, Dr. Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Rondônia) - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Colegas Governadores, demais autoridades presentes, muito bem falou o nosso amigo Mão Santa, do Piauí, que o choro dos Governadores é um só. Estamos ocupando a tribuna neste dia praticamente para fazer o mesmo discurso, rezar a mesma ladainha.

Este é o quadro em que vivem os Estados brasileiro e também os Municípios. Corroboro as palavras do Governador de Pernambuco, o Sr. Miguel Arraes, quando S. Exª afirma que isso não é um problema atual, recente nem tampouco oriundo do Plano Real, que é um plano que defendemos, todos os Governadores o defendem, sempre o defendi, pois precisamos ter nesse País uma moeda estável, uma economia tranqüila, sem a inflação que corroía o salário dos trabalhadores. Hoje o trabalhador que ganha pouco tem condições de comprar mais do que comprava na época da inflação.

O problema que nós, Governadores, estamos vivendo - no meu caso, não sei se poderia aqui generalizar, porque não conheço a fundo o problema dos outros Estados -, no meu Estado, um problema herdado de governos anteriores. Só o governo passado contratou mais de 14 mil funcionários, concedeu um aumento de 100% do salário dos servidores

e não pagou. E, pior: não pagou nenhuma folha com o novo aumento, deixou 13º e a folha de dezembro sem pagar.

Recebemos, o Estado em uma situação muito difícil, com o caixa do tesouro estadual - o caixa único do estado - com um rombo de R\$10 milhões, além das folhas atrasadas e 32 inadimplências no valor de R\$22 milhões, que tivemos de saldar nos primeiros meses do ano para colocar o Estado adimplente para receber os convênios e verbas federais. Esse rombo está fazendo com que o meu Estado hoje esteja atrasando a folha de pagamento.

E, como bem disse o Governador do Mato Grosso, precisamos de uma travessia, precisamos de ajuda da União nesse momento, para equilibrarmos as finanças dos nossos Estados para começarmos, a partir de janeiro, uma vida nova ajustando as contas públicas.

Estamos com a equipe econômica do Governo trabalhando noite e dia para cortar profundamente, na carne se possível, até nos ossos, as despesas do Estado; da mesma forma estamos trabalhando contra a sonegação para aumentarmos a nossa receita. Tem que haver um equilíbrio das finanças. Hoje os Estados estão desajustados, desequilibrados.

Tive de recorrer também à famosa - e diria até amaldiçoada - antecipação de receita. Tirei apenas R\$35 milhões e estamos pagando um preço muito alto por essa antecipação que está levando em torno de R\$ 6 a 7 milhões por mês. Sei que alguns Estados tiveram antecipação de receita para pagar no final ou rolar no ano seguinte. Estamos pagando, amortizando, vamos terminar de pagar no final do ano. Isso fez com que eu esteja hoje atrasado com a folha de pagamento e não tenho dinheiro também para pagar o 13º.

Precisamos, então, dessa travessia e da ajuda do Governo Federal para que possamos, a partir de janeiro, com as contas equilibradas, tocar o barco melhor do que está sendo tocado esse ano.

Diria também que a União - não quero cobrar isso do Governo atual, já falei isso para o próprio Presidente da República e para a sua equipe de Ministros -, que os governos passados deixaram um débito muito grande para com o meu Estado.

O Estado de Rondônia saltou, na década de 80, de 160 mil habitantes para 1,5 milhão de habitantes. Foi o Estado que teve a maior migração na década de 80, migrantes oriundos de todos os Estados da Federação. E não foi possível que os governos implantassem uma infra-estrutura digna para essa população de migrantes. E os Governos do Es-

tado até hoje estão abrindo estradas em áreas de assentamento do Incra.

Penso que o Governo Federal deveria dar essa infra-estrutura, a estrada, a escola, o posto de saúde, o apoio à agricultura, são milhares e milhares de quilômetros de estradas. Se revertêssemos o que foi investido, se houvesse uma devolução da União, um ressarcimento, já que somos um Estado novo, haja vista que saímos de um território para Estado há pouco anos, talvez não tivéssemos hoje a dificuldade que estamos tendo.

Mas reconheço também que o Governo Fernando Henrique está demonstrando a maior boa vontade com os Estados do Norte do País. Sua Excelência já visitou o Norte, a Amazônia. No meu Estado, neste ano, já estiveram oito Ministros. Isso demonstra o carinho e o interesse que o novo Governo está tendo pelas regiões mais distantes, mais longínquas do nosso País, o que é muito importante.

Agradeço toda a atenção do Presidente da República. Mas peço, encarecidamente, ajuda para os Estados que estão hoje nesta situação difícil de atravessar. Precisamos dessa "mão" para que possamos chegar ao final do ano com as receitas equilibradas, para que possamos contribuir para o Plano Real a partir do ano que vem.

Somos favoráveis também às reformas propostas pelo Presidente da República, porque entendemos que o Brasil vive um momento difícil. E, para a manutenção do Plano Real e para o equilíbrio dos Estados, dos Municípios e também da União, são necessárias e justas as reformas administrativas, da Previdência e também a tributária.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ BIANCO - Sr. Presidente, colaborando com a Mesa, serei bastante breve.

Gostaria apenas de fazer um questionamento a S. Exª, o Governador, até para reforçar os seus argumentos junto às autoridades aqui de Brasília.

Diante do que o Governador Garibaldi, que deixou esta tribuna agora, afirmou - e concordamos com S. Exª - entendi que o nosso Estado de Rondônia tem menos dívida do que tem o seu Estado, o Rio Grande do Norte.

V. Exª tem dados em mãos, neste momento, para informar esta Comissão sobre o valor total das dívidas do Estado de Rondônia?

O SR. VALDIR RAUPP (Rondônia) - Foi um lapso de minha parte. Temos uma dívida de apenas R\$200 milhões; é uma das menores do País. Isso está comprometendo em torno de R\$1,8 milhão a R\$2 milhões por mês, apenas de retenção desses

recursos. E não seria a solução para o nosso Estado, no momento, a diminuição do índice, do percentual do desconto dessa dívida, até porque ela é muito pequena. Os problemas que temos são muito maiores do que o da dívida.

O SR. JOSÉ BIANCO - A questão da dívida do Estado hoje teria uma solução se o Governo arranjassem uma operação como a ARO, e que fosse possível ser resolvida dentro do mandato de V. Ex^a?

O SR. VALDIR RAUPP (Rondônia) - Perfeitamente. Estamos propondo que a União nos ajude com uma quantia em torno de R\$160 milhões, através de uma instituição financeira federal, ou de um empréstimo externo, a juro internacional, a longo prazo, no mínimo com um ano de carência e três anos para pagar, pois, assim, teremos condições de ajustar as finanças do Estado, fazer os cortes necessários para o equilíbrio da receita e da despesa.

O SR. JOSÉ BIANCO - Para encerrar, Sr. Presidente, Sr. Governador, gostaríamos só de saber, para ficar também registrado nesta Comissão, se V. Ex^a é favorável à reforma administrativa, especialmente no que diz respeito à estabilidade.

O SR. VALDIR RAUPP (Rondônia) - Sou favorável.

E acredito, como alguns oradores que aqui falaram, que, mesmo com a queda da estabilidade, não haverá grandes demissões. Até porque o mais importante é que não se contrate. Já fui Prefeito duas vezes. Na primeira vez, deixei a Prefeitura com 200 servidores. Na segunda vez, quatro anos depois, havia 800. E, dentro de um ano, já reduzi para 500, tirando 300 servidores dessa Prefeitura. Nos Estados, acredito que se não se contratar mais, fazer como Tasso Jereissati fez no Ceará no seu primeiro mandato como Governador - assumiu o Estado e falou que não se contrataria servidores durante quatro anos -, dentro de 4, 8 ou 12 anos, os próximos Governadores terão condições de enxugar os seus quadros sem demissões.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Senador Ernandes Amorim, V. Ex^a tem a palavra por um minuto.

O SR. ERNANDES AMORIM - Sr. Governador, acredito que Rondônia deva US\$200 milhões. V. Ex^a disse também que recebeu uma dívida do Governo passado. Acompanhando esses endividamentos, sabemos que se tratam de maus negócios na administração pública, embora a maioria deles em Governos passados.

Ainda esta semana, levantamos que, na sua administração, e faço questão de dizer aqui, até por-

que vou fazer um discurso, apresentando, num quadro, as denúncias, o que existe, hoje, no Estado de Rondônia na administração do Governador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Peço a V. Ex^a que se limite ao tema, que é endividamento do Estado.

Porque, se entrarmos em problemas pessoais, de bancada, fica difícil tomar conta da sessão. Vamos tentar, única e exclusivamente, manter o nível até agora, ficando nos Estados e na questão do seu endividamento.

O SR. ERNANDES AMORIM - Não se trata de brigas pessoais. O problema é o endividamento que foi feito por governadores, seus maus negócios, a imoralidade, a corrupção que, em muitos governos, a exemplo do caso de Rondônia, nos chama à atenção, até porque, nesta Casa, tenho assento representando aquele Estado.

De tudo o que foi levantado ainda esta semana, pretendo não só chegar junto aos companheiros, aos colegas Senadores que, posteriormente, vamos estar votando, aprovando projetos para financiamento de dívidas e outros, mas também esclarecê-los sobre estes problemas.

No caso, chamo a atenção, de agora em diante, quanto ao fêto de dívidas, para não incorrer nesses problemas que geram dívidas mal-feitas, tentando corrigir, também, no momento, o que há de errado nesses endividamentos contraídos pelo meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Agradeço a compreensão de V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (Rondônia) - A dívida que coloquei aqui diz respeito apenas àquela do Estado para com a União, ou seja, a dívida mobiliária, de 200 milhões. Todavia, se for colocar a dívida do Estado, feita por governos anteriores, com contratação de obras, custeio, e que ficou atrasada, temos mais de 900 milhões de reais. Esta é apenas a dívida renegociada, que tem de ser descontada todos os meses, com repasses federais.

Agora, se se falar nas dívidas feitas por governos anteriores - e, à guisa de demonstração, temos o ano de 1994, em que o governo anterior deixou uma dívida de mais de 90 milhões de reais, só no último ano de governo - o montante chegaria a quase um bilhão de reais.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto, representante do governador de Roraima.

Senadora, eu peço que V. Ex^a use apenas dez minutos, porque teremos os outros governadores, o de Tocantins.

A SRA. MARLUCE PINTO (Roraima) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Governadores, aqui represento o Governador de Roraima, que não pôde comparecer a esta reunião. Como a convocação foi para falar sobre a rolagem de dívidas, tenho o prazer de dizer, desta tribuna, que, realmente, o Estado de Roraima não tem dívidas a rolar. É um Estado sem dívidas. Todavia, isto não quer dizer que não esteja precisando de investimentos por parte do Governo Federal. A meu ver é muito justo que um Estado como o de Roraima, um Estado novo, em que o primeiro governador eleito administrou durante quatro anos e o atual, que já está no décimo ano, sem contrair nenhum débito, nem interno, nem externo, pagando seus funcionários em dia, bem como a construção civil, os empresários; um Estado que tem uma saúde regular, enfim, é muito justo que um Estado como esse tenha, como uma compensação, por parte do Governo Federal, uma ajuda para suas necessidades mais prementes.

Temos duas prioridades, que só poderão ser solucionadas com investimento da área federal: uma diz respeito ao nosso problema energético. Ainda estamos queimando óleo diesel em Roraima, às portas do século XXI. Estamos aguardando há anos que fosse construída uma hidrelétrica, que nunca foi autorizada pelo Governo Federal. Estamos atualmente aguardando que seja solucionado o problema do Linha de Transmissão da Guri (Venezuela), que não só vai resolver totalmente o problema energético do Estado de Roraima, como também do Estado do nosso Presidente, que é o Estado de Amazonas.

O segundo problema que temos é a BR-174, uma estrada que liga Roraima ao restante do nosso país. Na gestão do governador anterior, S. Ex^a ainda conseguiu, com recursos do próprio Estado - e o nosso Secretário-Geral, Dr. Murilo Portugal, sabe disso. Aliás, peço um pouco da atenção de V. Ex^a, a quem, por muitas vezes, visitei, bem como ao Sr. Ministro, em vista da promessa do ex-Presidente da República...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - V. Ex^a tem dois minutos para concluir.

A SRA. MARLUCE PINTO (Roraima) - ... de que se o Governo do Estado comparecesse com 50% do custo da obra, o Governo Federal entraria com os restantes 50%.

Muitas foram as reuniões que tivemos sem que houvesse uma solução. Então, o Governador do Es-

tado asfaltou os 300 quilômetros, partindo de Boa Vista até a fronteira com a Venezuela. E temos, Sr. Secretário, os outros 300 para ligar até a fronteira do Amazonas. Não adiantou o sacrifício do nosso povo lá do Estado e do Governador. Não adianta sacrificar recurso próprio para o asfaltamento daquela estrada, se não concluirmos até o próximo ano o asfaltamento da BR-174. Ela é um seguimento da panamericana, é o único trecho não asfaltado. Há promessa do Presidente da República, mas sabemos que, se os técnicos não ficarem a postos para resolver esses problemas, muitos são os problemas de um Presidente, para que possa lembrar que em Roraima há 300km de estrada Federal para ser asfaltada. Então esse seria um apelo que eu faria, pois vai solucionar os problemas de nossos dois estados. Também não adianta, com a grande arrecadação do Estado do Amazonas, o Governador Amazonino asfaltar do zero até o quilômetro 255 e ficar o restante sem asfaltar.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Pediria a V. Ex^a que concluísse, porque vamos entrar no horário.

A SRA. MARLUCE PINTO (Roraima) - Faltam 2 minutos. Então Sr. Presidente, apelo aqui para este Senado, principalmente para os membros da Comissão de Assuntos Econômicos, já que vamos apresentar as emendas orçamentárias, no sentido de que essas emendas tenham prioridade. Caso contrário, perde o estímulo de administradores de não contraírem dívidas, porque o que adiantou o nosso Estado não contrair dívidas? Hoje não está sacrificando a União, mas também não está recebendo financiamentos para que possa haver incentivos para desenvolver o progresso daquele novo Estado, um Estado que já comprovou que, se hoje a situação atual é a que está sendo apresentada, é porque é um Estado bem administrado e que tem potencialidade. Então o que é preciso? Um pequeno financiamento por parte do Governo, junto ao Governo da Venezuela, que está propenso também a ajudar, porque interessa àquele país o asfaltamento dessa estrada e só queremos uma solução.

E aproveito a oportunidade Sr. Presidente, já que temos 5 emendas por Comissão, vamos fazer juntos 2 emendas: a do Linhão de Guri do País, que resolve o problema energético dos nossos dois estados, e a conclusão do asfaltamento da BR-174.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Governador de Tocantins, Dr. Siqueira Campos.

O.SR. SIQUEIRA CAMPOS (Tocantins) - Sr. Presidente, Senador Gilberto Miranda, Sr. Relator Senador Carlos Bezerra, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Governadores, Sr. Murilo Portugal, da Receita Federal, apesar de eu ser o último e até estávamos conversando com o meu Secretário da Fazenda, que temos dois rios Sr. Presidente: o Tocantins e o Araguaia. Todos os dois são muito grandes e eles se encontram. Acho que vou mudar o nome do meu Estado para Araguaia, porque assim não vou ficar por último, e não vou ficar por último, inclusive, na lembrança dos nossos homens públicos.

Fiquei morrendo de inveja quando se disse: Olha, lá para o meu Estado passaram oito Ministros, disse o nosso Governador Raupp, de Rondônia, o Presidente, etc.

Até hoje não recebemos a visita de um Ministro, nem do nosso Secretário do Tesouro, que tem tido sempre muito boa vontade conosco, mas precisa conhecer, até para ver se abre o cofre um pouquinho para nós, porque até hoje nada. Mas, apesar de ser o último expositor, Sr. Presidente, e já estarmos praticamente na hora de momento encerrar a reunião dessa Comissão de Recursos Econômicos, estou muito emocionado, Sr. Presidente, porque foi aí, na cadeira em que V. Ex^a está sentando, não nesta cadeira, uma outra que esta substituiu, que consegui dar velocidade, intensificar a luta pela criação do Estado do Tocantins. Sim, eu não era Senador, eu era Deputado Federal. Realizamos aqui o I Simpósio Nacional da Amazônia, Sr. Presidente. Uma das melhores iniciativas que tive no Congresso Nacional, e foi-me cedido o plenário do Senado Federal, este lugar tão bonito. Esta Casa que Dinarte Mariz - meu contemporâneo e colega, de quem, com muita saudade, recordo-me agora e homenageio a sua memória -, dizia que é um dos lugares mais privilegiados do céu. Notem que o teto é dourado. E as cores do meu Estado estão aqui: azul e ouro.

Foi o Congresso Nacional que, atuando como Constituinte, criou o meu Estado, o único Estado brasileiro - como sabem as Sr^{as}. e Srs. Senadores - criado na Constituinte de 1988. Amapá e Roraima eram territórios federais desde 1943 e foram elevados à condição de Estados, como também Rondônia, outro território, que foi elevado à condição de Estado, mas isso antes da Constituinte. Muitos de V. Ex^{as}, homens e mulheres que integravam o Congresso Nacional naquela fase de Assembleia Nacional Constituinte, são os pais do Estado de Tocantins. É um Estado que deveria ter um tratamento especial, porque foi criado pela instituição mais repre-

sentativa e mais importante da democracia brasileira. No entanto, é um Estado que sofre, é o filho enjeitado da União. Veja, Sr. Presidente, que não éramos território federal, portanto, não tínhamos e não temos nenhuma infra-estrutura. Ainda tivemos que construir, em sete meses, uma capital. Quem já viu isso? O meu povo, extraordinário, fez isso. Construiu com a capital do nosso Estado com a ajuda de uma caneta. Peguei uma caneta e os meus companheiros, os pioneiros da construção de Palmas, e fui para o Palacinho, uma réplica do Catetinho, que inaugurei no dia 20 de maio de 1989.

No dia 1º de janeiro de 1990, estávamos instalando a capital, com o palácio do governo construído, com algumas secretarias e muitos órgãos estaduais, feitos de chapas de compensado, funcionando naqueles casebres e funcionando bem. Mas o instrumento que o povo teve para realizar essa construção, essa edificação da capital, foi essa caneta. Quem queria buscar despacho, tinha que ir atrás do governador, que estava no cerrado e, no Palacinho, dava o despacho. Daí surgiu a lanchonete, a pensão, a casa de comércio, e hoje nós temos a mais jovem capital do mundo, que nos emociona. É a prova efetiva da capacidade empreendedora da minha gente, do meu povo e de todo o povo brasileiro, que, de todo os rincões deste País, acorre a Tocantins e Palmas como sua grande esperança. Maior barreira de contenção de imigrantes deste País, quando surgiu o Tocantins tivemos um alívio das tensões sobre Brasília, São Paulo, Goiânia, Belo Horizonte. Mas o Governo Federal, infelizmente, não vê isso. O Governo Federal deveria realizar, e foi a única coisa que não abri concessão... Os outros Estados têm seus funcionários pagos pela União, nós não temos. Cortaram tudo. Na mesa de negociação das Lideranças, no tempo da Constituinte, graças a Deus, consegui arrancar o Tocantins, mas em condições altamente desfavoráveis. Só de uma coisa não abri mão; porque me pressionaram de todas as formas para que inviabilizasse a criação do Estado, não abri mão dos Programas Especiais de Desenvolvimento, previstos na Lei Complementar nº 31, de 1977, que diz respeito ao desmembramento da Região Sul para a criação do Estado do Mato Grosso, desmembramento feito no então Estado do Mato Grosso.

Essa lei mandava aplicar R\$93 milhões - ajustando a coisa à nossa realidade monetária -, por ano, em programas especiais de desenvolvimento. Por que isso, Sr. Presidente? Porque não tinha nada.

Nós temos, Sr. Presidente, 1,5% da população atendida em termos de esgotamento sanitário. Nós temos menos da metade da população atendida por sistemas de água precários; e o nosso Estado está crescendo.

O Governador Francisco Moraes, meu vizinho, tem a sua mão santa que resolve, com a sua competência, os problemas do seu Estado. Mas o seu Estado manda muita gente para o meu, que eu recebo de braços abertos, porque o piauiense é realmente um brasileiro espetacular, como é o nordestino em geral. E lá acorrem pessoas que chegam com mão-de-obra desqualificada, mulher e filhos.

Eu tenho no meu Estado, Sr. Presidente, 33.000 famílias morando embaixo de casebres de lona preta ou de palha de babaçu, e a União não vê isso. Os programas de desenvolvimento, Sr. Presidente, estão nos transformando em fábrica de migrantes. Daqui a uns dias vão ser denunciadas pessoas que vendem bebês para os países do Primeiro Mundo. O meu Estado também venderá bebês. Não venderá porque o seu povo tem brio e tem orgulho de ser brasileiro, mas a União precisa acabar com esse tratamento discriminatório. Não posso aceitar, e registro aqui o meu maior protesto contra a conduta do Governo Federal, de homens gentis, lhanos, cavalheiros, mas que praticam a política do tapinha nas costas. Não se sentam conosco para discutir a realidade das coisas. Isso não é possível.

Estive na campanha do Presidente por livre e espontânea vontade, numa convocação dele, mas aceitei porque gostei da idéia, e gosto muito do Presidente, dos seus Ministros e do pessoal. Mas, Dr. Murilo, infelizmente é isso. Infelizmente o problema não é aprofundado. Não se aprofunda quando se trata de Tocantins, pelo menos. E é preciso fazer. Os nossos Senadores já estão cansados disso, assim como os nossos Deputados.

Nós vamos votar a Reforma Administrativa, a Reforma Tributária, e não temos faltado. Até porque isso é muito bom para a Nação, e o Governador de Tocantins endossa toda essa reforma. E é preciso fazer, porque precisamos modernizar o País. Não há como não levar à frente. Agora não é mais possível, Sr. Presidente.

E é no meio dessa emoção toda, causada pela grande saudade de figuras exponenciais como Petrólio Portella, como Dinarte Mariz, como Carvalho Pinto e Teotônio Vilela, com os quais convivi no início do meu mandato, em 1971, é que eu quero dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - V. Ex^a tem dois minutos para concluir, Governador.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (Tocantins) - Não discrimine também o nosso Estado, Sr. Presidente. Ainda não gastei os oito. Peço isso a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Em hipótese nenhuma.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (Tocantins) - E não tenho também ninguém que me vá inquirir, Sr. Presidente.

Então, a nossa situação é a seguinte, Sr. Presidente: Nós não temos dívida mobiliária. Temos US\$201 milhões de dívida fundada externa; temos US\$110.348.621,00 de dívida fundada interna; e temos dívida operacional com pequenos fornecedores, e é aí onde está o problema.

O Governo passado deixou pequenos fornecedores, pequenas empresas construtoras de dar dó, tal o problema social para milhares e milhares de pessoas que esta dívida está causando. É uma dívida de cerca de US\$300 milhões. Nós já pagamos, com toda dificuldade, US\$100 milhões. Nós ainda temos, desses fornecedores, US\$200 milhões; e temos das outras dívidas US\$300 milhões. Nós temos US\$505 milhões de dívida, inclusive de ARO. Peço ao Dr. Murilo Portugal, que tem sido muito lhanos comigo, em quem as minhas esperanças de que assim continue estão depositadas, dê eficácia à sua ação e vontade. Sei que S. S^a tem vontade de nos ajudar.

Deixei o Estado na minha primeira administração com uma despesa de pessoal - folha de pagamento - correspondente a 25,5% da receita e uma despesa de custeio em 5,6%. Isso dava 31%, mais ou menos, da despesa entre custeio e pessoal.

Peguei o Estado com 60,7% de despesa de pessoal - folha de pagamento - e 21% de despesa de custeio. Já reduzi isso, Sr. Presidente, com a mais profunda reforma que se pode fazer. Tocantins é o único Estado em que os Três Poderes fizeram protocolo de isonomia salarial e de vencimentos. Então, reduzimos a folha de pagamento para 47% e o custeio para 8%. Temos o serviço da dívida que vai a 3,3%.

Agora, Sr. Presidente, estamos com essas dívidas, por termos confiado também nas promessas que ouvimos - não são promessas, mas compromissos do nosso Presidente e dos Ministros, inclusive do Ministro José Serra, em quem deposito toda a minha confiança, e do Ministro Malan - de que seríamos apoiados.

Estamos em uma situação difícil e talvez não possamos pagar em dia, tenhamos de atrasar a fo-

lha de pagamento de novembro, dezembro e o décimo terceiro. E o problema social já está muito grave; não temos infra-estrutura nenhuma.

Sr. Presidente, não temos nenhum funcionário pago pelos cofres da União, não temos tido investimento nenhum, temos o pior tratamento na proposta orçamentária deste ano e até no Plano Plurianual. A situação pior é a de Tocantins, que se apresenta agora, com essa declaração de todos os Governadores, que estão merecendo muita atenção e precisando, naturalmente, de apoio e de recursos para resolver os seus problemas.

Não houve sequer a visita dos Ministros. Com isso se mostra um quadro de discriminação. Deixo um apelo ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao Ministro Pedro Malan, ao Ministro José Serra, aos Ministros de Estado, para que verifiquem que chegaremos a um conflito generalizado, porque há um tumulto na nossa vida, dificuldades incriveis, e o Estado pode ser inviabilizado em função disso.

É através, exatamente, de um financiamento ou de antecipação de receitas - ARO - que vamos resolver esse problema, vamos prevenir a situação de calamidade.

Mas, Sr. Presidente, efetivamente foi muito boa essa iniciativa de V. Ex^a e do Senador Carlos Bezerra de nos permitir expor a situação dramática dos nossos Estados, de debater nesta Casa, que é constituída por representantes dos Estados, a nossa situação e de cada um dos Estados, para que possamos, assim, ter as condições que necessitamos.

Esta Casa é muito influente; o Senado tem resolvido os problemas brasileiros de uma forma magnífica. É uma Casa cujos integrantes se dedicam de corpo e alma à solução dos problemas do País. Temos certeza de, com o apoio de V. Ex^a, que se tem destacado muito no Senado Federal, do Senador Carlos Bezerra e dos demais integrantes da Casa, Senadoras e Senadores, conseguiremos, no Tocantins, sair dessa situação de discriminação e ter apoio.

É tão pouco para resolvermos o nosso problema, muito pouco. Quando tivermos esse muito pouco, estaremos ajudando muito São Paulo, aliviando as suas tensões, porque somos a maior barreira de contenção da migração interna. Estaremos aliviando também a situação do Rio.

O nosso Estado é de economia agrícola. Precisamos ver a agricultura com o seu problema resolvido. É preciso parar, Sr. Presidente, de dar subsídios para a indústria automobilística. Fiquei com vergonha de ver um escort andando no meio dos carros

modernos no Japão, colocado lá com US\$ 8 mil de subsídio, enquanto a soja, gravada em 33% nos mercados mundiais, vence a concorrência da soja produzida nos Estados Unidos e em outras nações do mundo.

É preciso subsidiar a agricultura! É preciso dar apoio a quem trabalha! É preciso, em função da necessidade que temos, fazer com que a nossa moeda continue estabilizada e forte! Esta moeda efetivamente alavancou o País no conceito internacional.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Governador Siqueira Campos, sou obrigado a concluir, porque o nosso tempo está-se esgotando.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (Tocantins) - Sr. Presidente, estou concluindo.

Apenas gostaria de agradecer a V. Ex^a e aos membros da Comissão e de dizer que terei uma alegria muito grande se puder receber a visita de V. Ex^{as} na mais jovem capital do mundo, no Estado que foi criado pela Assembléia Nacional Constituinte.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Aceito o convite de V. Ex^a.

Encerrando o encontro de discussão sobre dívida dos Estados, gostaria de agradecer a todos os Srs. Governadores que estiveram aqui presentes, ao Sr. Ministro do Planejamento, ao Sr. Ministro da Fazenda, ao Sr. Secretário do Tesouro Nacional, aos Srs. Secretários Estaduais da Fazenda e aos Srs. Secretários do Planejamento.

Esperamos o relatório final do Sr. Relator, para que o mesmo seja discutido na Comissão e, depois, vá a Plenário.

Para encerrar, passo a palavra ao Senador Carlos Bezerra. Lembro que S. Ex^a dispõe de 30 segundos.

O SR. RELATOR (Carlos Bezerra) - Sr. Presidente, apenas gostaria de fazer uma comunicação.

Amanhã, às 10h, na sala 15 da Ala das Comissões, haverá uma reunião para tratar da dívida mobiliária. Também marquei uma audiência com o Sr. Ministro da Fazenda e com a sua equipe para a quinta-feira da próxima semana, às 18h. Espero que essa conversa seja final, para que possamos tratar do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h 29min.)

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 761, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 021.913/95-1 resolve desligar a servidora do Cegraf ANA LÚCIA GOMES PRADO, matrícula 1849, ocupante do cargo efetivo Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3 do Gabinete da Liderança do PMDB, com efeitos financeiros a partir de 1º de outubro de 1995, mantida a mesma lotação.

Senado Federal, 18 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 762, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º § 2º do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista autorização do Presidente do Senado Federal, resolve designar a servidora do Cegraf RENATA MAURER RAMOS, matrícula 1872, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3 do Gabinete do Senador Jefferson Peres, com efeitos financeiros a partir de 3 de outubro de 1995.

Senado Federal, 18 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

1	1	1	1
2	2	2	2
3	3	3	3
4	4	4	4
5	5	5	5
6	6	6	6
7	7	7	7
8	8	8	8
9	9	9	9
10	10	10	10
11	11	11	11
12	12	12	12
13	13	13	13
14	14	14	14
15	15	15	15
16	16	16	16
17	17	17	17
18	18	18	18
19	19	19	19
20	20	20	20
21	21	21	21
22	22	22	22
23	23	23	23
24	24	24	24
25	25	25	25
26	26	26	26
27	27	27	27
28	28	28	28
29	29	29	29
30	30	30	30
31	31	31	31
32	32	32	32
33	33	33	33
34	34	34	34
35	35	35	35
36	36	36	36
37	37	37	37
38	38	38	38
39	39	39	39
40	40	40	40
41	41	41	41
42	42	42	42
43	43	43	43
44	44	44	44
45	45	45	45
46	46	46	46
47	47	47	47
48	48	48	48
49	49	49	49
50	50	50	50
51	51	51	51
52	52	52	52
53	53	53	53
54	54	54	54
55	55	55	55
56	56	56	56
57	57	57	57
58	58	58	58
59	59	59	59
60	60	60	60
61	61	61	61
62	62	62	62
63	63	63	63
64	64	64	64
65	65	65	65
66	66	66	66
67	67	67	67
68	68	68	68
69	69	69	69
70	70	70	70
71	71	71	71
72	72	72	72
73	73	73	73
74	74	74	74
75	75	75	75
76	76	76	76
77	77	77	77
78	78	78	78
79	79	79	79
80	80	80	80
81	81	81	81
82	82	82	82
83	83	83	83
84	84	84	84
85	85	85	85
86	86	86	86
87	87	87	87
88	88	88	88
89	89	89	89
90	90	90	90
91	91	91	91
92	92	92	92
93	93	93	93
94	94	94	94
95	95	95	95
96	96	96	96
97	97	97	97
98	98	98	98
99	99	99	99
100	100	100	100

MESA**Presidente**

José Sarney – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPR – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares – PP – SE

José Eduardo Dutra – PT – SE

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

Ney Suassuna – PMDB – PB

CORREGEDOR

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – SP

CORREGEDORES SUBSTITUTOS

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

- Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPR**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Bernardo Cabral

Vice-Líder

João França

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líderes

Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente:

Vice-Presidente:

Titulares

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. Lúcio Alcântara
2. Pedro Piva

1. Eptácio Cafeteira

1. Emília Fernandes

1. Osmar Dias

1. Marina Silva

1. Darcy Ribeiro

PMDB

PFL

PSDB

PPR

PTB

PP

PT

PDT

Suplentes

1. Onofre Quinan
2. Gerrson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

1. Lucídio Portella

1. Arlindo Porto

1. Antônio Carlos Valadares

1. Lauro Campos

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
 Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO (Ramais: 3490 - 3491)
SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES
 Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO (Ramais: 4638 - 3492)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO	
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLYCY	SP-3213/15	2- ADEMIR ANDRADE *1	PA -2101/02
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-VAGO	
ARLINDO PORTO	MG-2321/22	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PP			
JOÃO FRANÇA	RR-3067/3068	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
OSMAR DIAS *2	PR-2121/22	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

OBS: *1 - ADEMIR ANDRADE(PSB) - VAGA CEDIDA PELO PT.
 *2 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-4344
 FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
PEDRO SIMON	RS-3230/32	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOEL DE HOLANDA	PE-3197/99
VAGO		7-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
VAGO		4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
PPR			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	2-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04	1-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
OSMAR DIAS *1	PR-2121/27	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VAGO	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB / PL / PPS			
VAGO		1-VAGO	

OBS: *1 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÕES: 311-3652
FAX 311 3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-JADER BARBALHO	PA-3051/53
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PP			
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/80	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/27
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07	1- EDUARDO SUPLYCY *1	SP-3215/16
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2051/57	1- VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	

OBS: *1 - EDUARDO SUPPLY (PT) - VAGA CEDIDA PELO PSB
*2 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311.3972/4612
FAX: 311- 4315

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
IRIS REZENDE	GO-2031/32	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
GERSON CAMATA	ES-3203/04	5-vago	
JADER BARBALHO	PA-2441/42	6-vago	
vago		7-vago	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-vago	
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
vago		6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
vago		7-vago	
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/52	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
vago		4-vago	
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-OSMAR DIAS *2	PR-2121/22
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	2-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
MARLUCE PINTO *3	RR-1101/1201	2-VALMIR CAMPELO	DF-1348/1248
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

OBS: *1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - VAGA CEDIDA PELO PT
*2 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95
*3 - MARLUCE PINTO - DESLIGOU-SE DO PTB EM 1º/06/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3121
FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
COUTINHO JORGE	PA-3050/1266	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94		
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
PEDRO PIVA	SP-2351/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2202/02	1-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PL / PPS			

vago

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS

SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO

TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254

FAX: 311-1095

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
VAGO		6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-PEDRO PIVA	SP-2351/2353
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-GERALDO MELO	RN-2371/2377
VAGO		3-CARLOS WILSON	PE2451/2457
PPR			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/2077
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	1-OSMAR DIAS *1	PR-2121/2127
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
ARLINDO PORTO	MG-2321/2321	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/2334
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2051/2052	1-VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-VAGO	

OBS: *1 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

*2 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3286 (FAX)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1378/1478	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA -2191/97	2- BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PP			
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	1-ANTONIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PL / PPS			
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07

OBS: *1 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496/ 4777

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3546
FAX 311.3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
 (Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
 Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
 Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
 Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Pedro Simon
Casildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinübing		Joel de Hollanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPR	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

PP
 Osmar Dias
 PT
 Benedita da Silva
 Eduardo Suplicy
 Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPR	
Júlio Redecker		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 119 – julho/setembro 1993

Leia neste número:

Execução contra Pessoas Administrativas – Geraldo Ataliba

Processo e Justiça Eleitoral – Torquato Jardim

Novos Municípios – Adilson Ábreu Dallari

Tutela Administrativa e Relações de Consumo – Álvaro Lazzarini

A Estrutura Institucional Definitiva do Mercosul: uma opinião – Werter R. Faria

Da Declaração de Inconstitucionalidade – Antonio Cezar Lima da Fonseca

A Proteção aos Direitos do Cidadão e o Acesso à Justiça – Luiz Antonio Soares Hentz

Propriedade Intelectual e Novas Tecnologias – Newton Paulo Teixeira dos Santos

A Lei Injusta e sua Inconstitucionalidade Substancial no Estado Democrático de Direito – Antônio Souza Prudente

Conceito de Crime Hediondo e o Equívoco da Lei nº 8.072/90 – João José Leal

O Regulamento no Sistema Jurídico Brasileiro – Vitor Rolf Laubé

A Prova Pericial e a Nova Redação do CPC – Ivan Lira de Carvalho

O Controle pelo Estado da Atividade Internacional das Empresas Privadas – José Carlos de Magalhães

Administração Pública na Constituição Federal – José de Castro Meira

Da Ultra-Atividade da Suspensão de Liminar em Writ – Élio Wanderley de Siqueira Filho

Jurisdição e Administração – Carlos Alberto de Oliveira

Ministério Público Junto aos Tribunais de Contas – Jorge Ulisses e Jacoby Fernandes

Prova Pericial: Inovações da Lei nº 8.455/92 – Rogério de Meneses Fialho Moreira

A Constituição de 1988 e o Tribunal de Contas – Jarbas Maranhão

Classificação dos Agentes Públicos: Reexame – Mário Bernardo Sesta

A Seguridade Social – José Luiz Quadros de Magalhães

Alterações Introduzidas na Lei nº 6.515/77 pela Constituição de 1988 –

Romero Marcelo da Fonseca Oliveira

Aspectos Fundamentais e Práticos das Sociedades Anônimas – Osvaldo Hamilton Tavares

Crimes de Abuso de Poder Econômico – Marcos Juruena Villela Souto

Os hermeneutas da Intransigência Desacumuladora – Corsíndio Monteiro da Silva

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT. Autorizo a remessa dos números 117 a 120 da Revista de Informação Legislativa para o endereço abaixo discriminado:

Nome.....
EndereçoCEP
Cidade UF Telefone Fax Telex
Data:/...../..... Assinatura:

Subsecretaria de Edições Técnicas
do Senado Federal

Novas publicações

ELABORANDO A CONSTITUIÇÃO NACIONAL

Edição fac-similar da obra *Elaborando a Constituição Nacional*, de José Affonso Mendonça de Azevedo: atas da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto Constitucional de 1932/1933.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Descrição dos acervos da Assembleia Nacional Constituinte de 1987.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 94

Edição comentada da legislação eleitoral.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

Edição de textos legais, atualizados.

Outros títulos

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 119 — 120

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL QUADRO COMPARATIVO

Texto de 1988 comparado às Constituições de 1946 e 1967 e à Emenda Constitucional n.º 1, de 1969.

CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS — 1989 5 volumes.

Textos das Constituições estaduais promulgadas em 1989; índice comparativo.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 — Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex:

(061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura Seção I ou II s/ o porte.....	R\$31,00
Porte do Correio	R\$ 60,00
Assinatura Seção I ou II c/porte	R\$ 91,00 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 120 PÁGINAS